



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1196

Quarta-feira - 13 de Março de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos	2
Biguaçu	3
Braço do Trombudo	4
Caçador	4
Camboriú.....	11
Campo Alegre	12
Campos Novos	12
Canoinhas.....	14
Capinzal	14
Catanduvas.....	15
Chapadão do Lageado	27
Concórdia	28
Cordilheira Alta	29
Coronel Martins.....	41
Corupá	41
Curitibanos	43
Ermo	44
Erval Velho	47
Forquilha	59
Fraiburgo	59
Garopaba	64
Garuva	76
Gaspar	76
Guaramirim.....	78
Herval d'Oeste	78
Ibiam	80
Imbituba	81
Ipumirim	84
Irineópolis	87
Itaiópolis	99
Itapoá	99
Joaçaba	99
José Boiteux	116
Lages	116
Lebon Regis.....	118
Leoberto Leal.....	121
Luzerna	133
Macieira	136
Maracajá	136
Massaranduba.....	145
Meleiro	145
Monte Carlo	146
Morro da Fumaça	151
Navegantes.....	152
Nova Trento	160
Novo Horizonte	160
Paial	161
Palhoça	162

Paulo Lopes	258
Peritiba.....	273
Porto União.....	273
Rio do Sul.....	289
Salto Veloso	289
Santa Terezinha do Progresso	291
São Bento do Sul.....	292
São João do Sul	305
São Lourenço do Oeste.....	306
Schroeder	311
Siderópolis	313
Timbé do Sul	329
Timbó	329
Três Barras	365
Tunápolis	374
Vidal Ramos.....	376
Videira.....	376
Vitor Meireles.....	387
Xavantina	390

Associações

EGEM	391
------------	-----

Consórcios

ARIS	393
CIGA	394
Quiriri	396

Água Doce

PREFEITURA

Decreto N° 015/2013

DECRETO N° 015/2013 - DE 04 DE MARÇO DE 2013.

"DELEGA RESPONSABILIDADE À ACORDAR ASSESSORIA EDUCACIONAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO EM SISTEMA DE CADASTRO DE RESERVA PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO ÂMBITO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DO PODER EXECUTIVO DE ÁGUA DOCE/SC, CONFORME EDITAL N° 004/2013 DE 04 DE MARÇO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica DELEGADA à ACORDAR ASSESSORIA EDUCACIONAL

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida no Município de Joaçaba(SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.220.888/0001-45 a responsabilidade pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos decorrentes das provas, classificação e divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo nº 004/2013 de 04 de março de 2013.”

Art. 2º- A empresa delegada poderá contar com o apoio de COMISSÃO ESPECIAL designada para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento e realização do referido Processo Seletivo.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de março de 2013.

Água Doce(SC), 04 de março de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 016/2013

DECRETO Nº 016/2013 - DE 05 DE MARÇO DE 2013

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.175, de 05 de março de 2013,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148/2012, um crédito adicional especial no valor de R\$ 125.089,89 (cento e vinte e cinco mil e oitenta e nove reais e oitenta e nove centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Ficam suplementados, no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.3.90.00.0.6.0127/30 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
4.4.90.00.0.6.0127/30 Aplicações Diretas R\$ 14.106,17
4.4.90.00.0.6.0129/37 Aplicações Diretas R\$ 32.258,41
TOTAL R\$ 56.364,58

Art. 3º. Ficam criados no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.3.90.00.0.6.0135/39 Aplicações Diretas R\$ 44.003,98

10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.00.0.6.0148/40 Aplicações Diretas R\$ 24.721,33
TOTAL R\$ 68.725,31

TOTAL GERAL R\$ 125.089,89

Art. 4º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o superávit verificado na rubrica de Recursos Programa de Melhoria ao Acesso - PMAQ, Transf. Rec. Estado - Cofin. Atenção Básica, Rec. Vigilância Alimentar Nutricional, Rec. Incentivo Ações Práticas Corporais e Recursos Tx. De Fisc. de Vigilância Sanitária.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de março de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Edital Nº 005/2013

EDITAL Nº 005/2013 - DE 08 DE MARÇO DE 2013

O Chefe do Poder Executivo Municipal de Água Doce, em cumprimento a Lei nº 781/92 de 14.10.1992, art 3º, Inciso I e II alterada pela Lei nº 1011/1997 de 18.11.1997, convoca as Entidades Educacionais e organizações representativas de Água Doce/SC:

- Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
- Representante do CEDUP Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva
- Representante da Escola de Educação Básica Ruth Lebarbechon
- Representante do CEM Frei Silvano
- Representante do CEI Estrelinha Azul
- Representante da Escolas Multisseriadas
- Representante do CEA - Centro de Educação de Adultos Dr. Alvinio Raittz
- Representante do PRODERAD - Projeto de Educação Rural de Água Doce

Para que indiquem dois representantes, sendo um Titular e um Suplente, de seus respectivos quadros para compor dois terços do Conselho Municipal de Educação, pelo período de três anos a contar de março de 2013.

Cada entidade escolherá os seus representantes de forma democrática e participativa e os indicará através de documento que segue em anexo, no prazo de 03 (três) dias.

Água Doce, 08 de março de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 173/2013

PORTARIA Nº 173/2013
Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, CARLOS ALBERTO DE JESUS NOGUEIRA, para o Cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO

LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 13 de março de 2013 a 18 de dezembro de 2013, para atuar no Incentivo ao Esporte Amador na Secretaria de Esporte.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de março de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de março de 2013.

Portaria Nº 174/2013

PORTARIA Nº 174/2013

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, MARIA DE FATIMA ROSA PETRY, para o Cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20, a partir de 13 de março de 2013 a 18 de dezembro de 2013, para atuar no C.E.I.M. Profº João Juvenal de Amorim.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de março de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de março de 2013.

Portaria Nº 175/2013

PORTARIA Nº 175/2013

Designa Função Gratificada.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar, SALMA INES SENS, para responder pela Função Gratificada de CHEFE DO SETOR DE SAUDE, com acréscimo de 50% do Salário base, a partir de 01 de março de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de março de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de março de 2013.

Aviso de Licitação Nº 028/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 028/2013; Modalidade: Pregão Presencial Nº. 018/2013; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: aquisição de seguros de responsabilidade civil de danos causados a veículos de terceiros e acidentes pessoais de passageiros e condutores dos veículos da Secretaria da Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: 14:00 (quatorze) horas do dia 02/04/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 12 de Março de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Retificação do Pregão Presencial 04/2013 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 04/2013 FMAS

Informamos aos interessados no PP 004/2013-FMAS, que tem como objeto "a aquisição de alimentos para cestas de café dos idosos para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que devido à Impugnação feita pela Empresa JJMATTOS IND. E COM. DE CAFÉ LTDA, o referido processo será republicado, sendo retificado o seguinte:

- Fica excluído do item 05 do Anexo I, a exigência da Certificação do ISO 9001.

Sendo assim o Pregão será reaberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 27/03/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 27/03/2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Sem mais para o momento.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Contrato Número 10.021/2013 - PP 30/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.021/2013/FMS

PROCESSO: PP 30/2013

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A SAÚDE.

Contratado: SALVIO OSMAR TONINI.

Valor: R\$ 64.399,92 (sessenta e quatro mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Prazo de vigência: até 11/03/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Pregão Presencial 8/2013 SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 9/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO 8/2013

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 14:00 horas do dia 26.03.2013, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de troféus e medalhas para premiação das Competições que são desenvolvidas pela CME de Braço do Trombudo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11 de março de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Caçador

PREFEITURA

L e I Nº 2.979

L E I Nº 2.979, de 08 de março de 2013.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal de Meio Ambiente - Fundema.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

14.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.171 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no artigo anterior, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

14.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0016.2.009 - Manutenção de Praças, Jardins e Trevos

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 260

LEI COMPLEMENTAR Nº 260, de 08 de março de 2013.

Autoriza doar, com encargos, imóvel de propriedade do Município de Caçador, ao Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria de Estado da Segurança Pública, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar, com encargos, o imóvel abaixo descrito, de propriedade do Município de Caçador, ao Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria de Estado da Segurança Pública - Delegacia Regional de Polícia de Caçador, para a construção de um Complexo de Segurança Pública em nosso Município, que abrangerá a Polícia Civil e o Instituto Geral de Perícias - IGP:

I - uma área de terreno urbano com 3.000,00m² (três mil metros quadrados), situada no Bairro Berger, objeto da matrícula nº 24.367, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, confrontando: ao Norte, com o Município de Caçador, medindo 100,00 metros; ao Sul, com o Loteamento Monte Líbano, medindo 100,00 metros; ao Leste, com o Loteamento Vila Busato, medindo 30,00 metros; e ao Oeste, com a Rua Abdalla João, medindo 30,00 metros, avaliada em R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º Sob pena de revogação da doação e reversão do imóvel ao patrimônio deste Município, a donatária se compromete a iniciar a construção do Complexo de Segurança Pública no prazo de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 3º Se durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da assinatura da escritura, a donatária descumprir a exigência prevista no art. 2º, a área doada reverterá ao patrimônio do Município, sem que assista a mesma qualquer direito à retenção ou indenização pelas benfeitorias realizadas, sejam elas úteis, necessárias ou voluptuárias.

Art. 4º Na escritura de doação deverá constar cláusula de reversão do imóvel ao Município de Caçador, independentemente de interpelação judicial ou extra-judicial, caso não sejam cumpridas as exigências e condições estabelecidas nesta LEI.

Art. 5º A área acima descrita fica dispensada de licitação, nos termos do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e desafetada na forma da LEI.

Art. 6º As despesas de escrituração e outros encargos correrão por conta da donatária, devendo o inteiro teor desta Lei constar obrigatoriamente da Escritura Pública.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.488

DECRETO nº 5.488, de 07 de março de 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Leis Complementares nºs 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e 235/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), objeto do Registro nº 24.761, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na rua Ivo Raisel, nesta cidade, de propriedade de Ivonete Aparecida Antunes, ficando após o desmembramento constituído de duas áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Área "6A" com 245,00 m² (duzentos e quarenta e cinco metros quadrados), confrontando: ao Norte com a rua Ivo Raisel, medindo 16,70m, ao Sul com o Loteamento Transrodace/ Dalazem, medindo 16,00m, a Leste com o lote 5 de Noeli Maxinski, medindo 15,70 m, e a Oeste com área 6B, medindo 14,65m.

II - Área "6B" com 355,00 m² (trezentos e cinquenta e cinco metros quadrados), confrontando: ao Norte, com a rua Ivo Raisel, medindo 31,20 m, ao Sul com o Loteamento Transrodace/ Dalazem, medindo 34,00m, a Leste com área 6A, medindo 14,65 m, e a Oeste com Pedro da Rocha e Loteamento Transrodace/Dalazem, medindo 13,00 m.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decreto Nº 5.489

DECRETO nº 5.489, de 07 de março de 2013.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008- Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano com área original de 4.484,80m² (quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro metros e oitenta decímetros quadrados), de propriedade

de Plantae Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda - ME, localizado na Rua Sebastião Antonio de Souza, objeto da matrícula nº 29.424, do Registro de Imóveis desta Comarca, resultando em duas áreas, sendo elas:

I - uma área com 4.197,03m² (quatro mil, cento e noventa e sete metros e três decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, com a Rua Sebastião Antonio de Souza, medindo 52,71m; ao Sul, com Acir Edimar Visloski, Deize Nancy Visloski, Giovana Edi Visloski e Edson Cristiano Visloski (matr. nº 11.427), medindo 51,01m; ao Leste, com Cimeri Aparecida dos Santos (matr. Nº 4445 - posse), Espólio de Sebastião Alves Pereira (Maria Juraci Pereira)(matr. Nº 5580), Antonio Soares Rodrigues (matr. Nº 4326), Vanderléia Martins e Claudete Aparecida Martins do Nascimento (matr. nº 14.999), medindo 97,38m; e, ao Oeste, em dois planos com Nardi da Costa Fernandes, medindo 44,02m e 26,69m respectivamente.

II - uma área com 287,77m² (duzentos e oitenta e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte, com a Rua Sebastião Antonio de Souza, medindo 3,00m; ao Sul, com Acir Edimar Visloski, Deize Nancy Visloski, Giovana Edi Visloski e Edson Cristiano Visloski (matr. Nº 11.427), medindo 4,68m; ao Leste, em dois planos com Plantae Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda - ME (matr. Nº 29.424), medindo 44,02m e 26,69m respectivamente; e, ao Oeste, por uma servidão de passagem com Adelicio da Costa Leite (matr. nº 7860) e Nardi da Costa Fernandes (matr. nº 29.041), medindo 68,79m.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento do terreno urbano, em virtude do desmembramento acima descrito, conforme segue:

I - a área de 287,77m² (duzentos e oitenta e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), será remembrada ao lote com área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 29.041, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Nardi da Costa Fernandes, resultando em um terreno com área total de 687,77m² (seiscentos e oitenta e sete metros e setenta e sete decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, em dois planos, no primeiro plano com Adelicio da Costa Leite (matr. nº 7860), medindo 20,00m e no segundo plano com a Rua Sebastião Antonio de Souza, medindo 3,00m; ao Sul, com Acir Edimar Visloski, Deize Nancy Visloski, Giovana Edi Visloski e Edson Cristiano Visloski (matr. Nº 11.427), medindo 26,88m; ao Leste, em dois planos com Plantae Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda - ME (matr. nº 29.424) medindo 44,02m e 26,69m respectivamente; e, ao Oeste, em dois planos, no primeiro plano com Terezinha Salete Tenedine (posse da matr. nº 3941), medindo 15,00m e no segundo plano, por uma servidão de passagem com Adelicio da Costa Leite (matr. nº 7860), medindo 45,74m.

Art. 3º Os terrenos acima mencionados ficam definidos com as medidas e confrontações constantes no memorial descritivo e mapas que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes desmembramentos e remembramentos.

Art. 4º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.437

PORTARIA Nº 22.437, de 05 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, por analogia ao art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR Tomada de Contas Especial, com o objetivo de apurar os fatos referentes ao desvio de verbas públicas federais do Programa de Atenção Básica (PAB) destinadas ao Município de Caçador evidenciadas pela CGU (em decorrência da 31ª etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos), no montante de R\$ 312.717,00 (trezentos e doze mil, setecentos e dezessete reais); apurar os fatos relativos a dois pagamentos efetuados, supostamente, com recursos do PAB para custeio de despesas não vinculadas ao bloco de atenção básica, que somam o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais), haja vista que foram realizados nas mesmas condições ora apontadas pela CGU; e, apurar a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, tudo em conformidade com o disposto no Decreto Municipal nº 5.072, de 25/11/2011 e demais legislação vigente.

Art. 2º DESIGNAR as Servidoras Públicas Municipais MARIA APARECIDA BOSCATTO, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada junto à Procuradoria Geral do Município, GERUSA BELO, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade e SIMONE DALBOSCO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para, sob a presidência da primeira e secretariada pela última, comporem a presente Comissão de Tomada de Contas Especial.

Art. 3º A Comissão fica desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, devendo os órgãos vinculados a esta autoridade prestar a colaboração necessária que lhes for requerida, inclusive vistas de documentos em qualquer repartição municipal.

Art. 4º Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais.

Art. 5º A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão de dos trabalhos, a contar da publicação da presente portaria no órgão oficial, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 6º Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.438

PORTARIA Nº 22.438, de 28 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal de Educação, para atuarem junto ao Pacto Nacional da Alfabetização da Idade Certa (PNAIC), os Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, carga horária e escola de lotação, a contar de 01 de fevereiro de 2013, conforme segue:

Nome	Cargo	CH	Local de lotação
Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professora de Séries Iniciais	20	EMEB Henrique J Berger
Andreia Anciutti	Professora de Séries Iniciais	20	EMEB Irmão Venâncio José
Jaqueline Scapinelli	Professora de Séries Iniciais	20	EMEB Esperança
Rosângela de Bastiani	Professora de Séries Iniciais	20	EMEB Ir. Venâncio José

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de fevereiro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL..

Portaria Nº 22.441

PORTARIA Nº 22.441, de 05 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 22.374, de 19 de fevereiro de 2013, que designou diversos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, para exercerem Funções Gratificadas, no que se refere à Servidora ADRIANA MOREIRA BAIRRO, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

rto Amaro Comazzetto - PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.443

PORTARIA Nº 22.443, de 05 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário das Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas, especificando: nome, cargo, carga horária, escola e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo/CH/Escola	Data Rescisão
Minéia Mafioleti	Professora de Ed Física - 12h/s - EMEB Nossa S. Salette/ Irmão Venâncio	01/03/2013
Marianne Navroski	Auxiliar de Biblioteca - 40 h/s - EMEB Irmão Venâncio	05/03/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.444

PORTARIA Nº 22.444, de 05 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme segue:

Nome	Cargo	Período de afastamento	A contar de:
Ivone Fátima Arruda Pierdoná	Professora 1ª a 4ª	30 dias	28/02/2013
Janaina Demin	Professora 5ª a 8ª	08 dias	26/02/2013
Josiane Carneiro	Professora 5ª a 8ª	30 dias	04/03/2013
Maria Luciana Moraes	Professora Educação Infantil	09 dias	26/02/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.445

PORTARIA Nº 22.445, de 05 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, a licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, concedida a Servidora Pública Municipal ANGELA SANTIN CAVICHIOILLI MACHADO, ocupante do cargo de Professora 5ª a 8ª, 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 1º de março de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.446

PORTARIA Nº 22.446, de 05 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos a Servidora Pública Municipal CLARICE LANFERDINI GATTI, ocupante do cargo de Professora 1ª a 4ª, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na EMEB Hilda Granemann de Souza, a contar de 04 de março de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.447

PORTARIA Nº 22.447, de 07 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

R E S O L V E:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, de acordo com o Edital SME 08/2012, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5467, de 8 de fevereiro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período
Adriana Marliza Campos de Almeida	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	VV Vanderleia Aparecida Birnfeld, Lab. de informática	01/03/2013 a 20/12/2013
Adriana Pegoraro Donatti	Professora de Geografia	1.3/A	24	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Claudia de Souza Santos, lic. maternidade	18/02/2013 a 01/07/2013
Andreza de Oliveira	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	VV Lilia Capelin, lic. Prêmio	18/02/2013 a 14/05/2013

Cici Josiane Bueno Nunes	Especialista em Assuntos Educacionais – Orientadora Escolar	1.3/A	40	CMEI Santa Clara	Vaga Transição	27/02/2013 a 20/12/2013
Daniel Portella Nunes	Professor de História	1.3/A	12	EMEB Alcides Tombini	VV Adriana Loss, AEE	18/02/2013 a 20/12/2013
Deisy Gonçalves Biasoli	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Esperança	VV Elay Elisane Paloschi, Lab. de informática	25/02/2013 a 20/12/2013
Elaine Dias	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga Transição	04/03/2013 a 20/12/2013
Eliane Salete Peretti	Professora de Educação Infantil	1.3/A	20	CMEI Pierina Adami	Vaga Transição	25/02/2013 a 20/12/2013
Enermir Corozzola	Professor de Educação Física	1.3/A	24	EMEB Morada do Sol (12) EMEB Ir. Venâncio José (12)	VV Miguel Reibnitz, lab. de informática (12) Vaga Excedente (12)	01/03/2013 a 31/07/2013
Gilzeneide Barbosa Ferreira	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Nossa Senhora Salete	VV Orli Ribeiro Tibes, direção	18/02/2013 a 20/12/2013
Gisele de Oliveira Moraes	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Excedente	21/02/2013 a 31/07/2013
Ivanice Niendicher	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	VV Ivonete D'Agostini, AEE	26/02/2013 a 20/12/2013
Jessica Fonseca da Silva	Especialista em Assuntos Educacionais – Administrador Escolar	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Excedente	25/02/2013 a 31/07/2013
Jorge Luiz Gonçalves	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	VV Adriana Moreira Bairro, Bem estar	25/02/2013 a 20/12/2013
Jucelia Pereira dos Santos	Servente	1.5/A	44	CMEI Pierina Adami	Vaga Excedente	25/02/2013 a 31/07/2013
Juciana Maria Gavazzo	Especialista em Assuntos Educacionais – Supervisor Escolar	1.3/A	40	EMEB Esperança EMEB Morada do Sol	VV Cizete Catellan, direção VV Rosane Fonseca, lic. sem vencimentos	19/02/2013 a 20/12/2013

Keila Aparecida Bronner	Especialista em Assuntos Educacionais – Supervisor Escolar	1.3/A	20	CESMAR (Centro Social Marista)	Vaga Transição	25/02/2013 a 20/12/2013
Keila Virginia Maleske dos Santos	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Morada do Sol EMEB Pierina Santin Perret	VV Luiza Samira Flores Alves, SME VV Luiz Carlos Balatka, SME	18/02/2013 a 20/12/2013
Lisete Grannemann	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	VV Cláudia Maurílio, Lab. de Informática	22/02/2013 a 20/12/2013
Lisiane Moriggi	Secretária Escolar	3.4/A	40	EMEB Henrique Julio Berger	VV Carla Cavalheiro Dalazem, disp. Prefeitura Municipal	18/02/2013 a 20/12/2013
Luciane Aparecida da Silva dos Santos	Professor de Projetos – Informática (Telecentro)	1.3/A	20	Telecentro Rio Bugre	Vaga Transição	27/02/2013 a 20/12/2013
Mariana Susin Frigotto	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	40	EMEB Alcides Tombini EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Ivonete Fátima Arruda Pierdoná, lic. Tratamento saúde Vaga Transição	01/03/2013 a 20/12/2013
Marici Menegat Franco	Especialista em Assuntos Educacionais – Supervisor Escolar	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Excedente	20/02/2013 a 31/07/2013
Marinez do Amaral	Auxiliar de Berçário	1.1/A	40	CMEI Educar é Tudo	Vaga transição	18/02/2013 a 20/12/2013
Mirian Aparecida Ventz	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga Transição	28/02/2013 a 20/12/2013
Nivea Aparecida Rosa	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	VV Bruna S. Padilha, SME	18/02/2013 a 20/12/2013
Regina Lucia Telegen	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Henrique Julio Berger	VV Diocleia Alves de Moura, SME	18/02/2013 a 20/12/2013
Rosa Alice Gonçalves	Servente	1.5/A	44	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	18/02/2013 a 31/07/2013
Rosângela Fatima de Paula	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	28/02/2013 a 31/07/2013

Rose Mari Voloche	Servente	1.5/A	44	CMEI Taquara Verde	Vaga Excedente	25/02/2013 a 31/07/2013
Roseli Kinak Golin	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitoria	28/02/2013 a 20/12/2013
Rosicleia Alves	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga Excedente	25/02/2013 a 31/07/2013
Sarilane Zanotto Barpp	Professora de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	VV Sandra Regina dos Santos, SME	13/02/2013 a 20/12/2013
Soeli de Sousa Batista	Servente	1.5/A	44	EMEB Pierina Santin Perret	VV Marinice Aparecida Chaves, lic. tratamento de saúde	21/02/2013 a 26/04/2013
Sonia Aparecida Jarschel	Sevente	1.5/A	44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	20/02/2013 a 31/07/2013
Suzana de Oliveira Damer	Professora de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Excedente	18/02/2013 a 31/07/2013
Tiago Bressan Costa	Professor de Educação Física	1.3/A	18	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Excedente (15) Vaga Transitoria (03)	18/02/2013 a 31/07/2013
Tyale Cardoso Mattos	Meren-deira	1.5/A	44	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Cristiane dos Santos Lima, lic. sem vencimentos	22/02/2013 a 20/12/2013
Vania Aparecida Bertotto	Professora de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	Vaga Excedente	25/02/2013 a 31/07/2013
Vera Márcia Westerlon de Oliveira	Especialista em Assuntos Educacionais – Administrador Escolar	1.3/A	20	EMEB Castelha-no	Vaga Excedente	21/02/2013 a 31/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.448

PORTARIA Nº 22.448, de 07 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 71, § 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal, ROSELI SIZERA DO AMARAL, ocupante do cargo de Professora de história, com carga horária de 15h (quinze) horas semanais, em exercício na EMEB Hilda Granemann de Souza, com efeitos a contar de 01/03/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.449

PORTARIA Nº 22.449, de 07 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 71, § 1º, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal, ROSANGELA FATIMA DE PAULA, ocupante do cargo de servente escolar, com carga horária de 44h (quarenta e quatro) horas semanais, em exercício na EMEB Ulysses Guimarães, com efeitos a contar de 01/03/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.450

PORTARIA Nº 22.450, de 07 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos abaixo descritos, em virtude do pedido de exoneração de Servidores Públicos Municipais, conforme segue:

Nome do Servidor	Cargo	Data Vacância
Rosangela Fátima de Paula	Servente Escolar	01/03/2013
Roseli Sizera do Amaral	Professora de História	01/03/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.451

PORTARIA Nº 22.451, de 07 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e os arts. 57 e 58, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER readaptação em atividades extra-classe, à Servidora Pública Municipal ZELI MORAES DE SOUZA, ocupante do cargo de auxiliar de creche e berçário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a EMEB Hilda Granemann de Souza, a contar de 01 de fevereiro de 2013, conforme laudo médico.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 22.453

PORTARIA Nº 22.453, de 07 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal CELIA DE PAULA, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 4711(quatro mil, setecentos e onze) dias ou, 12 (doze) anos, 11 (onze) mês e 01 (um) dia, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00032/036, emitida no dia 07 de outubro de 2003, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 22/2013 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS
FUNDEMA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GAS, CASCO, MANGOTE E AGUA MINERAL DESTINADOS A DIVERSAS

SECRETARIAS MUNICIPAIS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 28/03/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 28/03/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 11 de Março de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 24/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 24/2013 - PREFEITURA - 3º aditamento ao Contrato Administrativo nº 147/2011 - Objeto: Retomada da execução e prorrogação de prazo de execução por 180 dias na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE) TIPO B MODELO PADRÃO DA UNIÃO COM ÁREA DE 1.118,48M2. Referente ao Processo Licitatório nº 85/2011. CONCORRÊNCIA Nº 03/2011. Contratada: ATUALBRASIL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA/CNPJ nº 11.069.491/0001-43. Valor inalterado. Prazo: 180 dias.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº25/2013

PORTARIA Nº 25, de 07 de março de 2013.

Prorroga prazo da Comissão para elaboração do Organograma, Fluxograma e Rotinas de Trabalho da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 42, incisos VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e na forma do art. 225 do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar o prazo para a execução dos trabalhos pela Comissão para elaboração do Organograma, Fluxograma e Rotinas de Trabalho da Câmara Municipal de Caçador, por 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência da Portaria nº 07, de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia a publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 07 de janeiro de 2013.
Carlos Evandro Luz,
PRESIDENTE

Wilson Luiz Binotto
VICE-PRESIDENTE

Flavio Henrique dos Santos
1º SECRETÁRIO

Cleony Lopes Barboza Figur
2º SECRETÁRIA.

Processo Licitatório 10/2013

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Processo Licitatório nº 10/2013 - Pregão Presencial 08/2013 - Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Câmara Mirim durante o exercício de 2013. Data da abertura: 22.03.2013 às 14:00 horas e entrega dos envelopes até as 14:00 horas do mesmo dia. Maiores Informações por email: licitacao@camaracacador.sc.gov.br

Caçador (SC), 11 de março de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ

Presidente

Processo Licitatório 11/2013

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida:

Processo Licitatório nº 11/2013 - Pregão Presencial 09/2013 - Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza e correlatos para o exercício de 2013. Data da abertura: 27.03.2013 às 14:00 horas e entrega dos envelopes até as 14:00 horas do mesmo dia. Maiores Informações por email: licitacao@camaracacador.sc.gov.br

Caçador (SC), 11 de março de 2013.

CARLOS EVANDRO LUZ

Presidente

Camboriú**PREFEITURA****Decreto N.º 1.609/2013**

DECRETO N.º 1.609/2013

Declara em Situação de Emergência as áreas do Município de Camboriú afetadas por ENXURRADAS (COBRADE - 12.200) e DESLIZAMENTO (COBRADE 11321).

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município, o inciso VI do artigo 8º da Lei Federal n.º 12.608, de 10 de abril de 2012 e;

CONSIDERANDO que em consequência da chuva ocorrida no dia 09/03/2013 resultaram enxurradas, alagamentos e deslizamento de terra no centro, bem como em diversos bairros da cidade, conforme demonstra o Formulário de Informações do Desastre - FIDE, anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo, combinada com a precariedade do sistema municipal de drenagem de águas pluviais, resultou em significativos danos materiais, prejuízos econômicos e sociais, constantes no Formulário de Informações do Desastre - FIDE;

CONSIDERANDO o parecer favorável à declaração de situação de emergência da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, que avaliou e relatou a ocorrência desse desastre;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Camboriú contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ENXURRADAS (COBRADE - 12.200 e DESLIZAMENTO (COBRADE 11321),

conforme IN/MI n.º 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Fica autorizada a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo evento climático, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º Fica autorizado, nos termos dos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do evento, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 09 de março de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

PR 11/13 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2013-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA ALUNOS DO CAETÉS E BRAÇO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, PERCURSO CAETÉS: IDA CAETÉS ENTRE A LOCALIDADE LOURO E COMPRA TUDO 20 KM, VOLTA PARADA ESCOLA CLOTILDE RAMOS CHAVES E ESCOLAR PROFESSOR JOSÉ ATANTES 20 KM, ESTE PERCURSO SERÁ REALIZADO 4 VEZES AO DIA PERFAZENDO ASSIM UM TOTAL DE 80 KM POR DIA, TOTALIZANDO 1.600 KM POR MÊS. PERCURSO BRAÇO:IDA BRAÇO



ATÉ LOCALIDADE DOS GLICÉRIO 11 KM, VOLTA PARADA ESCOLA CLOTILDE RAMOS CHAVES E E.E.B MÁRIO GARCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 22 (Vinte e Dois) de Março de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 11 de Março de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 12/13 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2013-FME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTI - FRUITI) PARA O PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUIDOS PONTO A PONTO SEMANALMENTE CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANIHA DA SECRETARIA, DISTRIBUIÇÃO AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Março de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 11 de Março de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Termo de Errata PR 12/2013 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL 012/2013-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 012/2013 - PMC, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITARIO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado a quantidade do item 01, do Anexo I, conforme segue abaixo:

- onde lê-se: Quantidade : 2,000.

- leia-se: Quantidade : 1,000.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 11 de Março de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decisão Convite 10/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

DECISÃO

(Processo Licitatório nº 10/2013 - modalidade Convite)

Referente Processo Licitatório nº 10/2013, modalidade Convite.

Objeto: Aquisição de óleo lubrificante e graxa para manutenção da frota municipal no exercício 2013.

A empresa AGRICOPEL COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA apresentou a marca Lideroil na proposta para o item 04. Por uma falha da Comissão de Licitação não foi verificado na sessão que a marca não correspondia ao estabelecido no edital. A empresa AGRICOPEL COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA entregou o produto, e neste momento foi verificado que o produto não atendia as exigências do edital, quanto a marca apresentada. Solicitou-se a devolução do produto referente a NF-e 000145210, sendo prontamente atendido pela empresa.

Assim, a Comissão Permanente de Licitação DECIDE desclassificar o item 04 da empresa AGRICOPEL COMÉRCIO E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA e passar ao segundo colocado, à empresa NAC VILE Comércio de Lubrificantes Ltda. ME, a qual cotou a graxa da marca Ipiranga, de acordo com o edital.

Campo Alegre, 20 de fevereiro de 2013.
IRINEU WOITSKOVSKI JUNIOR
Presidente

JOSIANE ALQUINI CUBAS
Secretária

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Membro

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.689/13 - Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento do SAMAE - Republicado

REPUBLICADO

DECRETO Nº 6.689/2013 DE 04/03/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Com amparo no artigo 6º Da Lei nº 3.803 de 13 de dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento/2013 do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 582.600,00 (Quinhentos e oitenta e dois mil e seiscentos reais), no seguinte projeto/atividade:

17.512.0036.1.038 - Obras, Ampliações e reformas no Sistema de



Captação, Tratamento e Distribuição de Água.
4.4.90.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas - R\$ 382.600,00

17.512.0036.1.040 - Obras, Reformas e Ampliação do Sistema de Esgoto e Tratamento de Resíduos.

4.4.90.00.00.00.00.0245 - Aplicações Diretas - R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, no montante de R\$ 582.600,00 (quinhentos e oitenta e dois mil e seiscentos reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
05 de março de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.693/13 - Aprova Desmembramento de Imóvel Urbano de Anozil Sergio Rossi

DECRETO Nº 6.693/2013 DE 11/03/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 39.516;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII - XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Anozil Sergio Rossi, inscrito no CPF/MF sob nº 736.481.839-15; com a área de 4.610,00 m² (quatro mil seiscentos e dez metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 12.788.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui as seguintes confrontações:

Norte: com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 70,89 metros;
Sul: com Rua Anildo Bleichwel numa extensão de 90,73 metros;
Leste: com Marli Bleichwel e Outros numa extensão de 27,39 metros e com a Rua Constantino Ferreira da Silva (Rua Projetada) numa extensão de 31,44 metros;
Oeste: Confronta-se com a Rua Juvelina Gonçalves de Almeida numa extensão de 59,39 metros;

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto, dá origem a 8 (oito) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 360 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Anozil Sergio Rossi numa extensão de 15,00 metros;
Sul: com a Rua Anildo Bleichwel numa extensão de 15,00 metros;
Leste: com a Rua Constantino Ferreira da Silva (Rua Projetada) numa extensão de 24,00 metros;

Oeste: com o Lote 02 numa extensão de 24,00 metros.

Lote 02 com a área superficial de 300,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 12,50 metros;
Sul: com a Rua Anildo Bleichwel numa extensão de 12,50 metros;
Leste: com o Lote 01 numa extensão de 24,00 metros;
Oeste: com o Lote 03 numa extensão de 24,00 metros.

Lote 03 com a área superficial de 300,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 12,50 metros;
Sul: com a Rua Anildo Bleichwel numa extensão de 12,50 metros;
Leste: com o Lote 02 numa extensão de 24,00 metros;
Oeste: com o Lote 04 numa extensão de 24,00 metros.

Lote 04 com a área superficial de 300,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 12,50 metros;
Sul: com a Rua Anildo Bleichwel numa extensão de 12,50 metros;
Leste: com o Lote 03 numa extensão de 24,00 metros;
Oeste: com o Lote 05 numa extensão de 24,00 metros.

Lote 05 com a área superficial de 300,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 2,50 metros e com o Lote 07 numa extensão de 10,00 metros;
Sul: com a Rua Anildo Bleichwel numa extensão de 12,50 metros;
Leste: com o Lote 04 numa extensão de 24,00 metros;
Oeste: com o Lote 06 numa extensão de 24,00 metros.

Lote 06 com a área superficial de 360,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com o Lote 07 numa extensão de 15 metros;
Sul: com a Rua Anildo Bleichwel numa extensão de 15,00 metros;
Leste: com o Lote 05 numa extensão de 24,00 metros;
Oeste: com a Rua Jubelina Gonçalves de Almeida numa extensão de 24,00 metros.

Lote 07 com a área superficial de 300,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 25,00 metros;
Sul: com o Lote 06 numa extensão de 15,00 metros e com o Lote 05 numa extensão de 10,00 metros;
Leste: com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 12,00 metros;
Oeste: com a Rua Juvelina Gonçalves de Almeida numa extensão de 12,00 metros;

Lote 08 (área remanescente) com a área superficial de 2230,90 m².

Norte: com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 70,89 metros;
Sul: com o Lote 07 numa extensão de 25,00 metros, com o Lote 05 numa extensão de 2,50 metros, com o Lote 04 numa extensão de 12,50 metros, com o Lote 03 numa extensão de 12,50 metros, com o Lote 02 numa extensão de 12,50 metros e com o Lote 01 numa extensão de 15,00 metros;
Leste: com a Rua Constantino Ferreira da Silva (Rua Projetada) numa extensão de 5,55 metros, e com Anozil Sérgio Rossi numa extensão de 27,40 metros;
Oeste: com a Rua Juvelina Gonçalves de Almeida numa extensão de 23,39 metros e com o Lote 07 numa extensão de 12,00 metros;

Art. 4º. No ato do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, passarão a integrar o domínio do município as seguintes áreas:

1) Área da rua 159,10 m²;

Art. 5º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 6º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

11 de março de 2013

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PP 17/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº17/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25 de março de 2013 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a aquisição de material de higiene e limpeza para a Secretaria De Educação, Administração E Esporte, conforme especificações. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h00min às 17h30min diariamente.

Campos Novos, 11 de março de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Aviso de Tomada de Preço 01/2013 - Fhja

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2013

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 27/03/2013 às 10 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, EM PACIENTES HOSPITALIZADOS PELO S.U.S. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, PARA O ANO DE 2013. CONFORME DETALHAMENTO NA PLANILHA DE PROPOSTA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12 horas e das 13h30min às 18 horas diariamente.

Campos Novos, 13 de março de 2013.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

MARLIÊSE DA CASS MECABÔ

Administradora

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº 23/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 35/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/03/2013, às 14h15min, abertura de propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE M3 (METRO CÚBICO) IN NATURA DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA NA PEDREIRA DE RIO DO PINHO E PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE CASCALHO NA JAZIDA DE LARANJEIRAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 27/03/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 018/2013

DECRETO Nº 018, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

Altera dispositivo do Decreto municipal nº 029, de 15 de junho de 2007, que dispõe sobre a concessão de diárias, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 65 da Lei Complementar municipal nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto municipal nº 029, de 15 de junho de 2007, que dispõe sobre a concessão de diárias;

DECRETA:

Art. 1º Os valores das diárias instituídas pelo Decreto municipal nº 029, de 15 de junho de 2007, correspondem aos valores estabelecidos no Anexo Único, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 006, de 2 de fevereiro de 2009.

Capinzal, em 11 de março de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TABELA DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL, EXCETO À CAPITAL FEDERAL

GRUPO DE CARGOS OU FUNÇÃO	VALOR
Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 400,00
Secretários Municipais	R\$ 270,00
Diretores Municipais e Chefes de Departamento	R\$ 180,00
Servidores Municipais	R\$ 180,00
Presidentes e Membros de Conselhos Municipais	R\$ 180,00

TABELA DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO À CAPITAL FEDERAL

GRUPO DE CARGOS OU FUNÇÃO	VALOR
Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 600,00
Secretários Municipais	R\$ 400,00
Diretores Municipais e Chefes de Departamento	R\$ 270,00
Servidores Municipais	R\$ 270,00
Presidentes e Membros de Conselhos Municipais	R\$ 270,00

TABELA DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO AO EXTERIOR

GRUPO DE CARGOS OU FUNÇÃO	VALOR
Prefeito e Vice-Prefeito	R\$ 820,00
Secretários Municipais	R\$ 540,00
Diretores Municipais e Chefes de Departamento	R\$ 365,00
Servidores Municipais	R\$ 365,00
Presidentes e Membros de Conselhos Municipais	R\$ 365,00

PMC - Processo Licitatório Nº 48/2013 - Pregão Presencial Nº 20/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 48/2013

Pregão Presencial Nº 20/2013

OBJETO: Aquisição de material impresso para todas as secretarias, órgãos, departamentos e diretorias à elas vinculadas, recursos próprios (modelos solicitados retirar na Prefeitura).

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 15:00 horas, para abertura às 15:05 horas do dia 26/03/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 13 de Março de 2013.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

PMC - Processo Licitatório Nº 50/2013 - Pregão Presencial Nº 21/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 50/2013

Pregão Presencial Nº 21/2013

OBJETO: Aquisição de 40.000m3 (quarenta mil metros cúbicos) de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas no interior do município, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 27/03/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 13 de Março de 2013.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

Catanduvás

PREFEITURA

Decreto Nº 1.876 de 08 de Fevereiro de 2013

DECRETO Nº 1.876/2013 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS DO ESTADO APURADO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.386/12 de 05 de Dezembro de 2012, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (art. 7º, I e 43, § 1º e § 2º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 69.778,83 (Sessenta e nove mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS

451 INFRAESTRUTURA URBANA

1037 Pavimentação de Ruas Estradas e Passeios

34 124/55 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Conv. Pav. Ruas/Estado R\$ 69.778,83

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos de Convênios Pavimentação de Ruas, resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás SC, 08 de Fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 08/02/2013.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Decreto Nº 1.877 de 21 de Fevereiro de 2013

DECRETO Nº 1.877, de 21 de fevereiro de 2013.

"NOMEIA COMISSÃO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO DE BENS CONSTANTES DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica formada a Comissão de Vistoria e Avaliação de Bens constantes do Patrimônio Público Municipal, destinado a alienação, conforme ANEXO I ao presente decreto, formada pelos seguintes membros:

- a) CARLOS AUGUSTO CZECH
- b) ODAIR JOSÉ GABRIELLI
- c) JOÃO ADEMAR NICHETTI
- d) IVAN CLÁUDIO SACCHET
- e) LUCIMAR MIGUEL CORREIA

Art. 2º Para realização dos trabalhos, a Comissão verificará sumariamente as condições gerais dos bens, e definirá o valor mínimo de mercado para alienação.

Art. 3º Pela execução dos trabalhos, a Comissão não será remunerada, sendo considerado serviço de relevância ao Município.

Art. 4º A Comissão terá um prazo de cinco (5) dias para conclusão dos trabalhos, emitindo o respectivo "Laudo de Vistoria e Avaliação" para cada bem descrito no ANEXO I.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 21 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

A N E X O I

"Anexo I ao Decreto Municipal nº 1.876, de 21 de fevereiro de 2013"

- RELAÇÃO DE BENS DESTINADOS À VISTORIA E AVALIAÇÃO:

A) 1 veículo PAS/ONIBUS M. BENS/OF 1315, ano/mod 1989/89, diesel, capacidade 52P/130CV, cor branca, placas KNI8391, RENA-VAN 314937986, sem restrições;

B) 1 veículo PAS/ONIBUS SCANIA/K112 CL, ano/mod 1989/89, diesel, capacidade 42P/305CV, cor branca, placas JJD5213, RENA-VAN 4659970, sem restrições;

C) 1 veículo PAS/ONIBUS VW/16.180 CO, ano/mod 1994/95, diesel, capacidade 44P/184CV, cor branca, placas KBZ5198, RENA-VAN 628025262, sem restrições;

Catanduvas-SC, 21 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Portaria Nº 5671 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5671/13, de 14.02.2013,

"Admite temporariamente, Luciane Hack"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Luciane Hack, para o Cargo de Professor (a) de Artes, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5397/12.

Portaria Nº 5672 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5672/13, de 14.02.2013,

"Admite temporariamente, Eliane Hetkowski"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

R E S O L V E:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Eliane Hetkowski para o Cargo de Professor (a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5384/12.

Portaria Nº 5673 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5673/13, de 14.02.2013,

"Admite temporariamente, Alessandra Fischer"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública

Municipal, Alessandra Fischer, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5385/12

Portaria Nº 5674 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5674/13, de 14.02.2013,
"Admite temporariamente,
Elis Regina Bernardi Tizatto"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Elis Regina Bernardi Tizatto, para o Cargo de Professor(a) de Educação Infantil, Nível MG513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5386/12

Portaria Nº 5677 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5677/13, de 14.02.2013,
"Admite temporariamente, Juliana de Moraes"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Juliana de Moraes, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria 5493/12

Portaria Nº 5678 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5678/13, de 14.02.2013,
"Admite temporariamente, Luana Aparecida Dal Pra Marcondes"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Luana Aparecida Dal Pra Marcondes, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013. (em substituição a Servidora Lurdes Mascarello, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde - INSS)

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Portaria Nº 5679 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5679/13, de 14.02.2013,
"Admite temporariamente,
Solange Andreson"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Solange Andreson, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 5511/12

Portaria Nº 5680 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5680/13, de 14.02.2013,
"Admite temporariamente, Dirlei Titon"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Dirlei Titon, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013. (em substituição a Servidora Dionice de Fátima Cirino, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde - INSS)

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Portaria Nº 5681 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5681/13, de 14.02.2013,
"Admite temporariamente,
Maristela Dalmagro Pinto"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Maristela Dalmagro Pinto, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013. (em substituição a Servidora Cleci Salet de Almeida, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde - INSS)

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5513/12

Portaria Nº 5682 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5682/13, de 14.02.2013,
"Admite temporariamente,
Dulcemar Rosa"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei

Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Dulcemar Rosa, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Portaria Nº 5683 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5682/13, de 14.02.2013,
"Admite temporariamente,
Dulcemar Rosa"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Dulcemar Rosa, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 14 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 14 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Portaria Nº 5684 de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5684/13, de 18.02.2013,
"Admite temporariamente,
Ivandra Salette Alves da Silva"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Ivandra Salette Alves da Silva, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal

da Secretaria Municipal Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 18 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 18 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Portaria Nº 5685 de 18 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5685/13, de 18.02.2013,
"Admite temporariamente, Silvana Maia de Moraes"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Silvana Maia de Moraes, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 18 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 18 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Portaria Nº 5686 de 18 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5686/13, de 18.02.2013,
"Admite temporariamente, Fabiana Bandeira"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Fabiana Bandeira, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE01A, 25 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 18 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 18 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Portaria Nº 5687 de 19 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5687/13, de 19.02.2013,
"Admite temporariamente, Daniela Cavalheiro Santana"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012 e Decreto nº 1.806, de 02 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Daniela Cavalheiro Santana, para o Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE06A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 19 de fevereiro de 2013 a 13 de dezembro de 2013.

Catanduvas, 19 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL

Portaria Nº 5688 de 20 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/5688/13, de 20.02.13
"PROMOVE SERVIDOR NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 206, Inciso V, da Constituição Federal, art. 67, Inciso IV, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 7º, Inciso I, § 1º, Art 8º parágrafo único, combinado com o Art. 6º, § 1º da Lei Municipal nº 1716/02, de 04 de janeiro de 2002,

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por imperativo de implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério público Municipal, em PROMOÇÃO VERTICAL.

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de nome- ação	Classe/Nível/ Referência anterior	Classe/Nível Referência Atual
ROSANE EVA BUCCO	Professor C3	P/3322/02	01/507/G	03/520/A

Catanduvas, 20 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5201/11

Portaria Nº 5689 de 20 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/55689/13, de 20.02.2013.
"PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 206, Inciso V, da Constituição Federal, art. 67, Inciso IV, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 7º, Inciso III, art. 10º, § 1º, Incisos I, II e III, e §§

2º e 4º, da Lei Municipal nº 1716/02, de 04 de janeiro de 2002,

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério Público Municipal, considerando **DESEMPENHO E EFICIÊNCIA**, enquadrando em Promoção Horizontal, os seguintes servidores:

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de nomeação	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível referência atual
01	Abegair Adelina Chinato Biassi	Professora C3	2834/00	03/522/E	03/522/F
02	Alda Marmentini Nora	Professora C3	378/90	03/524/D	03/524/E
03	Alessandra Wanessa Colla	Professora C3	2833/00	03/522/E	03/522/F
04	Alda Bisinella Luvison	Professora C1	1421/94	01/509/G	01/510//A
05	Ana Paula Fernandes	Professora C3	3322/03	03/521/A	03/521/B
06	Ângela Marília Garcia Miotto	Professora C3	390/90	03/523/F	03/523/G
07	Alexandra Vieira dos Santos	Professora C3	3320/03	03/520/E	03/520/F
08	Alnete Francisca de Sousa Sella	Professora C3	2637/00	03/520/E	03/520/F
09	Ângela M C de Moraes da Cruz	Professora C3	2826/00	03/522/C	03/522/D
10	Carla Adriane Bittencourt Bressanelli	Professora C3	393/90	03/524/B	03/524/C
11	Clarice Aparecida Turcatto Dezanet	Professora C3	2638/00	03/520/G	03/521/A
12	Claudia Regina Rodrigues Dosciatti	Professora C3	2827/00	03/520/F	03/520/G
13	Cleunice Aparecida Gervásio	Professora C3	2825/00	03/521/A	03/521/B
14	Elenir Fátima Chinato Filipini	Professora C3	381/90	03/524/E	03/524/F
15	Elia Aparecida Branco de Camargo	Professora C3	3378/03	03/521/G	03/522/A
16	Elisabet Parisoto Borin	Professora C3	2830/00	03/521/A	03/521/B
17	Gladimar Dambrós	Professora C3	2828/00	03/522/C	03/522/D
18	Elizangela Cavalheiro Mariano	Professora C3	3356/03	03/521/E	03/521/F

19	Ironita Buc-co Tieppo	Professora C3	2831/00	03/523/A	03/523/B
20	Ivânia Aparecida Nora	Professora C3	1505/95	03/522/G	03/523/A
21	Janete Maria Zatera	Professora C3	2822/00	03/522/E	03/522/F
22	Jussara Alves da Silva	Professora C3	3389/03	03/521/B	03/521/C
23	Jancarla Rodrigues	Professora C3	3319/03	03/521/B	03/521/C
24	Juanice Moreira Pecher	Professora C2	392/90	02/514/F	02/514/G
25	Karina Cristiane Belaver Coratto	Professora C3	2879/01	03/522/C	03/522/D
26	Leda Maria de Almeida	Professora C3	2616/00	03/522/D	03/522/E
27	Lourdes M. Mauro Ramos	Professora C3	3189/02	03/522/E	03/522/F
28	Lucélia Aparecida Gabrielli	Professora C3	1411/94	03/524/B	03/524/C
29	Lucília Aparecida Boscato Broll	Professora C3	386/90	03/522/G	03/523/A
30	Luiz Henrique Mendes da Silva	Professor C3	2945/06	03/520/G	03/521/A
31	Maria Cristina Fiório	Professora C3	2838/00	03/522/E	03/522/F
32	Marisa Fátima Artifon Simões	Professora C3	2835/00	03/524/G	03/525/A
33	Maria Helena Macedo Knebel	Professora C3	3318/03	03/521/B	03/521/C
34	Maristela Ap. Borella Baraúna	Professora C3	2642/00	03/523/A	03/523/B
35	Neiva Antonioli	Professora C3	2643/00	03/521/B	03/521/C
36	Noeli Salete Natziuk	Professora C3	3527/04	03/521/B	03/521/C
37	Regina Correa de Almeida	Professora C2	3317/03	02/513/F	02/513/F
38	Neusa Aparecida Rigo	Professora C3	2644/00	03/524/B	03/524/C
39	Rafael Munaretto	Professor C3	4003/06	03/520/E	03/520/F
40	Rosângela Salete Carl	Professora C3	3528/04	03/521/A	03/521/B
41	Roseli Santos	Professora C3	2833/01	03/520/F	03/520/G
42	Rosmari Aparecida B Pecinato	Professora C3	2836/00	03/521/F	03/521/G

43	Salete Ribeiro Chiarello	Professora C3	3832/00	03/521/B	03/521/C
44	Silvana Te-rezinha Cola Menegazzo	Professora C3	391/90	03/525/G	03/526/A
45	Simone Andréa Carl	Professora C3	3524/04	03/521/B	03/521/C
46	Sirlei Aparecida de Andrade	Professora C3	2618/00	03/520/E	03/520/E
47	Sirlene F. Debastiani Rodrigues	Professora C3	3329/03	03/520/G	03/521/A
48	Silvia Talini	Professora C3	4029/06	03/520/G	03/521/A
49	Susana Bergamo Casagrande	Professora C3	4461/08	03/521/B	03/521/C
50	Solange F. M. Secco	Professora C3	2648/00	03/521/G	03/522/A
51	Tânia Maria Nunes	Professora C3	2619/00	03/522/A	03/522/B
52	Tatiana M. Bitencourt Menegat	Professora C3	2620/00	03/520/D	03/520/E
53	Tassiana Claudia Felipe	Professora C3	3526/04	03/521/B	03/521/C
54	Valéria R. Rodrigues de Oliveira	Professora C3	3316/03	03/520/G	03/521/A
55	Vânia Salete Moreira Miotto	Professora C2	2829/00	02/521/E	02/521/F
56	Vera Lúcia Rodrigues	Professora C3	3343/03	03/521/B	02/521/B
57	Veroni Cassiano de Moraes Dalapria	Professora C3	1506/95	03/522/F	03/522/G
58	Zilma do Carmo Pizzi	Professora C3	374/90	03/522/F	03/522/G

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Catanduvas, 20 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita de Catanduvas

Portaria Nº 5690 de 20 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5690/13, de 20.02.2013.

“PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 206, Inciso V, da Constituição Federal, art. 67, Inciso IV, da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, art. 7º, Inciso III, art. 10º, § 1º, Incisos I, II e III, e §§ 2º e 4º, da Lei Municipal nº 1716/02, de 04 de janeiro de 2002,

RESOLVE:

PROMOVER SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério público Municipal, em Promoção de QUALIFICAÇÃO EM

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS, os (as) seguintes servidores (as):

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de nomeação	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível referência atual
01	Abegair Adelina Chinato Biassi	Professora C3	P/2834/00	03/522/F	03/522/G
02	Alda Marmontini Nora	Professora C3	P/ 378/90	03/524/E	03/524/F
03	Alessandra Wanessa Colla	Professora C3	P/833/00	03/522/F	03/522/G
04	Alda Bisine-la Luvison	Professora C1	P/1421/94	01/510/A	03/510/B
05	Ana Paula Fernandes	Professora C3	P/3322/03	03/521/B	03/521/C
06	Ângela Marília Garcia Miotto	Professora C3	P/390/90	03/523/G	03/524/A
07	Alexandra Vieira dos Santos	Professora C3	P/3320/03	03/520/F	03/520/G
08	Alnete Francisca de Sousa Sella	Professora C3	P/2637/00	03/520/F	03/520/F
09	Ângela M C de Moraes da Cruz	Professora C3	P/2826/00	03/522/D	03/522/E
10	Carla Adriane Bittencourt Bressanelli	Professora C3	P/393/90	03/524/C	03/524/D
11	Clarice Aparecida Turcatto Dezanet	Professora C3	P/2638/00	03/521/A	03/521/B
12	Claudia Regina Rodrigues Dosciatti	Professora C3	P/2827/00	03/520/G	03/521/A
13	Cleunice Gervásio	Professora C3	P/2825/00	03/521/B	03/521/C
14	Elenir Fátima Chinato Filipini	Professora C3	P/381/90	03/524/F	03/524/G
15	Elia Aparecida Branco de Camargo	Professora C3	P/378/03	03/522/A	03/522/B
16	Elisabet Parisoto Borin	Professora C3	P/2830/00	03/521/B	03/521/C
17	Gladimar Dambrós	Professora C3	P/2828/00	03/522/D	03/522/E
18	Elizangela Cavalheiro Mariano	Professora C3	P/3356/03	03/521/F	03/521/G
19	Ironita Bucco Tieppo	Professora C3	P/2831/00	03/523/B	03/523/C
20	Ivânia Aparecida Nora	Professora C3	P/1505/95	03/523/A	03/523/A
21	Janete Maria Zatera	Professora C3	P/2822/00	03/522/F	03/522/G

22	Jussara Alves da Silva	Professora C3	P/3389/03	03/521/C	03/521/D
23	Jancarla Rodrigues	Professora C3	P/3319/03	03/521/C	03/521/D
24	Juanice Moreira Pecher	Professora C2	P/392/90	02/514/G	02/515/A
25	Karina Cristiane Belaver Coratto	Professora C3	P/2879/01	03/522/D	03/522/D
26	Leda Maria de Almeida	Professora C3	P/2616/00	03/522/E	03/522/F
27	Lourdes M. Mauro Ramos	Professora C3	P/3189/02	03/522/F	03/522/G
28	Lucélia Aparecida Gabrielli	Professora C3	P/1411/94	03/524/C	03/524/D
29	Lucília Aparecida Boscato Broll	Professora C3	P/386/90	03/523/A	03/523/B
30	Luiz Henrique Mendes da Silva	Professor C3	P/2945/06	03/521/A	03/521/B
31	Maria Cristina Fiório	Professora C3	P/2838/00	03/522/F	03/522/G
32	Marisa Fátima Artifon Simões	Professora C3	P/2835/00	03/525/A	03/525/B
33	Maria Helena Macedo Knebel	Professora C3	P/3318/03	03/521/C	03/521/D
34	Maristela Ap. Borella Baraúna	Professora C3	P/2642/00	03/523/B	03/523/C
35	Neiva Antonioli	Professora C3	P/2643/00	03/521/C	03/521/D
36	Noeli Salete Natziuk	Professora C3	P/3527/04	03/521/C	03/521/D
37	Regina Correa de Almeida	Professora C2	P/3317/03	02/513/F	02/513/F
38	Neusa Aparecida Rigo	Professora C3	P/2644/00	03/524/C	03/524/D
39	Rafael Munaretto	Professor C3	P/4003/06	03/520/F	03/520/G
40	Rosângela Salete Carl	Professora C3	P/3528/04	03/521/B	03/521/C
41	Rosmari Aparecida B Pecinato	Professora C3	P/2836/00	03/521/G	03/522/A
42	Roseli Santos	Professora C3	P/ 2833/01	03/520/G	03/521/A
43	Salete Ribeiro Chiarello	Professora C3	P/3832/00	03/521/C	03/521/D
44	Silvana Te-rezinha Cola Menegazzo	Professora C3	P/391/90	03/526/A	03/526/B
45	Simone Andréa Carl	Professora C3	P/3524/04	03/521/C	03/521/D

46	Sirlei Aparecida de Andrade Bredi	Professora C3	P/2618/00	03/520/E	03/520/E
47	Sirlene F. Debastiani Rodrigues	Professora C3	P/3329/03	03/521/A	03/521/B
48	Silvia Talini	Professora C3	P/4029/06	03/521/A	03/521/A
49	Susana Bergamo Casagrande	Professora C3	P/4461/08	03/521/C	03/521/D
50	Solange F. M. Secco	Professora C3	P/2648/00	03/522/A	03/522/B
51	Tânia Maria Nunes	Professora C3	P/2619/00	03/522/B	03/522/B
52	Tatiana M. Bitencourt Menegat	Professora C3	P/2620/00	03/520/E	03/520/F
53	Tassiana Claudia Felipe	Professora C3	P/3526/04	03/521/C	03/521/D
54	Valéria R. Rodrigues de Oliveira	Professora C3	P/3316/03	03/521/A	03/521/B
55	Vânia Salete Moreira Miotto	Professora C2	P/2829/00	02/521/F	02/521/G
56	Vera Lúcia Rodrigues	Professora C3	P/3343/03	03/521/B	03/521/B
57	Veroni Cassiano de Moraes Dalapria	Professora C3	P/1506/95	03/522/G	03/522/G
58	Zilma do Carmo Pizzi	Professora C3	P/374/90	03/522/G	03/522/G

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Catanduvas, 20 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita de Catanduvas

Portaria Nº 5691 de 20 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/5691/12, de 20.02.2013.

"NÃO CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR ASSIDUIDADE"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, pelo Decreto 1.340/05, de 27 de abril de 2005 e pela Lei Municipal 2.173/08, Art. 23, § 1º e 2º, de 10 de junho de 2008,

RESOLVE:

NÃO CONCEDER GRATIFICAÇÃO PARA SERVIDORES (AS) DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério público Municipal, enquadrando os (as) seguintes servidores (as) que fazem jus à Gratificação por Assiduidade:

N	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de Nomeação	Classe/Nível Referência Anterior	Classe/Nível Referência Atual
01	Alnete Francisca de Sousa Sella	Professora C3	P/2637/00	03/520/F	03/520/G
02	Marisa Fátima Artifon Simões	Professora C3	P/2835/00	03/525/A	03/525/B
03	Sirlene F. Debastiani Rodrigues	Professora C3	P/3329/03	03/520/A	03/520/B
04	Karina Cristiane Belaver Coratto	Professora C3	P/2879/01	03/522/D	03/522/E
05	Regina Correa de Almeida	Professora C2	P/3317/03	02/513/F	02/513/F
06	Luiz Henrique Mendes da Silva	Professor C3	P/2945/06	03/520/A	03/520/B
07	Elisabet Parisoto Borin	Professora C3	P/2830/00	03/521/B	03/521/C
08	Vânia Salete Moreira Miotto	Professora C2	P/2829/00	02/521/F	02/521/G
09	Salete Ribeiro Chiarello	Professora C3	P/3832/00	03/521/C	03/521/D
10	Neusa Aparecida Rigo	Professora C3	P/2644/00	03/524/C	03/524/D
11	Sirlei Aparecida de Andrade Bridi	Professora C3	P/2618/00	03/520/E	03/520/E
12	Vera Lucia Rodrigues	Professora C3	P/3343/03	03/521/B	03/521/B

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Catanduvas, 20 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita de Catanduvas

Portaria Nº 5692 de 20 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5692/13, de 20.02.2013.

"PROMOVE SERVIDORES NA FORMA QUE ESPECIFICA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, pelo Decreto 1.340/05, de 27 de abril de 2005 e pela Lei Municipal 2.173/08, Art. 23, § 1º e 2º, de 10 de junho de 2008,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO PARA SERVIDORES (AS) DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, por implantação do Plano de Carreira e Valorização do Magistério público Municipal, enquadrando os (as) seguintes servidores (as) que fazem jus à Gratificação por Assiduidade:

Nº	Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Ato de nomeação	Classe/Nível Referência anterior	Classe/Nível referência atual
01	Abegair Adelina Chinato Biassi	Professora C3	P/2834/00	03/522/F	03/522/G
02	Alda Marmentini Nora	Professora C3	P/ 378/90	03/524/E	03/524/F
03	Alessandra Wanessa Colla	Professora C3	P/833/00	03/522/F	03/522/G
04	Alda Bisinel Luvison	Professora C1	P/1421/94	01/510/A	03/510/B
05	Ana Paula Fernandes	Professora C3	P/3322/03	03/521/B	03/521/C
06	Ângela Márlia Garcia Miotto	Professora C3	P/390/90	03/523/G	03/524/A
07	Alexandra Vieira dos Santos	Professora C3	P/3320/03	03/520/F	03/520/G
08	Alnete Francisca de Sousa Sella	Professora C3	P/2637/00	03/520/F	03/520/F
09	Ângela M C de Moraes da Cruz	Professora C3	P/2826/00	03/522/D	03/522/E
10	Carla Adriane Bittencourt Bressanelli	Professora C3	P/393/90	03/524/C	03/524/D
11	Clarice Aparecida Turcatto Dezanet	Professora C3	P/2638/00	03/521/A	03/521/B
12	Claudia Regina Rodrigues Dosciatti	Professora C3	P/2827/00	03/520/G	03/521/A
13	Cleunice Gervásio	Professora C3	P/2825/00	03/521/B	03/521/C
14	Elenir Fátima Chinato Filipini	Professora C3	P/381/90	03/524/F	03/524/G
15	Elia Aparecida Branco de Camargo	Professora C3	P/378/03	03/522/A	03/522/B
16	Elisabet Parisoto Borin	Professora C3	P/2830/00	03/521/B	03/521/C
17	Gladimar Dambrós	Professora C3	P/2828/00	03/522/D	03/522/E
18	Elizangela Cavalheiro Mariano	Professora C3	P/3356/03	03/521/F	03/521/G
19	Ironita Bucuco Tieppo	Professora C3	P/2831/00	03/523/B	03/523/C
20	Ivânia Aparecida Nora	Professora C3	P/1505/95	03/523/A	03/523/A
21	Janete Maria Zatera	Professora C3	P/2822/00	03/522/F	03/522/G
22	Jussara Alves da Silva	Professora C3	P/3389/03	03/521/C	03/521/D

23	Jancarla Rodrigues	Professora C3	P/3319/03	03/521/C	03/521/D
24	Juanice Moreira Pecher	Professora C2	P/392/90	02/514/G	02/515/A
25	Karina Cristiane Belaver Coratto	Professora C3	P/2879/01	03/522/D	03/522/D
26	Leda Maria de Almeida	Professora C3	P/2616/00	03/522/E	03/522/F
27	Lourdes M. Mauro Ramos	Professora C3	P/3189/02	03/522/F	03/522/G
28	Lucélia Aparecida Gabrielli	Professora C3	P/1411/94	03/524/C	03/524/D
29	Lucília Aparecida Boscato Broll	Professora C3	P/386/90	03/523/A	03/523/B
30	Luiz Henrique Mendes da Silva	Professor C3	P/2945/06	03/521/A	03/521/B
31	Maria Cristina Fiório	Professora C3	P/2838/00	03/522/F	03/522/G
32	Marisa Fátima Artifon Simões	Professora C3	P/2835/00	03/525/A	03/525/B
33	Maria Helena Macedo Knebel	Professora C3	P/3318/03	03/521/C	03/521/D
34	Maristela Ap. Borella Baraúna	Professora C3	P/2642/00	03/523/B	03/523/C
35	Neiva Antonioli	Professora C3	P/2643/00	03/521/C	03/521/D
36	Noeli Salete Natziuk	Professora C3	P/3527/04	03/521/C	03/521/D
37	Regina Correa de Almeida	Professora C2	P/3317/03	02/513/F	02/513/F
38	Neusa Aparecida Rigo	Professora C3	P/2644/00	03/524/C	03/524/D
39	Rafael Munaretto	Professor C3	P/4003/06	03/520/F	03/520/G
40	Rosângela Salete Carl	Professora C3	P/3528/04	03/521/B	03/521/C
41	Rosmari Aparecida B. Pecinato	Professora C3	P/2836/00	03/521/G	03/522/A
42	Roseli Santos	Professora C3	P/ 2833/01	03/520/G	03/521/A
43	Salete Ribeiro Chiarello	Professora C3	P/3832/00	03/521/C	03/521/D
44	Silvana Te-rezinha Cola Menegazzo	Professora C3	P/391/90	03/526/A	03/526/B
45	Simone Andréa Carl	Professora C3	P/3524/04	03/521/C	03/521/D
46	Sirlei Aparecida de Andrade Bridi	Professora C3	P/2618/00	03/520/E	03/520/E

47	Sirlene F. Debastiani Rodrigues	Professora C3	P/3329/03	03/521/A	03/521/B
48	Silvia Talini	Professora C3	P/4029/06	03/521/A	03/521/A
49	Susana Bergamo Casagrande	Professora C3	P/4461/08	03/521/C	03/521/D
50	Solange F. M. Secco	Professora C3	P/2648/00	03/522/A	03/522/B
51	Tânia Maria Nunes	Professora C3	P/2619/00	03/522/B	03/522/B
52	Tatiana M. Bitencourt Menegat	Professora C3	P/2620/00	03/520/E	03/520/F
53	Tassiana Claudia Felipe	Professora C3	P/3526/04	03/521/C	03/521/D
54	Valéria R. Rodrigues de Oliveira	Professora C3	P/3316/03	03/521/A	03/521/B
55	Vânia Salete Moreira Miotto	Professora C2	P/2829/00	02/521/F	02/521/G
56	Vera Lúcia Rodrigues	Professora C3	P/3343/03	03/521/B	03/521/B
57	Veroni Cassiano de Moraes Dalapria	Professora C3	P/1506/95	03/522/G	03/522/G
58	Zilma do Carmo Pizzi	Professora C3	P/374/90	03/522/G	03/522/G

Este Ato tem seus efeitos, retroativos, a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Catanduvas, 20 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita de Catanduvas

Portaria Nº 5693 de 20 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/5693/13, de 20.02.13

“Concede Função Gratificada a Marisete Luvison Marcon”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 19, da Lei Complementar nº 16/01, de 17 de dezembro de 2001,

R e s o l v e :

CONCEDER, atendendo interesse público municipal, Função Gratificada à funcionário(a) Marisete Luvison Marcon, com Estabilidade no Cargo de Técnico em Enfermagem, Nível-CE-26A, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para desempenhar cumulativamente as atribuições de Coordenador de Enfermagem, Nível FG-05, com 40 horas semanais, aos vencimentos do cargo efetivo.

O presente ato tem seus efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2013, quando a Servidora passou exercer essas funções.

Catanduvas, 20 de fevereiro de 2013

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5492/12



Portaria Nº 5694 de 20 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/5694/13, de 20.02.13

"Revoga Portaria anterior de Servidor"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere,

R e s o l v e

REVOGAR, no interesse público, a Portaria P/5247/11, que concedeu Função Gratificada de Assessor Técnico Administrativo da Servidora Karina Cristiane Belaver, retornando ao seu Cargo de Origem de Professor(a), Nível MG522D, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos deste cargo.

Este ato tem seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Catanduvas, 20 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5689/12

Portaria Nº 5695 de 26 de Fevereiro de 2103

PORTARIA P/ 5695/13, de 26.02.2013.

"Demite, antes do termo final de contratação temporária Kelly Cristina Soccol Barbieri"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

DEMITIR, mediante pedido do(a) interessado(a), Kelly Cristina Soccol Barbieri, ocupante do Cargo de Médico(a), Nível CE-111A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal.

Este ato atende pedido do(a) Servidor(a), que desempenhou suas funções até a presente data de Saúde e Desenvolvimento Social.

Catanduvas, 26 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5598/13

Portaria Nº 5696 de 28 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/5696/13, de 28.02.2013

"Exonera de Cargo em Comissão, Rosimeri Fatima Spazini"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

R e s o l v e

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, Rosimeri Fatima Spazini, das funções do Cargo em Comissão de Integrador de Planejamento e Projetos, Nível CC-07, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando a nominada funcionária deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 28 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/4675/09

Portaria Nº 5697 de 28 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/5697/13, de 28.02.2013

"Exonera de Cargo em Comissão,
Clovis José De Lucca"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 9º, II, combinado com o artigo 40 I, da Lei Complementar nº 19/02,

R e s o l v e

EXONERAR, no interesse da Administração Pública Municipal, Clovis José De Lucca, das funções do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Nível CC-01, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Este ato tem seus efeitos até a presente data, quando a nominada funcionária deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 28 de fevereiro de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/4578/09

Portaria Nº 5698 de 28 de Fevereiro de 2013

PORTARIA P/ 5698/13, de 28.02.2013.

"Prorroga contrato por prazo determinado de Tiago Cazella"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 de abril de 2010,

RESOLVE:

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação de Tiago Cazella, ocupante do Cargo de Médico Veterinário, Nível CE 91A, em caráter excepcional e por prazo determinado, com 30 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A presente medida é de interesse público municipal, vez que o Servidor José Carlos Favaro Mendes, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, 30 horas semanais, nomeado pela Portaria P/ 3420/03, se encontra afastado das atividades mediante licença médica para tratamento de saúde sendo necessária a presente medida para evitar solução de continuidade nos trabalhos essenciais inerentes à atividade da medicina veterinária para o Município.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/ 5572/12, elevando-o até 03 de abril de 2013

Catanduvas, 28 de fevereiro de 2013

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 5586/12

Portaria Nº 5699 de 1º de Março de 2013

PORTARIA P/5699/13, de 01.03.2013

Concede licença para tratar de interesses particulares Everaldo Gabriel da Costa"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei Complementar nº 19/02,

R e s o l v e

CONCEDER, atendendo pedido do(a) interessado(a), Everaldo Gabriel da Costa, Licença para tratar de Interesses Particulares à Funcionário(a), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Defesa Civil, Nível CE-26A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Início da licença:

01 de março de 2013

Término da licença:

28 de fevereiro de 2015

Catanduvas, 1º de março 2013

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5531/12

Portaria Nº 5700 de 1º de Março de 2013

PORTARIA P/ 5700/13, de 01.03.2013,

"Admite temporariamente,
Marcelo Bandeira"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, Marcelo Bandeira, para o Cargo de Motorista, Nível CE36A, 40 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de março de 2013 a 31 de agosto de 2013.

Catanduvas, 01 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/3921/05

Portaria Nº 5701 de 1º de Março de 2013

PORTARIA P/5701/13, de 01.03.2013

"Nomeia para Cargo em Comissão,
Clovis José De Lucca"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar

16/01, de 17 de dezembro de 2001,

R e s o l v e

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, Clovis José De Lucca, para as funções do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Nível CC-01, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o(a) nominado(a) Servidor(a) passou a exercer essas funções.

Catanduvas, 01 de março de 2013

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5697/13

Extrato de Contrato FMAS Nº 0013/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0013/2013

Processo Licitatório n.º 0013/2013

Convite n.º 0004/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de material gráfico visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Administração e Finanças; Infraestrutura; Educação, Cultura e Desporto e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA BLUMEN LTDA.

Valor global contratado: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: de 05 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 05 de março de 2013.

Elizete Cardoso da Silva

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMAS Nº 0014/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0014/2013

Processo Licitatório n.º 0013/2013

Convite n.º 0004/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de material gráfico visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Administração e Finanças; Infraestrutura; Educação, Cultura e Desporto e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CONTRATADO: GRÁFICA, EDITORA E JORNAL O FATO LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Prazo de vigência: de 05 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 05 de março de 2013.

Elizete Cardoso da Silva

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social.

Extrato de Contrato FMS Nº 0011/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0011/2013

Processo Licitatório n.º 0013/2013

Convite n.º 0004/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de material gráfico visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Administração e Finanças; Infraestrutura; Educação, Cultura e Desporto e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA BLUMEN LTDA.

Valor global contratado: R\$ 13.261,00 (treze mil duzentos e sessenta e um reais).

Prazo de vigência: de 05 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 05 de março de 2013.

Elizete Cardoso da Silva

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social.

Extrato de Contrato FMS Nº 0012/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0012/2013

Processo Licitatório n.º 0013/2013

Convite n.º 0004/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de material gráfico visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Administração e Finanças; Infraestrutura; Educação, Cultura e Desporto e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: GRÁFICA, EDITORA E JORNAL O FATO LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 14.491,20 (quatorze mil quatrocentos e noventa e um reais e vinte centavos).

Prazo de vigência: de 05 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 05 de março de 2013.

Elizete Cardoso da Silva

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social.

Extrato de Contrato PMC Nº 0027/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0027/2013

Processo Licitatório n.º 0013/2013

Convite n.º 0004/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de material gráfico visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Administração e Finanças; Infraestrutura; Educação, Cultura e Desporto e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: GRÁFICA, EDITORA E JORNAL O FATO LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 19.990,90 (dezenove mil novecentos e noventa reais e noventa centavos).

Prazo de vigência: de 05 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 05 de março de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0028/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0028/2013

Processo Licitatório n.º 0013/2013

Convite n.º 0004/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de material gráfico visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Administração e Finanças; Infraestrutura; Educação, Cultura e Desporto e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA BLUMEN LTDA.

Valor global contratado: R\$ 17.973,00 (dezesete mil novecentos e setenta e três reais).

Prazo de vigência: de 05 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 05 de março de 2013.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 122 de 12.03.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 122/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com o art. 10 e anexo V da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Nomear RITA DE CÁSSIA PEREIRA, para ocupar o cargo em Comissão de Diretor Nível II, no Centro Educacional de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, conforme Anexo V da Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99, a partir de 13.03.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de março de 2013.

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 123 de 12.03.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 123/2013

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II alínea "g" da Lei Orgânica do

Município de Chapadão do Lageado - SC,
RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, GERALDO SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo, para exercer suas atividades junto a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 13.03.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de março de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 124 de 12.03.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 124/2013

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II alínea "g" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, MAICSON MONTIBELLER, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo, para exercer suas atividades junto a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 13.03.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de março de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 64/2012 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 64/2012 - PM

Nº. do Contrato: 64/2012.

Processo Licitatório nº 42/2012 - PM

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: BLOCO PAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME.

Prazo: até 31/12/2013

Fundamento: art. 57, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato. Essa dilação de prazo faz necessária em virtude de que trata-se de obra com recurso vinculado e que a Caixa Econômica Federal ainda não apresentou a liberação para o início da execução contratual.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Contas Aprovadas

Contas aprovadas:

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
COMUNICADO:

As contas do Prefeito José Bráulio Inácio, relativas ao exercício de 2011, se encontram na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores para análise e também a disposição dos cidadãos.

O Tribunal de Contas, através do Parecer Técnico, pronunciou-se pela aprovação das contas. A comissão tem 60 dias para análise das mesmas.

Chapadão do Lageado, 12 de março de 2013.

ANDRÉ SEBOLD
Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Edital de Tomada de Preços Nº 7/2013 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2013 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em instalação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 11/04/2013, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 09/04/2013, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 11/04/2013, às 16h00min.

Abertura: dia 12/04/2013, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 12 de março de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Convocação Para Assinatura de Contrato - Concorrência Nº 1/2013 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRÊNCIA Nº 1/2013 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICIPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa ELISEU KOPP & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 93.315.190/0001-17, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº 130- Sala 902, Bairro Centro, CEP 90.010-300, Porto

Alegre, RS, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 13.2 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 16 do Edital.

Concórdia, SC, 12 de Março de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do Resultado do Julgamento de Classificação das Propostas - Concorrência (Concessão) Nº 1/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONCORRÊNCIA (CONCESSÃO) Nº 1/2013 - PMC

Objeto: seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de concessão do direito à exploração do serviço público de gestão das áreas especiais destinadas ao estacionamento por tempo limitado, regulamentado e pago de veículos, nas vias e logradouros públicos do Município de Concórdia que compõem a chamada "Área Azul", instituída pela Lei Municipal nº 3.051/98, na forma da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital e de acordo com o Anexo "D" - MEMORIAL DESCRITIVO, Anexo "E" - PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO e Anexo "F" - PLANTA INDICATIVA DOS LOCAIS QUE INTEGRAM A "ÁREA AZUL", constantes do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante XAVANTE SISTEMAS LTDA ME sagrou-se vencedora do objeto em epígrafe com a maior oferta mensal de R\$ 30.160,00 (Trinta mil, cento e sessenta reais), a licitante ALINE TREVISOL ficou na segunda colocação com a maior oferta mensal de R\$ 19.920,00 (dezenove mil, novecentos e vinte reais), a licitante ENGETECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ficou na terceira colocação com a maior oferta mensal de R\$ 18.699,00 (dezoito mil, seiscentos e noventa e nove reais), a licitante ORION TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA ficou na quarta colocação com a maior oferta mensal de R\$ 17.651,00 (dezessete mil, seiscentos e cinquenta e um reais), a licitante JAIR ANGELO BORTOLI ficou na quinta colocação com a maior oferta mensal de R\$ 17.530,00 (dezessete mil, quinhentos e trinta reais), a licitante JAIRO MATTIOLLO ME ficou na sexta colocação com a maior oferta mensal de R\$ 16.612,00 (dezesseis mil, seiscentos e doze reais), a licitante SIDNEI FERREIRA ficou na sétima colocação com a maior oferta mensal de R\$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais), a licitante SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA ficou na oitava colocação com a maior oferta mensal de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais) e a licitante MEGAPARK ESTACIONAMENTO LTDA EPP ficou na nona colocação com a maior oferta mensal de R\$ 13.000,13 (treze mil reais e treze centavos). De ressaltar que a empresa SERGIO BOCCA ME, cotou preço abaixo do preço mínimo mensal estipulado no subitem 9.1 do Edital, R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), sendo, portanto, DESCLASSIFICADO. Ressalta-se que o preço cotado pela licitante vencedora é superior ao preço máximo estipulado nos itens 9.1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 12 de março de 2013.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 215/2013

DECRETO Nº215/2013, DE 08 DE MARÇO DE 2013

"INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70 e demais pertinências legais,

Considerando a necessidade de alteração na Comissão de Monitoramento do Transporte Escolar,

DECRETA

Art. 1º - Fica instituída e nomeada a Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar, destinada a promover o acompanhamento e a fiscalização do transporte de escolares no Município de Cordilheira Alta, sob a administração da Secretaria Municipal de Educação.

Art 2º - O Transporte dos alunos da Rede Pública Municipal e Estadual no Município ficará subordinado ao acompanhamento e monitoramento da Comissão de que trata este Decreto, compete:

I - Monitorar a execução dos programas e projetos destinados ao transporte de escolares do município;

II - Sugerir medidas ao Poder Executivo, mediante a apresentação de relatórios circunstanciados que evidencie falhas de rotinas e apontando sugestões que possam melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços da transporte dos alunos..

Art 3º - A Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar terá a seguinte composição:

I - Representante do Poder Executivo:

Clodoaldo Brianini - Vice -Prefeito

II - Representante dos Professores Municipais:

Kátia Ana Di Domenico

III - Representante da Secretaria Municipal da Educação:

Ivanete Lourdes Pederssetti

IV - Representante da Polícia Militar de Cordilheira Alta:

Sargento Angelo Santo Martins

§1º Após a constituição da Comissão Municipal de Monitoramento do transporte Escolar, em reunião ordinária, os representantes escolhem o Presidente e o Vice presidente da Comissão.

I -O resultado deverá constar em ata com a devida composição.

II -O mandato terá a vigência de 02(dois) anos, permitida e recondução por igual período;

III- A nominata da composição da Comissão será encaminhada ao Gabinete do Prefeito no prazo de 03 (três) dias.

§2º - No caso de Vacância, novo representante será designado para cumprir o restante do mandato que, deverá ser oficializado ao Gabinete do Prefeito para alteração da nomeação.

§3º - A Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar reunir-se-á ordinariamente, com a presença da metade dos seus membros, no mínimo uma vez por trimestre, e extraordinariamente quando convocada pelo seu Presidente, mediante

solicitação de pelo menos 1/3(um terço) dos representantes.

Art 4º - O exercício das atividades dos representantes da Comissão será gratuito e constitui serviço público relevante.

Art 5º - Os servidores públicos designados para representação na Comissão, exercerão suas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único - A representação referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 6º - As competências desta Comissão Municipal de Monitoramento do Transporte Escolar não suprirá as atribuições da Secretaria de Educação que, será instância superior de deliberação acerca das questões relativas ao transporte escolar no município.

Art 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam as disposições em contrário, em especial o Decreto nº40/2011, de 10 de maio de 2011.

Cordilheira Alta, SC, 08 de março de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N.216/2013

DECRETO Nº216/2013, DE 11 DE MARÇO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder,1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. CARMEM APARECIDA TRESSOLDI WARKEN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de março de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Extrato Aviso de Licitação- Convite 05/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará

realizar--do licitação na modalidade de Convite para Compras e Serviços, de acordo com a Lei n. 8.666/93 atualizada, Decreto Municipal n. 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 23/2013

Edital: Convite n. 05/2013

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE PASTAGEM.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 20/03/2013

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 20/03/2013

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou pelo sitio www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações".

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (0**49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 12 março de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação- Convite 06/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizar--do licitação na modalidade de Convite para Compras e Serviços, de acordo com a Lei n. 8.666/93 atualizada, Decreto Municipal n. 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 26/2013

Edital: Convite n. 06/2013

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE.

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 20/03/2013

Abertura dos Envelopes: 10:15 horas do dia 20/03/2013

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou pelo sitio www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações".

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (0**49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 12 março de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação- Convite 07/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizar--do licitação na modalidade de Convite para Compras e Serviços, de acordo com a Lei n. 8.666/93 atualizada, Decreto Municipal n. 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 27/2013

Edital: Convite n. 07/2013

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA,

ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL, BEM COMO CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS NO PORTAL DE CONVÊNIOS - SICONV .

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 20/03/2013

Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 20/03/2013

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou pelo sitio www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações".

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (0**49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 12 março de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação- Convite 08/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade de Convite para Compras e Serviços, de acordo com a Lei n. 8.666/93 atualizada, Decreto Municipal n. 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 28/2013

Edital: Convite n. 08/2013

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE SANEAMENTO, COM ÊNFASE NO TRATAMENTO DE ÁGUA, EFLUENTES, BEM COMO EM PROJETOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS QUE VENHAM A SER IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO .

Entrega dos Envelopes: até às 16:00 horas do dia 20/03/2013

Abertura dos Envelopes: 16:15 horas do dia 20/03/2013

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou pelo sitio www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações".

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (0**49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 12 março de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação- Pregão 07/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 24/2013

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 07/2013

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 25/03/2013

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 25/03/2013

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou pelo sitio www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações". Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 12 de março de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação- Pregão 08/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 025/2013

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 08/2013

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição materiais para manutenção das redes de água e esgoto do município.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 25/03/2013

Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 25/03/2013

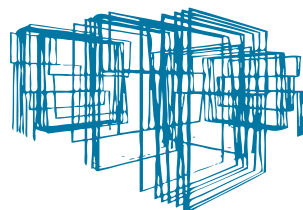
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente ou pelo sitio www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações".

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 12 de março de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 10/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		180.997,85
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	212.463,16
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	212.463,16
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	212.463,16
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	212.463,16
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	31.869,47
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	53.115,79
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	127.477,90
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	11.027,31
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.027,31
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.410,92
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.616,39
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-42.492,62
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-42.492,62
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-42.492,62
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-42.492,62

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 31/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.546,71
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	4.019,53
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.500,68
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	1.500,68
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.518,85
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	629,71
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.511,31
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	377,83
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.030,95
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.030,95
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.030,95
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-503,77
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-503,77



NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS - JANEIRO/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 30/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		145.107,08
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	170.068,44
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	170.068,44
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	170.068,44
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	170.068,44
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	25.510,27
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	42.517,11
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	102.041,06
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.052,32
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.052,32
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.620,93
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.431,39
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-34.013,68
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-34.013,68
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-34.013,68
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-34.013,68

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 30/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		145.107,08
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	170.068,44
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	170.068,44
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	170.068,44
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	170.068,44
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	25.510,27
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	42.517,11
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	102.041,06
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.052,32
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.052,32
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.620,93
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.431,39
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-34.013,68
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-34.013,68
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-34.013,68
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-34.013,68



Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 28/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.221,91
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	6.600,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	6.600,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	PMAQ	6.600,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.621,91
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.621,91
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.048,76
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.573,15

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 24/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		4.104,49
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.104,49
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.104,49
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.104,49

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 23/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		10.624,69
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	10.624,69
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	10.624,69
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	10.624,69

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 22/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.736,45
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.736,45
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.736,45
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.736,45

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 21/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.102,50
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.102,50
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.102,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.102,50

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 18/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		65.983,32
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	76.674,14
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	76.674,14
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	76.674,14
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	76.674,14
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.501,12
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	19.168,54
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	46.004,48
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	4.644,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.644,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.857,60
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.786,40
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-15.334,82
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-15.334,82
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-15.334,82
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-15.334,82



Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 17/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.360,41
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	6.442,97
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	6.442,97
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.442,97
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	917,44
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	917,44
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	366,98
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	550,46

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 16/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		899,06
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	899,06
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	899,06
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	359,62
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	539,44

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 15/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		27.736,69
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	27.736,69
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	27.736,69
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.094,68
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.642,01

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 15/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		27.736,69
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	27.736,69
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	27.736,69
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.094,68
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.642,01

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 14/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		16.147,76
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	16.147,76
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.147,76
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.459,10
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.688,66

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 10/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		180.997,85
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	212.463,16
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	212.463,16
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	212.463,16
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	212.463,16
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	31.869,47
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	53.115,79
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	127.477,90
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	11.027,31
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	11.027,31
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.410,92
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	6.616,39
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-42.492,62
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-42.492,62
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-42.492,62
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-42.492,62



Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 09/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		760,16
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	760,16
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	760,16
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	304,06
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	456,10

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 09/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		760,16
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	760,16
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	760,16
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	304,06
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	456,10

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 08/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		954,88
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	358,84
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	358,84
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	358,84
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	596,04
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	596,04
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	238,42
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	357,62



Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 07/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		578,99
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	578,99
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	578,99
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	231,60
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	347,39

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 04/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.064,92
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	6.852,49
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	6.852,49
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBT	1.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGDB	687,50
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBFI - CRAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - IGD SUAS	664,99
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	212,43
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	212,43
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	84,97
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	127,46

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 03/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		31.551,10
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	30.570,08
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	30.570,08
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	7.319,75
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	6.097,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	7.130,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	5.873,72
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Ação estruturante em Vigilância Sanitária	1.919,61
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	981,02
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	981,02
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	392,41
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	588,61



Notificação de Recebimento de Recursos Federais - Janeiro/2013**Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Data do Recebimento: 02/01/2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.661,95
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.661,95
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.661,95
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.464,78
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.197,17

Coronel Martins

PREFEITURA

Portaria Nº. 047 de 06 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 047 DE 06 DE MARÇO DE 2013.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando a concessão de férias e os retornos dos períodos não gozados;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 63 (sessenta e três) dias no período de 11/03/2013 à 12/05/2013.

Nome	Cargo	Referência
Nilce Cassol	Telefonista	01/03/2008 à 01/03/2009
		01/03/2009 à 01/03/2010
		01/03/2010 à 01/03/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 06 de março de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Convênio 003/2013

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO 003/2013
MÊS/ANO: MARÇO 2013. NÚMERO CONVÊNIO: 003/2013
VALOR CONVÊNIO: R\$ 11.226,00(once mil duzentos e vinte e seis reais)
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2013

DESCRIÇÃO: O presente convênio tem por objetivo a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Milena Comachio OAB/SC 32.804
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CPF/CGC: 83.931.550/0001-51

CONVENIADA: Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 5 anos contados da data da assinatura.

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 560/13

DECRETO Nº. 560/13

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em exercício de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2093/13, de 05 de março de 2013,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Especiais até o limite do valor de R\$ 91.300,00 (noventa e um mil e trezentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
		Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.01.00		91.300,00
TOTAL			91.300,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	91.300,00
TOTAL			91.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
05 de março de 2013.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº. 561/13

DECRETO Nº. 561/13

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em Exercício de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

de conformidade com a Lei Municipal Nº 2094/13, de 05 de março de 2013,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Especiais até o limite do valor de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.65	Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	34.800,00
		TOTAL	34.800,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde, Bloco: Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, Componente: Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC e Ação/Serviço/Estratégia: Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar para Fundação Beneficente de Corupá, Unidade Prestadora de Serviço (Pronto Atendimento 24 horas de Corupá).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Edital de Chamamento Nº. 004/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 004/2013
(Edital de Processo simplificado nº. 006/2012)

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em exercício de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar público:

Fica convocado o candidato aprovado no processo Seletivo simplificado de que trata o Edital nº 06/2012, de 12 de novembro de 2012 e conforme o cargo constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital para a realização dos exames médicos pré-admissionais.

O candidato convocado por este edital, deverá apresentar-se, na Clínica Médica Bem Viver Ltda, sito à rua Intd. Ernesto Blunk, s/nº, nesta cidade, no dia e horário conforme estabelecido no Anexo I, munidos do documento oficial de identidade, carteira profissional, carteira de vacinação original e cópia.

O não comparecimento do candidato no dia e horário determinado importará na sua eliminação do Processo seletivo, no qual será tido como desistente.

A avaliação médica terá caráter eliminatório, sendo o candidato considerado apto ou inapto.

O candidato deverá apresentar à Clínica Médica Bem Viver Ltda, os resultados dos exames médicos que forem solicitados no dia da consulta, no prazo de 30 (trinta) dias a contar a da data da mesma.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, 11 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I

CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Nome	Data	Horário
JAIR DUMKE	19/03/2013	09h40min

Edital de Convocação Para Apresentação de Documentos Nº 023/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO
DE DOCUMENTOS Nº 023/2013
(Edital de Concurso Público nº 001/2010)

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2010 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014/09, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Fica convocado o candidato abaixo relacionado, aprovado na etapa de prova escrita, bem como no exame médico do concurso público de que trata o respectivo Edital, à comparecer no prazo de 07 (sete) dias, contados da data de publicação deste, ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corupá, Avenida Getúlio Vargas, nº. 443, nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal.

Cargo	Nome	Situação
Professor II – Séries Iniciais e educação infantil	Elizete Kiatkowski Carvalho de Lima	Apta

O aprovado no Concurso, ora convocado deverá apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

I. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso;

II. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;

III. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

IV. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

V. Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares;

VI. Cópia dos seguintes documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;
- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- CPF;
- Título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- Comprovar idade mínima de 18 anos;
- Uma foto 3x4;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
- Folha Corrida Judicial;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Outros documentos exigidos por Lei, que venham a ser exigidos pelo setor de recursos humanos do município;

VII. O candidato, mesmo aprovado no concurso, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

Os candidatos que não comparecerem para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido de 07 (sete) dias, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, 11 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL e.e

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Edital de Resultado de Exame Médico Nº 021/2013

EDITAL DE RESULTADO DE EXAME MÉDICO nº 021/2013
(Edital de Concurso Público nº 001/2010).

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2011 e com fundamento no que lhe faculta a Lei Complementar Municipal nº. 014, de 15 de dezembro de 2009, resolve tornar Público:

Divulga o resultado da 2ª fase - Exame Médico pré-admissional, referente ao Edital de Convocação para Exame Médico nº 020/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Cargo	Nome	Situação
Professor II - Séries Iniciais Educação Infantil	Elizete Kiatkowski Carvalho de Lima	apta

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 11 dias do mês de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
Prefeito Municipal e.e

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 20/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DE PLACAS NA SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 28/03/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 15:00 horas do dia 28/03/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Fevereiro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 21/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de equipamentos para uso na secretaria de obras, compreendido de setor de sinalização, oficina e tubulação, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 26/03/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 15:00 horas do dia 26/03/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos (SC), 04 de fevereiro de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
Prefeito Municipal

ADAILTON ALVES
Pregoeiro



Editais de Pregão Presencial Nº 42/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE BALIZAMENTO NOTURNO PARA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 27/03/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 15:00 horas do dia 27/03/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 07 de Março de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 14/2013.
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2013.

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e Vilmar Pereira no valor de R\$ 2.693,90, Osmar Pereira no valor de R\$ 5.977,00, Denize de Souza Wolinger Amaral no valor de R\$ 7.693,70, Altamir Proença do Amaral no valor de R\$ 6.857,35, Ronildo Jesus Martins no valor de R\$ 8.842,25, Francisco Alves Martins no valor de R\$ 4.255,15 e Solange Ribeiro da Luz de R\$ 7.478,00 (Sete mil e quatrocentos e setenta e oito reais).

RESUMO/ FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NA FORMA DA LEI Nº 4.536/2010, 8.666/93 E AINDA A LEI Nº 11.947/2010.

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos a Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 08 de Março de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL CRISTINA MELLO MENEGOTTO
Presidente da Comissão Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, pelo que de acordo com o Art. 38 parágrafo único da referida lei o dou como aprovada. Curitiba, 08 de Março de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 08 de Março de 2013.

KLEBERSON LUCIANO LIMA
Presidente do Fundo

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 30/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para prestação de serviços de transportes de atletas da Secretaria de Esportes e Lazer para competições promovidas pelas federações - FESPORTE, conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 27.03.2013, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 27.03.2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 11 de Março de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Decreto Nº. 009, de 05 de Março de 2013.

DECRETO Nº. 009, de 05 de março de 2013.

Fica Constituída a Comissão de Avaliação dos Valores de Mercado dos Imóveis Rurais e Urbanos para atualização dos valores venais dos terrenos rurais, urbanos e planta de valores da tabela genérica de valores para o ano de 2013.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 11 da Lei 53 de 18 de dezembro de 1997;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação, para fins de avaliação dos valores de mercado dos imóveis no município de Ermo, com a finalidade de atualizar o valores venais utilizados na tributação do Imposto Sobre Transmissão de Imóveis -ITBI e na planta de valores da planta genérica de valores utilizada no calculo da tributação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial

Urbana- IPTU do município de Ermo.

Art. 2º Para compor a referida Comissão, ficam nomeados os senhores: Murialdo Murilo Inácio, Laerti Machado dos Santos, Ottoniel Borges e Renaldo Inácio, sendo que a mesma será presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º A função dos conselheiros não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de março de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 051, de 01 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 051, de 01 de março de 2013.
Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o afastamento por motivos de saúde da servidora Indiane Gomes Veloso, conforme atestado médico; e
Considerando a necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve a servidora e não havendo servidor disponível para substituí-la;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir WALY DELA VEDOVA DOS SANTOS, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, no período de 01/03/2013 a 08/05/2013, em substituição a Servidora Indiane Gomes Veloso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 01 de março de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 052, de 11 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 052, de 11 de março de 2013.
Admite em Caráter Temporário (ACT), Professor Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Art. 2º, IV e § 2º da Lei Municipal Nº 120 de 03 de outubro de 2001;

Considerando que a nova grade curricular exige a inclusão de uma disciplina de língua estrangeira; e Considerando a falta de reserva de aprovados em concurso público para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir BEETHOVEN EMERIM, em Caráter Temporário (ACT), para lecionar na escola da rede Municipal de Ensino com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme a Lei Municipal Nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 11 de março de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de março de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 054, de 11 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 054, de 11 de março de 2013.
Admite em Caráter Temporário Professor Nivelador para o EJA.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º inciso IV da Lei Nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Considerando as Resoluções CME nº 03, de 05 de dezembro de 2007 nº 04, de 06 de dezembro de 2007, com vistas a garantir a manutenção do EJA;
Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir JADNA CLARICE FERRAZ MATEUS MACHADO em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a vaga excedente de Professora Niveladora na educação de jovens e adultos, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 11 de março de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de março de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 053, de 11 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 053, de 11 de março de 2013.
Admite em Caráter Temporário (ACT), Professora Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a Portaria nº 458, de 04 de outubro de 2001 do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS - que Estabelece Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;

Considerando que nosso município foi contemplado com o referido Programa e a necessidade de servidor para atuar junto ao mesmo. Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir RENATA TRISTÃO POSSAMAI, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 11 de março de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de março de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 055, de 11 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 055, de 11 de março de 2013.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Professora Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir CÍNTIA REGINA GABRIEL, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 11 de março de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de março de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 056, de 11 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 056, de 11 de março de 2013.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Professora Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto

no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir LOIA TEREZINHA DA SILVA SIMON, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 11 de março de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de março de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 057, de 11 de Março de 2013.

PORTARIA Nº. 057, de 11 de março de 2013.

Admite em Caráter Temporário (ACT), Professora Municipal.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, IV da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir IVONETE DOMINGOS GABRIEL, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 11 de março de 2013 encerrando-se em 20 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 11 de março de 2013.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Termo de Dispensa de Licitação

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 15/2013

Do Objeto: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, conforme Plano Anual de Trabalho (PAT) a ser executado de março à dezembro de 2013.

Do Contratado: Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão

Rural de Santa Catarina S.A - EPAGRI.

Do Valor e do Pagamento: A presente contratação importa em R\$ 22.500,00(vinte e dois mil e quinhentos reais), que serão pagos em 10 parcelas mensais, sem reajuste.

Da Justificativa: A dispensa de licitação para contratação dos serviços, objeto do presente termo, justifica-se pela notória especialização, experiência e trabalho de pesquisa no desenvolvimento agropecuário, além de tratar-se de empresa pública que integra a administração estadual criada para este fim específico e o preço estar em conformidade com o valor de mercado.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores.

Ermo, SC, 12 de março de 2013.
LEILE DENISE LEONARDO
Presidente da C.J.L

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Ermo, SC, 12 de março de 2013.
ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

Lei 1322/2013

Lei n. 1322, de 21 de fevereiro de 2013.
Autoriza a Firmar Convênio com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Firmar Convênio com Polícia Militar do Estado de Santa Catarina visando à realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições Rádio Patrulha da Polícia Militar conforme cópia anexo.

Art. 2º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 21 de fevereiro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1717/2013

DECRETO 1717, de 19 de fevereiro de 2013.
Prorroga Validade de Concurso Público e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado por 01(um) ano a contar de 22 de fevereiro de 2013 a validade do Concurso Público instituído pelo Edital 009/2010.

Art. 2º. A prorrogação acima esta prevista no item 1.7 das disposições preliminares do Edital de Concurso Público 009/2010 e amparo no art. 12 da Lei Complementar 007, de 28 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos de Erval Velho).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 19 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto, em 19 de fevereiro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1718/2013

DECRETO 1718, de 21 de fevereiro de 2013.
Dispõe poderes para assinar cheques na ausência do Chefe do Poder Executivo do Município de Erval Velho e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Senhor ALDUIR ANTONIO MOCELIN, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, para na ausência do Chefe do Poder Executivo Municipal assinar em conjunto com a Tesoureira cheques emitidos pelo Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 21 de fevereiro de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1719/2013

DECRETO 1719, de 21 de fevereiro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 2.553,51 (Dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta e um centavos) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV - 2.033 - MANUT. DE PROG. DE ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
3.3.90.00.00.00.00.03.0350.00 - Aplicações Diretas R\$ 2.553,51

Total de Suplementações R\$ 2.553,51

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2012 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de fevereiro de 2012.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1719/2013, de 21 de fevereiro de 2013

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2012

Fonte de Recurso 0350.00 - Outras Transferências FMAS

Ativo Financeiro 2.553,51
(-) Passivo Financeiro (0,00)
Superávit Financeiro 2.553,51

Deduções
Decreto n.º 1719/2013 2.553,51

Saldo 0,00
Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2012- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Decreto 1720/2013

DECRETO 1720, de 21 de fevereiro de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval

Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 11.313,50 (Onze mil, trezentos e treze reais e oitenta centavos) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.00.00.00.00.03.0367.00 - Aplicações Diretas R\$ 11.313,80

Total de Suplementações R\$ 11.313,80

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2012 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de fevereiro de 2012.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1720/2013, de 21 de fevereiro de 2013

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2012

Fonte de Recurso 0367.00 - Assistência farmacêutica Básica

Ativo Financeiro 11.313,80
(-) Passivo Financeiro (0,00)
Superávit Financeiro 11.313,80

Deduções
Decreto n.º 1720/2013 11.313,80

Saldo 0,00
Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2012- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Decreto 1721/2013

DECRETO 1721, de 05 de março de 2013.

Homologa inscrições do Processo Seletivo n. 001/2013, de que trata o Edital n. 001, de 04 de fevereiro de 2013 e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 001, de 04 de fevereiro de 2013, homologa as inscrições para o respectivo teste seletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 001/2013, originado pelo Edital n. 001, de 04 de fevereiro de 2013, conforme abaixo:

Inscrição	Nome Candidato	Cargo
001	Gabriela Parizotto	Medico Generalista
002	Daiana Antunes	Auxiliar de Saúde Bucal
003	Franklin Veríssimo de Melo Filho	Medico Generalista
004	Hinayan Crestani	Medico Generalista

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 05 de março de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças.

Decreto 1722/2013

DECRETO 1722, de 05 de março de 2013.

Homologa inscrições do Processo Seletivo n. 002/2013, de que trata o Edital n. 002, de 04 de fevereiro de 2013 e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal em especial no Edital n. 002, de 04 de fevereiro de 2013, homologa as inscrições para o respectivo teste seletivo,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições para o Processo Seletivo n. 002/2013, originado pelo Edital n. 002, de 04 de fevereiro de 2013, conforme abaixo:

Inscrição	Nome Candidato	Cargo
001	Roseli Padilha Vettori	Agente de Serviços Gerais I e II
002	Catia Gemelli Ganzer	Assistente Social
003	Rose Maria Cassaniga	Agente de Serviços Gerais I e II
004	Rosangela Ferreira Mendes	Agente de Serviços Gerais I e II
005	Sabrina Neves da Silva	Agente de Serviços Gerais I e II
006	Andréa Letícia Bresola Ferro	Assistente Social
007	Fernanda Spironelo	Assistente Social
008	Juarez Garcia dos Anjos	Operador de Máquina
009	Bruna Fernanda Mazzuco	Assistente Social
010	Cristiane de Fátima Giaretta	Agente de Serviços Gerais I e II
011	Edison Ferrari	Operador de Máquina
012	Edson Luciano Machado	Operador de Máquina
013	Wilmar Bazzi	Agente de Serviços Gerais I e II
014	Jucemara França de Souza	Assistente Social
015	Welton Cristiano Cezar Borin	Agente de Serviços Gerais I e II

016	Odair Jose Morais	Agente de Serviços Gerais I e II
017	Leonardo Lucas Filippin	Agente de Serviços Gerais I e II
018	Valmir Jose Dorini	Operador de Maquina
019	Vilmar Thibes Scheleder	Motorista
020	Dionilce Antunes de Oliveira	Agente de Serviços Gerais I e II
021	Clodimar Mascarello	Motorista
022	Andréia Leite de Godoy Vitti	Assistente Social
023	Raquel Teodoro	Assistente Social
024	Adriane Signore	Assistente Social
025	Marli Ap. Coronetti Nora	Assistente Social
026	Nathalia Ferreira	Assistente Social
027	Luiz Antonio Dadalt	Agente de Serviços Gerais I e II
028	Susane Fátima Antunes	Agente de Serviços Gerais I e II
029	Marilde de Fátima Fagundes	Agente de Serviços Gerais I e II
030	Idilson Bruckmann	Agente de Serviços Gerais I e II
031	Carlos André Burnier	Motorista
032	Naiana Piovesan Doarte Soares	Agente de Serviços Gerais I e II
033	João Felipe Quibem	Motorista
034	Magdolna Carlesso de Lima	Assistente Social
035	Rejane Ribeiro Rodrigues	Agente de Serviços Gerais I e II
036	Célio João Debastiani	Motorista
037	Bruno Cesar Fracaro	Motorista
038	Thays Ângela Venturi	Assistente Social
039	Joana Vieira França Menegatti	Assistente Social
040	Anderson Jair Lima de Oliveira	Motorista
041	Ederle Bonafé	Motorista
042	Andréia Frison Rover	Agente de Serviços Gerais I e II
043	Ediles Drey de Giacometi	Assistente Social
044	Larisa Dias de Oliveira	Agente de Serviços Gerais I e II
045	Márcia Padilha da Luz	Agente de Serviços Gerais I e II
046	Marisete Ap. Rodrigues da Silva Cordeiro	Agente de Serviços Gerais I e II
047	Andréia Bussolaro	Agente de Serviços Gerais I e II
048	José Altair de Oliveira	Agente de Serviços Gerais I e II
049	Paola Roberta Bonadiman	Assistente Social
050	Solange da Luz	Agente de Serviços Gerais I e II
051	Bruno Amalcaburio	Motorista
052	Rosani Aparecida Issler	Assistente Social
053	Liamar Reneide Meyer	Agente de Serviços Gerais I e II
054	Flávia Helena Recalcatti	Assistente Social
055	Ademir de Jesus Lima	Agente de Serviços Gerais I e II
056	Bárbara Regina da Luz	Agente de Serviços Gerais I e II
057	Bárbara Antunes	Agente de Serviços Gerais I e II
058	Fabiana Cardoso da Rocha	Agente de Serviços Gerais I e II
059	Inês Cleonice Schroeder Schneirde	Assistente Social

060	Tainá Bianca Ramos da Cunha	Agente de Serviços Gerais I e II
061	Audete Bernadete Padilha	Agente de Serviços Gerais I e II
062	Alan Carlos Marcon	Motorista
063	Tiago Moureira	Motorista
064	Josceli de Fátima Pinto Massoco	Assistente Social
065	Fernando Ferrari	Motorista
066	Neiva de Matos Americano	Agente de Serviços Gerais I e II
067	Mauro Cesar Christofolli	Operador de Máquina
068	Liliane Tonial	Agente de Serviços Gerais I e II

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 05 de março de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças.

Decreto 1723/2013

DECRETO nº 1723, de 07 de março de 2013.

Institui Equipe Técnica Local para elaboração do Plano de Ações Articuladas- PAR da Educação Básica Municipal e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Decreto Federal nº 6094 de 24 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o que dispõe o Decreto Federal nº 6094 de 24 de abril de 2007, instituído a Equipe Técnica Local para elaboração do Plano de Ações Articuladas - PAR da Educação Básica Municipal o qual terá a representação dos seguintes segmentos:

- Dirigente Municipal de Educação;
- Técnicos da Secretaria Municipal de Educação;
- Representante dos Diretores de Escolas;
- Representante dos Professores do Ensino Fundamental;
- Representante dos Professores de Educação Infantil;
- Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares;
- Representante do Quadro Técnico Administrativo das Escolas;
- Representante dos Conselhos Escolares;
- Representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. Para representar os segmentos descritos no art.1º fica nomeado os seguintes membros:

- Marcia Aparecida Bulla De Sordi;
- Vânia Recalcatti Piovezan;
- Sandra Masson;
- Charlene Aparecida Mazzarollo Fiorese;
- Tânia Maria Antunes Alberti;
- Tamara Rizzotto;
- Francine Assmann;
- Norberto Conte;

i) Adriana Corbani Parmagnani.

Art. 3º. O mandato dos Membros do Comitê será até 31 de dezembro de 2016, podendo haver substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas, e será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 07 de março de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças.

Decreto 1724/2013

DECRETO nº 1724, de 07 de março de 2013.

Institui o Comitê Local da Mobilização da Sociedade e do Acompanhamento das Metas de Evolução do IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Decreto Federal nº 6094 de 24 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o que dispõe o Decreto Federal nº 6094 de 24 de abril de 2007, instituído o Comitê Local da Mobilização da Sociedade e do Acompanhamento das Metas do IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica o qual terá a representação dos seguintes segmentos:

- Associação de Empresários;
- Trabalhadores;
- Sociedade Civil;
- Dirigentes do Sistema Educacional Público;
- Serviço Social;
- Conselho Tutelar.

Art. 2º. Para representar os segmentos descritos no art.1º fica nomeado os seguintes membros:

- Cátia Galhotto Pirovano - Representante CDL;
- Alcindo Telles - Representante dos Trabalhadores;
- Luciane Bordin Bulla - Representante Sociedade Civil;
- Márcia Aparecida Bulla De Sordi - Representante Sistema de Educação;
- Flávia Helena Recalcatti - Representante Assistência Social;
- Vanilce Traverssini Piovesan - Representante Conselho Tutelar.

Art. 3º. O mandato dos Membros do Comitê será até 31 de dezembro de 2016, podendo haver substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas, e será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 07 de março de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças.

Decreto 1725/2013

DECRETO 1725, de 07 de março de 2013

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e Parágrafo I do art. 6º da Lei Municipal n. 1318, de 5 de dezembro de 2012, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 392.800,00 (trezentos e noventa e dois mil e oitocentos reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV - 1.016 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

4.4.90.00.00.00.00.01.0024.54 - Aplicações Diretas R\$ 392.800,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0024.54 - Transferências de Convênios - Outros - União, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1726/2013

DECRETO 1726, de 07 de março de 2013.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1318, de 05 de dezembro de 2012 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 150.000,00

(Cento e cinquenta mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV - 1.016 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

4.4.90.00.00.00.00.01.00300.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Total de Suplementações R\$ 150.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2012 (Anexo I).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de março de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1726/2013, de 07 de março de 2013

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2012

Fonte de Recurso 0300.00 - Assistência farmacêutica Básica

Ativo Financeiro 354.502,96

(-) Passivo Financeiro (45.949,59)

Superávit Financeiro 308.553,37

Deduções

Decreto n.º 1726/2013 150.000,00

Saldo 158.553,37

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2012- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

Decreto 1727/2013

DECRETO 1727, de 11 de março de 2013.

Retifica Decreto n. 1722, de 05 de março de 2013 e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica do Município;

Considerando comunicado recebido do responsável das inscrições do Processo Seletivo n. 002/2013, dando ciência de que houve equívoco na descrição dos cargos dos candidatos abaixo mencionados;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto n. 1722, de 05 de março de 2013 que homologou as inscrições do Processo Seletivo Edital 002/2013 de 04 de fevereiro de 2013 nos seguintes termos: onde Lê-se inscrição 012 candidato Edson Luciano Machado cargo de Operador

de Máquinas leia-se inscrição 012 candidato Edson Luciano Machado Motorista;
Onde Lê-se inscrição 048 candidato José Altair de Oliveira cargo Agente de Serviços Gerais I e II, leia-se inscrição 048 candidato José Altair de Oliveira cargo Motorista

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 11 de março de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 11 de março de 2013.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2751/2013

PORTARIA 2751, de 13 de fevereiro de 2013.

Designa servidor para cargo que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições e especialmente aquelas contidas no Inciso XXVI do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora ODILA PRATTO RECALCATTI, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível 02, classe A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho para exercer atividades na Biblioteca da Escola Básica Municipal Cesar Avelino Bragagnolo, por tempo indeterminado.

Art.2º. Fica suprimida a regência de classe do vencimento da referida servidora

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 13 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria 2752/2013

PORTARIA 2752, de 13 de fevereiro de 2013.

Cessa Efeitos da Portaria n. 2579 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições e especialmente aquelas contidas no Inciso XXVI do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Determina o retorno da servidora SANDRA REGINA MARCON FATTORI, ao cumprimento da carga horária original 40(quarenta) horas semanais, cessando efeitos da Portaria n. 2579, de 13 de fevereiro de 2012, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 13 de fevereiro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN

Secretário de Administração e Finanças.

Portaria 2753/2013

PORTARIA 2753, de 13 de fevereiro de 2013.

Nomeia servidor efetivo que especifica para exercer cargo em comissão, concede gratificação e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no inciso XXVI do Art.85 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 21, da Lei Complementar n. 020, de 08 de abril e inciso I do artigo 51, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a servidora VILMA PIRES FONTANA, ocupante do cargo efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, para exercer a função de cargo em comissão de Coordenador de Programas Especiais - (CREAS).

Parágrafo Único: optando pelo vencimento base do cargo efetivo acrescido da gratificação de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo em comissão titularizado, conforme prevê o Art.21 da LC 020/2009.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 13 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2754/2013

PORTARIA 2754, de 13 de fevereiro de 2013.

Contrata servidores por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal.

Walter Kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal n. 0937/2001, e ainda, conforme o Edital n. 002/2012, de 27 de novembro de 2012, tudo de acordo com a Lei Complementar n. 021/2009, em consonância com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal, os Professores abaixo relacionados, no período de 13 de fevereiro de 2013 até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2013, podendo haver rescisão antecipadamente a critério da Administração:

Nome	Nível	Carga Horária
Ana Maria Rodrigues Paiano	Habilitado venc. nível 02-A	20 horas
Fernanda Ap. da Silva Lopes	Não Habilitado 90% do venc. do nível 01-A	20 horas

Art. 2º. Os professores relacionados no artigo 1º desta Portaria farão jus ao recebimento da Regência de Classe de 10% sobre o valor dos seus vencimentos, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009.

Art. 3º. Esta Portaria n. 2754 entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 13 de fevereiro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2755/2013

PORTARIA 2755, de 18 de fevereiro de 2013.
Altera Carga Horária de Servidor.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e com o artigo 2º da Lei Municipal n. 0937/2001,

Considerando solicitação da Direção da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo;

Considerando parecer da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

RESOLVE:

Art.1º. Alterar temporariamente a carga horária do professor abaixo mencionado enquanto perdurar a necessidade da Unidade Escolar ou até 31 de dezembro de 2013:

Funcionário	Cargo	Nível	Carga Horária
Ana Maria Rodrigues Paiano	Professor ACT	Habilitado venc. nível 02-A	20 para 30 horas semanais

Art.2º. Serão assegurados os vencimentos proporcionais à carga horária.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 18 de fevereiro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2756/2013

PORTARIA 2756, de 20 de fevereiro de 2013.

Concede Prêmio Assiduidade por atendimento ao Art. 19º da Lei Complementar nº 021, de 07 de maio de 2009 a Professores do Magistério que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o § 1º e 2º do Art. 19º da Lei Complementar n. 021, de 07 de maio de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Prêmio Assiduidade aos Professores Efetivos do Quadro do Magistério em exercício de suas funções em Unidade Escolar, que no período do ano letivo de 2012, obtiveram comprovada 100% de frequência no trabalho, conforme relação abaixo:

Nome	Vencimento Base Dezembro/2012	Valor R\$ - Prêmio
Adriana Aparecida Maciel	1.885,42	942,71
Claudete Oliveira da Silva Piovezan	1.484,77	742,39
Giuliana Ganzer	2.078,68	1.039,34
Loreli Pinto Giacomini	1.979,69	989,85
Rubia Bof	1.414,06	707,03
Sonia Regina Silva	1.254,86	627,43
Tania Maria Antunes Alberti	2.078,68	1.039,34
Vera Medianeira Cezar Borin	2.078,68	1.039,34

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 20 de fevereiro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2757/2013

PORTARIA 2757, de 21 de fevereiro de 2013.

Exonera Servidor, declara vacância do cargo e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora SIMONE SIMIONI, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível 03-A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 1904, de 07 de fevereiro de 2008, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 21 de fevereiro de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2758/2013

PORTARIA 2758, de 21 de fevereiro de 2013.
Cessa Benefício a Pensionista e dá outras providências

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Fica cessado o pagamento de pensão concedido através da Portaria nº 0731/98 de 09 de julho de 1998 a pensionista ILENA ANTUNES DE MATTOS em decorrência de óbito da mesma.

Art.2º Fica o departamento de pessoal da Prefeitura Municipal autorizado a proceder à exclusão deste benefício da folha de pagamento a partir do dia 08 de fevereiro de 2013.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 21 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2759/2013

PORTARIA 2759, de 22 de fevereiro de 2013.

Contrata servidores por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal.

Walter Kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal n. 0937/2001, e ainda, conforme o Edital n. 002/2012, de 27 de novembro de 2012, tudo de acordo com a Lei Complementar n. 021/2009, em consonância com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal, os Professores abaixo relacionados, no período de 22 de fevereiro de 2013 até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2013, podendo haver rescisão antecipadamente a critério da Administração:

Nome	Nível	Carga Horaria
Aline Alves Bedin	Ensino Médio Magistério venc. nível 01-A	20 horas
Lucimar Rodrigues da Silva	Não Habilitado 90% do venc. do nível 01-A	20 horas

Art. 2º. Os professores relacionados no artigo 1º desta Portaria farão jus ao recebimento da Regência de Classe de 10% sobre o

valor dos seus vencimentos, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 22 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2760/2013

PORTARIA 2760, de 22 de fevereiro de 2013.
Exonera Servidor do cargo temporário e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora ELIANE GONÇALVES LAMPERTI, ocupante do cargo temporário de Professor, nível 02-A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2743, de 05 de fevereiro de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 22 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2761/2013

PORTARIA 2761, de 28 de fevereiro de 2013.
Exonera Servidor, declara vacância do cargo e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora ALESSANDRA TONIAL, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, nível 03-B, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 1995, de 23 de maio de 2008, e em consequência disso declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 28 de fevereiro de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2762/2013

PORTARIA 2762, de 01 de março de 2013.

Altera Carga Horária de Servidor.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e com o artigo 2º da Lei Municipal n. 0937/2001,

Considerando solicitação da Direção da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo;

Considerando parecer da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

RESOLVE:

Art.1º. Alterar temporariamente a carga horária do professor abaixo mencionado enquanto perdurar a necessidade da Unidade Escolar ou até 31 de dezembro de 2013:

Funcionário	Cargo	Nível	Carga Horária
Josiane Regina Habech	Professor ACT	Ensino Médio Magistério venc. nível 01-A	20 para 30 horas semanais

Art.2º. Serão assegurados os vencimentos proporcionais à carga horária.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 01 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2763/2013

PORTARIA 2763, de 01 de março de 2013.

Altera carga horária de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido da servidora Ana Maria Rodrigues Paiano a qual solicita a redução da carga horária de 30 para 20 horas semanais;

RESOLVE:

Art.1º. Reduzir a carga horária da servidora ANA MARIA RODRIGUES PAIANO, contrata temporariamente no cargo de Professor ACT para 20 horas semanais.

Art.2º. Serão assegurados os vencimentos proporcionais à carga horária.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,

em 01 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças.

Portaria 2764/2013

PORTARIA 2764, de 01 de março de 2013.

Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009, e em especial o disposto no Edital n. 009/2010, de 27 de dezembro de 2010 do Concurso Público Municipal n. 009/2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso ALESSANDRA TONIAL, brasileira, solteira, nascida em 23 de novembro de 1989, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Tesouraria, nível 08 - A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 2.075,91 (Dois mil e setenta cinco reais e noventa um centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 01 de março de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2765/2013

PORTARIA 2765, de 01 de março de 2013.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de março à 30 de março de 2013, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo
Gelson Claudir Lorenzetti	Técnico Agrícola	02/06/2011 A 01/06/2012
Luciane Padilha da Luz	Agente de Serviços Gerais II	01/02/2012 A 31/01/2013
Marília Monica Marin	Agente Comunitário de Saúde	14/03/2011 A 13/03/2012

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 01 de março de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2766/2013

PORTARIA 2766, de 01 de março de 2013.
DESIGNA SERVIDOR PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições e especialmente aquelas contidas no Inciso XXVI do Art. 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora ANGELITA DOS PRAZERES BOEIRA GIRARDI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo para desempenhar exclusivamente a função de Fiscal de Tributos Municipais, a partir de 01 de março de 2013 em substituição ao titular Alduir Antonio Mocelin que encontra-se afastado para desempenho de cargo em comissão de Secretário de Administração e Finanças, devendo exercer todas as atribuições referentes ao cargo descritas no Anexo I da Lei Complementar 020, de 08 de abril de 2009.

Art.2º. Em virtude da transferência de função a servidora passa a receber o vencimento de Fiscal de Tributos Municipais, nível 07-A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo sua vigência até o tempo que perdurar o afastamento do titular, podendo cessar seus efeitos a qualquer momento por interesse da Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 01 de março de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2767/2013

PORTARIA 2767, de 01 de março de 2013.
Exonera Servidor e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR o Senhor CEZAR BASÍLIO BULLA, do cargo de provimento comissionado de Diretor de Agricultura e Vigilância Sanitária Animal, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, no qual foi nomeado pela Portaria nº 2709, de 02 de janeiro de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 01 de março de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2768/2013

PORTARIA 2768, de 04 de março de 2013.
Designa servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, com a Lei Municipal nº 0949, de 06 de setembro de 2001 e suas alterações, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 001/2012, originado pelo Edital n. 001/2012, de 17 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Designa por tempo determinado a Senhora FABIANI CRISTÓFOLLI, contratada pela Portaria n. 2635, de 21 de junho de 2012, para ocupar o cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, ESF, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, em substituição da ocupante do cargo Marília Monica Marin, enquanto durar seu afastamento.

§ 1º O tempo de serviço decorrente da presente contratação, para todos os efeitos, deve ser somado a Portaria n. 2635, de 21 de junho de 2012, a Portaria n. 2682, de 07 de novembro de 2012, a Portaria n.2700, de 07 de dezembro de 2012, Portaria n. 2715, de 02 de janeiro de 2013 e a Portaria n. 2732, de 01 de fevereiro de 2013.

§ 2º A contratada classificada por meio do Processo Seletivo n. 001/2012, não sofrerá alteração em sua classificação para posterior contratação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 04 de março de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2769/2013

PORTARIA 2769, de 04 de março de 2013.
Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Senhor CEZAR BASÍLIO BULLA, brasileiro, casado, no cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Agricultura e Saneamento Ambiental, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, em 04 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2770/2013

PORTARIA 2770, de 04 de março de 2013.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Senhora TAMARA RIZZOTTO, brasileira, solteira, no cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Material, Patrimônio e Serviços Gerais, nível CC - 4, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, em 04 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2771/2013

PORTARIA 2771, de 04 de março de 2013.

Contrata Estagiária para o atendimento do Projeto Abrindo Caminhos e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, conforme Lei Municipal n. 1125, de 16 de março de 2007 e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica contratada por tempo determinado a estudante MARLENE CHATEL RAMOS, até 21 de fevereiro de 2014, sendo esta selecionada e encaminhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, podendo haver rescisão antecipada nos casos previstos no § 1º, do artigo 7º, da Lei Municipal n. 1125/2007, ou prorrogado de acordo com o artigo 7º da mesma LEI.

§1º. A contratação de que trata este artigo, não gera vínculo empregatício, uma vez que se dá na forma de estágio, não cabendo portanto, a incidência de despesas previdenciárias, trabalhistas ou

estatutárias.

§ 2º. A forma de contraprestação dos serviços prestados pela estudante, ora denominado de Estagiária, será de Bolsa-Auxílio ou Estágio, no valor previsto na legislação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 04 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2772/2013

PORTARIA 2772, de 04 de março de 2013.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Senhor UELINSON SAMUEL BERNART, brasileiro, solteiro, no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Agricultura e Vigilância Sanitária Animal, nível CC-2, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, em 04 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2773/2013

PORTARIA 2773, de 04 de março de 2013.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Senhora SANDRA FATTORI BESS, brasileira, casada, no cargo de Provimento em Comissão de Oficial de Gabinete, nível CC-3, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, em 04 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2774/2013

PORTARIA 2774, de 04 de março de 2013.

Exonera Servidor Temporário e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora ANA MARIA RODRIGUES PAIANO, ocupante do cargo temporário de Professor, nível 02-A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria 2754, de 13 de fevereiro de 2013.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2775/2013

PORTARIA 2775, de 04 de março de 2013.

Contrata servidor por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal.

Walter Kleber kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal n. 0937/2001, com a Lei Complementar n. 021/2009, em consonância com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora DIONILDE SUTIL, no cargo temporário de Professor, habilitado vencimento do nível 02-A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, inclusive regência de classe, de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009, até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2013, podendo haver rescisão antecipadamente a critério da Administração.

Parágrafo único - A contratação temporária segue a classificação do Concurso Público n. 009/2010, por falta de tempo hábil para realização de novo Processo Seletivo, sem que haja prejuízo ou reclassificação ao contratado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 04 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2776/2013

PORTARIA 2776, de 05 de março de 2013.

Altera Carga Horária de Servidor.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o parágrafo único do artigo 14 da Lei Complementar 021, de 07 de maio de 2009, e conforme classificação obtida pelo Edital n. 0001/2013, de 17 de janeiro de 2013, para Processo Seletivo interno de Professores efetivos da Rede Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art.1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora GICELI DE FÁTIMA BORIN BONADIMAN, ocupante do cargo efetivo de Professor, nível 02-A, de 20 para 30 horas semanais enquanto perdurar a necessidade da Unidade Escolar ou limitando-se até 31 de dezembro de 2013.

Art.2º. Serão assegurados os vencimentos proporcionais à carga horária.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 05 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2777/2013

PORTARIA 2777, de 06 de março de 2013.

Altera Carga Horária de Servidor.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e com o artigo 2º da Lei Municipal n. 0937/2001,

Considerando solicitação da Direção da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo;

Considerando parecer da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

RESOLVE:

Art.1º. Alterar temporariamente a carga horária do professor abaixo mencionado enquanto perdurar a necessidade da Unidade Escolar ou até 31 de dezembro de 2013:

Funcionário	Cargo	Nível	Carga Horária
Francieli Carabolante	Professor ACT	Habilitado venc. nível 02-A	20 para 40 horas semanais

Art.2º. Serão assegurados os vencimentos proporcionais à carga horária.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 06 de março de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2778/2013

PORTARIA 2778, de 11 de março de 2013.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 11 de março à 09 de abril de 2013, conforme respectivos período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo
Gizelle Fornari	Auxiliar Tec. Contabilidade	01/03/2011 A 29/02/2012

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 11 de março de 2013.
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ALDUIR ANTONIO MOCELIN
Secretário de Administração e Finanças

Forquilhinha

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº. 35/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 35/PMF/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FEPANI PÃES E DOCES LTDA ME.

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches (sanduíches) para atendimento aos atletas municipais em participação de campeonatos estaduais e regionais sediados em outros municípios, por meio da Secretaria de Esporte do Município de Forquilhinha/SC.

VALOR - R\$ 3.893,00 (três mil oitocentos e noventa e três reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2013
DOTAÇÃO - 0803.2022.3390 (123).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Nº 19/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 19 de fevereiro de 2013
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 05/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 05/2013
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 149/2012
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CONSTRUTORA PAIS E FILHOS LTDA

DO OBJETO - é a execução de serviços na contratação de empresa especializada para construção da área coberta para Cancha de Bocha de Piumba, com 330,62 m², no Complexo Esportivo de Santa Isabel, na Rua Bonifácio Back, Bairro Santa Isabel, Município de Forquilhinha/SC, conforme convênio nº. 6073/2012-9, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 149/PMF/2012 para mais 90 (noventa dias), sendo que o prazo estipulado anteriormente em 06/02/2013 passará para 07/05/2013 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 05/08/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01/02/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Portaria Nº 1097/2013

PORTARIA Nº 1.097, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme comunicação interna n.º 0587/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ELAINE FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.064.559-61, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1098/2013

PORTARIA Nº 1.098, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e

conforme comunicação interna n.º 0586/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 28 (vinte e oito) para 29 (vinte e nove) horas semanais a carga horária do servidor WILMO EDUARDO WEBER KERN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 033.611.829-56, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, pelo período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1099/2013

PORTARIA N.º 1.099, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 0589/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FERNANDA CARLA DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 086.187.389-05, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1100/2013

PORTARIA N.º 1.100, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0591/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CLÁUDIA DE FÁTIMA MACIEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.936.999-42, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1101/2013

PORTARIA N.º 1.101, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0591/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANA PAULA SBARDELLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.012.469-24, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1102/2013

PORTARIA N.º 1.102, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0588/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, DEJANDIR OLIVIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 636.886.709-49, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - GEOGRAFIA, com carga horária de 19 horas semanais, no período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1103/2013

PORTARIA N.º 1.103, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0579/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CLAUDIA MARIA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.409.849-66, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1104/2013

PORTARIA N.º 1.104, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0581/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a professora efetiva DANIELA PILLON DELFES, que se encontra afastada e Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, GRAZIELI APARECIDA ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.782.439-93, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1105/2013

PORTARIA N.º 1.105, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0582/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ALINE TAMARA ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 074.982.899-46, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1106/2013

PORTARIA N.º 1.106, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA COMPOR ORGÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar n. 063/2005 e no Decreto n. 0167/2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a servidora pública municipal DEBORA PELISER, inscrita no CPF sob o n. 021.641.920-44, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL, para compor órgão de apoio técnico administrativo do sistema de controle interno do Município de Fraiburgo, atuando junto à Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI.

Art. 2º. O servidor ficará sobre a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do controle interno, tendo suas responsabilidades previstas na Lei Complementar n. 063/2005 e Decreto n. 0167/2005, sem prejuízo das suas funções e atribuições próprias do cargo e subordinação à Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, segundo a organização administrativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria n.º 2.378 de 01 de setembro de 2010.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1107/2013

PORTARIA N.º 1.107, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA COMPOR ORGÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar n. 063/2005 e no Decreto n. 0167/2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a servidora pública municipal PATRICIA CERON MACHADO, inscrita no CPF sob o n. 016.479.259-75, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, para compor órgão de apoio técnico administrativo do sistema de controle interno do Município de Fraiburgo, atuando junto ao Departamento de Gestão de Pessoal.

Art. 2º. O servidor ficará sobre a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do controle interno, tendo suas responsabilidades previstas na Lei Complementar n. 063/2005 e Decreto n. 0167/2005, sem prejuízo das suas funções e atribuições próprias do cargo e subordinação a Secretaria de Administração e Planejamento, segundo a organização administrativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria n.º 2.371 de 01 setembro de 2010.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1108/2013

PORTARIA Nº. 1.108, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA COMPOR ORGÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar n. 063/2005 e no Decreto n. 0167/2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o servidor público municipal ROBERTSON MUNIZ PARIZE, inscrito no CPF sob o n. 223.483.048-64, ocupante do cargo de provimento efetivo de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL, para compor órgão de apoio técnico administrativo do sistema de controle interno do Município de Fraiburgo, atuando junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. O servidor ficará sobre a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do controle interno, tendo suas responsabilidades previstas na Lei Complementar n. 063/2005 e Decreto n. 0167/2005, sem prejuízo das suas funções e atribuições próprias do cargo e subordinação à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, segundo a organização administrativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria n.º 2.372 de 01 de setembro de 2010.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1109/2013

PORTARIA Nº. 1.109, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA COMPOR ORGÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar n. 063/2005 e no Decreto n. 0167/2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a servidora pública municipal DEONILCE MARIA PASSINI, inscrita no CPF sob o n. 757.997.669-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, para compor órgão de apoio técnico administrativo do sistema de controle interno do Município de Fraiburgo, atuando junto à Secretaria Municipal de Ação Social.

Art. 2º. O servidor ficará sobre a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do controle interno, tendo suas responsabilidades previstas na Lei Complementar n. 063/2005 e Decreto n. 0167/2005, sem prejuízo das suas funções e atribuições próprias do cargo e subordinação à Secretaria Municipal de Ação Social, segundo a organização administrativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria n.º 2.374 de 01 de setembro de 2010.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1110/2013

PORTARIA Nº. 1.110, DE 12 DE MARÇO DE 2013.

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA COMPOR ORGÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar n. 063/2005 e no Decreto n. 0167/2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o servidor público municipal ANDERSON VEBER, inscrito no CPF sob o n. 050.144.629-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para compor órgão de apoio técnico administrativo do sistema de controle interno do Município de Fraiburgo, atuando junto à Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FME.

Art. 2º. O servidor ficará sobre a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do controle interno, tendo suas responsabilidades previstas na Lei Complementar n. 063/2005 e Decreto n. 0167/2005, sem prejuízo das suas funções e atribuições próprias do cargo e subordinação à Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FME, segundo a organização administrativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria n.º 2.377 de 01 de setembro de 2010.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1111/2013

PORTARIA Nº. 1.111, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA COMPOR ORGÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido na Lei Orgânica Municipal, na Lei Complementar n. 063/2005 e no Decreto n. 0167/2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a servidora pública municipal ADELIA APARECIDA PIERDONA BALESTRIN, inscrita no CPF sob o n. 579.307.599-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUDITOR FISCAL, para compor órgão de apoio técnico administrativo do sistema de controle interno do Município de Fraiburgo, atuando junto ao Departamento Tributário e Fiscal.

Art. 2º. O servidor ficará sobre a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do controle interno, tendo suas responsabilidades previstas na Lei Complementar n. 063/2005 e Decreto n. 0167/2005, sem prejuízo das suas funções e atribuições próprias do cargo e subordinação a Secretaria de Finanças, segundo a organização administrativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1112/2013

PORTARIA Nº 1.112, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme comunicação interna n.º 0594/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 10 horas semanais a professora efetiva FABIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, que se encontra afastada em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 13 (treze) para 25 (vinte e cinco) horas semanais a carga horária da servidora MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 345.621.509-63, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA PORTUGUESA, pelo período de 13 de março de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1113/2013

PORTARIA Nº 1.113, DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme comunicação interna n.º 0593/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 29 (vinte e nove) para 18 (dezoito) horas semanais, com conseqüente redução de remuneração, a carga horária da servidora SULLIAN PATRICIA STANIASKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 001.084.169-50, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - LÍNGUA INGLESA, a partir de 13 de março de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1114/2013

PORTARIA N.º 1.114 DE 12 DE MARÇO DE 2013.
Designa Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Agente Pública Municipal, ALZERINA SARTORI DIAS DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 527.897.809-00, ocupante do cargo de Secretário Municipal, através da portaria nº 008, de 02 de janeiro de 2013, para exercer a função de ORDENADORA DE DESPESAS da Secretaria Municipal de Ação Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0006/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0047/2013
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2013 - PMF

Objeto: Contratação direta de shows com diversos artistas musicais, a ser realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2013, no Parque da Maçã, nesta cidade, onde estará sendo realizada a EXPOFRAI 2013. Contratada: BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA, empresa de representação exclusiva dos artistas (Cartas de Exclusividade apresentadas) inscrita no CNPJ sob nº 11.739.076/0001-50. Valor e pagamento: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) a ser pago em 2 (duas) parcelas; Fundamento Legal: Art. 25, inc. III, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 11 de março de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso de Revogação do Pregão Nº 0003/2013 FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0005/2013 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2013 - FMS

O Município de Fraiburgo através do Fundo Municipal de Saúde, torna público a REVOGAÇÃO do certame em epígrafe, com fulcro no § 2º, "in fine" do art. 64 da Lei federal nº 8.666/93, tendo em vista a recusa do adjudicatário vencedor em assinar o contrato aliado ao fato do licitante remanescente, devidamente convocado, não ter tido interesse na contratação.

Informações pelo fone: (49) 3256 3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 07 de março de 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 026/ 2013.

DECRETO N.º 026, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA A ASSINATURA DE NOTAS DE EMPENHO, AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO E ORDENS DE PAGAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, especialmente em seu artigo 51, IV,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Delegada ao Secretário de Orçamento e Contabilidade, a competência para a assinatura de Notas de Empenho e Autorizações de Fornecimento, sem limite de valor, Ordens de Pagamento no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), quando tratar-se de credores em geral, e sem limite de valores quando tratar-se de Folha de Pagamento, Parcelamentos, Amortização e Encargos da Dívida interna, Tributos e Encargos Sociais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente, o Decreto n.º 139/2012.

Garopaba, 11 de março de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/03/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO

Secretária de Administração

Aviso de Licitação Pe008/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 008/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de peças de reposição para as máquinas pesadas utilizadas pela Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 25/03/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 25/03/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 11 de março de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe009/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de oxigênio medicinal para uso nas unidades básicas de saúde do município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 16h00min do dia 25/03/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 25/03/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 11 de março de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 010/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, para aquisição parcelada, conforme a necessidade, de câmaras e protetores para atender os veículos que compõe a frota da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 16h00min do dia 26/03/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min

do dia 26/03/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 11 de março de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Editais de Multas 655 a 664/11

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE MULTAS 655 A 664/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000655/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGA2309	54049863D	03/06/2011	51851	167
AIA5037	54049865D	03/06/2011	51851	167
AJE9678	55656432B	05/02/2011	65300	228
DOD6864	54049704D	05/05/2011	51851	167
FTA0070	54049870D	03/06/2011	51851	167
INX3369	54050521D	09/02/2011	69200	233
KNM7730	55655721B	22/06/2011	50100	162 * I
LYI5172	54050001D	25/06/2011	65992	230 * V
LZG4801	54049874D	06/06/2011	65992	230 * V
MAN5402	55656004B	07/01/2011	51851	167
MAR8484	54050461D	06/06/2011	51852	167
MBA4131	54049521D	04/06/2011	50100	162 * I
MBA4131	54049522D	04/06/2011	65992	230 * V
MBN3086	54050595D	24/06/2011	54600	181 * IX
MBW0623	55656283B	09/02/2011	69120	232
MCG8083	54050027D	08/07/2011	57380	186 * II
MDP8785	54049990D	06/07/2011	51851	167
MDU6105	54049446D	28/05/2011	51851	167
MFH0942	54049877D	09/06/2011	50100	162 * I
MFH0942	54049878D	09/06/2011	65992	230 * V
MFH0942	54049878D	09/06/2011	69120	232
MFH2953	54049875D	06/06/2011	65992	230 * V
MFI4665	54049906D	19/06/2011	51852	167
MFL2820	54049993D	09/07/2011	51851	167
MIA0725	54049808D	25/05/2011	51851	167
MIM2410	54049853D	31/05/2011	51851	167
MIW8421	54049879D	09/06/2011	51851	167
MJJ3810	54050560D	24/05/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000656/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MCF1858	55655384B	03/10/2010	70301	244 * I	191.53
MCF1858	55655384B	03/10/2010	58350	195	127.69
MDE1799	54049705D	05/05/2011	55411	181 * XVII	53.20
MGU5419	54049638D	28/04/2011	65992	230 * V	191.53
MGU5419	54049637D	28/04/2011	52070	169	53.20
MGU5419	54049637D	28/04/2011	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000657/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BEC0468	55655714B	14/06/2011	51851	167
ILC1188	54049928D	21/06/2011	51691	165
IML3941	54049900D	15/06/2011	51851	167
LYN3654	54049884D	09/06/2011	57380	186 * II
LYV7355	54050466D	13/06/2011	51851	167
MAO3502	54049873D	06/06/2011	66102	230 * VII
MAR8160	54049958D	16/06/2011	51851	167
MAR8160	54049958D	16/06/2011	51852	167
MCP7363	54049907D	22/06/2011	65992	230 * V
MDC6913	54050561D	24/06/2011	69200	233
MDO8394	54049954D	16/06/2011	51851	167
MEE2260	54050565D	10/06/2011	69200	233
MFM3246	54049770D	07/06/2011	57380	186 * II
MGN7536	54049828D	02/06/2011	51851	167
MHT5294	54050578D	18/06/2011	51851	167
MJD6842	54049896D	12/06/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000658/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX3729	54049540D	03/04/2011	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000659/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJI7060	54049983D	30/06/2011	51851	167
AKT9138	54049951D	14/06/2011	51851	167
AKT9138	54049951D	14/06/2011	51852	167
EUG1224	54050473D	21/06/2011	57380	186 * II
LXD9510	54050564D	06/06/2011	69200	233
MCP5223	55654312B	23/10/2009	73662	252 * VI
MCV8961	54049888D	12/06/2011	66102	230 * VII
MEL3181	54050563D	06/06/2011	69200	233
MHC2562	54049857D	10/06/2011	65992	230 * V
MHC2562	54049858D	10/06/2011	50100	162 * I
MHC2562	54049859D	10/06/2011	50610	163 c/c 162 * I
MIH0460	54049956D	16/06/2011	51851	167
MIH0460	54049956D	16/06/2011	51852	167
MIP3573	54050589D	21/06/2011	51851	167
MIP3573	54050589D	21/06/2011	51852	167
MIT9122	54050588D	21/06/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000660/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MGN9238	54049508D	01/05/2011	70481	244 * II	191.53
MGZ7263	54049851D	31/05/2011	51851	167	127.69
MIA5889	54049511D	08/05/2011	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000661/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBO1396	54050455D	03/06/2011	51851	167
IGC1946	54049862D	03/06/2011	51851	167
LYN3571	54049960D	06/07/2011	70561	244 * III
LYN3571	54049960D	06/07/2011	52741	175
LYN3571	54049959D	06/07/2011	66531	230 * XI
LYN3571	54049959D	06/07/2011	58350	195
LYN3571	54049959D	06/07/2011	52400	173
MAF2203	54049699D	23/07/2011	65992	230 * V
MAF2203	54049700D	23/07/2011	58350	195
MET9924	54050608D	24/07/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000662/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAY4752 54050569D 27/06/2011 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000663/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGB8536 54050596D 27/06/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000664/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

IFR1314	54049812D	25/05/2011	51851	167	127.69
IQU0043	54049510D	02/05/2011	51851	167	127.69
JNK2667	54049777D	22/05/2011	51851	167	127.69
MHL7436	54049866D	03/06/2011	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

CÂMARA MUNICIPAL**Aviso de Licitação Deserta - Pregão Presencial Nº. 002/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2013

A Câmara Municipal de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que restou deserto o Pregão Presencial nº 02/2013, que teve por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens aéreas e terrestres para servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Garopaba.

Garopaba, 11 de março de 2013.
ROGÉRIO LINHARES
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Garuva**PREFEITURA****Portaria Nº 180/2013**

PORTARIA Nº 180, de 27 de fevereiro de 2013.
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário REGINA MARIA LEGNAGHI, inscrita no CI-RG 3.228.478 e CPF 890.909.509-15, na função de Professora Nível I, por 40 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de 04 de março de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 5.406 de 08 de Março de 2013.**

DECRETO Nº 5.406 DE 08 DE MARÇO DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, NO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES:

Órgão: 12 FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade: 25 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Funcional Programática: 00027.00812.00028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar

Atividade: 2.200162 Manutenção do Esporte em Gaspar

Dotação: 15 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES:

Órgão: 12 FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade: 25 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Funcional Programática: 00027.00812.00028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar

Atividade: 2.200162 Manutenção do Esporte em Gaspar

Dotação: 14 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Art. 3º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade: 3 DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Funcional Programática: 00004.00131.00005 Manutenção da Diretoria de Comunicação

Atividade: 2.200020 Manutenção da Comunicação

Dotação: 10 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Unidade: 27 DEFESA CÍVIL

Funcional Programática: 00006.00182.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

Atividade: 2.200202 Manutenção da Defesa Civil

Dotação: 545 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Art. 4º Por conta da anulação do art. 3º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade: 3 DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Funcional Programática: 00004.00131.00005 Manutenção da Diretoria de Comunicação

Atividade: 2.200020 Manutenção da Comunicação
Dotação: 9 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00
Unidade: 27 DEFESA CIVIL
Funcional Programática: 00006.00182.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas
Atividade: 2.200202 Manutenção da Defesa Civil
Dotação: 469 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Art. 5º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Funcional Programática: 00004.00122.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
Atividade: 2.200054 Manutenção das ações da Secretaria
Dotação: 65 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

Art. 6º Por conta da anulação do art. 5º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 5 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Funcional Programática: 00004.00122.00013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio
Atividade: 2.200054 Manutenção das ações da Secretaria
Dotação: 64 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 39.000,00
Art. 7º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

Órgão: 7 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Funcional Programática: 00020.00606.00021 Apoio ao desenvolvimento Agrícola
Atividade: 2.200104 Manutenção das Atividades Agrícolas
Dotação: 188 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 68.000,00

Art. 8º Por conta da anulação do art. 7º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

Órgão: 7 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Funcional Programática: 00020.00606.00021 Apoio ao desenvolvimento Agrícola
Atividade: 2.200104 Manutenção das Atividades Agrícolas
Dotação: 187 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 68.000,00

Art. 9º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO
Funcional Programática: 00026.00782.00015 Gestão do Ditrán
Atividade: 2.200078 Manutenção da Ditrán
Dotação: 139 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 133.000,00

Art. 10º Por conta da anulação do art. 9º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
Unidade: 14 DITRAN - DIRETORIA DE TRÂNSITO
Funcional Programática: 00026.00782.00015 Gestão do Ditrán
Atividade: 2.200078 Manutenção da Ditrán
Dotação: 138 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 133.000,00

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de março de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Errata Portaria 3.016/2013. **ERRATA**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria nº 3.016, de 04 de fevereiro de 2013, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1188, de 01 de março de 2013, nos seguintes termos:

Onde se lê no artigo 2º:

"Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 001/2008 e 001/2013, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:"

Leia-se:

"Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 008/2011 e 001/2013, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:"

Gaspar, 27 de fevereiro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato da Inexigibilidade Nº 36/2013 **PREFEITURA DE GASPAR/SC** **Extrato da Inexigibilidade nº 36/2013**

Objeto: aquisição de passes para o transporte escolar das crianças e adolescentes que frequentam o Centro Educativo Maria Hendricks. Contratado: AUTO VIAÇÃO DO VALE LTDA. (05.255.508/0001-54). Valor Total Julgado: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Base legal: artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), em 5 de março de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato da Inexigibilidade Nº 37/2013 **PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC** **Extrato da Inexigibilidade nº 37/2013**

Objeto: contratação de empresa para o fornecimento de material didático e capacitação no Projeto Mente Inovadora. Contratado: MINDLAB DO BRASIL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA. (10.391.836/0001-18) Valor Total Julgado: R\$ 114.253,00 (cento e quatorze mil, duzentos e cinquenta e três reais). Base legal: artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 6 de Março de 2013.
MARILUCI DESCHAMPS ROSA
Prefeita em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL**A V I S O**

Câmara de Municipal de Gaspar

A V I S O

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições (artigo 171, incisos II e III, do Regimento Interno), comunica que está à disposição de qualquer do povo, pelo prazo de 60 (sessenta dias), junto à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, o Parecer Prévio nº. 0187/2012 no Processo nº. PCP-12/00128556, emitido pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em face da Prestação de Contas do Prefeito relativa ao exercício financeiro de 2011, podendo ser questionada a sua legitimidade.

Câmara Municipal de Gaspar, em 13 de março de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente

SAMAE**Aviso de Alteração do Pregão Presencial Nº 4/2013-SAMAE**

AVISO DE ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2013

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Registro de Preços visando o fornecimento de combustível (diesel) para alguns veículos da frota do SAMAE, que foram efetivadas alterações. Em face disto fica redesignado o dia 26/03/2013 às 08:45 horas para o recebimento dos envelopes e às 09:00 horas do mesmo dia para abertura do certame. O local para entrega e abertura, bem como a retirada do Aditivo é o Departamento de Compras do SAMAE, sito a Rua Barão do Rio Branco nº 500 - centro, Gaspar - SC ou através do site:www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), 11 de março de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim**PREFEITURA****Aviso de Credenciamento Nº12/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Inexigibilidade de Licitação - 12/2013

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CREDENCIAMENTO UNIVERSAL DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

Entrega dos Envelopes: 14/03/2013 as 08:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 14/03/2013 as 08:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h,

fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM, 12 de março de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Retificação Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

NO EXTRATO DO CONTRATO 07/2013-PMG, PUBLICADO NO DOM/SC EDIÇÃO Nº 1195 DE 12/03/2013 F. 99, ONDE LÊ-SE VIGENCIA 02/06/2013, LEIA-SE VIGENCIA 28/02/2014.

GUARAMIRIM (SC), 12/03/2013.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste**PREFEITURA****L e i Nº 2981/2013**

L E I Nº 2981 /2013

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE ESPECIFICA"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a "ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE", inscrita no CNPJ nº 09.107.081/0001-06, tendo sua sede Rua Minas Gerais com esquina da Américo Saraiva, s/n - Bairro São Vicente, no município de Herval d'Oeste - estado de Santa Catarina.

Art. 2º Ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstas na legislação vigente pertinentes à matéria, a entidade supracitada.

Art. 3º Esta LEI entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), 08 de março de 2013

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 3.125/2013.

DECRETO Nº. 3.125/2013.

"FIXA DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS MUNICIPAIS A ELE AGREGADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas Municipais a ele agregadas, no exercício de 2013, será lançado

e arrecadado em Parcela Única com 10,00% (Dez por cento) de desconto somente sobre o Imposto, ou em até 03 (três) parcelas mensais, sem desconto, com os seguintes vencimentos:

Parcela Única com vencimento em 10 de maio de 2013.

a) - 1ª Parcela com vencimento em 10 de maio de 2013.

b) - 2ª Parcela com vencimento em 10 de junho de 2013.

c) - 3ª Parcela com vencimento em 10 de julho de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de março de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 260/2013

PORTARIA Nº. 260/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 08 de março de 2013, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora MARCIA R. DOS SANTOS ZAMBIAZZI (Matr. 94), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/E, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Março de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 261/2013

PORTARIA Nº 261/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora SONIAMAR SEBEN WASEN (Matr. 1824), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 286/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 104, § único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2010 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 11 de março de 2013 a 14 de março de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Março de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 262/2013

PORTARIA Nº 262/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor GIOVANI BENETTI (Matr. 2701), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2011 e 31 de março de 2012, para serem gozadas a partir de 11 de março de 2013 a 09 de abril de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Março de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 263/2013

PORTARIA Nº 263/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora BERNARDETE S. B. GUNGERMANN (Matr. 548), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "F", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2011 e 31 de outubro de 2012, para serem gozadas a partir de 11 de março de 2013 a 09 de abril de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Março de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 264/2013

PORTARIA Nº 264/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora CARLA REGINA DOS S. GASPARETTO (Matr. 756), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços de Gerais, Nível - 3, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de março de 2011

e 14 de março de 2012, para serem gozadas a partir de 11 de março de 2013 a 09 de abril de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Março de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 015/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: "Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Empresa: Mateus Spricigo ME
CNPJ/MF Nº 12.044.422/0001-48
Endereço: Av. Dom Pedro II, nº 42 Centro.
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 015/2013 DE 08 DE MARÇO DE 2013

Pelo presente instrumento, o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0003-08 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Mateus Spricigo ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Dom Pedro II, nº 42 Centro, no município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 12.044.422/0001-48, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Nº 051/2011, que tem por objeto a realização de obra de ampliação da Unidade de Saúde Central no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a supressão de valor, da planilha orçamentária contratual, devido a exclusão de serviços do orçamento inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

A supressão constante na Cláusula primeira corresponde a uma redução do valor do objeto na ordem de 1,15 % do valor total atualizado do Contrato, que era de R\$ 128.772,00 (cento e vinte e oito mil, setecentos e setenta e dois reais), correspondendo a uma supressão no valor de R\$ 1.480,00 (mil quatrocentos e oitenta reais).

Parágrafo único - Com a supressão decorrente deste Termo Aditivo, o valor do contrato original passará de R\$ 128.772,00 (cento e vinte e oito mil setecentos e setenta e dois reais), para R\$ 127.292,00 (cento e vinte e sete mil, duzentos e noventa e dois reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65 inciso I, alínea "a," -, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor sendo assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 08 de março de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:
RUBENS ANTONIO CORREIA GILBERTO JOSÉ DURIGON
CPF: 687.857.399-87 CPF: 737.459.529-87

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2480/2013

DECRETO Nº2480/2013

"TORNA NULO E SEM EFEITOS PROCESSO LICITATÓRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a desistência do Único Licitante, antes do Ato Homologatório.

Com amparo no Art.88, Inciso VII-XIII da Lei Orgânica, c/c. Art.49, § 4º da Lei Federal 8.666 de 21 de Junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nulo e sem qualquer efeito o Procedimento Licitatório nº 013/2013, modalidade Pregão Presencial.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM-SC, 07 DE MARÇO DE 2013.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria, aos sete dias do mês de Março de dois mil e treze.

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 340/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 340, de 31 de dezembro de 2012.
Dispõe sobre a exoneração de cargos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 95 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar n.º 2.803, de 11 de janeiro de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, dos cargos/funções os servidores descritos abaixo, nomeados para exercerem os referidos cargos em comissão, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome do Servidor	Cargo Efetivo	Cargo em Comissão/LEI	Lotação Secretaria
ADRIANA DE SOUZA MIGUEL HERCÍLIO	PROFESSORA	DIRETORA DE EDUCAÇÃO	SEDUCE
ADRIANA PEREIRA FORNASE	PROFESSORA	COORDENADORA – BOLSA FAMÍLIA	SEDESTH
ANDRÉIA PACHECO DA ROSA CANDIDO	PROFESSORA	CHEFE DE DEPARTAMENTO / FG – LEI Nº 3445/2009	SEDUCE
ANDREZA BARCELOS CARVALHO	ADMINISTRADORA	DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS	SEAGP
ANE CARINE CORREA RIBAS	ASSISTENTE SOCIAL	SUPERVISORA DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	SMS
ARLEI LIMA	PROFESSOR	SUPERVISOR DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	SEDUCE
CLAUDIONOR MARCOS DE CASTRO	AGENTE ADMINISTRATIVO	EXECUTIVO FISCAL (LEI Nº 2.904/2006)	PROCURADORIA GERAL
CLEBER DE MELO	TÉC. EM AGRICULTURA	DIRETOR	SEFAZ
DENISE MARTINS MORAES	AGENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISORA DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS	SEFAZ

DENISE SILVA MAISTO	ASSISTENTE SOCIAL	SUPERVISORA DA UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL - SUSC	SMS
DORVALINO PEDRO DE MELLO FILHO	ADMINISTRADOR	SUPERVISOR DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO, APRIMORAMENTO E APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL	SEDURB
EDUARDO DOS PASSOS NUNES	FISCAL DE OBRAS E POSTURAS	DIRETOR	SEDURB
ELISANGELA PEREIRA	PROFESSORA	COORDENADORA - CREAS	SEDESTH
ERICO JOSE LAURENTINO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXECUTIVO FISCAL (LEI Nº 2.904/2006)	PROCURADORIA GERAL
EUGENIO DA ROSA	AUXILIAR DE SERVIÇOS	SUPERVISOR DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	SEINFRA
FERNANDO MELO DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXECUTIVO FISCAL (LEI Nº 2.904/2006)	PROCURADORIA GERAL
HELLEN MONTEIRO CORREA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISORA DE CONTROLE DE COMPRAS	SMS
IARA PITTIGLIANI JORGE	TÉC. EM SEGURANÇA DO TRABALHO	SUPERVISORA – MEDICINA DO TRABALHO	SEAGP
JADIR JOAQUIM MARIA	AGENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISOR DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL	SEAGP
JATIR JOÃO DE AMORIM	ODONTÓLOGO	SUPERVISOR DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA / SAÚDE BUCAL	SMS
JOÃO GERALDO SPECK	BIOQUÍMICO	RESPONSABILIDADE TÉCNICA – GRT (Art. 1º - Lei 3.296/2008)	SMS
JOSÉ BERTOLINO MEDEIROS NETO	AGENTE ADMINISTRATIVO	TESOUREIRO	SEFAZ
JOSIANE DOS SANTOS CARDOSO	AGENTE ADMINISTRATIVA	SUPERVISORA DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	SMS

KATIA SILVA PIRES	TELEFONISTA CENTRAL	EXECUTIVO FISCAL (LEI Nº 2.904/2006)	PROCURADORIA GERAL
LADJANE BELLINA DE BITTENCOURT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXECUTIVO FISCAL (LEI Nº 2.904/2006)	PROCURADORIA GERAL
LEDA BORGES MARTINS	PROFESSORA	COORDENADORA DE TRANSPORTE ESCOLAR	SEDUCE
LUCIANO ALVES ZANINI	ADMINISTRADOR	EXECUTIVO FISCAL (LEI Nº 2.904/2006)	PROCURADORIA GERAL
MAGALI APARECIDA VIEIRA	PROFESSORA	COORDENADORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	SEDUCE
MARIA ELIETE PEREIRA	PROFESSORA	DECRETO 269/2006	SEDESTH
MARIA LUIZA SPECK	TÉC. EM ENFERMAGEM	SUPERVISORA DO PROGRAMA DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI	SMS
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA	PROFESSORA	DIRETORA DE GESTÃO PÚBLICA	SEDUCE
MARIA TEREZA CARDOSO DE CARVALHO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	SUPERVISORA DA FARMÁCIA PÚBLICA MUNICIPAL	SMS
MARIANE LUIZE DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	COORDENADORA - PSF	SEDESTH
MARÍLIA MENDINÇA	ASSISTENTE SOCIAL	SUPERVISORA DO PROGRAMA DST/AIDS	SMS
MARIVONE MENDONÇA DAMAZIO	ASSISTENTE SOCIAL	SUPERVISORA DO SERVIÇO SOCIAL DA SDR SUL E NORTE	SDR/SUL
MARLI GARCIA	PROFESSORA	SUPERVISORA DE CULTURA	SEDUCE
MAURICIO MAZZOCA PIRES	AGENTE ADMINISTRATIVO	DIRETOR	SEINFRA
MICHELA DA SILVA FREITAS	PROFESSORA	DIRETORA DE ESPORTE	SEDUCE

MILANE REGINA DOMINGOS ARENT	CONTADORA	SUPERVISORA DE GESTÃO E PLANEJAMENTO - SGOP	CONTROLADORIA
NAZARENO DE SOUSA PACHECO	MOTORISTA	MOTORISTA EXECUTIVO	SEAGP
PATRICIA DA ROSA TEIXEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISORA SETOR DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)	SMS
RAUL MINATTO LEAL	CONTADOR	DIRETOR	SEFAZ
ROMARIO DA ROSA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SUPERVISOR DO SERVIÇO POSTAL COMUNITÁRIO	SEDESTH
ROSINETE DELFINO LAURINDO	ASSISTENTE SOCIAL	COORDENADORA - HABITAÇÃO	SEDESTH
ROZENILDA MATOS RODRIGUES DA ROSA	PROFESSORA	SUPERVISORA - PROJETO SÓCIO-ESPORTIVOS	SEDUCE
RUBENS DAVID	TÉC. EM EDIFICAÇÕES	EXECUTIVO FISCAL (LEI Nº 2.904/2006)	PROCURADORIA GERAL
SANDRA MARA LEAL	VISITADORA SANITÁRIA	SUPERVISORA DO PROGRAMA AEDES AEGYPTI	SMS
SIMONE HIPOLITO MARTINS	ADMINISTRADORA	SUPERVISORA DE AUDITORIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	CONTROLADORIA
VALERIA DE SOUZA ANTONIO	CONTADORA	SUPERVISORA DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO	SEFAZ
VANESSA GOMES RAFAEL	ENFERMEIRA	SUPERVISORA POLICLÍNICA MUNICIPAL	SMS
VANIO MÁRIO LAURENTINO	ENGENHEIRO	SUPERVISOR DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	SEINFRA
VERA LUCIA DE CARVALHO BARJONA	AGENTE ADMINISTRATIVA	SUPERVISORA - ACOMPANHAMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS	PROCURADORIA GERAL

VERA LÚCIA VIEIRA SILVEIRA	PROFESSORA	CHEFE DE DEPARTAMENTO	SEDUCE
VIVIANE MARQUES BEZERRA	ASSISTENTE SOCIAL	COORDENADORA - CRAS	SEDESTH
VOLNEI ABREU DE ARAUJO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXECUTIVO FISCAL (LEI Nº 2.904/2006)	PROCURADORIA GERAL
WAGNER LUIZ RAUSSENG OLEGÁRIO	ANALISTA DE SISTEMAS	SUPERVISOR – PROJETO CIDADE DIGITAL	SEAGP

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 31 de dezembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 14/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 16/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 25 de março de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação das intersecções, praças públicas, terminal rodoviário, pavilhão de eventos e prédio da SEINFRA. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 13 de março de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 15/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 17/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 25 de março de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº

123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa, para o fornecimento de concreto asfáltico usinado a quente para manutenção de vias públicas no município de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 13 de março de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Suspensão do Pregão Presencial 12/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através da sua Pregoeira Oficial comunicam que fica suspensa por tempo indeterminado o Processo Licitatório 14/2013 - Pregão Presencial 12/2013, para análise de Impugnação interposto tempestivamente pela empresa I. Silveira e Cia Ltda.

Imbituba, 13 de março de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeira Oficial

Edital SEAGP Nº 005/2013

EDITAL SEAGP Nº 005/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2012, divulgado através do Edital nº 001/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012, de 08 de Fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2012, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 11 de Março a 10 de Abril de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o

candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 11 de março de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 005/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico Clínico Geral - ESF

HELVIO ROSSETTO

Médico Auditor

ISADORA SGROTT NOBREGA

Ipumirim

PREFEITURA

Extrato de Contrato Publico Nº 6/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 6/2013

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços para lavagem, centrifugação, secagem, passagem e dobra-gem de 300 kg de roupas hospitalares (cama, banho, peças de vestuário, etc) da Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

Valor: R\$ 1.590,00 (Um Mil Quinhentos e Noventa Reais)

Assinatura: 05/03/2013 Vigência: 31/12/2013

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: LAVADISKE AUTOMATIC LTDA, situada na RUA PREF. DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 84, Bairro: CENTRO, cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.389.025/0001-20.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Nota de Anulação do PL Nº 10, PP Nº 5/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIMCNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 5/2013 - PRProcesso Administrativo:
Processo de Licitação: 10/2013
Data do Processo: 26/02/2013**Objeto:** aquisição de mudas frutíferas destinado ao atendimento do Programa instituído pela Lei nº 1634 de 25 de junho de 2010.**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2013****Motivo:** Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às quatorze horas a Comissão de Licitação reuniu-se para dar início ao embate licitatório. Aberta a seção pública foi constatado que não compareceram interessados a participar do Processo acima mencionado. Diante disso a Comissão de Licitação decide declarar o certame como deserto. Comunica-se desta forma, o Senhor Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da Comissão presente.

Ipumirim, 11 de Março de 2013

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Processo Seletivo Nº 001/2013

Edital nº 003/2013

Pública Alteração do Edital nº 002/2013 que Abre Inscrições Para o Processo Seletivo Destinado a Prover Vagas em Caráter Temporário, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social para o ano de 2013.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei torna público para o conhecimento dos interessados, as alterações no Edital nº 002/2013, do Processo Seletivo nº 001/2013, para promover correções, nos termos deste Edital.

I – Das Correções:

O Edital nº 002/2013, do Processo Seletivo nº 001/2013, passa a vigorar com as seguintes correções:

No item “3.4.1” do Edital nº 002/2013, do Processo Seletivo nº 001/2013 (pag.3) PROJETO BOM NA ESCOLA BOM DE BOLA

A habilitação mínima exigida é a constante na tabela abaixo:

ÁREA/MODALIDADE	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
FUTEBOL DE CAMPO	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Acadêmico do 5º Período do curso de Educação Física.
FUTEBOL DE SALÃO	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Acadêmico do 5º Período do curso de Educação Física.
JUDÔ	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Acadêmico do 5º Período do curso de Educação Física.
ATLETISMO	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Acadêmico do 5º Período do curso de Educação Física.
PROFESSOR INSTRUTOR MUSICAL	Habilitado – Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior em Música e experiência em música e instrumentos: violão, teclado e guitarra e canto coral e voz. Não Habilitado – Histórico Escolar de Conclusão de Ensino Médio e experiência em música e instrumentos: violão, teclado e guitarra e canto coral e voz.

DANÇA FOLCLÓRICA E ARTÍSTICA	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Acadêmico do 5º Período do curso de Educação Física.
------------------------------	--

No item “3.4.3” do Edital nº 002/2013, do Processo Seletivo nº 001/2013 (pag.4) PROJETO ATIVIDADE FÍSICA NA BUSCA DA QUALIDADE DE VIDA NA LONGEVIDADE.

A habilitação mínima exigida é a constante na tabela abaixo:

ÁREA/MODALIDADE	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
GINÁSTICA E DANÇA NA TERCEIRA IDADE	Habilitado – Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE), e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Não Habilitado – Acadêmico do 5º Período do curso de Educação Física.
HIDROCINESIOTERAPIA	Diploma e Histórico Escolar de conclusão de Curso Superior de Fisioterapia com Registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

No CAPÍTULO VI, letra “f” do Edital nº 002/2013, do Processo Seletivo nº 001/2013 (pag.8) passando a seguinte redação:

“f” possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo e para a área/modalidade que exigirem carteira profissional o candidato aprovado e convocado para assumir vaga deverá apresentar certidão original de regularidade administrativa e ética expedida pelo Órgão Fiscalizador da Profissão.

No CAPÍTULO X, DA ESCOLHA DE VAGAS do Edital nº 002/2013, do Processo Seletivo nº 001/2013 (pag.13) aonde se lê “13.9, 13.10, 13.11, e 13.12”, lê-se: “13.8, 13.9, 13.10 e 13.11” e acrescenta item 13.12 com a seguinte redação:

13.2 A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

II – As demais disposições do Edital nº 002/2013, do Processo Seletivo nº 001/2013, permanecem em pleno vigor, conforme sua redação original.

Ipumirim/SC, em 12 de março de 2013.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Extrato do 2º T.Adit. da Ata de Reg. Preços do PL 86, PP 38-2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2012
PROCESSO DE LICITAÇÃO 86/2012

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2012, do PROCESSO Nº 86/2012,

homologado aos 28 de dezembro de 2012, cujo objeto é o registro de Preços, aquisição de combustíveis destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2013, conforme especificações anexo ao Edital, para os itens constantes na ata abaixo elencada, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 2012.86.7774**

FORNECEDOR: SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ, situada na RODOVIA ACESSO A SC 480 Nº 941E, Município de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.578.202/0001-87 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.952.459, representado por RENI PERIZZOLO, CPF: CPF: 097.840.980-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	ÓLEO DIESEL	L	250.000,00	R\$ 2,267	R\$ 566.750,00	
Valor Total Registrado		R\$ 566.750,00				

Ipumirim-SC, em 11 de março de 2013

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

Retificação- Extrato de Contrato 43/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
RETIFICAÇÃO

Onde lê- se:

CONTRATO Nº 43/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Evidence Informática Ltda

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra- Estrutura com entrega parcelada, para o exercício de 2013..

Valor: R\$ 5.560,00(cinco mil quinhentos e sessenta reais).

Vigência: 05/03/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 06/2013 - Pregão Presencial 05/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Leia- se

CONTRATO Nº 43/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Evidence Informática Ltda

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra- Estrutura com entrega parcelada, para o exercício de 2013..

Valor: R\$ 1.200,00(um mil e duzentos reais).

Vigência: 05/03/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 06/2013 - Pregão Presencial 05/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Retificação- Extrato de Contrato 46/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
RETIFICAÇÃO

Onde lê- se:

CONTRATO Nº 46/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Janaína dos Santos Martins Zucco- ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra- Estrutura com entrega parcelada, para o exercício de 2013..

Valor: R\$ 5.568,00(cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais).

Vigência: 05/03/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 06/2013 - Pregão Presencial 05/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Leia- se

CONTRATO Nº 46/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratado: Janaína dos Santos Martins Zucco- ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra- Estrutura com entrega parcelada, para o exercício de 2013..

Valor: R\$ 2.526,00(dois mil, quinhentos e vinte e seis reais).

Vigência: 05/03/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 06/2013 - Pregão Presencial 05/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Anexos RREO - 1º Bimestre 2013
 ANEXOS RREO - 1º BIMESTRE 2013

 Município de IRINEOPOLIS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.381.100,00	23.381.100,00	4.222.517,12	18,06	4.222.517,12	18,06	19.158.582,88
RECEITAS CORRENTES	21.497.100,00	21.497.100,00	3.516.335,16	16,36	3.516.335,16	16,36	17.980.764,84
RECEITA TRIBUTARIA	1.534.000,00	1.534.000,00	286.446,20	18,67	286.446,20	18,67	1.247.553,80
IMPOSTOS	1.156.000,00	1.156.000,00	223.534,83	19,34	223.534,83	19,34	932.465,17
TAXAS	376.500,00	376.500,00	62.911,37	16,71	62.911,37	16,71	313.588,63
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	167.000,00	167.000,00	12.259,55	7,34	12.259,55	7,34	154.740,45
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	165.000,00	165.000,00	12.259,55	7,43	12.259,55	7,43	152.740,45
RECEITA PATRIMONIAL	82.900,00	82.900,00	7.296,59	8,80	7.296,59	8,80	75.603,41
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	51.900,00	51.900,00	3.142,47	6,05	3.142,47	6,05	48.757,53
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	30.000,00	30.000,00	4.154,12	13,85	4.154,12	13,85	25.845,88
Outras Rec. Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	144.000,00	144.000,00	145,00	0,10	145,00	0,10	143.855,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.302.600,00	19.302.600,00	3.187.063,62	16,51	3.187.063,62	16,51	16.115.536,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.217.600,00	19.217.600,00	3.187.063,62	16,58	3.187.063,62	16,58	16.030.536,38
Transf. de Pessoas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transf. de Conv.	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	266.600,00	266.600,00	23.124,20	8,67	23.124,20	8,67	243.475,80
Multas e Juros de Mora	123.600,00	123.600,00	7.024,85	5,68	7.024,85	5,68	116.575,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.000,00	16.000,00	1.943,25	12,15	1.943,25	12,15	14.056,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	88.500,00	88.500,00	4.885,41	5,52	4.885,41	5,52	83.614,59
RECEITAS DIVERSAS	38.500,00	38.500,00	9.270,69	24,08	9.270,69	24,08	29.229,31
RECEITAS DE CAPITAL	1.884.000,00	1.884.000,00	706.181,96	37,48	706.181,96	37,48	1.177.818,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	902.000,00	902.000,00	665.381,96	73,77	665.381,96	73,77	236.618,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	902.000,00	902.000,00	665.381,96	73,77	665.381,96	73,77	236.618,04
ALIENAÇÃO DE BENS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	892.000,00	892.000,00	40.800,00	4,57	40.800,00	4,57	851.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	892.000,00	892.000,00	40.800,00	4,57	40.800,00	4,57	851.200,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	330.000,00	330.000,00	39.326,10	11,92	39.326,10	11,92	290.673,90
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	330.000,00	330.000,00	39.326,10	11,92	39.326,10	11,92	290.673,90
RECEITA DE SERVIÇOS	330.000,00	330.000,00	39.326,10	11,92	39.326,10	11,92	290.673,90
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.711.100,00	23.711.100,00	4.261.843,22	17,97	4.261.843,22	17,97	19.449.256,78

Continua 1/3

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	23.711.100,00	23.711.100,00	4.261.843,22	17,97	4.261.843,22	17,97	19.449.256,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.711.100,00	23.711.100,00	4.261.843,22	17,97	4.261.843,22	17,97	19.449.256,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	725.480,10	—	—	48.152,52	—	—
Superávit Financeiro	—	725.480,10	—	—	48.152,52	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.378.700,00	746.480,10	24.125.180,10	2.899.089,87	2.899.089,87	2.319.189,26	2.319.189,26	9,61	21.805.990,84
DESPESAS CORRENTES	20.125.025,00	682.205,33	20.807.230,33	2.795.685,41	2.795.685,41	2.232.381,22	2.232.381,22	10,73	18.574.849,11
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.810.400,00	55.788,85	11.866.188,85	1.674.900,53	1.674.900,53	1.624.434,44	1.624.434,44	13,69	10.241.754,41
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	264.500,00	-30.000,00	234.500,00	8.605,40	8.605,40	8.605,40	8.605,40	3,67	225.894,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.050.125,00	656.416,48	8.706.541,48	1.112.179,48	1.112.179,48	599.341,38	599.341,38	6,88	8.107.200,10
DESPESAS DE CAPITAL	3.124.675,00	64.274,77	3.188.949,77	103.404,46	103.404,46	86.808,04	86.808,04	2,72	3.102.141,73
INVESTIMENTOS	2.969.675,00	104.274,77	3.073.949,77	100.429,86	100.429,86	83.833,44	83.833,44	2,73	2.990.116,33
INVERSÕES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	135.000,00	-40.000,00	95.000,00	2.974,60	2.974,60	2.974,60	2.974,60	3,13	92.025,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	129.000,00	0,00	129.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	332.400,00	0,00	332.400,00	39.326,10	39.326,10	39.326,10	39.326,10	11,83	293.073,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	199.000,00	0,00	199.000,00	22.035,19	22.035,19	22.035,19	22.035,19	11,07	176.964,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	122.400,00	0,00	122.400,00	17.290,91	17.290,91	17.290,91	17.290,91	14,13	105.109,09

Continua 2/3

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	332.400,00	0,00	332.400,00	39.326,10	39.326,10	39.326,10	39.326,10	11,83	293.073,90
INVESTIMENTOS	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.711.100,00	746.480,10	24.457.580,10	2.938.415,97	2.938.415,97	2.358.515,36	2.358.515,36	9,64	22.099.064,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.711.100,00	746.480,10	24.457.580,10	2.938.415,97	2.938.415,97	2.358.515,36	2.358.515,36	9,64	22.099.064,74
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.903.327,86	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.711.100,00	746.480,10	24.457.580,10	2.938.415,97	2.938.415,97	2.358.515,36	4.261.843,22	9,64	22.099.064,74

FONTE:

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.378.700,00	24.125.180,10	2.899.089,87	2.899.089,87	2.319.189,26	2.319.189,26	98,33	9,61	21.805.990,84
Legislativa	880.000,00	880.000,00	127.612,69	127.612,69	127.612,69	127.612,69	5,41	14,50	752.387,31
Ação Legislativa	880.000,00	880.000,00	127.612,69	127.612,69	127.612,69	127.612,69	5,41	14,50	752.387,31
Administração	2.259.675,00	2.259.675,00	331.919,21	331.919,21	228.510,82	228.510,82	9,69	10,11	2.031.164,18
Planejamento e Orçamento	579.000,00	579.000,00	48.438,92	48.438,92	47.413,64	47.413,64	2,01	8,19	531.586,36
Administração Geral	1.268.675,00	1.268.675,00	239.610,14	239.610,14	137.961,03	137.961,03	5,85	10,87	1.130.713,97
Administração Financeira	412.000,00	412.000,00	43.870,15	43.870,15	43.136,15	43.136,15	1,83	10,47	368.863,85
Segurança Pública	80.000,00	109.012,43	4.283,96	4.283,96	3.490,80	3.490,80	0,15	3,20	105.521,63
Defesa Civil	80.000,00	109.012,43	4.283,96	4.283,96	3.490,80	3.490,80	0,15	3,20	105.521,63
Assistência Social	1.153.700,00	1.153.700,00	96.909,09	96.909,09	91.970,20	91.970,20	3,90	7,97	1.061.729,80
Assistência ao Idoso	81.500,00	81.500,00	224,00	224,00	224,00	224,00	0,01	0,27	81.276,00
Assistência ao Portador de Deficiência	16.000,00	16.000,00	1.575,52	1.575,52	1.575,52	1.575,52	0,07	9,85	14.424,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	211.200,00	211.200,00	21.553,93	21.553,93	20.551,38	20.551,38	0,87	9,73	190.648,62
Assistência Comunitária	645.000,00	645.000,00	41.062,43	41.062,43	37.126,09	37.126,09	1,57	5,76	607.873,91
Previdência Básica	200.000,00	200.000,00	32.493,21	32.493,21	32.493,21	32.493,21	1,38	16,25	167.506,79
Saúde	6.430.700,00	6.811.252,20	1.029.030,03	1.029.030,03	755.521,14	755.521,14	32,03	11,09	6.055.731,06
Administração Geral	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Atenção Básica	4.864.200,00	5.152.686,98	908.903,81	908.903,81	644.855,94	644.855,94	27,34	12,51	4.507.831,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.503.500,00	1.575.798,64	118.067,44	118.067,44	108.824,62	108.824,62	4,61	6,91	1.466.974,02
Vigilância Sanitária	26.000,00	28.841,96	749,83	749,83	531,63	531,63	0,02	1,84	28.310,33
Vigilância Epidemiológica	31.000,00	47.924,62	1.308,95	1.308,95	1.308,95	1.308,95	0,06	2,73	46.615,67
Educação	7.410.125,00	7.535.727,05	872.879,62	872.879,62	782.103,61	782.103,61	33,16	10,38	6.753.623,44
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	9.643,85	9.643,85	9.643,85	9.643,85	0,41	19,29	40.356,15
Ensino Fundamental	6.073.425,00	6.199.027,05	732.023,89	732.023,89	665.496,98	665.496,98	28,22	10,74	5.533.530,07
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Ensino Superior	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
Educação Infantil	1.144.700,00	1.144.700,00	129.211,88	129.211,88	104.962,78	104.962,78	4,45	9,17	1.039.737,22
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,08	5,00	38.000,00

Continua 1/3

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	23.378.700,00	24.125.180,10	2.899.089,87	2.899.089,87	2.319.189,26	2.319.189,26	98,33	9,61	21.805.990,84
Cultura	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Difusão Cultural	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Urbanismo	2.251.000,00	2.251.000,00	141.949,09	141.949,09	137.457,14	137.457,14	5,83	6,11	2.113.542,86
Infra-Estrutura Urbana	2.251.000,00	2.251.000,00	141.949,09	141.949,09	137.457,14	137.457,14	5,83	6,11	2.113.542,86
Habitação	70.000,00	70.000,00	377,34	377,34	377,34	377,34	0,02	0,54	69.622,66
Habitação Urbana	70.000,00	70.000,00	377,34	377,34	377,34	377,34	0,02	0,54	69.622,66
Saneamento	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	510.500,00	540.500,00	29.787,13	29.787,13	20.596,33	20.596,33	0,87	3,81	519.903,67
Extensão Rural	510.500,00	540.500,00	29.787,13	29.787,13	20.596,33	20.596,33	0,87	3,81	519.903,67
Indústria	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Promoção Industrial	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Comércio e Serviços	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
Turismo	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00
Energia	210.000,00	210.000,00	26.011,74	26.011,74	26.011,74	26.011,74	1,10	12,39	183.988,26
Energia Elétrica	210.000,00	210.000,00	26.011,74	26.011,74	26.011,74	26.011,74	1,10	12,39	183.988,26
Transporte	1.705.000,00	1.886.313,42	232.821,77	232.821,77	140.369,25	140.369,25	5,95	7,44	1.745.944,17
Transporte Rodoviário	1.705.000,00	1.886.313,42	232.821,77	232.821,77	140.369,25	140.369,25	5,95	7,44	1.745.944,17
Desporto e Lazer	150.000,00	150.000,00	5.508,20	5.508,20	5.168,20	5.168,20	0,22	3,45	144.831,80
Desporto Comunitário	150.000,00	150.000,00	5.508,20	5.508,20	5.168,20	5.168,20	0,22	3,45	144.831,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	129.000,00	129.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	332.400,00	332.400,00	39.326,10	39.326,10	39.326,10	39.326,10	1,67	11,83	293.073,90
Saúde	332.400,00	332.400,00	39.326,10	39.326,10	39.326,10	39.326,10	1,67	11,83	293.073,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	332.400,00	332.400,00	39.326,10	39.326,10	39.326,10	39.326,10	1,67	11,83	293.073,90

Continua 2/3

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	332.400,00	332.400,00	39.326,10	39.326,10	39.326,10	39.326,10	1,67	11,83	293.073,90
Saúde	332.400,00	332.400,00	39.326,10	39.326,10	39.326,10	39.326,10	1,67	11,83	293.073,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	332.400,00	332.400,00	39.326,10	39.326,10	39.326,10	39.326,10	1,67	11,83	293.073,90
TOTAL (III) = (I + II)	23.711.100,00	24.457.580,10	2.938.415,97	2.938.415,97	2.358.515,36	2.358.515,36	100,00	9,64	22.099.064,74

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.278.600,00	1.278.600,00	228.476,66	228.476,66	17,87
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	561.000,00	561.000,00	4.167,83	4.167,83	0,74
1.1.1- IPTU	455.000,00	455.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	46.000,00	46.000,00	1.658,11	1.658,11	3,60
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	2.509,72	2.509,72	4,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	77.800,00	77.800,00	97.373,03	97.373,03	125,16
1.2.1- ITBI	75.000,00	75.000,00	97.373,03	97.373,03	129,83
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	438.800,00	438.800,00	85.497,55	85.497,55	19,48
1.3.1- ISS	425.000,00	425.000,00	84.723,55	84.723,55	19,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.800,00	4.800,00	306,14	306,14	6,38
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	9.000,00	9.000,00	467,86	467,86	5,20
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	201.000,00	201.000,00	41.438,25	41.438,25	20,62
1.4.1- IRRF	201.000,00	201.000,00	41.438,25	41.438,25	20,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.227.500,00	14.227.500,00	2.375.739,62	2.375.739,62	16,70
2.1- Cota-Parte FPM	7.650.000,00	7.650.000,00	1.436.024,00	1.436.024,00	18,77
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.650.000,00	7.650.000,00	1.436.024,00	1.436.024,00	18,77
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.850.000,00	5.850.000,00	872.640,09	872.640,09	14,92
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	32.500,00	32.500,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	95.000,00	95.000,00	14.361,30	14.361,30	15,12
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	846,48	846,48	8,46
2.6- Cota-Parte IPVA	590.000,00	590.000,00	51.867,75	51.867,75	8,79
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.506.100,00	15.506.100,00	2.604.216,28	2.604.216,28	16,79

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	470.000,00	470.000,00	102.485,34	102.485,34	21,81
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	470.000,00	470.000,00	102.485,34	102.485,34	21,81
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	551.000,00	551.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	551.000,00	551.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	282.600,00	282.600,00	28.514,95	28.514,95	10,09
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.303.600,00	1.303.600,00	131.000,29	131.000,29	10,05

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.845.500,00	2.845.500,00	475.147,56	475.147,56	16,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.530.000,00	1.530.000,00	287.204,75	287.204,75	18,77
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.170.000,00	1.170.000,00	174.527,85	174.527,85	14,92
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	19.000,00	19.000,00	2.872,27	2.872,27	15,12
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	169,29	169,29	8,46
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	118.000,00	118.000,00	10.373,40	10.373,40	8,79
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.790.000,00	4.790.000,00	830.765,37	830.765,37	17,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.790.000,00	4.790.000,00	830.765,37	830.765,37	17,34
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.944.500,00	1.944.500,00	355.617,81	355.617,81	18,29

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.904.000,00	2.904.000,00	481.731,96	481.731,96	16,59
13.1- Com Educação Infantil	270.000,00	270.000,00	95.482,84	95.482,84	35,36
13.2- Com Ensino Fundamental	2.634.000,00	2.634.000,00	386.249,12	386.249,12	14,66
14- OUTRAS DESPESAS	1.916.000,00	1.916.000,00	138.998,87	138.998,87	7,25
14.1- Com Educação Infantil	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.766.000,00	1.766.000,00	138.998,87	138.998,87	7,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.820.000,00	4.820.000,00	620.730,83	620.730,83	12,88
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					57,99
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013*				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	3.876.525,00	3.876.525,00	651.054,07	651.054,07	16,79
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.096.100,00	1.096.100,00	101.991,74	101.991,74	9,30
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	420.000,00	420.000,00	95.482,84	95.482,84	22,73
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	676.100,00	676.100,00	6.508,90	6.508,90	0,96
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.757.425,00	4.757.425,00	559.339,44	559.339,44	11,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.400.000,00	4.400.000,00	525.247,99	525.247,99	11,94
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	357.425,00	357.425,00	34.091,45	34.091,45	9,54
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.853.525,00	5.853.525,00	661.331,18	661.331,18	11,30
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					355.617,81
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					355.617,81
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					305.713,37
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					11,74

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	470.000,00	470.000,00	65.012,99	65.012,99	13,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	436.000,00	500.801,20	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	906.000,00	970.801,20	65.012,99	65.012,99	6,70
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.759.525,00	6.824.326,20	726.344,17	726.344,17	10,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	84.410,03	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	830.765,37	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	913.080,95	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.094,45	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.506.100,00	15.506.100,00	2.604.216,28	16,79
Impostos	1.156.000,00	1.156.000,00	223.534,83	19,34
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	455.000,00	455.000,00	0,00	0,00
Imposto s/Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	75.000,00	75.000,00	97.373,03	129,83
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	425.000,00	425.000,00	84.723,55	19,93
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	201.000,00	201.000,00	41.438,25	20,62
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	122.600,00	122.600,00	4.941,83	4,03
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	53.600,00	53.600,00	1.964,25	3,66
Dívida Ativa dos Impostos	69.000,00	69.000,00	2.977,58	4,32
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	14.227.500,00	14.227.500,00	2.375.739,62	16,70
Da União	7.692.500,00	7.692.500,00	1.436.870,48	18,68
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.650.000,00	7.650.000,00	1.436.024,00	18,77
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	10.000,00	846,48	8,46
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	32.500,00	32.500,00	0,00	0,00
Do Estado	6.535.000,00	6.535.000,00	938.869,14	14,37
Cota-Parte do ICMS	5.850.000,00	5.850.000,00	872.640,09	14,92
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	95.000,00	95.000,00	14.361,30	15,12
Cota-Parte do IPVA	590.000,00	590.000,00	51.867,75	8,79
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	632.400,00	632.400,00	39.326,10	6,22
Da União para o Município	552.400,00	552.400,00	39.326,10	7,12
Do Estado para o Município	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	10.418.100,00	10.418.100,00	2.093.448,40	20,09
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.845.500,00	-2.845.500,00	-475.147,56	16,70
TOTAL	23.711.100,00	23.711.100,00	4.261.843,22	17,97

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	6.246.800,00	6.547.565,86	787.394,34	12,03
Pessoal e Encargos Sociais	4.255.500,00	4.311.288,85	573.678,78	13,31
Juros e Encargos da Dívida	1.500,00	1.500,00	118,93	7,93
Outras Despesas Correntes	1.989.800,00	2.234.777,01	213.596,63	9,56
DESPESAS DE CAPITAL	446.300,00	526.086,34	7.452,90	1,42
Investimentos	446.300,00	526.086,34	7.064,38	1,34
Amortização da Dívida	0,00	0,00	388,52	0,00

Continua 1/2

Município de IRINEOPOLIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	446.300,00	526.086,34	7.452,90	1,42
Amortização da Dívida	0,00	0,00	388,52	0,00
TOTAL (IV)	6.693.100,00	7.073.652,20	794.847,24	11,24

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	6.693.100,00	7.073.652,20	794.847,24	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.370.900,00	3.742.571,99	119.927,95	15,09
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.525.400,00	2.834.302,66	39.326,10	4,95
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	845.500,00	908.269,33	80.601,85	10,14
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	3.322.200,00	3.331.080,21	674.919,29	84,91

**CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE
INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE
FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS**

	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	376.429,38	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{V - VI}{I}$²

25,92

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	4.804.200,00	5.092.686,98	644.855,94	81,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.835.900,00	1.908.198,64	148.150,72	18,64
Vigilância Sanitária	26.000,00	28.841,96	531,63	0,07
Vigilância Epidemiológica	31.000,00	47.924,62	1.308,95	0,16
Outras Subfunções	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00
TOTAL	6.715.100,00	7.095.652,20	794.847,24	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Anulação

Extrato de Anulação - Processo Licitatório nº 7/2013 - Pregão Presencial nº 5/2013 - Objeto: apresentação do documento fora do prazo previsto no artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006.

Itaiópolis, 11 de março de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 11/2013 - Pregão Presencial nº 9/2013 - Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de pedra diabásio (pedra-ferro), para manutenção e conservação de estradas vicinais do Município. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 26 de Março de 2013, até às 09hs-15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 26 de Março de 2013, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 11 de março de 2013.

GERVÁSIO UHLMANN

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Portaria N.º 630/2013

PORTARIA N.º 630/2013.

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA DE APOSENTADORIA

Na Portaria nº 325/2010 de 02 de junho de 2010, publicada no Mural Oficial do Município, no dia 05 de junho de 2010 e no Jornal Em Foco SC Ltda ME, edição agosto/2010, página 26:

Onde se lê: Art.1º: Conceder o benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição a servidora ELISABETE PERCICOTTE, efetiva no cargo de PROFESSORA, nível II referência B, lotada na secretaria de educação, com proventos integrais nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03 da CF/88, conforme processo administrativo do IPES I nº 2010.04.0001P.

Leia-se: Art.1º: Conceder o benefício de aposentadoria especial por tempo de contribuição a servidora ELISABETE PERCICOTTE, efetiva no cargo de PROFESSORA II, nível II referência B, lotada na secretaria de educação, com proventos integrais nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03 da CF/88, conforme processo administrativo do IPES I nº 2010.04.0001P.

Art. 1º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 04 de maio de 2010, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 15 de fevereiro de 2013.

IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER

Diretora Executiva

Homologo

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Convite Nº 02/2013 - Processo Nº 07/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 21/03/2013 às 09h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 02/2013 - PROCESSO Nº 07/2013, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar o sistema de tratamento de esgoto na Unidade de Educação Infantil, no Balneário São José, conforme especificações constantes no Anexo I, Projeto Básico, ART, e Planilha Orçamentária, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, como também consultado pelo site www.diariomunicipal.sc.gov.br. Para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 12 de março de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

Prefeito Municipal

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA

Secretária De Educação

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.258 de 04 de Março de 2013.

DECRETO Nº 4.258 DE 04 DE MARÇO DE 2013.

"HOMOLOGA INSCRIÇÕES PARA O TESTE SELETIVO DE ADVOGADO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - EDITAL 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), usando das atribuições que são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições relativas ao Teste Seletivo para provimento temporário do cargo de advogado, no Município de Joaçaba - Edital 001/2013, constantes na relação anexa.

Art. 2º - A prova, conforme estabelecido no Edital, acontecerá no dia 17 de março de 2013, no horário das 08h as 11h, no Centro Educacional Roberto Trompowski - CERT, em Joaçaba - SC.

Art. 3º - Da homologação das inscrições, caberá recurso, no prazo de dois dias.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura.

JOAÇABA(SC), 04 de março de 2013.

RAFAEL LASKE
Prefeito

LISTAGEM DE INSCRITOS

NÚMERO INSCRIÇÃO	NOME
01	Márcio José Fornari
02	Daniel Felipe Poyer
03	André Luiz Bussacro
04	Tábita Malheiros
05	Marcos Rechia Barros
06	Gessika Elaine Luersen
07	Lara Betania Bragatto
08	José Luiz Buseti
09	Fernanda Aparecida Alexandretti
10	José Luiz de Souza Maliska
11	Eloisa Mangini
12	Maicon Lazier Reichel
13	Robinson Andrei Gotardo
14	Elana Dione Boesing de Souza
15	Luciano Martins
16	Joelson Merlo
17	Fabiano Merlo
18	Bruna Ferrari Nichele
19	Fausto Ouriques
20	Grazieli Ana Paula Schmitz
21	Taina Gabriela Ziero
22	Rúbia Fátima Dall 'Alba
23	Francisco Antônio Heinzen
24	João Francisco Biscaro
25	Renata Maria Soares
26	Jean Franco Huergo de Lima
27	Janaina Ferrandin
28	Daiana Campana
29	Rafael Porto Vieceili
30	Roberto Minatti
31	Jaqueline De Marco
32	Bruna Berkembrock Anrain
33	Luiz Fernando Vaccari

Portaria 646

PORTARIA Nº 646 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo § 1º do art. 52 da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). CRISTINA VIEIRA, Professor Nível I, em função da titulação de Pós-Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 127.298 de 01 de agosto de 2012, ficando enquadrada em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós-Graduação, A-I).

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 647

PORTARIA N.º 647 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) PEDRO ALVADIR PEREIRA, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.234 de 25 de novembro de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 648

PORTARIA N.º 648 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) NEVIO CARRER, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.407 de 01 de dezembro de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 649

PORTARIA N.º 649 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) DELCIR DOTTI, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.859 de 18 de janeiro de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 650

PORTARIA N.º 650 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) SANDRA APARECIDA ASCARI, Fiscal de Obras e Posturas, conforme requerimento protocolado sob n.º 112.860 de 18 de janeiro de 2009, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 651

PORTARIA Nº 651 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Licenciatura Plena, Classe "C" para a Classe "D", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, em atendimento a despacho do processo administrativo interno n.º 123.233 de 19 de janeiro de 2012, referente ao ano de 2008, promoção que deveria ter sido concedida em janeiro de 2009.

Art. 2º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Licenciatura Plena, Classe "D" para a Classe "E", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, em atendimento a despacho do processo administrativo interno n.º 123.233 de 19 de janeiro de 2012, referente ao ano de 2009, promoção que deveria ter sido concedida em janeiro de 2010.

Art. 3º. PROMOVER o(a) Sr.(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Licenciatura Plena, Classe "E" para a Classe "F", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, em atendimento a despacho do processo administrativo interno n.º 123.233 de 19 de janeiro de 2012, referente ao ano de 2010, promoção que deveria ter sido concedida em janeiro de 2011.

Art. 4º. RETIFICA PROMOÇÃO do(a) Sr.(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Licenciatura Plena, Classe "F" para a Classe "G", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, promoção concedida através da portaria n.º 4.100 de 12 de janeiro de 2012.

Art. 5º. RETIFICA ENQUADRAMENTO do(a) Sr.(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Licenciatura Plena, Classe "G" para o cargo de Professor Nível II (Pós-Graduado), Classe B-03, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de

05 de dezembro de 2011.

Art. 6º. PROMOVE o(a) Sr.(a) ADALBERTO ANTONIO MARCON, Professor Nível II (Pós-Graduado), Classe B-03 para a Classe B-04, de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 7º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 12 de janeiro de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria 652

PORTARIA Nº 652 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DIANA HOFFMANN KALBFLEISCH, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando encaminhado deferido da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de fevereiro de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de fevereiro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 653

PORTARIA Nº 653 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) CATIA APARECIDA WIEST, Professor Pós-Graduado, Classe "E-VI" para a Classe "E-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 654

PORTARIA Nº 654 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) CESAR LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Licenciatura Plena, Classe "D-VI" para a Classe "D-VII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 655

PORTARIA Nº 655 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ELIANE KLOTZ, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Farmacêutico/Bioquímico, Classe "C" para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 656

PORTARIA Nº 656 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) DEBORAH APARECIDA SUFREDINI, lotado(a) no(a) Fundação Municipal de Esportes, Professor Licenciatura Plena, Classe "A-VII", para o cargo de Professor, Classe "A-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em

conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 657

PORTARIA Nº 657 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) GRACIELLI BITTENCOURT DOS SANTOS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "C" para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 658

PORTARIA Nº 658 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) JAIR LEME DA SILVA, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Licenciatura Plena, classe "B-IIIIV" para a classe "C", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 659

PORTARIA Nº 659 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a)

JULIO CESAR ALBERGUINI, Professor de Licenciatura Plena, classe "A-I" para a classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 660

PORTARIA Nº 660 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) JULIO VALECIO FERREIRA, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Técnico de Administração, classe "B-IX" para a classe "C", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 661

PORTARIA Nº 661 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) JUREMA MARIA BORSOI, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Técnico de Administração, classe "A-IX" para a classe "B", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 662

PORTARIA Nº 662 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) MARI EUNICE SANTANA PARIZOTTO, Professor Pós Graduação, Classe "F-I" para a Classe "F-II" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 663

PORTARIA Nº 663 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) MARIA MIRTES BREDAS, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Técnico de Administração, classe "F-IX" para a classe "G", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 664

PORTARIA Nº 664 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) MIRIAN DOLZAN, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Pós Graduação classe "E-III" para a classe "E-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 665

PORTARIA Nº 665 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) NEI TESSER, lotado(a) na Fundação Municipal de Esportes, Professor Licenciatura Plena, classe "D-VII" para a classe "D-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 666

PORTARIA Nº 666 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) NEREU DE ARAUJO, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Motorista, classe "G" para a classe "G-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 667

PORTARIA Nº 667 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) REVELINO ANTONIO SARTORI, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Técnico em Vigilância Sanitária, Classe "C" para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de

dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 668

PORTARIA Nº 668 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ROSANA S. HEBERLE, Professor Licenciatura Plena, classe "G" para a classe "H", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 669

PORTARIA Nº 669 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) SALETE APARECIDA HENRIQUE, lotado(a) na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, Professor Pós Graduação, classe "E-VIII" para a classe "E-IX", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 670

PORTARIA Nº 670 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) SANDRA ANDREIA STEFANES, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Telefonista, classe "H" para a classe "H-I", de acordo

com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 671

PORTARIA Nº 671 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, lotado(a) na Divisão de Controle Interno, Técnico de Administração, classe "H" para a classe "H-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 672

PORTARIA Nº 672 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) SONIA MARIA POZZA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, classe "B-III" para a classe "B-IV", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 673

PORTARIA Nº 673 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições

que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) SULANY DE FATIMA B. WELTER, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, classe "B-" para a classe "C", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 674

PORTARIA Nº 674 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) VALDIRENE MOTERLE, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "C" para a Classe "C-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 675

PORTARIA Nº 675 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) WALDEMAR RONSEN JUNIOR, Professor Licenciatura Plena, classe "G" para a classe "G-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 676

PORTARIA Nº 676 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ALBERI BORGES DA SILVA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Operador de Maquinas, classe "D" para a classe "D-I", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 677

PORTARIA Nº 677 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) ELZIRA MEYER, Professor Licenciatura Plena, Classe "D-VI" para a Classe "D-VII" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 678

PORTARIA Nº 678 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR os fiscais dos contratos e/ou termo aditivo de contrato, abaixo relacionados a partir do ano de 2013:

103/2010 - Antônio Huber - Locação Imóvel - MARCOS WEISS
265/2012 - Rádio catarinense - LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI
351/2012 - Cíndia Reber Zílio - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES
352/2012 - Funoesc - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES

353/2012 - Clínica Santa Clara - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES
354/2012 - CDIPSUL - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES
355/2012 - CDIPSUL - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES
356/2012 - SIIM Serv. Integr. Imagens - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES
357/2012 - Eing Marca Clínica Fisiot. - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES
209/2011 - Valdir Vieira Sarmento - LUIZ FERNANDO VACCARI
227/2011 - Yuri A. Rigghi Piccinin & Cia Ltda - LUIZ FERNANDO VACCARI
287/2012 - Inviosat - Vigilância Eletrônica do FMS - MARCOS WEISS
233/2011 - Joaçaba Telecomunicações - LUIZ FERNANDO VACCARI
358/2012 - Centro Médico Lovatel - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES
359/2012 - Keilla Karloh - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES
360/2012 - Sendig Serv. End. Digestiva - ADRIANA CHIAMOLERA/GISLAINE F. C. SOARES

CONTRATO 103/2010/FMS E ADITIVOS - ANTONIO HUBER - PROCESSO LICITATORIO 17/2010/FMS - DISPENSA DE LICITAÇÃO 4/2010/FMS;
CONTRATO 351/2012/FMS E ADITIVOS - CINDIA REBER ZÍLIO CLINICA - PROCESSO LICITATÓRIO 46/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 7/2012/FMS;
CONTRATO 352/2012/FMS E ADITIVOS - FUNOESC - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - PROCESSO LICITATÓRIO 46/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 7/2012/FMS;
CONTRATO 353/2012/FMS E ADITIVOS - SANTA CLARA IMAGEM S/S LTDA - PROCESSO LICITATÓRIO 46/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 7/2012/FMS;
CONTRATO 354/2012/FMS E ADITIVOS - CDIPSUL - CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO SUL - PROCESSO LICITATORIO 46/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 7/2012/FMS;
CONTRATO 355/2012/FMS E ADITIVOS - CDIPSUL - CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM DO SUL - PROCESSO LICITATORIO 46/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 7/2012/FMS;
CONTRATO 356/2012/FMS E ADITIVOS - SIIM - SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS - PROCESSO LICITATÓRIO 46/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 7/2012/FMS;
CONTRATO 357/2012/FMS E ADITIVOS - EING E MARCA CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA - PROCESSO LICITATÓRIO 46/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 7/2012/FMS;
CONTRATO 209/2011/FMS E ADITIVOS - VALDIR VIEIRA SARMENTO ME - PROCESSO LICITATÓRIO 11/2011/FMS - CONVITE 1/2011/FMS;
CONTRATO 227/2011/FMS E ADITIVOS - YURI A. RIGGHI PICCININ & CIA - PROCESSO LICITATÓRIO 24/2011/FMS - PREGÃO PRESENCIAL 20/2011/FMS;
CONTRATO 287/2012/FMS E ADITIVOS - INVIOSAT SEGURANÇA LTDA - PROCESSO LICITATÓRIO 6/2012/FMS - PREGÃO PRESENCIAL 2/2012/FMS;
CONTRATO 233/2011/FMS E ADITIVOS - JOAÇABA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - PROCESSO LICITATORIO 34/2011/FMS - PREGÃO PRESENCIAL 27/2011/FMS;
CONTRATO 358/2012/FMS E ADITIVOS - CENTRO MEDICO LOVATEL LTDA - PROCESSO LICITATÓRIO 48/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 8/2012/FMS;
CONTRATO 359/2012/FMS E ADITIVOS - KEILLA KARLOH - PROCESSO LICITATORIO 48/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 8/2012/FMS;
CONTRATO 360/2012/FMS E ADITIVOS - SENDIG SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA - PROCESSO LICITATÓRIO 48/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 8/2012/FMS;

CONTRATO 325/2012/FMS E ADITIVOS - SENDIG SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA - PROCESSO LICITATÓRIO 48/2012/FMS - INEXIGIBILIDADE 8/2012/FMS;

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 28 de fevereiro de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria 679

PORTARIA Nº 679 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) GESSICA CASARIN, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-I", para o cargo de Professor, Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 680

PORTARIA Nº 680 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO o(a) Servidor(a) GESSICA CASARIN, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Educação, Professor Nível II (Pós-Graduação), Classe "A-I", para o cargo de Professor, Classe "A-II", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2013, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 28 de fevereiro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 681

PORTARIA Nº 681 DE 01 DE MARÇO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) NADIA REGINA PROVENSI DA COSTA, do cargo de Professor (Licenciatura Plena), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, pedido protocolado através do processo n.º 128.649 de 28 de fevereiro de 2013, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria 682

PORTARIA Nº 682 DE 01 DE MARÇO DE 2013
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) CAROLINE BASTOS SAMPAIO, Monitor de Atividades Esportivas, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007 e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 027/2008.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 683

PORTARIA Nº 683 DE 01 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) TAIZA CRISTINA CORDAZZO, Gerente de Recursos Humanos, nível CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 684

PORTARIA Nº 684 DE 01 DE MARÇO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) VERONICA ARRUDA WOLFF, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria 685

PORTARIA Nº 685 DE 01 DE MARÇO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LEILA MIRIAN GOMES, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria 686

PORTARIA Nº 686 DE 01 DE MARÇO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARCIO ALEX CARDOSO BELARDONY, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria 687

PORTARIA Nº 687 DE 01 DE MARÇO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) GREICI CRISTINA KRUG, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria 688

PORTARIA Nº 688 DE 01 DE MARÇO DE 2013

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) FERNANDO AULER DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria 689

PORTARIA Nº 689 DE 01 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) JOSE ANTONIO CRUZ, para exercer o cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Escola Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria 690

PORTARIA Nº 690 DE 01 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) INGRIDI ZOTTI MIGNONI, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 01 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 691

PORTARIA Nº 691 DE 04 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ARI DE SOUZA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria 692

PORTARIA Nº 692 DE 04 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) DIRCEU CHIAMULERA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria 693

PORTARIA Nº 693 DE 04 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) IVANIR JANETE PALHANO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 694

PORTARIA Nº 694 DE 04 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) DAIANE CAROLINA MATANA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 695

PORTARIA Nº 695 DE 04 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) SONIA MARIA MOLIN DE ANDRADE, para exercer o cargo de PEDAGOGA, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 696

PORTARIA Nº 696 DE 04 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) IVETE APARECIDA FACIN, Gerente de Conservação e Ajardinamento, nível CC-3, com lotação na Coordenadoria de Serviços Públicos - Gabinete do Prefeito, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 697

PORTARIA Nº 697 DE 04 DE MARÇO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LESIANI CRISTINA AGUSTI CARAMORI, para exercer o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 698

PORTARIA Nº 698 DE 04 DE MARÇO DE 2013

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO o(a) Servidor(a) ELIZALDA CASA-GRANDE, Professor, das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação - Escola Municipal Professor Dulce Fernandes de Queiroz, de acordo com as Leis Complementares nº 76, 211 de 05 de dezembro de 2011 e n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 25 de fevereiro de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 699

PORTARIA Nº 699 DE 04 DE MARÇO DE 2013

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022040.1.00070/08-6, nos assentos funcionais da Servidora ELISABETE MARQUART DORL, detentora da matrícula nº 2.222 e do cargo de provimento efetivo de Médica.

O Prefeito do Município de Joaçaba - SC., no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora ELISABETE MARQUART DORL, matrícula 2.222, detentora do cargo de provimento efetivo de Médica, equivalente a 2.880 (dois mil, oitocentos e oitenta) dias, extraídos da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022040.1.00070/08-6, de acordo com os períodos discriminados abaixo:

- 918 (novecentos e dezoito) dias referentes ao período de 03 de outubro de 1984 a 10 de abril de 1987, serviços prestados junto ao Departamento de Transito, totalizando 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 08 (oito) dias de efetivo exercício;

- 1.604 (hum mil seiscentos e quatro) dias de serviços prestados à Prefeitura de Joaçaba, totalizando 04 (quatro) anos, 04 (quatro) meses e 24 (vinte e quatro) dias de efetivo exercício, nos períodos de 02 de junho de 1987 a 30 de novembro de 1987 e de 01 de março de 1989 a 31 de maio de 1993, contribuindo no período para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

- 358 (trezentos e cinquenta e oito) dias como Contribuinte Individual Autônomo, totalizando 11 (onze) meses e 28 (vinte e oito) dias, referente aos períodos de 01 de maio de 1987 a 31 de maio de 1987, 01 de março de 1988 a 30 de novembro de 1988 e de 01 de janeiro de 1989 a 28 de fevereiro de 1989.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 700

PORTARIA Nº 700 DE 04 DE MARÇO DE 2013

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo Governo do Estado de Santa Catarina sob o nº 666/2012, nos assentos funcionais da Servidora NAIR ZANON SOLDI, detentora da matrícula nº 2.900 e do cargo de provimento efetivo de Professora com Magistério.

O Prefeito do Município de Joaçaba - SC., no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora NAIR ZANON SOLDI, matrícula 2.900, detentora do cargo de provimento efetivo de Professora com Magistério, equivalente a 2.407 (dois mil, quatrocentos e sete) dias, extraídos da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Governo do Estado de Santa Catarina sob o nº 666/2012, nos períodos discriminados abaixo:

- 1.400 (hum mil e quatrocentos) dias referentes ao período de 20 de agosto de 1984 a 20 de junho de 1988, totalizando 03 (dois) anos, 10 (dez) meses e 05 (cinco) dias de efetivo exercício;

- 46 (quarenta e seis) dias referentes ao período de 05 de setembro de 1988 a 20 de outubro de 1988, totalizando 01 (hum) mês e 16 (dezesesseis) dias de efetivo exercício;

- 961 (novecentos e sessenta e hum) dias referentes ao período de 13 de fevereiro de 1989 a 30 de setembro de 1991, totalizando 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 21 (vinte e hum) dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria 701

PORTARIA Nº 701 DE 08 DE MARÇO DE 2013.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure os fatos narrados pela Gerência do Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST através de correspondência encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI GEMELLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria 702

PORTARIA Nº 702 DE 08 DE MARÇO DE 2013

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se verifique do cumprimento das obrigações contratuais da empresa DIMACI indicação decorrente da apuração realizada pelo processo administrativo disciplinar portaria n.º 5.328/2012.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, HELDER ANTONIO SILVESTRI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de março de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria 703

PORTARIA Nº 703 DE 08 DE MARÇO DE 2013

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure eventual infração funcional do servidor Sr. Valdir Jose Rosa, conforme indicação do processo de sindicância portaria n.º 5.543 referente abandono de patrimônio público em via pública da cidade.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de março de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria 704

PORTARIA Nº 704 DE 08 DE MARÇO DE 2013

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure eventual infração funcional dos servidores Sras. Arlete Katschor Ribeiro e Isolene Maria Coletti Ferlin conforme indicação em parecer jurídico e memorando da Secretaria Municipal de Saúde.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI GEMELLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de março de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria 705

PORTARIA Nº 705 DE 08 DE MARÇO DE 2013

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure eventual configuração de abandono de emprego da servidora Sra. Lizziane Flavia Coelho, conforme relatório do setor de pessoal e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, HELDER ANTONIO SILVESTRI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de março de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria 706

PORTARIA Nº 706 DE 08 DE MARÇO DE 2013.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure a responsabilidade do condutor do veículo GM/Astra Sedan placa MCY 0501 na ocorrência de acidente de trânsito em 20/12/2011.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST

DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010, revogando a portaria n.º 128/2013 e 137/2013.

Joaçaba (SC), em 04 de março de 2013.
RAFAEL LASKE

Extrato PP 11/2013/FMS - PL 13/2013/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013/FMS

Objeto: Aquisição de água mineral em galão de 20 (vinte) litros, destinada à manutenção das atividades dos ESF's e dos programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 27/03/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 27/03/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 11 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

MARCOS WEISS
Gestor Fundo Municipal de Saúde

Extrato PP 12/2013/FMS - PL 14/2013/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2013/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013/FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de enfermagem, visando eventuais requisições destinadas à manutenção das atividades dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), pelo período de 01 (um) ano. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 04/04/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 04/04/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado

acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 11 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

MARCOS WEISS
Gestor Fundo Municipal de Saúde

Extrato PP 2/2013/FMAS - PL 3/2013/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2013/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2013/FMAS

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento, de forma parcelada, de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg, destinados ao consumo dos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Ação Social, durante o exercício financeiro de 2013. Data da abertura: Dia 26/03/2013, a partir das 16h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 16h, do dia 26/03/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 11 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito
Gestor do FAS

Extrato TP 5/2013/PMJ - PL 29/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2013/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 5/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q. de parte da Rua Amiano Pozzobon, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 01/04/2013, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 01/04/2013, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049) 3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 11 de março de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

SIMAE**Homologação PR 02-13**

HOMOLOGAÇÃO PR 02-13

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2013 - PR
	Processo Administrativo: 3/2013 Processo de Licitação: 3/2013 Data do Processo: 08/01/2013

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 3/2013
b) Licitação Nr.: 2/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 05/03/2013
e) Data da Adjudicação: 05/03/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO PARA RENOVAÇÃO DA FROTA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descsto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007105 - CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	1	0,0000	152.500,00
	1		152.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.4.4.90.00.00.00.00 (15) Saldo: 245.500,00

Joaçaba, 5 de Março de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Homologação PR 06-13

HOMOLOGAÇÃO PR 06-13

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2013 - PR Processo Administrativo: 8/2013 Processo de Licitação: 8/2013 Data do Processo: 14/02/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 8/2013
b) Licitação Nr.: 6/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/03/2013
e) Data da Adjudicação: 11/03/2013 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESIDOS PROVENIENTES DAS PENEIRAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO DE JOAÇABA E HERVAL D'OESTE

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desceto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008119 - CENTRAL DE TRAT. DE RESÍDUOS SÓLIDOS IND. E	<u>1</u>	0,0000	<u>14.790,00</u>
	1		14.790,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (18) Saldo: 156.579,34

Joaçaba, 11 de Março de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux

PREFEITURA

Retificação Processo Licitatorio 10/2013 Plantões

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 10/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013

Retificação de publicação - PL 35/2011, Mod: Pregão Presencial 012/2011; Tipo Menor Preço: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MEDICA FISICA E JURIDICA, ATRAVÉS DE CLÍNICOS GERAIS OU OUTROS ESPECIALISTAS, PARA A REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE 12 HORAS A REALIZAR-SE NOS FINAIS DE SEMANAS E FERIADOS, NESTE INCLUÍDOS ATENDIMENTOS MÉDICOS, SEM LIMITE DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS, TAIS COMO SUTURAS, CURATIVOS, PEQUENAS CIRURGIAS E OUTROS, A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAUDE DE JOSE BOITEUX. fica alterada a data de abertura para o dia 25/03/2013 as 09:00h. Informações e retirada do Edital na Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13 diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 11 de Março 2013.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 25/2013 - PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA
CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL N.º 25/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a celebração de Contratos Emergenciais para Contratar as Empresas/Autônomos, abaixo relacionados, devidamente autorizados pelo CIRETRAN, para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar de alunos residentes na Zona Rural do Município, com valores acordados em 2010, readequados pelo índice de reajuste autorizado dos combustíveis em 2013, pelo período de cento e vinte dias, ou até que seja homologado o novo processo licitatório em trâmite.

BASQUEROTE TRANSPORTES LTDA - ME;
HDN TRANSPORTES E TURISMO LTDA;
MARCO AURÉLIO DE SOUZA;
MARLI APARECIDA RODRIGUES D. STANCK;
PAULO HENRIQUE LISBOA DE CORDOVA;
PAULO ZARAMBA DE SOUZA;
RAMOS & ATANÁSIO LTDA;
ROSANE DAS GRAÇAS MORAES DA SILVA;
SIRENE CESCINETTO DE SOUZA;
STELA MARIS BORGHEZAN ANDRADE - ME;

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 31 de janeiro de 2013.

MARIMILIA CASA COSTA COELHO
Secretária Municipal da Educação

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL N.º 25/2013

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Lages, 31 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 28/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 28/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de um Contrato de Rua Afonso Ribeiro, 138, nesta cidade de Lages/SC, onde está instalada a Secretaria de Assuntos Comunitários da Prefeitura de Lages, da ARRUDA IMOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.662.222/0001-59, com sede à Rua Otacílio Vieira da Costa nº 115 - centro, nesta cidade de Lages, SC - cep: 88.501-050, pelo valor de R\$ 850,00, por mês.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de fevereiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído. Publique-se.

Lages, 04 de fevereiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 29/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 29/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 29/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de um Contrato de locação de um imóvel sito à Rua Moises Furtado nº 155, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde será instalada a Diretoria de Trânsito e Escola de Trânsito de Lages, de propriedade do Sr. Elidio Adalberto Hertig, inscrito no CPF/MF sob n.º 032.275.619-72, no valor de R\$ 1.940,58 (um mil e novecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de fevereiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de fevereiro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 30/2013 - PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2013

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 30/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de um Contrato de locação de terreno com barracão sito à Rua Hélio Bosco de Castro nº 840 no Bairro Caça e Tiro, nesta cidade de Lages, SC para uso do programa de reciclagem do lixo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços, pelo prazo de 02 de janeiro de 2013 à 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 1.261,34 (Um mil e duzentos e sessenta e um reais e trinta e quatro centavos) mensais, durante o prazo do contrato.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

PP 05-2013 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 05-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de material de salão

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 17/04/2013 às 14:00

Valor Estimado: R\$ 68.758,06

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 11 de março de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

PP 22-2013 PML e PP 02-2013 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 22-2013 PML

Objeto: Aquisição de Materiais Elétricos

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 16/04/2013 às 14:00

Valor Estimado: R\$ 232.025,60

Modalidade: PP 02-2013 SEMASA

Objeto: Aquisição de Materiais de Expediente e Equipamentos de Informática

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 02/04/2013 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 36.911,90

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem Ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 11 de março de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Rerratificação Nº02 PP 01-2013 FUNREBOM

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2013 - FUNREBOM.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- No lote 03, item 03.7, leia-se: MACA INFANTIL. Construída em Polietileno, impermeável. Possui comprimento de 1,10m e largura de 0,40 cm; Possui espessura mínima de 18mm e máxima de 22mm, com o formato apropriado para transporte de pessoas. Podendo ser nas cores azul, laranja, ou amarela.

- No lote 13, item 13.1, leia-se: ELETRODO DESCARTÁVEL para ECG em espuma, livre de látex, com adesivo de forte fixação e conector metálico para utilização em pacientes adultos e pediátricos, medindo 41x36mm. Embalagem com 30 unidades. Apresentar registro ministério da saúde.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 11 de março de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 267/2013

PORTARIA Nº 267 DE 11 DE MARÇO DE 2013
ALTERA CARGA HORARIA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER funcionária ROSANA MARIA MACHADO DO PRADO ALONSO, Professora, lotada na Secretaria de Educação, alteração de carga horaria de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de março de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de março de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 268/2013

PORTARIA Nº 268 DE 11 DE MARÇO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária MARLENE DA SILVA LOCATELI, Auxiliar de Enfermagem, lotada no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, ref. ao período aquisitivo 26/02/2012 à 25/02/2013, a partir de 04/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de março de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de março de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 269/2013

PORTARIA Nº 269 DE 11 DE MARÇO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ANDERSON MARQUES, FISIOTERAPEUTA, lotado no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, ref. ao período aquisitivo 05/06/2011 à 04/06/2012, a partir de 01/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 11 de março de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 11 de março de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 270/2013

PORTARIA Nº 270 DE 12 DE MARÇO DE 2013
ALTERA CARGA HORARIA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ROSEMARY FURTADO DE OLIVEIRA SCHEFFMACHER, Professor de Artesanato, lotada na Secretaria de Bem Estar Social, alteração de carga horaria de 20 horas semanais para 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 12/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de março de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de março de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 271/2013

PORTARIA Nº 271 DE 12 DE MARÇO DE 2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário EDSON MEDEIROS DA SILVA, Motorista, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FUNÇÃO GRATIFICADA no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 272/2013

PORTARIA Nº 272 DE 12 DE MARÇO DE 2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário FERNANDO GRANEMANN DE MELLO, Motorista, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FUNÇÃO GRATIFICADA no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 273/2013

PORTARIA Nº 273 DE 12 DE MARÇO DE 2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário RODINEI ROSA DA CUNHA, Operador de Maquinas, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FUNÇÃO GRATIFICADA no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 274/2013

PORTARIA Nº 274 DE 12 DE MARÇO DE 2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ANTONIO HERMELINDO DE OLIVEIRA MATOS, Operador de Maquinas, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FUNÇÃO GRATIFICADA no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 275/2013

PORTARIA Nº 275 DE 12 DE MARÇO DE 2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário JOÃO ALVES, Operador de Maquinas, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FUNÇÃO GRATIFICADA no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de fevereiro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 276/2013

PORTARIA Nº 276 DE 12 DE MARÇO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, BRUNA DA APARECIDA FRANCO,

do cargo de FISCAL EM VIGILANCIA SANITÁRIA, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 12/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de março de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de março de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 277/2013

PORTARIA Nº 277 DE 12 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JOCEVANIA PESENTI, para exercer o cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE, com lotação no Fundo Municipal de Saude, com carga horaria de 30 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de março de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de março de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 278/2013

PORTARIA Nº 278 DE 12 DE MARÇO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ANGELA TEREZINHA SCHEFFMACHER ZOTO, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 08/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de março de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de março de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 278/2013

PORTARIA Nº 278 DE 12 DE MARÇO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ANGELA TEREZINHA SCHEFFMACHER ZOTO, do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 08/03/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 12 de março de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 12 de março de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Resumo de Contrato - HMMSA

Resumo de Contrato
ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO
DE LEBON RÉGIS
Contrato No. 3/2013

Contratante: Hospital e Mat. Municipal Santo Antonio
Contratado: SILVEIRA & SANTOS SERVIÇOS MÉDICOS S/S.
Valor: R\$ 292.500,00 (Duzentos e Noventa e dois mil e quinhentos reais).
Vigência: Início: 01/03/2013 Término: 31/12/2013.
Licitação No. 3/2013 - Tomada de Preços No. 1/2013
Recursos: 2.065.33.90.39.50.00.00.00 (3)

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL REFERENTE PLANTÕES DIÁRIOS DE SOBRE AVISO REALIZADOS NO HOSPITAL SANTO ANTONIO.

Lebon Régis, 01 de Março de 2013.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Edital de Convocação Nº 09/2013

Edital de Convocação n. 09/2013

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público n. 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h30min e 17h30min, até o dia 21/03/2013, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Camila Oliveira de Lima Campos	Oficial Administrativo	3º
Viviane Aparecida da Silva	Oficial Administrativo	4º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 11 de março de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

Portaria Nº 021/2013

Portaria n.º 021 de 1º de fevereiro de 2013.
"Altera Lotação da Servidora Pública Municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Altera a lotação, a partir da publicação desta portaria, da servidora ANA HELENA CURTIUS GARCIA, ocupante do cargo provimento efetivo de Digitadora, inscrita sob a matrícula nº 1253, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, e assim ficando subordinada hierarquicamente à secretaria municipal de Finanças.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 022/2013

Portaria n.º 022, de 1º de fevereiro de 2013.
"Designa Servidora Pública Municipal para executar serviços de elaboração de documentos de prestação de contas, e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora, ocupante do cargo de Digitadora,

inscrita sob a matrícula nº 1253, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, senhorita ANA HELENA CURTIUS GARCIA, além de suas atribuições normais referente à Lei Municipal nº 269/02, realizar a organização de documentos para prestações de contas da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 023/2013

Portaria n.º 023, de 1º de fevereiro de 2013.
"Nomeia Chefe de Departamento de Saúde de Rio das Pedras e dá outras providências."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar n.º 944/13;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ROBERTA OTTO, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 5.142.629, CPF nº 066.271.839-94, para o exercício das funções do cargo em comissão de Chefe de Departamento de saúde de Rio das Pedras, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquela descrita na Lei Municipal nº 944/13.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto leal 1º de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças.

Portaria Nº 024/2013

Portaria n.º 024, de 1º de fevereiro de 2013.
"Nomear Coordenadora do Centro de Saúde Santa Paulina e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 883, de 29 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NILVA ALBERTINA DE SOUZA, brasileira, casada, portadora do CPF nº 432.050.629-49, RG nº 1.050.748, para o exercício das funções do cargo público de COORDENADORA DO CENTRO DE SAÚDE SANTA PAULINA, pertencente ao Quadro da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal Complementar nº 883, de 29 de março de 2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 1º de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 025/2013

Portaria n.º 025, de 13 de fevereiro de 2013.

“Exonera servidora Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a servidora Municipal da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Situação	Data Exoneração
01	992	Joice Odineia da Silva	Professora Nível III	04.02.2013
02	1234	Joice Odineia da Silva	Professora Nível II	04.02.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 13 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 026/2013

Portaria n.º 026, de 13 de fevereiro de 2013.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, e as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90 e nº 640, de 03 de julho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 10 de janeiro de 2013, a senhora LUANA MARIA KREUSCH DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CPF nº 060.415.459-37, residente e domiciliada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 13 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 027/2013

Portaria n.º 027, de 13 de fevereiro de 2013.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, e as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90 e nº 640, de 03 de julho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 10 de janeiro de 2013, a senhora VIVIANE MIGUEL, brasileira, amaciada, portadora do CPF nº 047.176.049-89, residente e domiciliada na Rua Plácido Valeriano de Souza, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 13 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 028/2013

Portaria n.º 028, de 13 de fevereiro de 2013.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, e as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90 e nº 640, de 03 de julho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 10 de janeiro de 2013, a senhora CRICILA APARECIDA HILLESHEIN, brasileira, amaciada, portadora do CPF nº 068.878.469-00, residente e domiciliada na Rua Hilário Guchert, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 13 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 029/2013

Portaria n.º 029 de 13 de fevereiro de 2013.

“Concede Férias aos Servidores Municipais e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418/90, de 10 de Agosto de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido Férias, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquissitivo	Período do Gozo
01	75	Airton Abreu	2008 a 2009	04.02.13 a 05.03.13
02	928	Carlos Alberto Berns	2011 a 2012	18.02.13 a 19.03.13
03	600	Edson Frutoso	2009 a 2010	08.02.13 a 09.03.13
04	1246	Edson Lopes	2011 a 2012	01.02.13 a 02.03.13
05	1082	Elesiana Schmidt	2011 a 2012	14.02.13 a 15.03.13
06	1053	Emily Meurer Cunha	2011 a 2012	29.01.13 a 27.02.13
07	1085	Paulo Sergio de Campos	2011 a 2012	29.01.13 a 27.02.13
08	111	Viviani P. C. Marian	2012 a 2013	01.02.13 a 02.03.13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 29/01/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.
Leoberto Leal, 13 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 030/2013

Portaria n.º 030, de 15 de fevereiro de 2013.

“Exonera servidor Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1301	Djonatan C. Correa	Enfermeiro	15.02.2013
02	1521	Lais Keiko Lopes	Medica do PSF	15.02.2013
03	1527	Roberta Otto	Chefe Departamento de Saúde	15.02.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 15 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 031/2013

Portaria n.º 031, de 18 de fevereiro de 2013.

“Exonera servidora Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a servidora Municipal da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Situação	Data Exoneração
01	1531	Patrícia C. Franzen	Professora	18.02.2013

02	1520	Dalvana Regina Knauth	Diretor de Dep. de A. Consultas	19.02.2013
----	------	-----------------------	---------------------------------	------------

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 032/2013

Portaria n.º 032, de 18 de fevereiro de 2013.

“Concede progressão funcional à servidores e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 269 de 30 de junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, em percentual, aos vencimentos dos servidores relacionados, em cumprimento ao Art.31, Anexo VI, da Lei Municipal 269/2002:

Nome do Servidor	Mat.	Cargo	Nível	Progressão Concedida	Mês de Ref.
Celso Jaco Pfeiffer	16	Operador de Equip. I	I	J	jan/13
Elizete Henckel Felipus	623	Aux. de Serviços Gerais	C	D	jan/13
Zelite M. K. Zimmermann	624	Aux. de Serviços Gerais	C	D	Jan/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 30/01/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 033/2013

Portaria n.º 033, de 18 de fevereiro de 2013.

“Concede progressão funcional à servidores e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 269 de 30 de junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, em percentual, aos vencimentos dos servidores relacionados, em cumprimento ao Art.31, Anexo VI, da Lei Municipal 269/2002:

Nome do Servidor	Mat.	Cargo	Progressão Anterior	Progressão Concedida	Mês de Ref.
Carlos Alberto Benrs	928	Motorista	B	C	fev/13
Karine Rosa Erhardt	929	Fisioterapeuta	B	C	fev/13
Ana Helena Curtius Garcia	1253	Digitadora	A	B	fev/13
Anderson Hoffmann	1258	Fiscal	A	B	fev/13
Edson Lopes	1246	Operador de Trator Pneu	A	B	fev/13
Guilherme Rangel de Souza	1252	Digitador	A	B	fev/13
Mayara Carla Guchert	1254	Digitadora	A	B	fev/13
Odair José Martins	1227	Motorista	A	B	fev/13
Rosiane Aparecida Caetano	1257	Recepcionista	A	B	fev/13
Sandra Mara Schvinder	1248	Merendeira	A	B	fev/13
Terezinha Abreu Batista	1247	Merendeira	A	B	fev/13
Valdir Longen	1256	Mecânico	A	B	fev/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 034/2013

Portaria n.º 034, de 18 de fevereiro de 2013.

“Concede progressão funcional à servidores e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei

Municipal nº 136/99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, em percentual, aos vencimentos dos servidores relacionados, em cumprimento a Lei Municipal nº 136/99, na forma que segue:

Nome do Servidor	Mat.	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual	Mês de Ref.
Adreleene Ap. K. de Souza	340	Professora	III – C	III – D	fev/13
Adreleene Ap. K. de Souza	1118	Professora	III – A	III – B	fev/13
Elaine Flavia Marian	1084	Professora	II – A	III – A	fev/13
Eliana de Oliveira Aguiar	1233	Professora	II – A	II – B	fev/13
Eliana de Oliveira Aguiar	993	Professora	III – A	III – B	fev/13
Eliane Ap. Andrade Meira	178	Professora	III – C	III – D	fev/13
Eliane Ap. Andrade Meira	936	Professora	III – B	III – C	fev/13
Eleziana Estevão Alves	332	Professora	III – C	III – D	Fev/13
Elizete Schappo	991	Professora	III – A	III – B	fev/13
Elizete S. Vermohlen	096	Professora	III – C	III – D	fev/13
Hamilton Mariotti	1036	Professor	II – A	III – A	fev/13
Izair Knaul	939	Professor	III – A	III – B	fev/13
Izair Knaul	1232	Professor	II – A	III – B	fev/13
Janira Hoffmann	1238	Professora	II – A	III – A	Fev/13
Noely M. F. Scheimann	168	Professora	III – C	III – D	Fev/13
Noely M. F. Scheimann	1034	Professora	III – A	III – B	Fev/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 035/2013

Portaria n.º 035, de 18 de fevereiro de 2013.

“Contrata Médico do PSF e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei municipal nº 158/00, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARIANA EMILE FIDELIS DACOREGIO, portadora do CPF nº 051.129.949-40 e RG nº 4.037.402, para o cargo em caráter temporário de Médico do PSF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 004, de 04 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 04 de fevereiro de 2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 036/2013

Portaria n.º 036, de 18 de fevereiro de 2013.

“Contrata Professora Nível II e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CLAUDIA BECKER DA CUNHA, portadora do CPF nº 044.184.409-09 e RG nº 4.236.839, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora Nível II (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 005, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 037/2013

Portaria n.º 037, de 18 de fevereiro de 2013.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora PATRÍCIA CARMISINI FRANZEN, portadora do CPF nº 054.304.829-27 e RG nº 4.725.629, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora (Inglês), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 006, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 038/2013

Portaria n.º 038, de 18 de fevereiro de 2013.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARLIZE APARECIDA MOTTA, portadora do CPF nº 009.817.079-12 e RG nº 4.932.622, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 007, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 039/2013

Portaria n.º 039, de 18 de fevereiro de 2013.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora RUBIA REGINA KREUSCH, portadora do CPF nº 987.585.439-53 e RG nº 2.255.512, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 008, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 040/2013

Portaria n.º 040, de 18 de fevereiro de 2013.

“Contrata Professora Nível II e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita FRANCIELI SEZERINO, portadora do CPF nº 066.779.749-10 e RG nº 5.071.386, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora Nível II (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 009, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à

publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 041/2013

Portaria n.º 041, de 18 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professora Nível II e dá Outras
Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MICHELI CARLA MARIAN HOFFMANN, portadora do CPF nº 043.275.809-70 e RG nº 4.317.639-9, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 010, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 042/2013

Portaria n.º 042, de 18 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professor Nível II e dá Outras
Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor CLEYTON JOSÉ FRANÇA, portador do CPF nº 077.784.119-38 e RG nº 5.009.593, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professor Nível II (Educação Física), com lotação na

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 011, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 043/2013

Portaria n.º 043, de 18 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professora Nível II e dá Outras
Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARIA ALBERTINA HOFFMANN, portadora do CPF nº 221.570.429-20e RG nº 552.085, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 012, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 044/2013

Portaria n.º 043, de 18 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARLENE KREUSCH, portadora do CPF nº 069.284.369-80 e RG nº 4.725.181-6, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 013, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 045/2013

Portaria n.º 045, de 18 de fevereiro de 2013.

“Contrata Professor Nível II e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor IRIVALDO JESUS KNIS, portador do CPF nº 020.536.149-86 e RG nº 2.259.891, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professor Nível II (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 014, de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 046/2013

Portaria nº 046, de 18 de fevereiro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto

Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município em atenção a Lei Municipal nº 136, de 03 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a senhorita Carolina Patrícia da Cunha, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 067.515.759-55, para o exercício das funções do cargo em comissão de Diretora da Escola Municipal de Vargem dos Bugres, a partir de 07 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 136, de 03 de dezembro de 1999, do Plano de Cargos e Salários do Pessoal do Magistério Público Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 07/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 047/2013

Portaria n.º 047, de 18 de fevereiro de 2013.

“Contrata Enfermeira e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 30 de junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ROBERTA OTTO, portadora do CPF nº 066.271.839-94 e RG nº 5.142.629, para o cargo em caráter temporário de Enfermeira, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 015, de 15 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 048/2013

Portaria n.º 048, de 18 de fevereiro de 2013.
"Contrata motorista e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 30 de junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor MARCIO CONACO, portador do CPF nº 027.689.969-55 e RG nº 4.236.150-8, para o cargo em caráter temporário de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 016, de 18 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 049/2013

Portaria n.º 049, de 18 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora DALVANA REGINA KNAUL, portadora do CPF nº 052.683.799-33 e RG nº 4.236.554, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 017, de 18 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 18 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 050/2013

Portaria n.º 050, de 19 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CAMILA COELHO, portadora do CPF nº 066.779.739-48 e RG nº 5.354.962, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 018, de 18 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 19 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 051/2013

Portaria n.º 051, de 19 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora DJENI KNIS, portadora do CPF nº 085.024.429-37 e RG nº 5.748.036, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 019, de 18 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 19 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 052/2013

Portaria n.º 052, de 19 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora RUBIA REGINA KREUSCH, portadora do CPF nº 987.585.439-53 e RG nº 2.255.512, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 020, de 19 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 19 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 053/2013

Portaria n.º 053, de 19 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professor e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor ROBERTO OTTO, portador do CPF nº 055.239.149-24 e RG nº 4.390.535, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professor (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 021, de 19 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 19/02/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 19 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 054/2013

Portaria n.º 054, de 22 de fevereiro de 2013.
"Contrata Professor e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor VORLI JOSE GUCHERT JUNIOR, portador do CPF nº 080.865.459-46 e RG nº 5.279.866-6, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para o cargo em caráter temporário de Professor (Educação Física), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 022, de 22 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 22 de fevereiro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Dispensa de Licitação Nº 003/2013 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2013 - PMLL
Divisão de Licitações e Compras

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, considerando o disposto na Resolução/CD/FNDE nº 038, de 16 de julho de 2009, na Lei nº 11.947/2009, contrata através de Dispensa de Licitação visando à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para fornecimento e composição da merenda escolar do Município de Leoberto Leal, conforme Chamamento Público Nº 001/2013 e de acordo com a sazonalidade dos produtos, os seguintes alimentos do respectivo produtor rural, conforme tabela abaixo:

Produto	Produtor	Quantidade por período	Quantidade total	Valor unitário	Valor total
---------	----------	------------------------	------------------	----------------	-------------

Abóbora	Antonio Gilmar Cognaco	60 Kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro)	600 Kg	R\$ 2,00	R\$ 1.200,00
Banana Branca	Antonio Gilmar Cognaco	120 Kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro)	1.200 Kg	R\$ 2,80	R\$ 3.360,00
Batata Inglesa	Antonio Gilmar Cognaco	80 Kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro)	800 Kg	R\$ 3,00	R\$ 2.400,00
Feijão	Antonio Gilmar Cognaco	30 Kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro)	300 Kg	R\$ 4,00	R\$ 1.200,00
Maçã	Antonio Gilmar Cognaco	120 Kg (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro)	1.200 Kg	R\$ 3,00	R\$ 3.600,00
Suco de Uva	Antonio Gilmar Cognaco	25 Lt (meses Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro)	250 Lt	R\$ 7,50	R\$ 1.875,00

Em 11/03/2013. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA – Prefeita Municipal.

Pregão Presencial N.º 013/2013 - Processo Licitatório N.º 019/2013 - PMLL
MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 019/2013

TIPO: Menor Preço (por item) OBJETO: Registro de Preço para eventuais prestações de serviço de pedreiro e pintor para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta no município de Leoberto Leal, conforme especificações constantes do anexo I do Edital de Pregão Presencial n.º 013/2013. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Decreto Municipal n.º 23/2007, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 25 de março de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 12/03/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Contrato Nº 009/2013 - FMS

CONTRATO Nº 009/2013 - FMS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2013 - Aditivo de Preço.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde Senhor VITOR NORBERTO ALVES, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDINICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marcionilo dos Santos, nº 14, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor AGUINALDO MORAES TAVARES, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 022/2012, pelos termos da proposta da Contratada datada de 10/12/2012 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Considerando, a solicitação efetuada pela Empresa Rudipel Rudnick Petróleo LTDA, de 21/02/2013, recebida através do Protocolo/Processo Interno nº 082/2013, de 06/03/2013, que analisou as condições econômicas extraordinárias ocorridas com o produto óleo diesel perante economia nacional/mundial, em que solicita o reajuste do preço do óleo diesel comum de R\$ 2,08 para R\$ 2,176, e do produto óleo diesel S50 em que solicita o reajuste do preço de R\$ 2,169 para R\$ 2,314;

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório vem cumprindo suas obrigações constantes do Contrato nº 001/2013, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os pareceres emitidos pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do Município sobre Reequilíbrio Econômico e Financeiro, aprovando o reajuste no preço do óleo diesel em relação ao Contrato nº 001/2013;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 026/2012, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2013, com fulcro no art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 022/2012, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 001/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL".

I - "O Termo Aditivo de Contrato nº 009/2013, tem por objeto o reajuste no preço do óleo diesel, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data o valor unitário por litro de óleo diesel comum à R\$ 2,176 e óleo diesel S50 à R\$ 2,314".

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 001/2013, do Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 022/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 001/2013.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 07 de março de 2013.

VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde
Contratante

RUDIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA
AGUINALDO MORAIS TAVARES
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

Contrato Nº 011/2013 - PMLL

CONTRATO Nº 011/2013 - PMLL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 001/2013 - Aditivo de Preço.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDINICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426, Cidade Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor AGUINALDO MORAES TAVARES, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 071/2012, pelos termos da proposta da Contratada datada de 10/12/2012 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. Considerando, a solicitação efetuada pela Empresa Rudipel Rudnick Petróleo LTDA, de 21/02/2013, recebida através do Protocolo/Processo Interno nº 082/2013, de 06/03/2013, que analisou as

condições econômicas extraordinárias ocorridas com o produto óleo diesel perante economia nacional/mundial, em que solicita o reajuste do preço do óleo diesel comum de R\$ 2,08 para R\$ 2,176, e do produto óleo diesel S50 em que solicita o reajuste do preço de R\$ 2,169 para R\$ 2,314;

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório vem cumprindo suas obrigações constantes do Contrato nº 001/2013, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os pareceres emitidos pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do Município sobre Reequilíbrio Econômico e Financeiro, aprovando o reajuste no preço do óleo diesel em relação ao Contrato nº 001/2013;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 083/2012, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2013, com fulcro no art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 071/2012, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 001/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL".

I - "O Termo Aditivo de Contrato nº 011/2013, tem por objeto o reajuste no preço do óleo diesel, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data o valor unitário por litro de óleo diesel comum à R\$ 2,176 e óleo diesel S50 à R\$ 2,314".

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 001/2013, do Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 071/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 001/2013.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 07 de março de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Contratante

RUDIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA
AGUINALDO MORAIS TAVARES
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
CPF/MF nº 017.410.949-09

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
CPF/MF nº 005.166.179-90

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1602

DECRETO Nº 1602 de 28 de fevereiro de 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA, PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.076 de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, no valor de R\$ 6.115,02 (seis mil, cento e quinze reais e dois centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte 63 - Programa Bolsa Família, criando a Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído à Atividade:

UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte - 0.3.63 - Programa IGD Bolsa Família R\$ 2.779,70

Fonte - 0.3.52 - Programa Piso Básico Variável II R\$ 2.335,32

Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte - 0.3.52 - Programa Piso Básico Variável II R\$ 1.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.115,02

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de fevereiro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1603

DECRETO Nº 1603 de 06 de março de 2013.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2013".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.076 de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte 00 - Recursos Ordinários, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído à Atividade abaixo relacionada:

UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 0601.06.181.0010.2011 - Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 03.00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2057 - Segurança do Trânsito Urbano

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 03.00 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 37.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de março de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1604

DECRETO Nº 1604 de 06 de março de 2013.

"ALTERA PRAZO PARA O RECOLHIMENTO DO IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas DO CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - CATRIM"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica alterado o prazo para recolhimento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxas do CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/CATRIM, a seguir discriminado:

CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/CATRIM

MAIO

IPTU e Taxas - 1ª Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto ou 1ª parcela sem desconto 10/05/2013

JUNHO

IPTU e Taxas - 2ª Cota Única com 5% (cinco por cento) de desconto ou 2ª parcela sem desconto 10/06/2013

JULHO

IPTU e Taxas - 3ª Cota Única valor sem desconto e sem acréscimo ou 3ª parcela sem desconto 10/07/2013

AGOSTO

IPTU e Taxas - 4ª parcela sem desconto 10/08/2013

SETEMBRO

IPTU e Taxas - 5ª parcela sem desconto 10/09/2013

OUTUBRO

IPTU e Taxas - 6ª parcela sem desconto 10/10/2013

Art.2º- Os demais prazos do CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS

MUNICIPAIS/CATRIM permanecem inalterados.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de março de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Portaria 068.13 - Republicada por Incorreção

Portaria nº 068/13 de 14/02/13 - "Contrata por prazo determinado servidora que especifica" (contratar por prazo determinado, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, EDILENE REGINA KOCHANN DE MEDEIROS, para exercer as funções de Professora II, 30 horas semanais, no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, na disciplina de Geografia, sendo 24 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, para reger classe e/ou ministrar aulas provenientes de cargos que ainda não tenham sido criados, a partir de 14/02/2013 até 20/12/2013)

Extrato de Portaria 092.13 - Republicada por Incorreção

Portaria nº 092/13 de 01/03/2013 - "Contrata por prazo determinado servidora que especifica" (contratar por prazo determinado, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, IEDA COLLA DE SOUZA, para exercer as funções de Professora II, 15 horas semanais, no Ensino Fundamental, na disciplina de Artes, sendo 10 horas de trabalho com alunos e 05 horas de trabalho pedagógico, para reger classe e/ou ministrar aulas provenientes de cargos que ainda não tenham sido criados, a partir de 01/03/2013 até 20/12/2013)

Extrato de Portaria 093.13

Portaria nº 093/13 de 01/03/13 - "Atribui carga horária suplementar a servidora que especifica" (Atribui carga horária suplementar de mais 10 horas semanais à servidora CLAUDIANA FÁTIMA SANTINI, Professora III, Classe "C", 20 horas, na disciplina de Língua Inglesa, no Ensino Fundamental, sendo 25 horas semanais de trabalho com alunos e 05 horas semanais de trabalho em trabalho pedagógico, para atender o aumento de turmas no ensino fundamental, a partir de 01/03/2013, retornando posteriormente a 20 horas semanais.)

Extrato de Portaria 094.13

Portaria nº 094/13 de 05/03/13 - "Nomeia servidora que especifica" (PATRÍCIA CELZLEIN, para o cargo de provimento em comissão de Chefe do Setor de Assistência Social, Nível CC-1, a partir de 05/03/2013).

Extrato de Portaria 095.13

Portaria nº 095/13 de 07/03/13 - "Reduz a pedido carga horária de servidora que especifica" (REDUZIR A PEDIDO de 40 horas semanais, para 20 horas semanais, a carga horária da servidora FRANCIELE CARABOLANTE, a partir de 07/03/2013).

Extrato de Portaria 096.13

Portaria nº 096/13 de 07/03/13 - "Contrata por prazo determinado servidora que especifica" (RENATA PARENTI, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 16 horas de trabalho com alunos e 04 horas de trabalho pedagógico, em substituição à Professora ELIANE NOELI SPIER VANIN que está em licença gestação, a partir de 07/03/2013 até o retorno da titular).

Extrato de Portaria 097.13

Portaria nº 097/13 de 07/03/13 - "Contrata por prazo determinado servidora que especifica" (JUREMA CARICIMI, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 16 horas de trabalho com alunos e 04 horas de trabalho pedagógico, em substituição à Professora MARISTELA GOMES que está designada como Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil da Escola Municipal São Francisco, a partir de 07/03/2013 até 20/12/2013).

Extrato de Portaria 098.13

Portaria nº 098/13 de 11/03/13 - "Acata pedido de dispensa de servidora que especifica" (ACATAR PEDIDO DE DISPENSA da servidora ÉDINA BELINI BALBINOT ANDRADE, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, a partir de 11/03/2013).

Extrato de Portaria 099.13

Portaria nº 099/13 de 12/03/13 - "Contrata por prazo determinado servidora que especifica" (CAMILA HOFFELDER, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 16 horas de trabalho com alunos e 04 horas de trabalho pedagógico, para reger classe e/ou ministrar aulas provenientes de cargos que ainda não tenham sido criados, a partir de 07/03/2013 até 20/12/2013).

Extrato de Portaria 100.13

Portaria nº 100/13 de 12/03/13 - "Designa servidora que especifica" (MARIA INÊS DALLOLMO, Contadora, para compor a Comissão, na condição de representante do Poder Executivo, nas Audiências Públicas, com vistas à elaboração do Plano Plurianual de Ação - PPA para o período 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício financeiro de 2014)

Extrato Pregão PML.008.2013- Arbitragem

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 010/2013 - PML

Pregão Presencial nº 008/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de serviços de arbitragem para eventos e campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 02 de abril de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 02 de abril de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Balancete Financeiro FMDCAL**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	20,13		
RECEITA PATRIMONIAL	20,13		
Saldos anteriores	10.005,63	Saldos atuais	10.025,76
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
BANCOS C/ VINCULADAS	10.005,63	BANCOS C/ VINCULADAS	10.025,76
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	10.025,76	Total	10.025,76

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

Luzerna, 11/03/2013

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AC

MARIA INES DALLOLMO
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Balancete Financeiro FMDCAL**FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANÇA E ADOLESC.LUZERNA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Janeiro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	5,63	Despesa Orçamentária	5.886,00
RECEITA PATRIMONIAL	5,63	Despesas exceto Intra-orçamentárias	5.886,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.886,00
Receita Extra - Orçamentária	5.886,00		
Despesas Empenhadas a Liquidar*	5.886,00		
Saldos anteriores	10.000,00	Saldos atuais	10.005,63
BANCO C/ MOVIMENTO	10.000,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	10.005,63
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	15.891,63	Total	15.891,63

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

Luzerna, 11/03/2013

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
GESTOR FDO MUN.DIREITOS CRIANÇA AD

MARIA INES DALLOLMO
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Carne Para Churrasco

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2013

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Sr. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0017/2013, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0012/2013, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 26 de março de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para a aquisição de carne bovina e suína para churrasco, conforme especificações do anexo I do edital, a serem entregues no dia 06 de abril de 2013, destinados à Festa de 21 anos do município de Macieira.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 26/03/2013, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão se obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Macieira - SC, 11 de março de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Aviso de Licitação - Sistema de Informática

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2013

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2013

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Sr. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº 0018/2013, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0013/2013, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 14h00min, do dia 26 de março de 2013, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 2795, de 02 de janeiro de 2013, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital e em seu anexo I.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 14h00m do dia 26/03/2013, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão se obtidas diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, de segunda à sexta-feira, das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Macieira - SC, 12 de março de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maracajá

PREFEITURA

Portaria 100/2013

Portaria nº 100 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear CLAUDIONOR CANDIDO, brasileiro, maior, nascido em 9 de abril de 1969, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 621.033.859-34, para exercer o cargo de Motorista de Ambulância - ACT, 40 horas, no período de 19 de .fevereiro de 2013 podendo vigorar até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Fica concedido adicional de alimentação e insalubridade 20% para o servidor por prestar seus serviços no Departamento de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Portaria 101/2013

Portaria nº 101 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARCELO JOSÉ FLOR, brasileiro, maior, nascido em 1º de maio de 1983, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 037.758.599-85, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 102/2013

Portaria nº 102 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear VANESSA DOS SANTOS DE JESUS, brasileira, maior, nascida em 17 de fevereiro de 1987, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 063.794.109-88, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 103/2013

Portaria nº 103 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear PAULO RICARDO OCHOA, brasileiro, maior, nascido em 9 de março de 1960, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 823.666.329-91, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 104/2013

Portaria nº 104 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que

lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ELIETE BORGES RESENDE, brasileira, maior, nascida em 3 de outubro de 1983, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 055.762.789-33, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 105/2013

Portaria nº 105 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ELIZABETE PEDROSO GOMES, brasileira, maior, nascida em 4 de agosto de 1982, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 046.173.269-60, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 106/2013

Portaria nº 106 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear GRAZIELA DE FREITAS, brasileira, maior, nascida em 8 de janeiro de 1981, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 034.502.509-14, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 107/2013

Portaria nº 107 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear CRISTIANE GONÇALVES, brasileira, maior, nascida em 14 de fevereiro de 1991, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 091.323.369-26, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 108/2013

Portaria nº 108 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ANDREZA RESENDE DA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 11 de abril de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 027.256.709-42, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 109/2013

Portaria nº 109 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SILVANA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 18 de junho de 1973, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 030.528.409-67, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 110/2013

Portaria nº 110 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARILIA BERTI CARDOSO CANDIDO, brasileira, maior, nascida em 11 de setembro de 1984, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 051.424.609-01, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 111/2013

Portaria nº 111 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIA REGINA RÉUS, brasileira, maior, nascida em 27 de abril de 1961, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 416.071.550-87, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 112/2013

Portaria nº 112 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear JUCELIA DE OLIVEIRA NAZARIO ALMEIDA, brasileira, maior, nascida em 29 de maio de 1981, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 042.783.789-80, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 113/2013

Portaria nº 113 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIA GORETE HENRIQUE DE ALMEIDA, brasileira, maior, nascida em 20 de março de 1964, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 046.892.199-07, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 114/2013

Portaria nº 114 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ROSANE ROCHA, brasileira, maior, nascida em 18 de março de 1969, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 910.179.479-53, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 115/2013

Portaria nº 115 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SANDRA REGINA PEDRO, brasileira, maior, nascida em 28 de julho de 1965, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 591.692.819-04, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 116/2013

Portaria nº 116 de 21 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear VILSON GABRIEL DE LIMA, brasileiro, maior, nascido em 20 de outubro de 1973, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 769.992.709-53, para exercer o cargo de Borracheiro/Lubrificador/Lavador - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Fica concedida insalubridade de 40% para o servidor conforme LTCAT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 21 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 117/2013

Portaria nº 117 de 25 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear JAIR DA ROSA, brasileiro, maior, nascido em 25 de junho de 1971, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 702.961.119-53, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Fica concedida insalubridade de 40% para o servidor conforme LTCAT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 118/2013

Portaria nº 118 de 25 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SIDNEI JOSÉ JACOBS, brasileiro, maior, nascido em 22 de janeiro de 1974, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 806.152.529-15, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 119/2013

Portaria nº 119 de 25 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear NERCI JOÃO BORGES, brasileiro, maior, nascido em 13 de agosto de 1955, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 359.306.839-72, para exercer o cargo de Motorista II - ACT, 40 horas, no período de 25 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 120/2013

Portaria nº 120 de 25 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear LUIZ CESAR DE ALMEIDA, brasileiro, maior, nascido em 15 de junho de 1961, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 464.994.159-87, para exercer o cargo de Motorista II - ACT, 40 horas, no período de 25 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 121/2013

Portaria nº 121 de 25 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ADÃO JOÃO RODRIGUES, brasileiro, maior, nascido em 25 de dezembro de 1948, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 376.615.829-53, para exercer o cargo de Monitor de Ônibus - ACT, 40 horas, no período de 25 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 122/2013

Portaria nº 122 de 25 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ROSILANE DASSOLER DA SILVA VALÉRIO, brasileira, maior, nascida em 23 de julho de 1979, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 023.394.489-30, para exercer o cargo de Enfermeiro - ACT, 40 horas, no período de 25 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 123/2013

Portaria nº 123 de 25 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear IVANOR DUARTE VITH, brasileiro, maior, nascido em 31 de agosto de 1992, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 092.805.329-60, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, no período de 21 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 27 de dezembro de 2013.

Art. 2º Fica concedida insalubridade de 40% para o servidor conforme LTCAT.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 21 de fevereiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 124/2013

PORTARIA Nº 124 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013.

NOMEIA EDINEI PEDRO ROCHA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.

O PREFEITO WAGNER DA ROSA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997 e nº 915 de 20 de dezembro de 2012 e de conformidade com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, EDINEI PEDRO ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 22 de abril de 1981, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 032.739.699-70, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Esportes, símbolo CC-2, com gratificação mensal de 30% (trinta por cento) do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 25 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 85/2013

Portaria nº 085 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MICHELE FERNANDES, brasileira, maior, nascida em 24 de maio de 1985, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 050.103.729-24, para exercer o cargo de Professor - ACT, 30 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M.12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 86/2013

Portaria nº 086 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SAMIRA MATIAS DE ALMEIDA, brasileira, maior, nascida em 5 de outubro de 1982, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 033.736.569-58, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, em substituição a professora Maria Sonia Cesário de Lima que se encontra na Direção da E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 87/2013

Portaria nº 087 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SUZANA GARCIA DA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 21 de agosto de 1989, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 071.837.089-93, para exercer o cargo de Técnico Pedagógico - ACT, 40 horas, com gratificação mensal de 10%, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 88/2013

Portaria nº 088 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear BÁRBARA RODRIGUES, brasileira, maior, nascida em 17 de setembro de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 040.435.659-17, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na Creche Municipal Vila Beatriz.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 89/2013

Portaria nº 089 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARIELY ACORDI DORDET, brasileira, maior, nascida em 28 de novembro de 1984, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 052.258.249-43, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na Creche Municipal Vila Beatriz.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 90/2013

Portaria nº 090 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear DIRLENE JOANA CORTES DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 24 de junho de 1984, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 044.719.649-92, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 91/2013

Portaria nº 091 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear JOSINÊS DA SILVA PEREIRA, brasileira, maior, nascida em 27 de novembro de 1983, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 040.912.989-58, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de

dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 92/2013

Portaria nº 092 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear RAQUEL RUTE DOS SANTOS, brasileira, maior, nascida em 29 de maio de 1994, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 095.687.859-81, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na Creche Municipal Vila Beatriz.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 93/2013

Portaria nº 093 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARCIA REGINA VIEIRA TESA, brasileira, maior, nascida em 15 de abril de 1973, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 862.948.499-34, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na Creche Municipal Vila Beatriz.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 94/2013

Portaria nº 094 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear GISELE COSTA, brasileira, maior, nascida em 19 de agosto de 1980, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 040.935.169-52, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 95/2013

Portaria nº 095 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear NARAMIRTIZ DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 3 de agosto de 1972, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 018.555.009-65, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, sendo 20 horas para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. 12 de Maio e as demais 20 horas em substituição a professora Cristiane Sant'ana que se encontra de licença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 96/2013

Portaria nº 096 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear MARA RUBIA LEANDRO DE OLIVEIRA MOTTA, brasileira, maior, nascida em 25 de julho de 1978, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 041.794.289-38, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20

horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 97/2013

Portaria nº 097 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear DAIANE SILVEIRA FLORIANO, brasileira, maior, nascida em 15 de fevereiro de 1984, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 005.489.909-56, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 98/2013

Portaria nº 098 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear EVELINE CALAZANS MACHADO, brasileira, maior, nascida em 11 de maio de 1984, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 049.139.209-52, para exercer o cargo de Professor - ACT, 30 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 99/2013

Portaria nº 099 de 19 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear FLAVIA MAZON COMICOLI, brasileira, maior, nascida em 17 de novembro de 1982, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 034.838.139-50, para exercer o cargo de Professor - ACT, 40 horas, ref. LP-1A, no período de 19 de fevereiro de 2013 podendo vigorar até 20 de dezembro de 2013, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 19 de fevereiro de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 19 de fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Processo Licitatorio 13/2013 _DI

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO
Do objeto: Desenvolver curso de formação continuada aos gestores e professores da educação infantil e fundamental das escolas da rede pública municipal de Maracajá, com carga horária de 80 (oitenta) horas.

Do fornecedor: Fundação Educacional de Criciúma, inscrita no CNPJ sob o nº 83.661.074/0001-04.

Do valor e do pagamento: O valor total dos serviços importa em R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) que serão pagos em 04 (quatro) parcelas mensais de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), até o dia 15º dia após a apresentação e aceite da Nota Fiscal-Fatura.

Da dotação orçamentária: As despesas decorrentes desta aquisição correrão por conta das seguinte dotação:

05.01 - Departamento e Educação, Cultura e Esportes
2013 - Manutenção Ensino Fundamental
3.3.90.39 Fonte 0104 (36)

Da base legal: Art. 24, Inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: A presente Dispensa de Licitação se justifica por se tratar de Contrato com instituição brasileira cujo objeto está relacionado com o ensino e o desenvolvimento institucional.

Maracajá/SC, 08 de Março de 2013.
MARIA DAS GRAÇAS CONTI FAGUNDES
Presidente da Comissão de Licitação

Massaranduba

PREFEITURA

Licita 20.2013 P10.2013 - Laminas e Parausoso
MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2013
PREGÃO PRESENCIAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2013-
PMM

O Município de Massaranduba, torna público que de acordo com Decreto Municipal nº. 2.051, de 11 de Outubro de 2010, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial - ATA DE REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de lâminas, parafusos e porcas, para manutenção das Motoniveladoras e tratores de esteira da frota do Município de Massaranduba (SC).
ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 25/03/2013.
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 25/03/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 11 de Março de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Extrato Contratual - Contrato Nº. 013/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 013/2013
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2013, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

Valor: R\$ 140.048,98
Vigência: Início: 28/02/2013 Término: 31/12/2013.
Data da assinatura: 28 de fevereiro de 2013.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 014/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 014/2013
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2013, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

Valor: R\$ 136.762,59
Vigência: Início: 28/02/2013 Término: 31/12/2013.
Data da assinatura: 28 de fevereiro de 2013.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 015/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 015/2013
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MELEIRO
Contratado: ROMANO COMÉRCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL - ÓLEO DIESEL S10 - PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO EXERCÍCIO DE 2013.

Valor: R\$ 16.100,00
Vigência: Início: 07/03/2013 Término: 31/12/2013.
Data da assinatura: 07 de março de 2013.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 032/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 032/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: A.R. CONSULTORIA E SANEAMENTO LTDA

Objeto: ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SETOR NORTE DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE MELEIRO (AVENIDA ANTONIO WALMOR CANELA), COMPREENDENDO O SISTEMA COLETOR DE ESGOTOS.

Valor: R\$ 12.590,00
Vigência: Início: 25/02/2013 Término: 22/03/2013.
Data da assinatura: 25 de fevereiro de 2013.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 033/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 033/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ANA DA SILVA AMÉRICO

Objeto: Prestar Serviços de Lavagem de Uniformes dos Atletas das Escolas Municipais.
Valor: R\$ 5.500,00
Vigência: Início: 01/03/2013 Término: 31/12/2013.
Data da assinatura: 27 de fevereiro de 2013.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 034/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 034/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA MEDICINA DO TRABALHO PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Valor: R\$ 11.900,00

Vigência: Início: 06/03/2013 Término: 31/12/2013.

Data da assinatura: 06 de março de 2013.

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato de Contrato Administrativo de Prestação de Serviço de Transporte Escolar Nº 11/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 11/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque - Novo Bairro, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Marcos Nei Corrêa Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CASIMIRO DEMENTOVIS EI inscrita no CNPJ nº 07.889.505/0001-06 representada neste ato pelo Sr. CASIMIRO DEMENTOVIS, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº. 547.678, CPF nº 179.972.089-68,, residente e domiciliado em Monte Carlo, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Carta Convite nº 01/2013, bem como, das normas da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

A presente Carta Convite tem como objeto à contratação de pessoa jurídica ou pessoa física para transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino do Município de Monte Carlo, para o ano de 2013, conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE ITINERÁRIOS:

ITEM/LINHA 01:

Saída às 7h rumo a residência do Sr. Antonio Schumacher na saída do Bairro São Carlos, retornando e passando pelo Bairro Nossa Senhora Aparecida rumo ao interior, passando pela residência do Sr. Vilmar Fortes, residência do Sr. Schumacher na divisa do município de Campos Novos, retornando para as escolas Municipais e Estaduais: EEBM Erci Dick; EEB Profª Virginia P.S. Gonçalves e EEB Marino Pisani, com retorno às 11h45 pelo mesmo trajeto.

Total estimado de alunos a serem transportados: 08 alunos.

Quilometragem total diária: 25km/dia.

Veículo com no mínimo 08 lugares

ITEM/LINHA 02:

Saída às 12h40 rumo a Vila Andreazza sentido município de Tangará, retornando e se deslocando até a propriedade do Sr. Milton Albuquerque e do Sr. Luiz Carlos Turcatto próximos ao aeroporto, seguindo a propriedade do Sr. Valmor Gauer sentido Fraiburgo,

retornando para as escolas Municipais: EEBM Olga Fortes; Creche Sonho Infantil; EEBM Carlos Pisani e EEM Harry Francisco Haslinger, com retorno às 17h15 pelo mesmo trajeto.

Totalizando 38 km/dia

Total estimado de alunos a serem transportados: 08 alunos.

Quilometragem total diária: 38km/dia.

Veículo com no mínimo 08 lugares

O valor a ser pago ao contratado, pelos quilômetros realizados no transporte de passageiros, referente a linha 01, será de R\$ 2,63 (dois reais com sessenta e três centavos) por km, com itinerário descrito na Cláusula Primeira.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UN	PROJ./ATIV	DESCRIÇÃO ELEMENTO	ELEMENTO DESPESA
01	07	01	2.015	Manut. do Transp. Escolar	3.3.90.00.00.00.00.00.0001
01	07	01	2.015	Manut. do Transp. Escolar	3.3.90.00.00.00.00.00.0019
01	07	01	2.015	Manut. do Transp. Escolar	3.3.90.00.00.00.00.00.0022
01	07	01	2.015	Manut. do Transp. Escolar	3.3.90.00.00.00.00.00.0061

O presente Contrato terá vigência do dia da assinatura do presente contrato até 31/12/2013, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, até o limite de 60 meses, conforme o artigo 57 e seus incisos da lei 8666/93.

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo (SC), 12 de. março de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO CASIMIRO DEMENTOVIS

Marcos Nei Correa Siqueira Representante

CONTRATANTE CONTRATADA

Extrato de Contrato Administrativo de Prestação de Serviço de Transporte Escolar Nº 12/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR Nº 12/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque - Novo Bairro, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Marcos Nei Corrêa Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a Pessoa Física SADI CORDEIRO inscrita no CPF nº 649.826.886-72 representada neste ato pelo Sr. SADI CORDEIRO, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº. 2.639.676, CPF nº 649.826.886-72, residente e domiciliado em Monte Carlo, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Carta Convite nº 01/2013, bem como, das normas da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

A presente Carta Convite tem como objeto à contratação de pessoa jurídica ou pessoa física para transporte de passageiros para execução dos serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal e estadual de ensino do Município de Monte Carlo, para o ano de 2013, conforme segue:

DISCRIMINAÇÃO DE ITINERÁRIOS:

ITEM/LINHA 01:

Saída às 7h rumo a residência do Sr. Antonio Schumacher na saída do Bairro São Carlos, retornando e passando pelo Bairro Nossa Senhora Aparecida rumo ao interior, passando pela residência do Sr. Vilmar Fortes, residência do Sr. Schumacher na divisa do município de Campos Novos, retornando para as escolas Municipais e Estaduais: EEBM Erci Dick; EEB Profª Virginia P.S. Gonçalves e EEB Marino Pisani, com retorno às 11h45 pelo mesmo trajeto.

Total estimado de alunos a serem transportados: 08 alunos.

Quilometragem total diária: 25km/dia.

Veículo com no mínimo 08 lugares

ITEM/LINHA 02:

Saída às 12h40 rumo a Vila Andreazza sentido município de Tangará, retornando e se deslocando até a propriedade do Sr. Milton Albuquerque e do Sr. Luiz Carlos Turcatto próximos ao aeroporto, seguindo a propriedade do Sr. Valmor Gauer sentido Fraiburgo, retornando para as escolas Municipais: EEBM Olga Fortes; Creche Sonho Infantil; EEBM Carlos Pisani e EEM Harry Francisco Haslinger, com retorno às 17h15 pelo mesmo trajeto.

Totalizando 38 km/dia

Total estimado de alunos a serem transportados: 08 alunos.

Quilometragem total diária: 38km/dia.

Veículo com no mínimo 08 lugares

O valor a ser pago ao contratado, pelos quilômetros realizados no transporte de passageiros, referente a linha 01, será de R\$ 2,62 (dois reais com sessenta e dois centavos) por km, com itinerário descrito na Cláusula Primeira.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UN	PROJ./ATIV	DESCRIÇÃO ELEMENTO	ELEMENTO DESPESA
01	07	01	2.015	Manut. do Transp. Escolar	3.3.90.00.00.00.00.00.0001
01	07	01	2.015	Manut. do Transp. Escolar	3.3.90.00.00.00.00.00.0019



01	07	01	2.015	Manut. do Transp. Escolar	3.3.90.00.00.00.00.00.0022
01	07	01	2.015	Manut. do Transp. Escolar	3.3.90.00.00.00.00.00.0061

O presente Contrato terá vigência do dia da assinatura do presente contrato até 31/12/2013, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, até o limite de 60 meses, conforme o artigo 57 e seus incisos da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo (SC), 12 de. março de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
Marcos Nei Correa Siqueira
CONTRATANTE CONTRATADA

SADI CORDEIRO
Representante

Extrato de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Médicos de Especialidades Nº 09/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES Nº 09/2013

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.923.189/0001-45 com sede sito à Av. Enio Lopes de Albuquerque – Bairro Centro – Monte Carlo-SC, neste ato representado por sua GESTORA, a Srª Edir Aparecida de Souza, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CAD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA inscrita no CNPJ nº 10.699.570/0001-75 representada neste ato pelo Sr. CLAUDIO LUIZ OLIVO, brasileiro, médico, residente e domiciliado a Rua Altino G. de Farias, 1832 Bairro Bosque, cidade de Curitiba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 01/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO, CLÍNICA ESPECIALIZADA OU AINDA PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE CIRURGIA GERAL E CLÍNICA MÉDICA, BEM COMO ENCAMINHAMENTOS E REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS NECESSÁRIAS E ENCAMINHADAS AO HOSPITAL DE CURITIBANOS, NA ESPECIALIDADE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA SALETE E POSTOS DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO, conforme segue:

Item	Especialidade	Onde atendimento semanal	Período	Local
------	---------------	--------------------------	---------	-------

01	Cirurgia geral, clínica médica, bem como encaminhamentos e realização de cirurgias necessárias na especialidade.	30 consultas	Vespertino	S. M. S.
----	--	--------------	------------	----------

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços nos locais e quantidades determinados pela Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR POR ITEM

3.1. Pelo prestação dos serviços do item 01, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) mensais.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – e/ou CPF/MF - Cadastro Pessoa Física, constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

4.3. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

4.4. Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento:

4.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO

5.1. A cada período de 12 (doze) meses, em caso de prorrogação, os preços serão reajustados com base no índice acumulado nos últimos 12 (doze) meses do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

ENTIDADE	ÓRGÃO	UN	PROJ./ATIV	DESCRIÇÃO ELEMENTO	ELEMENTO DESPESA
04	01	01	2.031	Assistência Hosp. e Ambulatorial	3.3.90.00.00.00.00.00.0002

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), sem prejuízo das penalidades previstas no artigo 87 da Lei nº 8666/93, o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) CONTRATADO (S) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) CONTRATADO (S) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Pregão e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor total da contratação.

7.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

7.3. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

9.1. O presente Contrato terá vigência do dia da assinatura do presente termo, até 31/12/2013, podendo ser prorrogado em até 60 meses, em períodos de 12 meses, conforme dispõe o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A prestação dos serviços contratados será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde sempre que julgar necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. É responsabilidade da CONTRATADA:

- a) A prestação dos serviços solicitados pela secretaria de Saúde nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas;
- b) Prestar os serviços cotados com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;
- c) manter-se na condição de habilitado durante toda a vigência do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O presente contrato será administrado e fiscalizado pelo Departamento de Compras e Licitações, seguindo o disposto na Legislação vigente, as cláusulas aqui contidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo (SC), 28 de fevereiro de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Edir Aparecida de Souza
CONTRATANTE

CAD SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
Claudio Luiz Olivo
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
ALBERTINHO MANGOLT
CPF – 789.268.079-91

FRANCIEL OLIVEIRA DA SILVA
CPF – 066.089.349-55

Extrato de Contrato Público Administrativo de Execução de Serviços de Manutenção da Iluminação Pública de Monte Carlo-SC Nº 10/2013.

EXTRATO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE MONTE CARLO-SC nº 10/2013.

OBETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PUBLICA DE MONTE CARLO-SC, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, que fazem entre si, o Município de Monte Carlo, com sede à Rodovia SC 456 Km 15, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, neste ato denominada CONTRATANTE e a empresa ANDRESSA DE PAULA DE SOUZA

ME, localizada na Rua CANDIDA CORREA BECKER, 306 - Bairro Centro na Cidade de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.446.363/0001-71, neste ato representada pelo seu titular o Sra. ANDRESSA DE PAULA DE SOUZA, inscrito no CPF 059.187.689-20, doravante denominado CONTRATADA e o, mediante as seguintes cláusulas:

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se Dotação Orçamentária de 2013, conforme parecer contábil em anexo ao processo, COMO SEGUE:

102 09.01 2.028 3.3.90.00.00.00.00.00

MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PUBLICA DE MONTE CARLO-SC, conforme Dispensa de Licitação nº 03/2013, de 11/03/2013.

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (DOZE) meses, iniciando-se em 11/03/2013 e findando em 31/12/2013, se não houver manifestação de rescisão por nenhuma das partes, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 57 e seus incisos, da Lei nº 8.666/93, por até 60 meses, em períodos não superiores a 12 meses, caso haja necessidade devidamente justificada, sendo reajustado o preço pelo INPC acumulado nos últimos 12 meses.

O valor do presente contrato é de R\$ 1500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, sem qualquer reajuste.

Parágrafo único. Os pagamentos de que trata a Cláusula Quarta serão efetuados dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da entrega do objeto, mediante emissão de nota fiscal, AS QUAIS DEVERÃO VIR ACOMPANHADA DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, INSS E FGTS, DÉBITOS TRABALHISTAS(TST).

Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato. E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor.

Monte Carlo, 11/03/2013.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANDRESSA PAULA DE SOUZA ME
Andressa Paula de Souza
CONTRATADA

Extrato de Termo Aditivo Nº 01/2013 do Contrato Nº 11/2009

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2013 DO CONTRATO Nº 11/2009

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Marcos Nei Correa Siqueira, no uso de suas atribuições, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVE CONTRATAR A empresa: SADI CORDEIRO pessoa física, Residente e domiciliado na Rua Angelin Caldar, 314 - Por do Sol, na cidade de Monte Carlo, inscrita no CPF sob o nº 649.826.886,72, neste ato representada pelo MESMO, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

O presente pregão tem como objeto a correção do preço por quilômetros do transporte escolar, tendo como base o parecer jurídico, que autoriza o referido reajuste, utilizando o INPC acumulado dos últimos 12 meses (6,613%), ficando o novo preço a ser praticado no valor de R\$ 2,56 reais por quilômetros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013, sendo a seguinte:

59 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

60 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

61 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

62 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

63 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

64 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas e regras permanecem inalteradas na forma original do contrato de origem.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente contratação. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 01/02/2013.
Município de Monte Carlo
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Órgão Gerenciador

SADI CORDEIRO

Representante

Fornecedor

TESTEMUNHAS:

ALBERTINHO MANGOLT

CPF - 789.268.079-91

FRANCIEL OLIVEIRA DA SILVA

CPF - 066.089.349-55

Extrato de Termo Aditivo Nº 01/2013 do Contrato Nº 11/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01/2013 DO CONTRATO Nº 11/2011

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Marcos Nei Correa Siqueira, no uso de suas atribuições, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVE CONTRATAR A empresa: EDELMAR DOS SANTOS - MEI pessoa jurídica de direito privado, situada na Localidade da Linha Vicente, na cidade de Monte Carlo, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 13.110.189/0001-17, neste ato representada pelo Sr. EDELMAR DOS SANTOS, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

O presente pregão tem como objeto a correção do preço por quilômetros do transporte escolar, tendo como base o parecer jurídico nº 142/2012, que autoriza o referido reajuste, utilizando o INPC

acumulado dos últimos 12 meses (6,613%), ficando o novo preço a ser praticado no valor de R\$ 2,56 reais por quilômetros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013, sendo a seguinte:

59 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

60 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

61 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

62 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

63 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

64 07.01 2.015 3.3.90.00.00.00.00.00

MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas e regras permanecem inalteradas na forma original do contrato de origem.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente contratação. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 01/02/2013.

Município de Monte Carlo
Marcos Nei Correa Siqueira
Órgão Gerenciador

EDELMAR DOS SANTOS MEI
Edelmar dos Santos
Fornecedor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 020/2013

DECRETO Nº 020/2013, em 05 de Março de 2013.

"NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL-SAMU DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento dos cargos públicos vagos;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir a maior transparência possível ao Processo Seletivo Simplificado de candidatos para o preenchimento de ditas vagas, coisa que aconselha a Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de candidatos para o provimento dos cargos públicos existentes no Serviço de Atendimento Móvel-SAMU, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas, sob a presidência do primeiro:

1. Miguel Zaccaron Darolt
2. Mabel Possamai Guedin
3. Mirella Marques Mendes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 05 de Março de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTÔNIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 025/2013

DECRETO Nº 025/2013, em 07 de Março de 2013.

"NOMEIA COMISSÃO PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE-PACS DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento dos cargos públicos vagos;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir a maior transparência possível ao Processo Seletivo Simplificado de candidatos para o preenchimento de ditas vagas, coisa que aconselha a Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de candidatos para o provimento dos cargos públicos existentes no Programa dos Agentes Comunitários de Saúde-PACS, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas, sob a presidência do primeiro:

1. Miguel Zaccaron Darolt
2. Mabel Possamai Guedin
3. Mirella Marques Mendes

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 07 de Março de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTÔNIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Dispõe Sobre a Estrutura Administrativa da Câmara, Cria e Extingue Cargos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 170 DE 8 DE MARÇO DE 2013
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CLASSIFICAÇÃO, EXTINÇÃO, CRIAÇÃO DE CARGOS E A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei complementar:

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 1º O Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Navegantes é composto dos cargos de provimento efetivo e dos cargos de provimento em comissão, os quais são estruturados de acordo com o disposto nesta lei.

CAPÍTULO II DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 2º A investidura em cargo efetivo depende de aprovação prévia em concurso público, na forma do respectivo edital, através de nomeação, ressalvados os casos de provimento previstos na legislação municipal.

Art. 3º Os cargos de provimento em comissão serão de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara.

Art. 4º Nas nomeações para cargo de provimento efetivo e para cargo de provimento em comissão, observar-se-á o grau de instrução exigido para o cargo e os demais requisitos previstos no anexo I desta lei.

Art. 5º Compete ao Presidente da Câmara expedir os atos de provimento dos cargos.

Parágrafo Único: O ato de provimento deverá, necessariamente, conter as seguintes indicações, sob pena de nulidade do mesmo:

- I - nome completo do servidor;
- II - denominação do cargo a ser provido;
- III - fundamento legal;
- IV - o caráter de investidura, se efetivo ou comissão.

Art. 6º O servidor investido em cargo efetivo adquire estabilidade no serviço público depois de cumprido o estágio probatório, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO III DO QUADRO DE PESSOAL E VENCIMENTOS

Art. 7º O quadro de servidores efetivos da Câmara de Vereadores de Navegantes compõe-se dos seguintes cargos:

- I - Agente de Serviços Gerais;
- II - Assessor Contábil;
- III - Assessor Jurídico;
- IV - Assessor Legislativo;
- V - Assistente Legislativo;
- VI - Assistente Contábil;
- VII - Motorista;

- VIII - Recepcionista;
- IX - Secretário Legislativo;
- X - Técnico de som e manutenção;
- XI - Telefonista;
- XII - Vigia

Art. 8º - O quadro de servidores de provimento em comissão da Câmara de Vereadores de Navegantes compõe-se dos seguintes cargos:

- I - Assessor de Comunicação Social;
- II - Assessor de Gabinete;
- III - Assessor Parlamentar;
- IV - Chefe do Gabinete da Presidência;
- V - Diretor Administrativo;
- VI - Controlador Interno;
- VII - Gerente Administrativo e Financeiro;
- VIII - Gerente de Tecnologia da Informação;
- IX - Procurador Geral;
- X - Procurador Geral Adjunto;
- XI - Secretária.

Parágrafo Único: A nomeação e a exoneração do Assessor de Gabinete e Assessor Parlamentar será realizada por ato da Presidência da Câmara, sendo os assessores indicados exclusivamente pelos Vereadores com assento na Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 9º - O número de vagas de cada cargo efetivo e de cada cargo em comissão, com suas respectivas remunerações iniciais e grau de escolaridade exigido, constam do anexo I desta lei.

Parágrafo Único: O número de vagas ocupadas do cargo de Assessor de Gabinete e Assessor Parlamentar corresponderá sempre ao número de Vereadores que compõe a Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 10 As descrições das atribuições de cada cargo de provimento efetivo e de cada cargo de provimento em comissão constam do anexo II desta lei.

Art. 11 O salário base de cada cargo de provimento efetivo e comissionados encontra-se fixado no Anexo I, que é parte integrante desta norma.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 A remuneração dos servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes será revista anualmente na mesma data e no mesmo percentual de reajuste concedido aos servidores públicos municipais de Navegantes, obedecendo aos limites constitucionais.

Parágrafo Único: Caso não ocorra à revisão anual conforme prevê o caput deste artigo, fica assegurada aos Vereadores e os servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes a revisão salarial em janeiro de cada ano, por resolução do Presidente da Mesa Diretora pelo mesmo índice do INPC, afim de recompor as perdas salariais do exercício anterior ;

Art. 13 A carga horária dos servidores abrangidos pela presente lei será de 40(quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira, sendo que os comissionados deverão obrigatoriamente estar presentes nas sessões da Câmara de Vereadores;

Parágrafo Único: A carga horária estabelecida no caput para servidores efetivos poderá ser flexibilizada, atendendo às necessidades da população e dos serviços, à natureza das funções e as características das repartições, devendo, contudo, ser no mínimo de 6 horas diárias;

Art. 14 Os horários de atendimento ao público, de funcionamento e controle de horários de trabalho de servidores da Câmara Vereadores serão regulamentados por portaria, pelo presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 15 A exigência da escolaridade mínima para cada cargo, prevista nesta lei, não alcança os servidores que já são efetivos na Câmara de Vereadores de Navegantes na data da publicação da presente lei.

Art. 16 Ficam mantidas as vantagens salariais, notadamente os triênios e demais vantagens, percebidas pelos atuais servidores efetivos da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 17 Os cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão criados nesta lei serão preenchidos de acordo com a necessidade e a capacidade financeira da Câmara de Vereadores de Navegantes, sendo que os cargos de provimento efetivo somente serão nomeados mediante realização de concurso público, nos termos da lei.

Art. 18 Os servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes serão regidos pelo Estatuto do Funcionário Público Municipal.

Art. 19 O enquadramento dos atuais servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes será feito por ato da Presidência, levando-se em consideração a função ou cargo efetivo que cada qual exerce atualmente.

Art. 20 O Secretário Legislativo elaborará e coordenará a execução de programas de treinamento para os servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Parágrafo Único - Os programas de treinamento serão elaborados anualmente a tempo de se prever na proposta orçamentária os recursos indispensáveis à sua elaboração.

Art. 21 As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária da Câmara de Vereadores de Navegantes.

Art. 22 Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 23 Ficam revogadas as lei complementares n.º 66 de 8 de junho de 2009 e 70 de 16 de dezembro de 2009.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de março de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N.º 170 DE 8 DE MARÇO DE 2013

Cargos Efetivos:

Cargo	Nº de vagas	Remuneração/ Carga horária	Escolaridade
Agente de serviços gerais	2	1.299,98 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo

Assessor Contábil	2	6.124,28 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo em ciências contábeis
Assessor Jurídico	2	2.673,25 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo em Direito com inscrição OAB-SC
Assessor Legislativo	2	4.216,16 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Assistente Contábil	2	4.216,16 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo em Ciências contábeis
Assistente Legislativo	2	4.216,16 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Motorista	2	1.336,62 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo
Recepcionista	2	1.202,96 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo
Secretário Legislativo	2	2.985,47 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Técnico em som e manutenção geral	1	1.603,95 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo
telefonista	2	1.202,96 por 40 horas semanais	Ensino médio completo
vigia	2	1.002,43 por 40 horas semanais	Ensino médio completo

Cargos Comissionados

Cargo	Nº de vagas	Remuneração/Carga horária	Escolaridade
Assessor de Comunicação Social	1	2.004,93 por 40 horas semanais	Ensino Superior em, Jornalismo, Publicidade ou Relações Públicas
Assessor de Gabinete	15	1.603,98 por 40 horas semanais	Ensino Fundamental
Assessor Parlamentar	15	1.603,98 por 40 horas semanais	Ensino Fundamental
Chefe do Gabin. Da Presidência	1	2.613,25 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Gerente Administrativo e Financeiro	1	2.613,25 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Gerente de tecnologia da informação (TI)	1	2.613,25 por 40 horas semanais	Ensino Superior Completo
Procurador Geral	1	5.613,83 por 40 horas semanais	Superior Completo em Direito e Inscrição na OAB/SC
Procurador Geral Adjunto	1	4.009,88 por 40 horas semanais	Superior Completo em Direito e Inscrição na OAB/SC
Diretor Administrativo	1	5.613,83 por 40 horas semanais	Ensino Superior completo
Secretária	2	1.069,00 por 40 horas semanais	Ensino Médio Completo

Controlador Interno	1	2.004,94 por 20 horas semanais	Bacharel em Ciências Contábeis com registro no seu conselho (CRC).
---------------------	---	--------------------------------	--

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 170 DE 8 DE MARÇO DE 2013

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVOS E DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

I – AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

- * Manter limpas as dependências da Câmara.
- * Limpar, conservar e zelar pelo mobiliário.
- * Fazer e servir café e água.
- * Manter limpos todos os utensílios da cozinha.
- * Requisitar material de limpeza necessário à manutenção do asseio.
- * Requisitar café, açúcar, água e outros, necessários ao cumprimento de suas

II – ASSESSOR CONTÁBIL

- * Elaborar calendários e esquemas de pagamentos.
- * Movimentar, juntamente com a Presidência, as contas bancárias da Câmara.
- * Promover a elaboração de propostas orçamentárias anualmente, de acordo com a legislação vigente. * Estudar o comportamento das despesas.
- * Coordenar as providências visando ao repasse de numerários às contas do Legislativo pela Prefeitura.
- * Fornecer elementos para a abertura de créditos adicionais.
- * Promover a escritura sintética e analítica dos lançamentos relativos às operações contábeis, visando a um demonstrativo claro.
- * Promover a elaboração do programa financeiro dentro da estimativa das despesas correntes e de capital.
- * Assinar mapas, resumos, quadros, demonstrativos e outros documentos de operações contábeis
- * Visar todos os documentos elaborados e expedidos pela Assessoria.
- * Organizar e fazer confeccionar, nos prazos legais, balanços, balancetes e relatórios necessários à apuração contábil.
- * Promover o empenho de despesas.
- * Manter a Presidência e a Secretaria Geral informadas dos saldos das dotações orçamentárias.
- * Providenciar, dentro das normas legais, a aquisição do material necessário ao funcionamento quando devidamente autorizado pela Presidência ou Secretaria Geral.
- * Promover o registro de salário-família, adicionais por tempo de serviço e outras vantagens dos servidores.
- * Submeter ao exame da Presidência o resultado de concorrências, tomadas de preço e outras modalidades.
- * Tomar parte e fazer tomar seus subordinados de seminários, encontros, cursos ou outras atividades que visem ao aprimoramento dos trabalhos da Assessoria.
- * Executar outras tarefas afins necessárias à regulamentação da escrituração contábil da Câmara.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Aplicar e fazer aplicar as leis e os regulamentos referentes ao pessoal.
- * Estudar e discutir, com os órgãos interessados, a proposta orçamentária referente à parte do pessoal.
- * Supervisionar as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, de acordo com as deliberações da Presidência ou da Secretaria Geral.

- * Encaminhar à publicação os resultados de concursos públicos.
- * Preparar os atos de nomeação de pessoal.
- * Preparar a lavratura de atos referentes a pessoal.
- * Providenciar a identificação, matrícula e expedição de carteiras funcionais aos servidores.
- * Organizar a lotação numérica dos servidores.
- * Tomar medidas necessárias à revisão periódica do Plano de Classificação de Cargos da Câmara.
- * Promover a apuração do tempo de serviço dos servidores para todo e qualquer efeito.
- * Preparar escala de férias do pessoal de acordo com determinação e supervisão da Secretaria Geral.
- * Promover o controle de frequência do pessoal para efeito de pagamento e tempo de serviço devidamente supervisionado e orientado pela Secretaria Geral.
- * Promover a verificação dos dados relativos ao controle do salário-família, adicional por tempo de serviço ou outras vantagens dos servidores previstas na legislação em vigor.
- * Efetivar a organização e atualização dos registros.
- * Fazer os assentamentos da vida funcional e de outros dados do pessoal.
- * Comunicar irregularidades na admissão de pessoal.
- * Acompanhar a execução das atividades de bem-estar social para os servidores.
- * Comunicar à seção de Serviços Auxiliares as mudanças de direção ou chefias para efeito de conferência de carga de material.
- * Comunicar à Assessoria Financeira a exoneração ou provimento de servidores.
- * Receber e preparar a declaração de bens de servidores da Câmara sujeitos a tanto, efetivando o devido registro.
- * Preparar guias de recolhimento de obrigações sociais incidentes sobre a remuneração dos servidores.
- * Fornecer a declaração de ganhos anuais aos servidores para efeito de imposto de renda.
- * Fornecer aos vereadores a declaração anual de ganhos para efeito de imposto de renda.
- * Efetuar todas as tarefas necessárias ao pagamento dos servidores.
- * Exercer outras atividades correlatas.

III- ASSESSOR JURÍDICO

- * Emitir pareceres de natureza jurídica nas matérias em tramitação na Câmara de Vereadores com o intuito de subsidiar os vereadores sobre as proposições em trâmite na Câmara de Vereadores, verificando a legalidade e a constitucionalidade dos projetos de lei apresentados às Comissões ou ao Plenário da Câmara, submetendo-os previamente à apreciação do Procurador Jurídico.
- * Assessorar os vereadores em assuntos jurídicos ligados ao trabalho legislativo, dando-lhes subsídios para a discussão de matérias legislativas.
- * Emitir pareceres sobre reuniões jurídicas quando solicitado.
- * Desenvolver estudos constantes e manter arquivo de jurisprudência de interesse aos trabalhos da Câmara.
- * Acompanhar, pesquisar e estudar a evolução no país, informando as unidades e os vereadores interessados da existência ou alteração de dispositivos legais que afetem a comunidade e os trabalhos legislativos da Câmara.
- * Assessorar, quando solicitado, as Comissões de Sindicância e os Inquéritos, especiais e permanentes.
- * Organizar e manter coletânea de legislação, jurisprudência, pareceres e outros diplomas legais de interesse do Legislativo em arquivo próprio.
- * Programar e supervisionar as atividades desenvolvidas nas comissões técnicas.
- * Analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos, como também os editais de licitação, dispensa e inexigibilidade da Câmara de Vereadores, emitindo os respectivos

pareceres.

- * Elaborar minutas e atos oficiais como leis, decretos, portarias, resoluções parlamentares e projetos de lei.
- * Elaborar relatórios consubstanciados a respeito das atividades da Procuradoria.
- * Exercer outras atividade correlatas.

IV- ASSESSOR LEGISLATIVO

- * Redigir projetos de lei, mensagens, convites, convocações e outros documentos de maior complexidade afeitos ao trabalho legislativo.
- * Conferir as proposições e projetos constantes do expediente e ordem do dia, verificando sua ordem de discussão.
- * Acompanhar a tramitação dos projetos e proposições, sua expedição e sanção.
- * Conferir a totalidade da documentação necessária à entrada dos projetos na Câmara.
- * Solicitar aos vereadores e/ou ao Poder Executivo a juntada de documentação necessária à entrada de projetos na Câmara.
- * Fazer confeccionar releases de matérias que irão à discussão na sessão.
- * Controlar o cronograma de projetos a irem à ordem do dia.
- * Confeccionar folhas de presença de vereadores.
- * Redigir termos de posse de vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.
- * Controlar a sanção dos projetos aprovados, verificando o cumprimento do tempo legal hábil.
- * Coordenar os trabalhos entre as diversas sessões na Câmara.
- * Supervisionar, controlar e determinar serviços de vigilância, zeladoria, limpeza, copa, portaria, telefonia e demais tarefas do mandato parlamentar.
- * Contratar pequenos e simples serviços técnicos necessários aos reparos em equipamentos indispensáveis ao bom funcionamento da Câmara.
- * Providenciar a compra de material necessário à execução dos diversos trabalhos desenvolvidos pelo Legislativo, desde que dentro de limites possíveis e autorizados pela Secretaria Geral.
- * Controlar a assiduidade de servidores assim como a pontualidade.
- * Executar outras atividades correlatas e auxiliares às funções da Secretaria Geral.

V- ASSISTENTE LEGISLATIVO

- * Redigir ofícios, cartas, despachos e demais expedientes de acordo com normas pré-estabelecidas em legislação pertinente.
- * Redigir atos administrativos mais complexos, dentro da orientação da Secretaria Geral
- * Conferir a datilografia e/ou digitação de documentos por outros servidores executados.
- * Redigir exposições de motivo, Projetos de Lei, Resoluções e outros documentos oficiais que exijam mais discernimento e poder de análise.
- * Encaminhar documentação para despacho e assinatura.
- * Encaminhar documentação a ser expedida pela Câmara ao setor competente.
- * Acompanhar os trabalhos legislativos em sessões das Câmara.
- * Auxiliar vereadores e demais servidores em tarefas necessárias ao bom desempenho dos trabalhos legislativos.
- * Fornecer aos vereadores documentação necessária ao desempenho das funções legislativas.
- * Auxiliar a Mesa Diretora nos trabalhos legislativos.
- * Coordenar o andamento das proposições na Secretaria Geral.
- * Auxiliar os vereadores quando necessário e solicitado no encaminhamento de seus trabalhos legislativos.
- * Auxiliar os servidores ligados à área legislativa, norteando as atividades.
- * Executar outras tarefas afins determinadas pela Secretaria

Geral.

- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

VI - ASSISTENTE CONTÁBIL

- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Elaborar o Orçamento da Câmara.
- * Manter sistema de acompanhamento e controle orçamentário, verificando sua correta execução, bem como a exatidão e regularidade das contas da Câmara.
- * Proceder à análise de balanços e outros documentos informativos de natureza contábil-financeira.
- * Preparar relatórios que demonstrem o comportamento geral da execução financeira orçamentária em função da disponibilidade financeira.
- * Elaborar o cronograma de dispêndio da Câmara.
- * Remeter à Prefeitura, na época própria, para fins de orçamento, a previsão de despesas da Câmara para o Exercício seguinte.
- * Fazer registrar sintética e analiticamente as operações financeiras.
- * Organizar balancetes e balanços financeiros bem como outros documentos de apuração contábil-financeira.
- * Promover o exame e a conferência dos processos de pagamento.
- * Promover o registro contábil dos bens do patrimônio da Câmara.
- * Promover o recebimento das importâncias devidas.
- * Efetuar pagamento de despesas.
- * Requisitar talões de cheques.
- * Contatar agências bancárias para assuntos de sua competência.
- * Determinar a preparação de cheques.
- * Providenciar a publicação de movimento financeiro.
- * Remeter a expediente da Câmara o Demonstrativo Financeiro Mensal.
- * Promover o recolhimento de obrigações sociais.
- * Promover o recolhimento do imposto de renda na fonte, dos servidores, vereadores ou prestadores de serviços.
- * Promover, no encerramento do Exercício, a entrega do saldo numerário à Prefeitura.
- * Exercer outras atividades correlatas à Tesouraria.

VII – MOTORISTA

- * Conduzir os veículos oficiais da Câmara de Vereadores.
- * Zelar pelas boas condições físicas e mecânicas dos veículos.
- * Providenciar os reparos necessários e o constante abastecimento de combustível dos veículos.
- * Observar as datas pertinentes à renovação da documentação legal dos veículos.
- * Estar sempre devidamente uniformizado e com asseio pessoal.
- * Manter-se à disposição da Presidência e dos integrantes das Comissões da Câmara de Vereadores e, eventualmente, dos vereadores e servidores, desde que autorizados pela Presidência da Casa.
- * Estar à disposição do Legislativo, ainda que em horas extraordinárias à jornada normal de trabalho.
- * Manter em perfeita ordem legal os documentos de habilitação para a condução dos veículos.
- * Manter os veículos limpos e asseados.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

VIII – RECEPCIONISTA

- * Fazer diariamente a recepção dos munícipes, visitantes e autoridades, promovendo sua identificação mediante crachás.
- * Fazer companhia aos visitantes, pessoalmente ou solicitando a outro servidor enquanto estiverem nas demais dependências da Casa.

- * Manter anotação das visitas recebidas pela Casa.
- * Receber e manter protocolo de recebimento de correspondências.
- * Executar outras tarefas afins determinadas por superiores.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Zelar pelo bom trato devido aos munícipes, visitantes e autoridades, assim como aos demais servidores.

IX – SECRETÁRIO LEGISLATIVO

- * Administrar a distribuição de tarefas delegadas.
- * Determinar a multiplicação e o fornecimento de cópias de atos oficiais.
- * Prestar informações aos vereadores sobre matérias em tramitação.
- * Prestar assistência a vereadores, bancadas e à Mesa na busca de subsídios que possam instruir matérias em julgamento.
- * Administrar a hierarquia e o controle de servidores.
- * Fazer fornecer aos vereadores devidamente autorizados pela Presidência documentos sob a guarda de serviço de arquivo e protocolo.
- * Prestar assistência e fazer registrar o desenrolar das sessões.
- * Determinar e acompanhar a lavratura das atas das sessões legislativas.
- * Selecionar e preparar o expediente a ser lido em sessão.
- * Receber todo o Expediente endereçado à Câmara, fazendo distribuir cópias quando solicitado.
- * Controlar, dentro da legislação vigente, os prazos para apreciação de matérias pela Câmara.
- * Convocar, por determinação da Presidência, os senhores vereadores para reuniões extraordinárias, dando-lhes ciência do dia e horário, bem como do objeto da reunião.
- * Coordenar a tramitação de matérias em apreciação do Plenário.
- * Fazer registrar em gravações as sessões da Câmara.
- * Determinar a publicidade, sempre que autorizado pela Presidência, de assuntos em tramitação na Câmara.
- * Fazer elaborar relatórios de atividades ao final de cada semestre.
- * Controlar as folhas de presença dos vereadores à sessão, de forma a fazer expedir o memorando à Assessoria Financeira e Contábil, informando as ausências injustificadas, para que aquela elabore a folha de pagamento.
- * Participar da elaboração de todos os trabalhos e documentos em que seja relevante o interesse da Câmara.
- * Fazer registrar, controlar, protocolar, distribuir, guardar e conservar papéis, processos e outros documentos pertencentes à Câmara.
- * Promover, de acordo com normas pré-estabelecidas, o expurgo de papéis inservíveis.
- * Proceder a bulas para fornecimento de certidões requeridas e despachadas pela Presidência.
- * Promover a segurança, limpeza e conservação da Câmara.
- * Providenciar para que as dependências da Câmara estejam sempre abertas nos horários regulamentares ou extraordinários.
- * Controlar a posse das chaves das dependências da Câmara.
- * Providenciar o registro, catalogação, guarda, conservação e empréstimos de livros da Biblioteca da Câmara.
- * Fazer realizar balanço do acervo da Biblioteca da Câmara.
- * Sugerir a aquisição de obras necessárias às consultas parlamentares.
- * Fazer publicar, para distribuição aos vereadores, cópias do Regimento Interno da Câmara e da Lei Orgânica municipal.
- * Reciclar-se e determinar aos demais servidores a reciclagem através de cursos, seminários, encontros, visando ao aprimoramento dos servidores legislativos.
- * Executar outras tarefas afeitas à administração do patrimônio, do pessoal e do almoxarifado da Câmara.
- * Executar outras tarefas afins determinadas pela Presidência, fazendo a distribuição aos setores competentes.

- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Observar e cumprir a legislação pertinente às compras públicas.
- * Manter-se atualizado à legislação pertinente ao setor.
- * Fazer emitir as correspondências necessárias ao cumprimento legal das compras de bens e serviços.
- * Solicitar a edição dos atos legais necessários à iniciação dos processos de compras.
- * Manter regularmente os processos devidamente instruídos e em seu poder.
- * Executar as compras de bens e serviços necessários ao bom andamento da Casa.
- * Controlar o estoque de almoxarifado, que deverá estar à sua responsabilidade, não deixando faltar materiais necessários aos trabalhos da Casa.
- * Zelar pelo bem público de maneira responsável e preservadora de erário.
- * Manter a Presidência e a Secretaria Geral informadas acerca dos gastos e das necessidades da Casa.

X – TELEFONISTA

- * Operar todo o sistema de telefonia da Câmara de Vereadores.
- * Receber e fazer ligações telefônicas solicitadas por vereadores, servidores e outros, devidamente autorizadas pela Chefia de Gabinete ou seu delegado.
- * Manter registro de todas as ligações efetuadas diariamente, fazendo constar o número ligado, a cidade, o horário, o solicitante e a duração da chamada.
- * Manter catálogos telefônicos que facilitem a localização de números telefônicos.
- * Manter lista atualizada dos números de linhas de repartições, empresas ou outras entidades mais intimamente ligadas aos trabalhos desenvolvidos na Câmara de Vereadores.
- * Apontar os recados telefônicos e leva-los, a tempo e modo, a conhecimento de seus destinatários.
- * Solicitar material necessário ao desempenho de suas funções.
- * Requisitar às companhias telefônicas o reparo em linhas que apresentem problemas.
- * Proceder à constante vistoria dos aparelhos ligados à central de telefonia interna, verificando seu estado de funcionamento e solicitando os reparos ao Secretário Administrativo quando for o caso.
- * Executar outras tarefas afins determinadas por superiores.
- * Solicitar à Secretaria Administrativa a presença de técnicos para manutenção do sistema de telefonia quando necessário.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

XI - VIGIA

- * Guardar o patrimônio do Poder Legislativo, resguardando-o de possíveis danos que, porventura, venham a ser praticados por terceiros.

XII – TÉCNICO DE SOM E MANUTENÇÃO GERAL

- * Orientar a montagem e operação da aparelhagem de som.
- * Realizar a manutenção da aparelhagem de som.
- * Executar a manutenção geral.

COMISSIONADOS

I - ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- * Recepcionar visitantes e hóspedes oficiais da Câmara, conduzindo-os à Presidência e prestando-lhes o apoio necessário durante a sua permanência na Casa.
- * Organizar e manter atualizado cadastro contendo nomes, telefones e endereços de autoridades e instituições de interesse

da Câmara.

- * Manter-se atualizado sobre o completo funcionamento da Câmara com o objetivo de prestar informações aos jornais, visitantes e interessados.
- * Desenvolver programas de visitação de alunos de estabelecimentos públicos de ensino às dependências da Câmara como forma de ensinar aos educandos a estrutura político-administrativa do país.
- * Desenvolver outros programas que proporcionem uma maior integração entre a Câmara e a comunidade.
- * Promover a realização das atividades de divulgação, imprensa e relações públicas da Câmara.
- * Promover as informações das atividades da Câmara ao público.
- * Organizar os registros relativos às audiências, visitas, conferências e reuniões de que deva participar a Presidência ou seu representante.
- * Apreciar a relação Câmara/público, sugerindo medidas para melhorá-la.
- * Programar solenidades, expedir convites, controlar protocolo e anotar todas as providências necessárias ao cumprimento dos programas.
- * Acompanhar as sessões para anotações necessárias à expedição de release das atividades desenvolvidas na sessão.
- * Emitir releases das sessões da Câmara à Imprensa, visando à maior divulgação dos atos de interesse da comunidade.
- * Divulgar à Imprensa as atividades sociais em que a Presidência representou ou fez representar a Câmara.
- * Manter arquivo de recortes de jornais contendo matérias em que fugirem a Câmara, seu trabalho, seus componentes.
- * Providenciar, na Imprensa, retificação de textos de atos publicados ou de matérias que não condigam com a verdade.
- * Programar e divulgar as atividades sociais internas da Câmara.
- * Exercer outras atividades correlatas determinadas pela Presidência ou pela Secretaria Geral.

II - ASSESSOR DE GABINETE

- * Assessorar o vereador a quem estiver ligado nos assuntos relacionados ao Gabinete e nos trabalhos legislativos.
- * Planejar e supervisionar o controle de gastos do Gabinete do vereador a quem estiver ligado.
- * Assessorar o vereador a quem estiver ligado na elaboração das proposições e pronunciamentos, oferecendo-lhe subsídios necessários para os trabalhos legislativos.
- * Acompanhar as sessões legislativas, assessorando o vereador a quem estiver ligado, disponibilizando os materiais por este solicitado durante as sessões.
- * Organizar a agenda diária do vereador a quem estiver ligado, mantendo-o sempre informado dos compromissos agendados.
- * Registrar e controlar as audiências, visitas, reuniões e outros compromissos em que os vereadores tenham interesse de participar.
- * Exercer outras atividades de assessoramento correlatas determinadas pelos parlamentares a quem estiver ligado.
- * Representar o vereador a quem estiver ligado quando este assim o solicitar em assuntos relacionados ao Gabinete.
- * Recepcionar os visitantes que adentrarem ao Gabinete do vereador a quem estiver ligado.
- * Manter o vereador a quem estiver ligado atualizado, informando-o de todos os fatos ocorridos em seu gabinete, prestando relatório semanal das ocorrências.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

III - ASSESSOR PARLAMENTAR

- * Assessorar os vereadores da bancada em que estiver ligado nas reuniões do Plenário e das Comissões.
- * Assessorar os vereadores na elaboração, redação e datilografia ou digitação de proposições, pronunciamentos e pareceres.

- * Realizar pesquisas e estudos e preparar monografias, relatórios e demais documentos objetivando oferecer aos vereadores subsídios na elaboração de suas proposições e pronunciamentos.
- * Revisar legislação e documentos de interesse dos parlamentares.
- * Manter arquivo dos assuntos pesquisados e dos documentos, proposições e pronunciamentos dos vereadores visando à sua pronta identificação e localização.
- * Preparar matérias para divulgação à imprensa pela Assessoria de Comunicação Social referente às proposições e pronunciamentos dos parlamentares.
- * Manter cadastro de autoridades e instituições de interesse dos parlamentares.
- * Manter controle da tramitação, prazos e providências adotadas das proposições dos vereadores.
- * Organizar índices, por assunto, de leis, resoluções, projetos e demais documentos legislativos necessários ao bom desempenho das atividades legislativas dos parlamentares.
- * Incumbir-se das correspondências particulares, redigindo-as, datilografando-as, digitando-as e encaminhando-as à expedição.
- * Receber e manter sob sua guarda correspondências endereçadas aos respectivos parlamentares.
- * Preparar arquivo de matérias jornalísticas que possam ser de interesse dos parlamentares.
- * Exercer outras atividades correlatas determinadas pelos parlamentares a quem estiver ligado.
- * Acompanhar o vereador a quem estiver ligado nos trabalhos externos, anotando as observações que forem por este indicadas, providenciando para que sejam cumpridas suas determinações.
- * Exercer outras atividades correlatas determinadas pelos parlamentares a quem estiver ligado.

IV - CHEFE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

- * Coordenar os trabalhos do Gabinete da Presidência.
- * Redigir correspondências diretamente ligadas ao Gabinete da Presidência.
- * Acompanhar a Presidência em atos oficiais da Câmara de Vereadores quando determinado.
- * Supervisionar os trabalhos afetos ao Assessor de Comunicação Social e seus subordinados.
- * Executar outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Coordenar atividades de planejamento estratégico da Câmara de Vereadores.
- * Gerenciar a execução das metas previstas no plano estratégico.

V – DIRETOR ADMINISTRATIVO

- * Representar e prestar assistência ao Presidente da Câmara Municipal nas funções político-administrativas.
- * Superintender a Administração da Câmara Municipal.
- * Manter relações públicas e de contato como público e demais poderes.
- * Prestar atendimento burocrático ao Gabinete do Presidente.
- * Preparar, encaminhar e acompanhar as mensagens do Poder Legislativo ao Poder Executivo quando indicado.
- * Exercer as atividades ligadas à Administração Geral da Câmara, especialmente no que se refere a (ao):
 - a) Patrimônio, alienações, permissões e autorizações.
 - b) Pessoal e recursos humanos.
 - c) Licitações, compras, material e almoxarifado.
 - d) Manutenção de móveis, máquinas, equipamentos e veículos.
- * Preparar minutas de atos oficiais.
- * Registrar e fazer publicar atos oficiais.
- * Acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento programa e do orçamento plurianual de investimento, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

- * Exercer outras atividades ligadas à Administração do Poder Legislativo, por ato expresso do Presidente da Câmara.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

VI – CONTROLADOR INTERNO

- * Acompanhar a legalidade dos atos de execução orçamentária de forma prévia, concomitante e subsequente aos fatos.
- * Acompanhar a execução contábil, financeira, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade na administração dos recursos e bens públicos.
- * Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal e o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal aos limites estabelecidos no regramento jurídico.
- * * Elaborar e submeter previamente ao Chefe do Poder Legislativo a programação de auditorias internas, inclusive com a possibilidade de solicitação de contratação de terceiros.
- * Realizar inspeções e auditorias ou acompanhá-las para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e avaliar os resultados.
- * Manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais, atestando ao Chefe do Poder Legislativo que tomou conhecimento das conclusões nela contidas.
- * Encaminhar ao Tribunal de Contas Relatório de Auditoria e manifestação sobre as contas anuais do Chefe do Poder Legislativo, com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário ou evitar a ocorrência de novas falhas semelhantes.
- * Sugerir ao Chefe do Poder Legislativo a instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário.
- * Assinar, por seu titular, o Relatório de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária de que tratam os artigos 54 e 55 da lei complementar nº 101/2000.
- * Emitir, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório circunstanciado sobre os trabalhos realizados e encaminhá-lo ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
- * Elaborar Instruções Normativas nas questões que visem à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, com o consentimento do Chefe do Poder Legislativo."

VII – GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

- *Manifestar-se nos processos administrativos de ordem financeira;
- *Exercer o controle da execução do orçamento da Câmara;
- *Acompanhar demonstrativos mensais, balancetes, balanços e prestação de contas da Câmara;
- *Acompanhar o cumprimento da Lei de responsabilidade Fiscal pelo Poder Legislativo do Município;
- *Acompanhar os atos e fatos de natureza contábil e elaborar os demonstrativos financeiros correspondentes;
- *Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério da Presidência da Câmara.
- *Assessorar o Secretário da Mesa da Câmara no que lhe couber;
- *manter atualizado cadastro de informações funcionais e outros dados relativos a servidores, vereadores e funcionários terceirizados;
- *Elaborar relatórios de frequência de servidores e funcionários terceirizados e proceder ao controle dos períodos de férias;
- *Revisar a folha de pagamento dos vereadores e dos servidores, a ficha financeira e os relatórios mensais e anuais, de acordo com a legislação vigente;
- *Prestar informações em requerimentos dos servidores, de acordo com os dados extraídos das fichas funcionais e a legislação pertinente;
- *Elaborar empenho das despesas e ordens de pagamento, e controlar o saldo das dotações orçamentárias;
- *Efetuar pagamentos de notas fiscais, faturas, carnês e demais

- documentos financeiros da Câmara;
- *Preparar documentos e relatórios com vistas ao controle financeiro e orçamentário da Câmara;
- *Receber, registrar e controlar o numerário transferido pela Prefeitura, mantendo-o em conta corrente bancária;
- *Efetuar a aquisição de materiais, equipamentos e serviços quando os valores não excederem os limites para licitação, fazendo a cotação, elaborando mapas demonstrativos de preços, conferindo as notas fiscais e mantendo cadastro atualizado de fornecedores.
- *Preparar o processo para aquisição de materiais e equipamentos e contratação de obras e serviços, procedendo à cotação de preços e elaborando processos de licitação e contratos e tomando outras providências necessárias;
- *Elaborar processos de dispensa e de inexigibilidade de licitação;
- *Encaminhar e controlar a publicação dos extratos dos contratos firmados por esta Câmara.
- *Observar o cumprimento e acompanhar a gestão dos contratos celebrados pela Câmara;
- *Manter controle e registro atualizado dos bens adquiridos e das transferências interdepartamentais dos bens da Câmara;

VIII- GERENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO(TI)

- * Apoio aos usuários em suas necessidades que envolvem o uso de serviços oferecidos;
- * Esclarecimento de dúvidas, respostas a consultas e atendimento de solicitações dos usuários;
- * Administração de banco de dados;
- * Projeto, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informações;
- * Administração, projeto e implantação da rede de comunicação de dados e serviços associados;
- * Implantação e suporte à sistemas operacionais;
- * Gerência operacional da política de segurança dos recursos computacionais;
- * Manutenção técnica, monitoramento e operação dos equipamentos de informática instalados;
- * Manutenção técnica, monitoramento e operação da rede de comunicação de dados e serviços associados;
- * Execução de rotinas de salvamento de dados;
- * Aquisição de bens e contratação de serviços de tecnologia da informação.

IX- PROCURADOR GERAL

- * Emitir, quando solicitado pela Presidência e/ou Mesa Diretora, pareceres sobre assuntos relacionados à edilidade.
- * Assessorar a Presidência e a Mesa Diretora em matérias de interesse da Câmara, oferecendo sugestões tendentes a solucionar problemas relacionados à edilidade.
- * Assessorar, quando solicitado, as Comissões Especiais e Permanentes da Câmara de Vereadores.
- * Representar a Câmara de Vereadores em processos administrativos, judiciais e extrajudiciais em que esta figure como autora, ré, oponente ou assistente.
- * Preparar informações a serem prestadas em mandados impetrados contra Atos da Mesa Diretora, Presidência ou Vereança.
- * Manter a Presidência informada dos processos em andamento, providências adotadas e despachos proferidos.
- * Exercer outras atividades correlatas ao assessoramento jurídico da Câmara de Vereadores.

X – PROCURADOR GERAL ADJUNTO

- * Emitir, quando solicitado pela Presidência e/ou Mesa Diretora, pareceres sobre assuntos relacionados à edilidade.
- * Assessorar a Presidência e a Mesa Diretora em matérias de interesse da Câmara, oferecendo sugestões tendentes a solucionar problemas relacionados à edilidade.

- * Assessorar, quando solicitado, as Comissões Especiais e Permanentes da Câmara de Vereadores.
- * Representar a Câmara de Vereadores em processos administrativos, judiciais e extrajudiciais em que esta figure como autora, ré, oponente ou assistente.
- * Preparar informações a serem prestadas em mandados imitados contra Atos da Mesa Diretora, Presidência ou Vereança.
- * Manter a Presidência informada dos processos em andamento, providências adotadas e despachos proferidos.
- * Exercer outras atividades correlatas ao assessoramento jurídico da Câmara de Vereadores.

XI – SECRETÁRIA

- *Recepcionar visitantes da Câmara.
- *Prestar informação.
- *Marcar entrevistas.
- *Receber recados e encaminha-los.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nomeia o Conselho Municipal Para a Mobilidade Urbana Coletivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 447 DE 11 DE MARÇO DE 2013
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL PARA A MOBILIDADE URBANA COLETIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar n° 162 de 28/12/2012, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal para a Mobilidade Urbana Coletivo, em atendimento ao que dispõe a lei complementar n° 162 de 28/12/2012, cujos integrantes são os seguintes:

I - DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL: Joab Bezerra Duarte Filho;
II - DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO: Marcos Paulo da Silva;
III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR: Sérgio Nei da Cruz Júnior;
IV - DE ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR: João Marcos Matos;
V - DO ÓRGÃO DE GERENCIAMENTO DE TRÂNSITO: Célio Roberto Francisco.

Art. 2º Os integrantes do Conselho referentes às empresas contratadas e aos empregados das contratadas serão nomeados após o processo licitatório, tão logo a empresa contratada inicie as suas atividades.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE MARÇO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 37/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA, PINTURA E ELÉTRICA) DE MOTOCICLETAS COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E ACESSÓRIOS EM PERFEITO ESTADO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DAS MOTOCICLETAS PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 26/03/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 26/03/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 12 de março de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Ata Registro de Preço Nº 114/2012 FMS

Extrato de Ata de Registro de Preços
AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS
Extrato da Ata de Registro de Preços nº 114/2012.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, torna pública a Ata de Registro de Preços nº 114/2012, relativa ao Pregão Presencial nº 114/2012FMS, contendo os preços registrados pelas empresas ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ 00.802.002/0001-02, no valor TOTAL de R\$ 177.061,10 (CENTO E SETENTA E SETE MIL SESENTA E UM REAIS E DEZ CENTAVOS), OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ 00.802.002/0001-02, no valor TOTAL de R\$ 136.116,62 (CENTO E TRINTA E SEIS MIL CENTO E DEZESSEIS REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS), METROMED - COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA CNPJ 83.157.032/0001-22, no valor TOTAL de R\$ 18.652,10 (DEZOITO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS), CREMER S/A CNPJ 82.641.325/0001-18, no valor TOTAL de R\$ 199.451,50 (CENTO E NOVENTA E NOVE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA CNPJ 81.706.251/0001-98, no valor TOTAL de R\$ 140.038,50 (CENTO E QUARENTA MIL E TRINTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ 03.800.317/0001-09, no valor TOTAL de R\$ 660.550,00 (SEISCENTOS E SESENTA MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS).

Vigência: 07/03/2014. A ata está disponível no Departamento de Licitações, Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 11 de MARÇO de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 614/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 614 / 2013

Reajusta os vencimentos dos cargos de Professor e Especialista em Educação - Anexo II da Lei nº 2.475, de 14 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o art. 62, da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica elevado em 1,87194% (um vírgula oitenta e sete cento e noventa e quatro por cento) os pisos do magistério, letra "A", constantes na Tabela de Vencimentos dos Cargos de Professor e Especialistas em Educação - Anexo II, da Lei nº 2.475, de 14 de dezembro de 2012, o qual faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, ocorrerão por conta de recursos provenientes do (FUNDEB).

Art. 3º- Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de março de 2013.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

PEDRO PIVA NETO

Secretário Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 027/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 11/03/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para Contratação de profissionais habilitados para ministrar oficinas dos cursos de: "Manicure e Pedicure", "Pintura em Tecido, Vidros e Telas" e "Costura e Bordados" a serem oferecidos aos usuários do CRAS, conforme Termo de Referência Anexo I deste edital e demais condições estabelecidas no Edital.

CONTRATADO: MARILIZA CATANEO DREI

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

CONTRATADO: CARLINA ALVES DA SILVA FERNADES

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

DATA: 11/03/13

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 028/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 11/03/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para: A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NAS OFICINAS DE CAPACITAÇÃO DOS CURSOS DE: "MANICURE E PEDICURE", "PINTURA EM TECIDO, VIDROS E TELAS" A SEREM OFERECIDOS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

CONTRATADO: SILVA & GOBI LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 335,50 (trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.143,60 (dois mil cento e quarenta e três reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: SCS COMÉRCIO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.716,76 (quatro mil setecentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos)

CONTRATADO: CLEBER TADEU BRIDI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.370,60 (um mil trezentos e setenta reais e sessenta centavos)

DATA: 11/03/13

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Extrato Contratual Nº 028/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 028/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : MARILIZA CATANEO DREI

Valor : 20.000,00 (vinte mil reais)

Vigência : Início: 11/03/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2013

Recursos: Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (128) Saldo: 37.260,44

Objeto : O objeto do presente contrato é a Contratação de profissionais habilitados para ministrar oficinas de capacitação dos cursos de: "Pintura em Tecido, Vidros e Telas", e "Costura e Bordados" a serem oferecidos aos usuários do CRAS, conforme condições descritas no Termo de Referência, parte integrante do Processo Licitatório nº 027/2013.

Novo Horizonte, 11 de Março de 2013

Extrato Contratual Nº 029/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 029/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : CARLINA ALVES DA SILVA FERNADES 02519472979

Valor : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 11/03/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2013

Recursos: Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (128) Saldo: 37.260,44

Objeto : O objeto do presente contrato é a Contratação de

profissional habilitado para ministrar oficina de capacitação do curso de: "Manicure e Pedicure" a serem oferecidos aos usuários do CRAS, conforme condições descritas no Termo de Referência, parte integrante do Processo Licitatório nº 027/2013 .

Novo Horizonte, 11 de Março de 2013

Extrato Termo Aditivo

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 01/2013

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATATO : Betha Sistemas Ltda

Vigência: início 01/03/2013 término 31/03/2013.

VALOR: R\$ 646,26 (seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos)

Novo Horizonte-SC, 28 de fevereiro de 2013

JOSÉ IVANIR DALLANORA

Presidente

Paial

PREFEITURA

Convite 04/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Convite 04/2013.

DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Processo de Licitação 17/2013 - Convite 04/2013

JULGAMENTO MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto: Aquisição de Peças de Reposição e Serviços para recuperação parcial do Trator de Esteira D41- A -6.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 19 março de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09 horas do mesmo dia.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações, bem como o edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal.

Município de Paial - SC em 11 de março de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Convite 05/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

1.1 O Município de PAIAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Convite 05/2013.

DADOS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Processo de Licitação 18/2013 - CONVITE 05/2013

JULGAMENTO MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto: Aquisição de peças de reposição e serviços de retífica para recuperação do motor da Pá carregadeira Komatsu WA 180-1 B do DMR.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h45min do dia 19 março de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14horas do mesmo dia.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Demais informações, bem como o edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Município de Paial - SC em 11 de março de 2013.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.808, de 06 de Março de 2013.

LEI Nº 3.808, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

CONVÊNIO. Autoriza o Executivo Municipal e Legislativo Municipal a firmar convênio de parceria e cooperação funcional mútua.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal ficam autorizados a celebrar convênio entre si, mediante parceria e cooperação funcional mútua, com a finalidade de efetuar cedência de servidores, por disposição, onerosa ou não, cujo objetivo é o aprimoramento dos serviços públicos.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Palhoça, em 06 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.484, de 06 de Março de 2013

DECRETO Nº 1.484, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

ORÇAMENTO. Dá nova redação ao Decreto nº 1.482, de 25 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

D E C R E T A R

Art. 1º O artigo 5º do Decreto nº 1.482, de 25 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial até o valor de R\$ 513.055,04, (quinhentos e treze mil, cinquenta e cinco reais e quatro centavos), nas dotações orçamentárias abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.143 – Vigilância em Saúde R\$ 513.055,04

Red. 91 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0030.0 - Aplicações Diretas R\$ 153.003,21

Red. 92 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0030.0 - Aplicações Diretas R\$ 78.000,00

SOMA R\$ 231.003,21

Red. 93 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0032.0 - Aplicações Diretas R\$162.051,83

Red. 94 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0032.0 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

SOMA R\$ 282.051,83” (NR)

Art. 2º O artigo 6º do Decreto nº 1.482, de 25 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º A suplementação a que se refere o artigo 5º deste Decreto, correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:

Recurso	Fonte de Recurso	Cód. Contábil da Conta	Banco	Conta Corrente	Saldo em 31/12/2012	Restos a pagar	Saldo para superávit Financeiro
Prog. de Vigilância Sanitária e Prog. de Vigilância Epidemiológica	1.0030 e 1.0039	56.350	Caixa Econômica Federal	624.026-2	R\$ 298.614,54	R\$ 67.611,33	R\$ 231.003,21
Programa DST/Aids	1.0032	56.374	Caixa Econômica Federal	624.021-1	R\$ 303.512,00	R\$ 21460,17	R\$ 282.051,83
TOTAL DO SUPERÁVIT					R\$ 602.126,54	R\$ 89.071,50	R\$ 513.055,04

Art. 3º O artigo 8º do Decreto nº 1.482, de 25 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A suplementação a que se refere o artigo 7º deste Decreto, correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior



nas respectivas fontes de recursos, conforme planilha informativa abaixo:

Recurso	Fonte de Recurso	Cód. Contábil da Conta	Banco	Conta Corrente	Saldo em 31/12/2012	Restos a pagar	Saldo para superávit Financeiro
Farmácia Popular	1.0125	56.344	Caixa Econômica Federal	624.027-0	R\$ 239.851,67	R\$ 1.591,98	R\$ 238.259,69
TOTAL DO SUPERÁVIT					R\$ 239.851,67	R\$ 1.591,98	R\$ 238.259,69

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

Ato Nº. 342/2013.

ATO Nº. 342/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JONATHAN DA CONCEIÇÃO ANACLETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria Desenvolvimento da Agricultura e da Pesca da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.467, de 04 de janeiro de 2013, com efeitos a contar de 01/02/2013.

Palhoça, SC, em 18 de fevereiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Edital Pregão 45/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2013

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 26 de março de 2013, às 14:00, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2013, que tem por objeto aquisição de vidro incolor 4mm para Secretaria de Educação. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 11 de março de 2013.

A PREGOEIRA.

Pregão Presencial 44-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 44/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão

Presencial nº. 44/2013, no dia 25 de março de 2013, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto a aquisição de protetor solar e botas de PVC para atender os Assistentes de Serviços Operacionais da Secretaria de Educação deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 11 de março de 2013.

PREGOEIRO (A).

Resultado Pregão 39/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

39/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL através de Registro de Preços, que tem como objeto aquisição de tubos lajotas e meio fio para restaurar diversas ruas do município para a Secretaria da Região Sul, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 02,04,05, e 06 totalizando R\$ 46.240,00 (quarenta e seis mil, duzentos e quarenta reais).

WA COMERCIO LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 07 e 08 totalizando R\$ 85.730,00 (oitenta e cinco mil, setecentos e trinta reais).

VINICIUS GOEDERT ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 01 e 03 totalizando R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais).

Palhoça, 11 de março de 2013

Convênio Nº 020, de 07 de Março de 2013

CONVÊNIO Nº 020, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Câmara Municipal de Palhoça, para cedência de servidores municipais.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. NIRDO ARTUR DA LUZ, portador da cédula de identidade n. 415.792 e inscrito no Ministério da fazenda sob o

CPF n. 179.763.839-49, doravante denominado CONVENIENTE, e, de outro lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Josi José Martins, nº 101 - Parque Residencial Pagani, - Palhoça/SC, representada neste ato pelo seu Presidente Sr. FÁBIO COELHO, portador da cédula de identidade n.º 1/R 398.9862, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF n.º 178.726.859-49, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.808, de 06 de março de 2013, e Decreto Legislativo nº 250/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnico-funcional entre as partes, visando o estabelecimento de condições adequadas para o funcionamento da CONVENIADA e CONVENIENTE, em atendimento aos interesses mútuos de agilidade e eficiência das atividades de competência legislativa e executiva, em prol dos interesses coletivos, para cessão de servidores municipais entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÔNUS

O ônus pela cessão de pessoal correrá da seguinte forma:

- a) Ressarcido à origem;
- b) Da origem do respectivo órgão de lotação do servidor efetivo, neste caso limitado ao número de 14 (quatorze) servidores.
- c) Do Poder solicitante no caso de exercício de cargo em comissão nas funções de chefia, direção ou assessoramento;

Parágrafo único. Em todas as hipóteses mencionadas acima as partes encaminham mensalmente o controle de ponto dos servidores cedidos, sempre até o dia quinze de cada mês.

CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio terá início a contar da data de sua assinatura até em 31 de dezembro de 2017, podendo ser rescindido por decisão das partes.

Parágrafo único. As Portarias de cessão de funcionários deverão ser expedidas com data de início e término da cessão.

CLAUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

As partes, mediante Termo Aditivo, poderão alterar, a qualquer tempo, o presente instrumento de Convênio, desde que preservado o seu objeto e a vontade mútua das partes conveniadas, independente de legislação específica ou autorização legislativa.

CLAUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por quaisquer das partes acima identificadas em caso de descumprimento das cláusulas aqui acordadas, mesmo que isoladamente e/ou unilateralmente, por motivos supervenientes que impeçam o seu cumprimento por parte do CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado

o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelas partes conveniadas e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Palhoça, 07 de março de 2013.

MUNICIPIO DE PALHOÇA

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Fábio Coelho - Presidente

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CPF:

Nome:

Assinatura

Carteira Identidade

CPF:

Convênio Nº 022, de 07 de Março de 2013.

CONVÊNIO Nº 022, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Guarani.

Pelo presente instrumento de SUBVENÇÃO SOCIAL que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor NIRDO ARTUR LUZ, de ora em diante denominada simplesmente CONVENIENTE e a SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL GUARANI, sociedade civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, s/nº - Centro/Palhoça-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.725.838/0001-70, neste ato representada por seu presidente AMARO JOSÉ DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, residente a Rua Toscana, Quadra 31, lote 16, Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC, portador do RG nº 1763610 e CPF nº 521.110.679-20, doravante denominada simplesmente SUBVENCIONADA, com amparo na Lei Municipal nº 3.826, de 07 de março de 2013 e Decreto Legislativo nº 266/2013, têm justo e contrato o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Subvenção Social a ser aplicado na melhoria de infraestrutura para a realização do Campeonato Catarinense de Futebol, na Divisão Principal de 2013, conforme Plano de Trabalho proposto pela SUBVENCIONADA, parte integrante do presente Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Para consecução do objeto desta Subvenção Social o Município repassará à beneficiada a importância global no valor de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), em uma única parcela, que correrá por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 24 Secretaria Reg. Ponte Imaruim Esporte e Lazer.

Unidade: 24.01 Secretaria Reg. Ponte Imaruim Esporte e Lazer.

Projeto/Atividade 7.114 - Subvenção Social

313 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

I - Conforme definido no cronograma de repasse dos recursos constantes no Plano de Trabalho para conta específica e vinculada deverá ser identificada com o nome da Subvencionada acrescido da expressão Convênio e do nome Concedente.

II - A liberação das parcelas do Convênio será suspensão se verificado:

a) Desvio de finalidade na aplicação do valor do Convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública, seja no que tange às contratações ou aos demais atos praticados na execução do convênio;

b) O descumprimento pela Subvencionada de qualquer cláusula ou condição do convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados:

I - em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês;

II - em fundos de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, se a previsão de uso for inferior a um mês.

Parágrafo único. As receitas oriundas das aplicações referidas no caput serão computadas a crédito do convênio e deverão ser aplicadas no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras da prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

A presente Subvenção Social vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31/12/2013.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES:

I - DO MUNICÍPIO

a) repassar pontualmente o recurso previsto na cláusula segunda;

b) aprovar a prestação de contas da SUBVENCIONADA;

c) fiscalizar a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

II - DA SUBVENCIONADA:

a) Prestar contas dos recursos recebidos na forma e prazo da lei, bem como da contrapartida, se for o caso;

b) manter o cadastro atualizado junto ao Município;

c) indicar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas, de forma detalhada;

d) não repassar os recursos recebidos para outras empresas, entidades, associações e/ou órgãos da administração pública direta e/ou indireta da esfera Municipal, Estadual e/ou Federal, salvo em casos expressamente autorizados pelo Município, mediante legislação específica.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO,

prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;

2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;

3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A SUBVENCIONADA é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da SUBVENCIONADA, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexequível, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto;

II - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no convênio; e

III - quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido.

§ 1º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a SUBVENCIONADA que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregularmente.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do

Município.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça para dirimir eventuais dúvidas decorrentes deste Convênio.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Palhoça, 07 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Palhoça.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL GUARANI.

Amaro José da Silva Junior - Presidente

TESTEMUNHAS

Nome:

Assinatura:

Carteira de Identidade:

CPF:

Nome:

Assinatura

Carteira Identidade

CPF:

Convênio Nº 002, de 07 de Março de 2013

CONVÊNIO Nº 002, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Associação João Paulo II, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, portador da cédula de identidade nº254320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº179192829-34 doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pelo seu gestor CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIOR, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº78522927987 doravante denominado SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, representado pelo seu gestor, NAZARENO SETEMBRINO MARTINS e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO JOÃO PAULO II, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.500/0001-12, com sede Rua João Gonçalves, n. 128, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88130-330, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. GERVASIO MANOEL DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 533.407.449-04 e RG nº 54677-56, residente e domiciliado na Rua Antonio Vieira, n. 380, bairro Ponte do Imaruim, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.809, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 253/2013, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o MUNICÍPIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após trinta e um de março (31/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede

Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 267.597,00 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 22.299,75 (vinte e dois mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos) cada, e uma parcela no valor de R\$ 44.599,50 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) referentes ao repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II - O número de crianças atendidas será de 110 (cento e dez), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2013	R\$ 22.299,75
02	07/03/2013	R\$ 22.299,75
03	07/04/2013	R\$ 22.299,75
04	07/05/2013	R\$ 22.299,75
05	07/06/2013	R\$ 22.299,75
06	07/07/2013	R\$ 22.299,75
07	07/08/2013	R\$ 22.299,75
08	07/09/2013	R\$ 22.299,75
09	07/10/2013	R\$ 22.299,75
10	07/11/2013	R\$ 22.299,75
11	07/12/2013	R\$ 44.599,50

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação, doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do

convênio, apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatória a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente à SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na cláusula décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos às reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e os fornecedores da Prefeitura Municipal no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com a recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização quanto ao recebimento e à manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e o armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de

alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

b) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma;

c) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

d) Fiscalizar através de Comissão, designada por portaria, a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

e) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

f) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento, mediante Termo Aditivo;

g) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

h) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedada à INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade, de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das crianças da Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá, a partir do acompanhamento realizado, encaminhar a SMEC sua proposta político-pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam

ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º A quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Competem à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes

deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou

execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e aos adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando, poderá a SMEC conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SMEC.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de

Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas;

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula oitava;

III - Mediante denúncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

IV - Mediante a denúncia formal de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecido pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de crianças atendidas;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua

continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Palhoça

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Carlos Alberto Fernandes Junior

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Nazareno Setembrino Martins

ASSOCIAÇÃO JOÃO PAULO II

Gervasio Manoel de Souza

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:



Assinatura: Assinatura
Carteira de Identidade: Carteira Identidade
CPF: CPF:

Convênio Nº 006, de 07 de Março de 2013

CONVÊNIO Nº 006, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário do Alto Aririú, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, portador da cédula de identidade nº254320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº179192829-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com inter-veniência da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representado pelo seu gestor CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIOR, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº78522927987 doravante denominado SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, representado pelo seu gestor, NAZARENO SETEMBRINO MARTINS e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIU, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.591/0001-96, com sede Rua Cesar Rene Wagner, s/nº, bairro Alto Aririú, CEP 88135-720, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. LAURITA MARIA DA SILVA DOS SANTOS, brasileira, casada, funcionária pública, inscrita no CPF sob n. 983.479.509-20 e RG n. 496.076-79, residente e domiciliada na Rua Evaldo Carlos Broering, n. 219, bairro Alto Aririú, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.814, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 255/2013, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 419.067,00 (quatrocentos e dezenove mil e sessenta e sete reais) em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 34.922,25 (trinta e quatro mil novecentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 69.844,50 (sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) referentes a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II - O número de crianças atendidas será de 242 (trezentos e quarenta e dois), conforme apresentado no plano de trabalho. Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
-------------------	--------------------	-------

01	07/02/2013	R\$ 34.922,25
02	07/03/2013	R\$ 34.922,25
03	07/04/2013	R\$ 34.922,25
04	07/05/2013	R\$ 34.922,25
05	07/06/2013	R\$ 34.922,25
06	07/07/2013	R\$ 34.922,25
07	07/08/2013	R\$ 34.922,25
08	07/09/2013	R\$ 34.922,25
09	07/10/2013	R\$ 34.922,25
10	07/11/2013	R\$ 34.922,25
11	07/12/2013	R\$ 69.844,50

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizar o encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria.

Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;

5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi

recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Clausulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades

ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da clausula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os

saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.
Prefeitura Municipal de Palhoça
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
Carlos Alberto Fernandes Junior

SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS
Nazareno Setembrino Martins

CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIU
Laurita Maria da Silva dos Santos

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Convênio Nº 007, de 07 de Março de 2013 CONVÊNIO Nº 007, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Aririú, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, portador da cédula de identidade nº 254 320. e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº.179192 829-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pela seu gestor CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIOR, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº785.229279-87 doravante denominada SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA DE FINANÇAS, representada pelo seu gestor, NAZARENO SETEMBRINO MARTINS e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU, entidade

privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 78.883.618/0001-34, com sede Rua São Francisco, n. 468, bairro Aririú, CEP 88135-160, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. JONAS FRANCISCO MARTINS, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob n. 221.337.339-04 e RG n. 1/R 203-109, residente e domiciliado na Rua Av. Bom Jesus de Nazaré, n. 1014, bairro Aririú, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.810, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 257/2013, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 294.525,00 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 24.543,75 (vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) e uma parcela no valor de R\$ 49.087,50 (quarenta e nove mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II - O número de crianças atendidas será de 191 (Cento e noventa e um), conforme apresentado no plano de trabalho.

Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2013	R\$ 24.543,75
02	07/03/2013	R\$ 24.543,75
03	07/04/2013	R\$ 24.543,75
04	07/05/2013	R\$ 24.543,75
05	07/06/2013	R\$ 24.543,75
06	07/07/2013	R\$ 24.543,75
07	07/08/2013	R\$ 24.543,75
08	07/09/2013	R\$ 24.543,75
09	07/10/2013	R\$ 24.543,75
10	07/11/2013	R\$ 24.543,75
11	07/12/2013	R\$ 49.087.50

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura

Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar

de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
 2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
 3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
 4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
 5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
 6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
 7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
 8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominiais aos credores;
 9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
- Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor

unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta

Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Clausulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da clausula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste



Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Palhoça

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Carlos Alberto Fernandes Junior

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Nazareno Setembrino Martins

CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU

Jonas Francisco Martins

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

Assinatura:

Assinatura

Carteira de Identidade:

Carteira Identidade

CPF:

CPF:

Convênio Nº 008, de 07 de Março de 2013

CONVÊNIO Nº 008, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Aririú da Formiga, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, portador da cédula de identidade nº 254320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº179192829-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com intervenção do SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pelo seu gestor CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIOR, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº78522927987 doravante denominado SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, representada pelo seu gestor, NAZARENO SETEMBRINO MARTINS e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU DA FORMIGA, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 78.531.985/0001-79, com sede Rua Antonio da Silva, s/nº, bairro Aririú da Formiga, CEP 88132-770, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. MARIO CESAR DA SILVA GOULART, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF sob nº 070712649-53 e RG nº 104169-0, residente e domiciliado na Rua Maria Maia, n. 55, bairro Aririú da Formiga, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.816, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 258/2013, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Segue abaixo cronograma de pagamento:

Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 144.738,00 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e trinta e oito reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 12.061,50 (doze mil e sessenta e um reais e dezesseis centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 24.123,00 (vinte e quatro mil cento e vinte e três reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB..

II - O número de crianças atendidas será de 80 (oitenta), conforme apresentado no plano de trabalho.

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2013	R\$ 12.061,50
02	07/03/2013	R\$ 12.061,50
03	07/04/2013	R\$ 12.061,50
04	07/05/2013	R\$ 12.061,50
05	07/06/2013	R\$ 12.061,50
06	07/07/2013	R\$ 12.061,50
07	07/08/2013	R\$ 12.061,50
08	07/09/2013	R\$ 12.061,50
09	07/10/2013	R\$ 12.061,50
10	07/11/2013	R\$ 12.061,50
11	07/12/2013	R\$ 24.123,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico; ;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal

de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de

Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO,

prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;
14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
 - b) Comprovação da realização com registros fotográficos da

situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos

da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos

termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.
Prefeitura Municipal de Palhoça
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Carlos Roberto Fernandes Junior

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Nazareno setembrino Martins

CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIU DA FORMIGA
Mauro Cesar da Silva Goulart

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Convênio Nº 009, de 07 de Março de 2013 CONVÊNIO Nº 009, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Bela Vista, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO

MUNICIPAL, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, portador da cédula de identidade nº 254320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF Nº179192829-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com inter-veniência da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representado pelo seu gestor CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIOR, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº78522927987 doravante denominada SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, re-presentado pelo seu gestor, NAZARENO SETEMBRINO MARTINS e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO BELA VISTA, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Duílio José Pizani, s/nº, bairro Bela Vista, CEP 88132-720, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. NICE VANIA SCHAMANN FARIAS, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob n. 864.651.129-49 e RG n. 2.040.371-2, residente e domiciliada na Rua Tubarão, n. 164, bairro Bela Vista, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.815, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 259/2013, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Segue abaixo cronograma de pagamento:

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 269.280,00 (duzentos e sessenta e nove mil duzentos e oitenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 parcelas no valor de R\$22.440,00 (vinte e dois mil quatrocentos e quarenta reais) e 1 parcela no valor de R\$ 44.880,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e oitenta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II - O número de crianças atendidas será de 165 (Cento e sessenta e cinco), conforme apresentado no plano de trabalho.

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2013	R\$22.440,00
02	07/03/2013	R\$ 22.440,00
03	07/04/2013	R\$ 22.440,00
04	07/05/2013	R\$ 22.440,00
05	07/06/2013	R\$ 22.440,00
06	07/07/2013	R\$ 22.440,00
07	07/08/2013	R\$ 22.440,00
08	07/09/2013	R\$ 22.440,00
09	07/10/2013	R\$ 22.440,00
10	07/11/2013	R\$ 22.440,00
11	07/12/2013	R\$ 44.880,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a

utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as

reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/ estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e

sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Clausulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da clausula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data seu assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os

efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.
Prefeitura Municipal de Palhoça
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
Carlos Roberto Fernandes Junior

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.
Nazareno Setembrino Martins

CONSELHO COMUNITÁRIO BELA VISTA
Nice Vania Schamann Farias

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Convênio Nº 011, de 07 de Março de 2013. CONVÊNIO Nº 011, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. Nirdo Artur Luz, portador da cédula de identidade nº 254320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 179192829-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com intervenção da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representado pelo seu gestor CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIOR, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 78522927987 doravante denominada SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, representada pelo seu gestor, NAZARENO SETEMBRINO MARTINS e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Trinta e Um de Março s/nº, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88130-350, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sr. ADRIANO DA SILVA MATTOS, brasileiro, contador, inscrito no CPF sob n. 986.541.609-34 e RG n. 3.355.392, residente e domiciliado na Rua José Soares de Oliveira, n. 123, bairro Ponte do Imaruim, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.811, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 260/2013, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos,

cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Segue abaixo cronograma de pagamento:

I- Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 277.450,00 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e cinquenta reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 23.141,25 (vinte e três mil, cento e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 46.282,50 (quarenta e seis mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

II - O número de crianças atendidas será de 120 (Cento e vinte), conforme apresentado no plano de trabalho.

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2013	R\$ 23.141,25
02	07/03/2013	R\$ 23.141,25
03	07/04/2013	R\$ 23.141,25
04	07/05/2013	R\$ 23.141,25
05	07/06/2013	R\$ 23.141,25
06	07/07/2013	R\$ 23.141,25
07	07/08/2013	R\$ 23.141,25
08	07/09/2013	R\$ 23.141,25
09	07/10/2013	R\$ 23.141,25
10	07/11/2013	R\$ 23.141,25
11	07/12/2013	R\$ 46.282,50

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do

Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças e/ou adolescentes indicados pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e

condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Estadual de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência

aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer,

sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominiais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;
13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;
14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de

engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;
- b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;
- c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;
- d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados às crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Clausulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da clausula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração

no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.
Prefeitura Municipal de Palhoça
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
Carlos Alberto Fernandes Junior

SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS
Nazareno Setembrino Martins

CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM
Adriano da Silva Mattos

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Convênio Nº 013, de 07 de Março de 2013
CONVÊNIO Nº 013, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e o Conselho Comunitário Jardim Eldorado, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, portador da cédula de identidade nº 254320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº179192829-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pelo seu gestor CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIO, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº78522927987 doravante denominada SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, representada pelo seu gestor, NAZRENO MARTINS e, de outro lado, a instituição CONSELHO COMUNITÁRIO JARDIM ELDORADO, entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 76.277.003/0001-39, com sede Rua Victor Meirelles, s/nº, bairro Jardim Eldorado, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. ISAURA BET, brasileira, solteira, professora aposentada, inscrito no CPF sob n. 251.306.179-91 e RG n. 2.138-09 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Valdemar Vieira, n. 787, bairro Jardim Eldorado, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.812, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 262/2013, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I - Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 200.277,00 (duzentos mil, duzentos e setenta e sete reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 16.689,75 (dezesesseis mil seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$33.379,50 (trinta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II - O número de crianças atendidas será de 90 (noventa), conforme apresentado no plano de trabalho.
Segue abaixo cronograma de pagamento

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2013	R\$ 16.689,75
02	07/03/2013	R\$ 16.689,75
03	07/04/2013	R\$ 16.689,75
04	07/05/2013	R\$ 16.689,75
05	07/06/2013	R\$ 16.689,75
06	07/07/2013	R\$ 16.689,75
07	07/08/2013	R\$ 16.689,75



08	07/09/2013	R\$ 16.689,75
09	07/10/2013	R\$ 16.689,75
10	07/11/2013	R\$ 16.689,75
11	07/12/2013	R\$ 33.379,50

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e despesas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade,

vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

- a) remuneração de pessoal e encargos sociais;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;
- d) aquisição de material didático-pedagógico;
- e) aquisição de material de expediente;
- f) aquisição de materiais para pequenos reparos;
- g) manutenção de equipamentos;
- h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria. Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;

7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre

a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Clausulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes

atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do

previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Palhoça

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Carlos Alberto Fernandes Junior

SECRETARIO DE FINANÇAS

Nazareno Setembrino Martins

CONSELHO COMUNITÁRIO JARDIM ELDORADO

Isaura Bet

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

Assinatura:

Assinatura

Carteira de Identidade:

Carteira Identidade

CPF:

CPF:

Convênio Nº 015, de 07 de Março de 2013

CONVÊNIO Nº 015, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Associação de Moradores da Comunidade de Pachecos, para atendimento na Educação Infantil.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. NIRDO ARTUR LUZ, portador da cédula de identidade nº 254320 e inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 179192829-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, neste ato representada pelo seu gestor CARLOS ALBERTO FERNANDES JUNIOR, inscrito no Ministério da Fazenda sob o CPF nº 78522927987 doravante denominada SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, representada pelo seu gestor, NAZARENO SETEMBRINO MARTINS e, de outro lado, a instituição ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE PACHECOS (CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÓ ELISA), entidade privada, sem fins lucrativos, doravante denominada INSTITUIÇÃO - MANTENEDORA, inscrita no CNPJ/MF nº 80.485.220/0001-91, com sede Rua Nelson Dantas, s/nº, bairro Pachecos, CEP 88135-380, Palhoça (SC) - representada neste ato pelo seu presidente e representante legal, Sra. MARCILEI APARECIDA MATOS, brasileira, solteira, professora, inscrito no CPF sob n. 026.132.539-67 e RG n. 3.218.497, residente e domiciliada na Rua Januário Pereira de Lima, n. 96, bairro Pachecos, Palhoça (SC), doravante denominado INSTITUIÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a

Lei Municipal nº 3.813, de 07 de março de 2013, Decreto Legislativo nº 268/2013, Constituição Federal, Lei Federal n. 9.394/96, Lei Federal n. 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto implemento de ação conjunta entre o CONVÊNIO e a INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, para atendimento na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade, completos ou a completar até trinta e um de dezembro (31/12), e crianças que completarem seis anos após primeiro de março (01/03), atendendo prioritariamente as crianças que possuem ficha de intenção de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

I- Para a manutenção do ensino, o CONVENIENTE repassará a importância global de R\$ 210.375,00 (duzentos e dez mil trezentos e setenta e cinco reais) em 11 (onze) parcelas (fevereiro a dezembro), sendo: 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 17.531,25 (dezesete mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 35.062,50 (trinta e cinco mil sessenta e dois reais e cinquenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB;

II - O número de crianças atendidas será de 133 (Cento trinta e três), conforme apresentado no plano de trabalho. Segue abaixo cronograma de pagamento:

NÚMERO DA PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR
01	07/02/2013	R\$ 17.531,25
02	07/03/2013	R\$ 17.531,25
03	07/04/2013	R\$ 17.531,25
04	07/05/2013	R\$ 17.531,25
05	07/06/2013	R\$ 17.531,25
06	07/07/2013	R\$ 17.531,25
07	07/08/2013	R\$ 17.531,25
08	07/09/2013	R\$ 17.531,25
09	07/10/2013	R\$ 17.531,25
10	07/11/2013	R\$ 17.531,25
11	07/12/2013	R\$ 35.062,50

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Os convenientes se comprometem a convergirem esforços e a utilizarem recursos materiais, humanos e financeiros com o propósito de cumprirem o que prescreve o presente instrumento.

I. COMPETE À INSTITUIÇÃO:

a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;

b) Observar e cumprir diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do MUNICÍPIO;

c) Facilitar, aos órgãos competentes do MUNICÍPIO, a supervisão e o acompanhamento das ações relativas ao cumprimento do presente Convênio, do Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico dele integrante, assegurando aos mesmos a possibilidade de, a qualquer momento, ter acesso a informações nas áreas contábil, administrativa, pedagógica, de saúde e nutricional;

d) Obter e manter a autorização de funcionamento junto ao Conselho Municipal de Educação doravante denominado COMED;

e) Entregar o Calendário Escolar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, doravante denominada SMEC, no prazo de 30 dias após a assinatura deste Termo de Convênio;

f) Comunicar, de imediato, à SMEC paralisações das atividades, alteração do número de profissionais, de vagas e/ou de alunos atendidos, bem como quaisquer outras informações e atividades que venham a interferir no atendimento educacional;

g) Comunicar previamente à SMEC mudança de endereço;

h) Informar às famílias dos alunos matriculados sobre as bases do Convênio apresentando a Ata da Reunião na primeira Prestação de Contas;

i) Elaborar e executar sua proposta pedagógica, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas do Sistema Municipal de Ensino, da SMEC e as Resoluções do COMED em vigência;

j) Recrutar e selecionar profissionais com grau de instrução compatível com a função a ser desempenhada, necessários ao desenvolvimento das ações previstas na cláusula primeira deste Convênio. As novas contratações de profissionais que lidam diretamente com alunos matriculados, deverão ter, no mínimo, habilitação em ensino médio/modalidade magistério ou ensino superior conforme Lei Federal n.º 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

k) Participar, num esforço conjunto com os demais órgãos do SMEC, as ações de formação e capacitação dos seus profissionais;

l) Aplicar os recursos financeiros repassados nos termos da cláusula segunda, exclusivamente no cumprimento do objeto de que trata a cláusula primeira do presente instrumento, devendo sua movimentação ser processada em estabelecimento bancário oficial, em conta corrente específica, destinada unicamente para este fim, sendo também possível a aplicação da sobra dos recursos mensais depositados em cadernetas de poupanças e é obrigatório a prestação de conta da aplicação do recurso e seus rendimentos mensalmente e na vigência do convênio;

m) Apresentar mensalmente a SMEC, a relação de todos os pagamentos efetuados com os recursos do presente convênio bem como a documentação comprobatória, conforme consta na Cláusula Décima deste Termo de Convênio;

n) Convergir esforços para atender crianças indicadas pelos programas sociais do MUNICÍPIO, em especial aquelas encaminhadas pelo Conselho Tutelar;

o) Garantir a participação dos Coordenadores Pedagógicos as reuniões, encontros de estudos e demais momentos de decisão/estudo coletivo promovidos pela SMEC;

p) Comprometer-se em relação aos gêneros alimentícios constantes na cláusula sexta do presente convênio a:

1) Acompanhar os servidores e fornecedores da Prefeitura Municipal de no descarregamento dos gêneros alimentícios;

2) Armazenar os gêneros alimentícios recebidos de forma adequada e zelar pela sua conservação;

3) Utilizar os gêneros alimentícios na elaboração do cardápio diário, de acordo com recomendação nutricional da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC;

4) Controlar o estoque dos gêneros alimentícios recebidos, conforme orientação da supervisora de alimentação;

5) Permitir e facilitar a fiscalização, quanto ao recebimento e

manipulação dos referidos gêneros alimentícios;

6) Disponibilizar equipamentos apropriados para a conservação e armazenamento adequados dos gêneros alimentícios perecíveis, ou seja, geladeira e freezer em números suficientes e de balança para conferência, destinados exclusivamente ao atendimento especificado neste item;

7) Encaminhar à Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar da SMEC os funcionários responsáveis pelo preparo e manipulação de alimentos para cursos de formação e aperfeiçoamento na referida área, conforme cronograma de cursos, disponibilidade de vagas, e condições de funcionamento da Instituição;

8) Garantir que os funcionários envolvidos na manipulação de alimentos estejam devidamente uniformizados para o exercício das atividades, bem como encaminhar na primeira Prestação de Contas o Atestado de Saúde destes funcionários.

II. COMPETE AO MUNICÍPIO:

a) Repassar, mensalmente à INSTITUIÇÃO, o valor constante no quadro de cronograma de pagamento da cláusula segunda deste instrumento.

a.1) Este repasse deverá se efetivar até o quinto dia útil do mês subsequente às ações desenvolvidas pela mesma.

b) Analisar e aprovar a prestação de contas da INSTITUIÇÃO;

c) Fiscalizar através de Comissão designada por portaria a utilização dos recursos, e cumprimento das cláusulas vigentes;

d) Repassar à INSTITUIÇÃO gêneros alimentícios conforme cláusula sexta;

e) Propor alterações no Plano de Trabalho quando houver necessidade para melhor adequação dos objetivos a serem alcançados referentes a este instrumento mediante Termo Aditivo;

f) Realizar orientação, fiscalização e atividades de formação e capacitação, com vista à atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da INSTITUIÇÃO;

g) Assegurar a observância de padrões mínimos de qualidade da Instituição.

Parágrafo único. Nos termos da legislação vigente, é vedado a INSTITUIÇÃO cobrar recursos de quaisquer natureza, das pessoas ou famílias pelos serviços prestados no atendimento educacional.

CLÁUSULA QUARTA - DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Cabe à INSTITUIÇÃO, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as diretrizes da SMEC, elaborar e executar sua proposta político-pedagógica.

§ 1º A elaboração da proposta político-pedagógica deve resultar de processo de participação coletiva, envolvendo dirigentes, coordenadores, educadores, funcionários, famílias e comunidade de acordo com as normas do Conselho Municipal de Educação e com os princípios e eixos da Política Municipal de Educação.

§ 2º A proposta político-pedagógica será acompanhada e avaliada pela SMEC, durante todo o período de vigência deste convênio, no sentido de assegurar o respeito aos direitos das pessoas deficientes e ao desenvolvimento de suas potencialidades.

§ 3º A INSTITUIÇÃO deverá a partir do acompanhamento realizado encaminhar a SMEC sua proposta político pedagógica

atualizada, no período de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A INSTITUIÇÃO é a única responsável pelas contratações e dispensas, pelo pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu quadro de pessoal necessário à execução de suas atividades;

Parágrafo único. A inadimplência da INSTITUIÇÃO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, referentes ao seu quadro de pessoal, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO fornecerá gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, necessários para a cobertura de 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias das crianças atendidas pela INSTITUIÇÃO, conforme resolução /CD/ FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 relativos ao período de permanência dos mesmos na instituição desde que esta atenda aos requisitos, deste instrumento.

§ 1º O fornecimento será realizado exclusivamente para alimentação das crianças matriculadas na INSTITUIÇÃO, referente aos dias úteis de cada mês, durante o período de vigência deste Convênio.

§ 2º a quantidade de gêneros alimentícios será calculada de acordo com o número de crianças, o grau de complexidade, o período de permanência destes e o número de dias úteis de cada mês.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde as ações referentes à prevenção e promoção à saúde, bem como ações relativas ao Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição, Obesidade, vigilância sanitária, controle de zoonoses e vigilância à saúde, sendo que a INSTITUIÇÃO deverá respeitar as normas e orientações da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos repassados, conforme Cláusula Segunda deverão ser aplicados seguindo a ordem cronológica assim discriminada:

a) remuneração de pessoal e encargos sociais;

b) aquisição de material de consumo;

c) pagamento de contas de água, luz, telefonia e gás;

d) aquisição de material didático-pedagógico;

e) aquisição de material de expediente;

f) aquisição de materiais para pequenos reparos;

g) manutenção de equipamentos;

h) pagamento de serviços de terceiro.

§ 1º A aplicação dos recursos deste Termo de Convênio está detalhada e definida no Plano de Trabalho em observância artigo 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

§ 2º É vedada à aplicação de valores advindos do convênio em quaisquer despesas não previstas nos itens de "a" a "h" desta cláusula, em especial a compra de material permanente e/ou bens com recursos deste convênio e em observância o artigo 71 da LDB.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO DO CONVÊNIO

Compete a SMEC, coordenar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste convênio, por meio da Comissão designada por portaria.

Compete à Comissão designada por Portaria analisar os documentos conforme estabelecidos na cláusula décima emitindo Parecer, sob pena de Responsabilidade Solidária por Omissão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A INSTITUIÇÃO CREDENCIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancária onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas efetuar conciliação bancária;
8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;
9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);
10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.
11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;
12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou

conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

, em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros constantes da Cláusula segunda:

a) serão retidos pelo MUNICÍPIO, nas seguintes ocorrências:

I - Quando a INSTITUIÇÃO deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, através de notificação expedida pela SMEC;

II - Quando a instituição interromper e/ou paralisar a prestação do atendimento sem prévia comunicação escrita a SMEC ou quando deixar de cumprir, sem justificativa, o Calendário Escolar, previamente apresentado a SMEC.

III - No descumprimento por parte da Instituição da Proposta Pedagógica e em casos de comprovada negligência aos cuidados dispensados as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, motivo primeiro da necessidade deste Convênio;

b) Verificado o não cumprimento das Cláusulas expressas neste Instrumento, a SMEC notificará a INSTITUIÇÃO para que, no prazo estabelecido pela SMEC, apresente a regularização sob pena de:

I - Em não regularizando, porém justificando poderá a SME conceder a prorrogação de prazos;

II - Em regularizando intempestivamente a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela SME.

III - Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir da parcela subsequente e providenciar processo de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Será instaurada a Tomada de Contas Especial, quando constatada a ocorrência de quaisquer dos seguintes fatos:

I - Omissão no dever de prestar contas.

II - Falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Poder Executivo do Município mediante convênio, nos termos da cláusula Oitava.

III - Mediante denuncia formal de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

IV - Mediante a denuncia formal de Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, do qual resulte dano ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O MUNICÍPIO suspenderá o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à INSTITUIÇÃO até o saneamento das irregularidades ocorrentes quando:

a) Houver descumprimento do cardápio estabelecidos pela Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar;

b) Se for comprovada utilização indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

c) A INSTITUIÇÃO não dispuser de manipulador (es) de alimentação em número proporcional ao número de pessoas deficientes atendidos;

d) Se forem detectados desperdícios e negligência no recebimento, estocagem, manipulação e destinação indevida dos gêneros alimentícios fornecidos à INSTITUIÇÃO pelo MUNICÍPIO;

e) A INSTITUIÇÃO não dispuser de equipamentos e utensílios necessários, em número suficiente e em bom estado de conservação, conforme disposto na letra s, item 6, da cláusula Terceira, do presente instrumento;

f) Não permitir ou dificultar o trabalho da Comissão de Fiscalização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

O prazo de vigência deste convênio será da data de sua assinatura até 31/12/2013.

Parágrafo único. Ao término, a SMEC sistematizará o processo de acompanhamento e avaliação das atividades executadas pela INSTITUIÇÃO neste período, com vistas a decidir sobre sua continuidade, com devido Parecer do Controle Interno deste Município.

Parágrafo Segundo. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade de recompor as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, bem como demais alterações que não importem também em alteração no objeto, sempre visando atender os interesses das partes integrantes deste Convênio.

Parágrafo Terceiro. Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio de cooperação poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º Quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de conta especial do responsável, providenciada pelo órgão competente do Município.

§ 2º O MUNICÍPIO encaminhará ao Ministério Público denúncia contra a INSTITUIÇÃO que aplicar a subvenção em fins diversos ou praticar qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico do previsto neste Convênio e à Procuradoria Geral do Município para a cobrança judicial, visando o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos irregulares.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Convênio se dará por afixação em mural na sede da Prefeitura.

CLAUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Convênio.

E por estarem acordes com os termos deste Convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 07 de março de 2013.
Prefeitura Municipal de Palhoça
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Carlos Alberto Fernandes Junior

SECRETARIO DE FINANÇAS
Nazareno Setembrino Martins

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE PACHECOS

Marcilei Aparecida Matos

TESTEMUNHAS

Nome: _____ Nome: _____
 Assinatura: _____ Assinatura _____
 Carteira de Identidade: _____ Carteira Identidade _____
 CPF: _____ CPF: _____

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º015/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º015/2012 – Pregão Presencial n.º010/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais para uso veterinário, permanente e de consumo, para montagem do Centro de Controle de Zoonose do Município. DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtdade	Unid.	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor total
2	1	Unid.	Autoclave analógica e horizontal com capacidade aproximada de 20 litros. Dimensões aproximadamente diâmetro da câmara 250mm, comprimento 400 mm, altura externa 380mm, comprimento externo 600mm, largura externa 450mm, peso aprox. 20kg, potência 1000 watts, frequência 50/60 Hz, tensão 220 volts, temperatura de trabalho padrão OMS 121°C, pressão de trabalho 1Kgf/cm2. Câmara de esterilização: aço inox AISI 304. Gabinete aço inox 1020. Pintura externa/interna: eletrostática. Controle termodinâmico de temperatura e pressão automático, com acompanhamento através manômetro/termômetro classe B ABNT. Dispositivo de segurança aproximadamente 06. Guarnição: silicone. Bandejas internas: 02 alumínio.	Stermax	R\$ 2.121,00	R\$ 2.121,00

8	2	Kit	Cilindro de oxigênio medicinal com capacidade para 4,00 m3, fabricado em alumínio, acompanhado com 01 regulador de pressão com fluxômetro, 01 conexão tomada dupla, 01 umidificador e 01 aspirador.	Jg Moryia	R\$ 1.050,00	R\$ 2.100,00
11	1	Unid.	Laringoscópio com 3 lâminas curvas, 1 cabo recartilhado em aço inox, tampa com rosca e mola em aço inox, para duas pilhas comerciais comuns. Sistema liga/desliga tipo contato com mola. Lâmpada de alta luminosidade, ref L-06 de 2,5 v, incandescente, para lâmina. Acompanha 1 lâmpada sobressalente. Lâminas em aço inox, extremidade distal de formato redondo, com lâmpada, face fosca para impedir reflexão de luz, sendo 01 lâmina nº1 curva com lâmpada, 01 lâmina nº2 curva com lâmpada, 01 lâmina nº3 curva com lâmpada, pino de aço, substituível, encaixe para lâmina tipo engate e contatos antioxidantes.	Medical Devies	R\$ 300,00	R\$ 300,00
VALOR TOTAL R\$ 4.521,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º016/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º016/2012 – Pregão Presencial n.º010/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa IMPLANVET IMPLANTES VETERINÁRIOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais para uso veterinário, permanente e de consumo, para montagem do Centro de Controle de Zoonose do Município. DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtdade	Unid.	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor total
1	1	Unid.	Aquecedor de soro em nylon, cor preta 220v, com regulagem de temperatura.	Brasmed	R\$ 79,00	R\$ 79,00

3	1	Kit	Caixa para necropsia com 18 peças contendo 1 serra Mathieu 3 lâminas 47cm; 1 serra Wess 31cm; 1 cizalha Liston 27cm curva dupla articulação; 01 pinça Fergusson 21 cm; 1 pinça com dente de rato 20cm; 1 pinça anatômica 20cm; 02 ganchos para necropsia 25cm forte; 1 tesoura enterótomo 21cm; 1 tesoura cirúrgica R/Romba curva; 1 tesoura Smith uso geral 23cm; 1 faca para amputação 33cm; 1 bisturi de Esmarch para gesso 20cm; 1 faca Collin lâmina de 16cm; 1 bisturi de dissecação 20cm cabo maciço; 1 machadinho; 1 formão ponta bize-lada; 1 chaira para afiação 12", 1 caixa inoxidável 48x22x09 perfurada	Brasmed	R\$ 2.520,00	R\$ 2.250,00
4	1	Unid.	Calha cirúrgica grande para uso veterinário. Fabricada em chapa de aço inoxidável, estrutura de ferro totalmente zincada com furos laterais para contenção. Formato "V". Acompanha triângulo interno. Dimensões aprox. (comp.x larg): 100x34cm	Brasmed	R\$ 215,00	R\$ 215,00
5	1	Unid.	Calha cirúrgica pequena para uso veterinário. Fabricada em chapa de aço inoxidável, estrutura de ferro totalmente zincada com furos laterais para contenção. Formato "U". Dimensões aprox. 60x26cm.	Brasmed	R\$ 160,00	R\$ 160,00

6	2	Unid.	Canil em aço inoxidável 304, com três módulos sobrepostos, sendo 1 grande com rodízios: 80x120x60cm, 1 pequeno com encaixe: 60x120x60 cm e 1 triplo com encaixe: 45x120x60cm, somando a capacidade total de 7 animais. Divisórias centrais em chapas fechadas, tela e bandejas inferiores removíveis, fechadura americana, malhas medindo aprox. 4,5cm. Medidas aproximadas total (AxCxL): 185x120x60 cm. Módulo pequeno com encaixe: 60x120x60 cm. Módulo triplo com encaixe: 45x120x60cm	Brasmed	R\$ 6,299,00	R\$ 12.598,00
9	1	Unid.	Colchão térmico grande. Medidas aproximadas 55 cm de largura e 88 cm de altura. Com termostato eletrônico, temperatura média de 40°C e chave reguladora de temperatura 220v.	Brasmed	R\$ 176,00	R\$ 176,00
10	3	Unid.	Lâmina de tosa (para tricotomia) nº40. Altura de corte de 0,25 mm. Em aço carbono.	Andis	R\$ 90,00	R\$ 270,00
13	1	Unid.	Máquina de tosa para fazer tricotomia com 2 velocidades. Acompanha lâmina 10. Motor 50Hz/ AC/35W - RPM's 2700 a 3400. Pino de segurança no interruptor a fim de evitar acidentes com o desligamento da máquina. Tampa da lingueta removível para fácil alimentação e limpeza. Dobradiça de encaixe da lâmina superdimensionada. Carcaça resistente a quebra e a produtos químicos. Com fechamento hermético, 220v.	Andis	R\$ 460,00	R\$ 460,00

14	2	Unid.	Mesa Cirúrgica regulável com pés em aço inoxidável para uso veterinário. Tampo em aço inoxidável, com vincos e furo para escoamento. Pés em tubo quadrado de aço inoxidável com manípulos nas laterais para inclinar e regular a altura. Suporte para soro em aço inoxidável e balde em alumínio. Dimensões aprox. 120x70cm.	Brasmed	R\$ 899,99	R\$ 1.799,98
15	1	Unid.	Mesa para necropsia com cuba para uso veterinário. Tampo em chapa 20 de aço inoxidável, em forma de cuba com lateral de 5cm com vincos e furo para escoamento na lateral da mesa. Pés em tubo redondo 1" 1/2 em aço inoxidável. Dimensões aproximadas: 90x200x70cm. Itens inclusos: balde de alumínio ou saída para esgoto.	Brasmed	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
VALOR TOTAL R\$ 19.507,98						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º017/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º017/2012 – Pregão Presencial n.º010/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa KSS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais para uso veterinário, permanente e de consumo, para montagem do Centro de Controle de Zoonose do Município. DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	Unid.	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor total
------	------	-------	----------------	-------	----------------	-------------

17	2	Unid.	Refletor Cirúrgico. Quatro focos halógenos, baixa emissão de infra-vermelhos, refrigerado por exaustão, manípulo autoclavável, braço pantográfico, pintura eletrostática compatível com álcool 70 para assepsia. Voltagem 220V, 50/60Hz, 5 amp. Potência mínima de 5.000 lux a 700mm. Fixado no teto. Indicado para uso em atendimento ambulatorial. Dimensões aproximadas do cabeçote: 510x360cm.	KSS92	R\$ 6.337,00	R\$ 12.674,00
VALOR TOTAL R\$ 12.674,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º018/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º018/2012 – Pregão Presencial n.º011/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais permanentes e de consumo odontológico, para utilização nos consultórios das Unidades Básicas e do CEO (Centro de especialidades odontológicas). DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total
6	50	FRS	Formocresol, frasco com 10ml	INODON	R\$ 3,73	R\$ 186,50
14	50	FRS	Tricresol formalina frs 10 ml	INIDON	R\$ 3,73	R\$ 186,50
Valor Total: R\$ 373,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º019/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º019/2012 - Pregão Presencial n.º011/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DENTAL ALTA MOGINA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais permanentes e de consumo odontológico, para utilização nos consultórios das Unidades Básicas e do CEO (Centro de especialidades odontológicas). DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total
9	5	UN	Mocho odontológico com acionamento a gás, base giratória com 05 rodízios, com assento e encosto com ajuste de altura e com formatos ergonômicos, cor a combinar. Estofamento com espuma injetada de alta densidade e revestimento em PVC laminado, asséptico e sem costura.	DABI ATLANTE/ER	R\$ 305,00	R\$ 1.525,00
Valor Total: R\$ 1.525,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º020/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º020/2012 - Pregão Presencial n.º011/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ODONTO PROTESE COMERCIAL LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais permanentes e de consumo odontológico, para utilização nos consultórios das Unidades Básicas e do CEO (Centro de especialidades odontológicas). DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total
6	50	Unid	Escova para limpeza interna de sugador cirúrgico de metal.	PR	R\$ 24,50	R\$ 1.225,00
Valor Total: R\$ 1.225,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º021/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º021/2012 - Pregão Presencial n.º011/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de materiais permanentes e de consumo odontológico, para utilização nos consultórios das Unidades Básicas e do CEO (Centro de especialidades odontológicas). DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	Un	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total
1	300	CX	Anestésico injetável lidocaína a 2% com vaso constritor. Tubetes com 1,8 ml caixa com 50 unidades.	DENTSPLY/LIDOST	R\$ 20,90	R\$ 6.270,00
2	1	UN	Avental de chumbo infantil, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, tam. aprox. 60x46cm. (01-29-0230)	ODONTOLOGIC	R\$ 140,00	R\$ 140,00
3	2	UN	Caixa em aço inox para endodontia perfurado, para autoclave, com medidas aproximadas de 20 x 10 x 5 cm, com capacidade de 72 furos.	FAVA	R\$ 85,40	R\$ 170,80

4	8	UN	Conjunto odontológico contendo: CADEIRA: 05 (cinco) comandos, ajuste automático do assento e encosto, encosto anatômico, braços de apoio fixos e carenados, base curta com traseira larga, pedal de comando remoto, integrado com o equipo, cabeceira anatômica articulada, estofamento com revestimento em PVC laminado, asséptico sem costura. Parte inferior do assento carenada. Equipo kart com uma seringa triplice convencional, uma mangueira de acoplamento borden para alta rotação com regulador de spray, uma mangueira de acoplamento borden para baixa rotação com regulador de spray, suportes dos instrumentos em ABS, pedal de acionamento das pontas convencional, com bandeja inox, válvula com sistema anti-retratação (sar), dupla válvula de controle de pressão e restritor de ar para ajuste fino do spray. Mocho odontológico com acionamento a gás, base giratória com 05 rodízios, com assento e encosto com ajuste de altura e com formatos ergonômicos, estofamento com espuma injetada de alta densidade e revestimento em PVC laminado, asséptico e sem costura (na cor do equipamento). Refletor com cabecote blindado e que atinja a luminosidade de 22000 lux, braço longo. Unidade auxiliar com 02 sugadores de alta potência com filtro de partículas incorporado e cuba de polyester ou porcelana, voltagem 220 volts. Cor a ser definida.	KAVO/UNIC C FISIC	R\$ 6.400,00	R\$ 51.200,00
5	800	UN	Escova de Robson, pequena, cerdas macias, cor preta.	PREVEN	R\$ 0,79	R\$ 632,00
8	50	FRS	Ionômero de vidro para restauração dental em pó para misturar com o líquido da marca MAXXION, frasco com 10gr.	MAXXION/FGM	R\$ 10,57	R\$ 528,50
10	100	UN	Óleo lubrificante para caneta de alta rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.	MAQUIRA	R\$ 10,50	R\$ 1.050,00
11	100	UN	Óleo lubrificante para caneta de baixa rotação, óleo mineral de baixa velocidade para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 100 ml. Embalagem pressurizada.	MAQUIRA	R\$ 10,50	R\$ 1.050,00
12	1000	PCT	Roletes de algodão, produzido com fibras naturais, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado, possuir grande poder de absorção e maciez, sendo perfeito para o uso em tratamento dentário. Pacote com 100 unidades.	SSPLUS	R\$ 0,90	R\$ 900,00
13	800	PCT	Sugador descartável, confeccionado em PVC virgem transparente e atóxico, arame em axo especial para fixação imediata, desenho anatômico, para proporcionar uma excelente sucção sem agredir o tecido. Ponteira soldadas ao tubo, confeccionada em PVC macio, atóxico e vazada. Pacote com 40 unidades.	SSPLUS	R\$ 2,20	R\$ 1.760,00

Valor Total: R\$ 63.701,30

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º022/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º022/2012 - Pregão Presencial n.º012/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AKON LTDA ME. OBJETO: Aquisição de moveis de escritório e aparelhos telefônicos para diversos setores da Secretaria Municipal. DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	UN	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
07	30	UN	Estante de aço modular com 6 prateleiras reguláveis, na cor cinza, medindo aprox. altura: 1,98 m x largura: 0,92 m x profundidade: 0,30 m, com tratamento anti-ferrugem e Pintura Epoxi e kit reforço.	RCH	R\$ 108,00	R\$ 3.240,00
08	200	UN	Longarina de 02 lugares, com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul.	AKON/LON2	R\$ 135,31	R\$ 27.062,00
09	400	UN	Longarina de 03 lugares, com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul.	AKON/LIN03	R\$ 187,00	R\$ 74.102,00
VALOR TOTAL R\$ 105.102,00						



Extrato de Ata de Registro de Preços N.º023/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º023/2012 - Pregão Presencial n.º012/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HP & COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: Aquisição de moveis de escritório e aparelhos telefônicos para diversos setores da Secretaria Municipal. DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	UN	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	10	PÇ	Arquivo de aço confeccionado em chapa de aço de no mínimo 22, medidndo aprox. 133x47x57 c/ rolamento, com 04 gavetas para pasta suspensa, com uma fechadura central, pintura epóxi na cor cinza.	RCH	R\$365,00	R\$ 3.650,00
VALOR TOTAL R\$ 3.650,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º024/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º024/2012 - Pregão Presencial n.º012/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ HENRIQUE DIAS DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de moveis de escritório e aparelhos telefônicos para diversos setores da Secretaria Municipal. DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	UN	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
04	200	UN	Cadeira fixa com 04 pés, assento em compensado multilaminado resinado com as seguintes medidas aproximada no assento de 430 mm de largura x 395 mm de profundidade x 550 mm de espessura, encosto medindo 360 mm de largura x 280 mm de altura x 450 mm de espessura, confeccionados em espuma injetada lisa anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, com densidade controlada de 45 a 55 kg/m3 sem costuras com revestimento em tecido poliéster, assento e encosto com bordas protegidas por perfil de PV. Encosto e assento com contracapa em vinil na cor azul marinho. Base 04 pés compatível com assento e encosto secretária em aço tratado pelo processo anti-corrosivo à base de fosfato e zinco e pintura eletrostática a pó com camada aprox. de 30 a 40 microns com secagem em estufa a 240°C na cor preta.	HD	R\$ 54,10	R\$ 10.820,00
05	200	UN	Cadeira fixa com 04 pés, com assento em termoplástico polipropileno copolímero injetado em alta pressão, de formato anatômico, com 05 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 6 x 20 mm com as bordas frontais (anteriores) curvadas para baixo, medindo aprox. de 484 mm larguras da superfície x 412mm profundidade da superfície x 30,09mm espessura. Encosto o em termoplástico polipropileno injetado em alta pressão, de formato anatômico com apoio lombar, com furos para ventilação corporal do usuário, com 04 pares de orifícios oblongados de medida aprox. 5 x 22 mm. No espaçamento longitudinal entre esses orifícios deverá existir um par de rebaixos, com largura mínima de 4 mm cada rebaixo, para garantir a aderência necessária. Medindo aprox. do encosto 479mm largura x 329mm extensão vertical total x extensão vertical na região do apoio lombar 250 x 20,06mm espessura mínima x 27,8 espessura máxima. Estrutura em aço carbono tubular com pintura epóxi preta, sem braço, cor azul.	HD	R\$ 59,80	R\$ 11.960,00
06	100	PÇ	Cadeira para secretária, giratória com regulagem de altura com pistão a gás, com braço. Assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, com curvatura lombar, com espuma injetada de no mínimo 50 mm de espessura, densidade 55 e revestimento em couro na cor verde claro. Bordas protegidas com perfil de PVC e coluna central protegida por uma capa e hastes totalmente revestidas na parte superior com polipropileno injetado, sobre rodízios.	HD	R\$ 96,80	R\$ 9.680,00
VALOR TOTAL R\$ 32.460,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º025/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º025/2012 - Pregão Presencial n.º012/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de moveis de escritório e aparelhos telefônicos para diversos setores da Secretaria Municipal. DATA: 22/02/2012 a 22/02/2013.

Item	Qtde	UN	ESPECIFICAÇÃO	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	20	PC	Aparelho telefonico de mesa com as seguintes especificações mínimas, 02 volumes de campanha, funções flash e mudo.	KEO/103	R\$ 22,57	R\$ 451,40
02	10	PC	Aparelho Telefone sem fio com as seguintes especificações mínimas, localizador monofone, função Flash, frequência 900 Mhz, Bateria (06 horas de carga, 05 horas de conversação, 11 dias de espera), voltagem 220t e Garantia de 01 ano.	KEO/402	R\$ 62,94	R\$629,40
VALOR TOTAL R\$ 1.080,80						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º036/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º36/2012 – Pregão Presencial 030/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMÉRCIAL LTDA ME. OBJETO: aquisição de leites e suplementos alimentares para atender as ações judiciais. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
2	500	lata	Leite Aptamil 1 em pó, fórmula infantil de partida, adicionada de prebióticos, com relação caseína / proteína do soro e exclusivo mix de 98% de gorduras de origem vegetal de ótima digestibilidade, lata c/ 400 gr.	Aptamil 1 Danone	R\$ 130,9500	R\$ 6.975,00
3	200	lata	Leite Aptamil 2 em pó, fórmula infantil de seguimento, enriquecida com ferro, adequadas para lactentes a partir do sexto mês de vida, carboidratos: lactose e maltodextrina, lata c/ 400 gr.	Aptamil 2 Danone	R\$ 13,1400	R\$ 2.628,00
4	200	lata	Leite Aptamil Pepti em pó, fórmula infantil hipoalergênica à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, (80 a 90% peptídeos e 10 a 20% de aminoácidos livres), com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa - LcPUFas (DHA – docosahexaenóico e ARA – araquidônico) e nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten, recomendado para crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja, não contém glúten, lata c/ 400 gr.	Apramil Pepti Danone	R\$ 45,0700	R\$ 9.014,00
5	400	lata	Leite Aptamil de Soja 1, fórmula infantil à base de proteína isolada de soja enriquecida com ferro e adicionada de L-metionina, isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. Indicado para lactentes desde o nascimento até os 06 meses com intolerância à lactose ou indicado retirar o leite de vaca da dieta, lata com 400 gr.	Aptamil Soja Danone	R\$ 16,8900	R\$ 6.756,00
6	500	lata	Leite Aptamil de Soja 2, fórmula infantil à base de proteína isolada de soja enriquecida com ferro e adicionada de L-metionina. Isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. Indicado para lactentes a partir do 06 meses com intolerância à lactose ou em situações nas quais for indicado retirar o leite de vaca da dieta, lata com 400 gr.	Aptamil Soja Danone	R\$ 16,8900	R\$ 8.445,00
15	500	lata	Leite em pó Pregomin Pepti, é uma dieta (leite) semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite. Indicações: Alimentação de lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e / ou soja, distúrbios absorptivos ou outras condições clínicas que requerem uma terapia nutricional com dieta ou fórmula semi-elementar e hipoalergênica. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Faixa etária: Desde o nascimento, lata com 400 gr.	Pregomin Pepti Danone	R\$ 111,0300	R\$ 55.515,00

18	50	lata	Fortini em pó, sabor baunilha, é um suplemento infantil hipercalórico. está indicado para prevenção da desnutrição e recuperação do estado nutricional, anorexia e situações onde há baixa ingestão de nutrientes. aumento das necessidades nutricionais como pré e pós operatório, oncologia, trauma, infecção e outros quadros hipermetabólicos. isento de lactose e glúten, possui sacarose. Faixa etária: a partir de 01 ano. Lata com 400gr.	Fortine Danone	R\$ 30,7400	R\$ 1.537,00
23	60	lata	Supra Soy sem Lactose, natural, é um alimento saudável, nutritivo e saboroso, preparado com proteína isolada de soja, sem lactose. Proporciona os benefícios nutricionais da proteína da soja, contém mais vitamina A, Fósforo e Zinco do que o leite integral e é fonte de Cálcio, Ferro e Iodo. Indicado a partir dos 12 meses de vida. Possui somente ingredientes de origem vegetal e é rico em vitaminas A, B12 e D, Fósforo e Zinco. Lata com 300gr.	Supra Soy Josapar	R\$ 14,7000	R\$ 882,00
24	30	lata	Supra Soy sem Lactose, sabor de banana, é um alimento saudável, nutritivo e saboroso, preparado com proteína isolada de soja, sem lactose. Proporciona os benefícios nutricionais da proteína da soja, contém mais vitamina A, Fósforo e Zinco do que o leite integral e é fonte de Cálcio, Ferro e Iodo. Indicado a partir dos 12 meses de vida. Possui somente ingredientes de origem vegetal e é rico em vitaminas A, B12 e D, Fósforo e Zinco. Lata com 300gr.	Supra Soy Josapar	R\$ 14,7000	R\$ 441,00
25	60	lata	Supra Soy sem Lactose, sabor iogurte, é um alimento saudável, nutritivo e saboroso, preparado com proteína isolada de soja, sem lactose. Proporciona os benefícios nutricionais da proteína da soja, contém mais vitamina A, Fósforo e Zinco do que o leite integral e é fonte de Cálcio, Ferro e Iodo. Indicado a partir dos 12 meses de vida. Possui somente ingredientes de origem vegetal e é rico em vitaminas A, B12 e D, Fósforo e Zinco. Lata com 300gr.	Supra Soy Josapar	R\$ 14,7000	R\$ 882,00
VALOR TOTAL R\$ 93.075,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º037/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º37/2012 – Pregão Presencial 030/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: aquisição de leites e suplementos alimentares para atender as ações judiciais. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
1	60	lata	Fiber Mais, suplemento alimentar de fibra solúvel indicado para aumentar a ingestão rotineira de fibras dietéticas, ingredientes goma guar parcialmente hidrolisada e inulina, não contém glúten e sacarose, possui 60% Goma guar e 40% Inulina, lata com 260 gr.	Resourcen Nestlé	R\$ 73,000	R\$ 4.380,00
11	200	lata	Leite em pó Nutren Activa, sabor banana, é ideal para quem busca a reeducação alimentar mesmo sem tempo para se alimentar corretamente. Contém 25 vitaminas e minerais, além de ser uma importante fonte de proteínas. Ingredientes: leite em pó desnatado, maltodextrina, fruto oligossacarídeos, gordura láctea, inulina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja e aromatizante, contém glúten. Lata com 400 gr.	Nutren Nan Nestlé	R\$ 28,0500	R\$ 5.610,00
12	200	lata	Leite em pó Nutren Activa, sabor baunilha, é ideal para quem busca a reeducação alimentar mesmo sem tempo para se alimentar corretamente. Contém 25 vitaminas e minerais, além de ser uma importante fonte de proteínas. Ingredientes: leite em pó desnatado, maltodextrina, fruto oligossacarídeos, gordura láctea, inulina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja e aromatizante, contém glúten. Lata com 400 gr.	Nutren Nan Nestlé	R\$ 28,0500	R\$ 5.610,00
13	300	lata	Leite em pó Nutren Jr, é uma nutrição completa e balanceada especialmente desenvolvida para atender às necessidades de crianças de 01 a 10 anos. Contribui para recuperação nutricional de crianças debilitadas. Não Contém Glúten e Lactose, sabores variados, lata com 400 gr.	Nutren Nan Nestlé	R\$ 40,3500	R\$ 12.105,00



14	500	lata	Leite em pó Peptamen Junior, é uma nutrição à base de peptídeos para crianças de 01 a 10 anos. Isenta de glúten, colesterol e lactose. Indicada para problemas de má absorção, diarreia, desnutrição, sepse, câncer, doenças inflamatórias intestinais, lata com 400 gr.	Peptamen Jr Nestlé	R\$ 165,000	R\$ 82.500,00
19	30	lata	Mucilon de Arroz com Aveia, é o cereal Infantil para complementar a alimentação da criança a partir do 8º mês, ingredientes: Farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Contém Glúten. Contém traços de leite, lata com 400 gr.	Mucilon Nestlé	R\$ 8,200	R\$ 246,00
20	30	lata	Mucilon de Arroz, é o cereal Infantil para complementar a alimentação da criança a partir do 6º mês, ingredientes: Farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Contém Glúten. Contém traços de leite, lata com 400 gr.	Mucilon Nestlé	R\$ 8,200	R\$ 246,00
21	60	lata	Mucilon de Milho, é o cereal Infantil para complementar a alimentação da criança a partir do 6º mês, ingredientes: Farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais (fosfato de sódio dibásico, carbonato de cálcio, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Contém Glúten. Contém traços de leite, lata com 400 gr.	Mucilon Nestlé	R\$ 8,200	R\$ 492,00
22	60	lata	Mucilon Multicereais, é o cereal Infantil para complementar a alimentação da criança a partir do 6º mês, ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de arroz, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibásico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina B1, vitamina B6, ácido fólico, vitamina D) e aromatizante vanilina. Contém Glúten. Contém traços de leite, lata com 400 gr.	Mucilon Nestlé	R\$ 8,200	R\$ 492,00
VALOR TOTAL R\$ 111.681,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º038/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º38/2012 - Pregão Presencial 030/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de leites e suplementos alimentares para atender as ações judiciais. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
10	700	lata	Leite em pó Neocate, uma fórmula de aminoácidos elementar e não alergênica, nutricionalmente completa, em pó, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes que pode ser usada desde o nascimento. Isenta de proteína láctea, lactose, galactose, frutose, sacarose e glúten, lata com 400 gr.	Neocate Suport	R\$ 152,0000	R\$ 106.400,00
VALOR TOTAL R\$ 106.400,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º039/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º39/2012 - Pregão Presencial 030/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEID E CASTRO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: aquisição de leites e suplementos alimentares para atender as ações judiciais. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.



Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/ Fabricante	Valor Unitário	Valor Total
8	200	lata	Leite em pó Nan sem Lactose é uma fórmula infantil especial, isenta de lactose, à base de leite de vaca, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); é enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos opção adequada na intolerância à lactose. Não contém glúten, lata com 400 gr.	Nan S/Lac Nestlé	R\$ 29,4000	R\$ 5.880,00
9	800	lata	Leite em pó Nan Soy, fórmula infantil de origem vegetal, à base de proteína isolada de soja, isenta de lactose e sacarose; é enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Não contém leite ou produtos lácteos, lata com 400 gr.	Nan Soy Nestlé	R\$ 24,1000	R\$ 19.280,00
16	600	lata	Leite Nan 1 Pro, é uma fórmula infantil de partida, favorecendo as defesas imunológicas nos primeiros meses de vida. Adição de LC-PUFAS para a modulação da resposta imunológica. carboidratos: 100% lactose. Não contém glúten, lata com 400gr.	Nan 1 Pro Nestlé	R\$ 18,6200	R\$ 11.172,00
17	300	lata	Leite Nan 2 Pro, é uma fórmula infantil de seguimento, favorecendo as defesas imunológicas no momento da introdução da alimentação complementar. carboidratos: 100% lactose, não contém glúten, lata com 400 gr.	Nan 2 Pro Nestlé	R\$ 15,9100	R\$ 4.773,00
VALOR TOTAL R\$ 41.105,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º040/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º040/2012 – Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
30	10.000	Comp.	Levodopa+benzerazida 100+25mg (HBS)	Prolopa Roche	R\$ 1,1700	R\$ 11.700,00
VALOR TOTAL R\$ 11.700,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º041/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º041/2012 – Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
3	2.000	Amp.	Adrenalina injetável 01 ml (01-02-0413)	Hipolabor	R\$ 0,7590	R\$ 1.518,00
23	100	cx	Glimepirida 2 mg,caixa com 30 comprimidos	Torrent	R\$ 3,1800	R\$ 318,00
24	100	cx	Glimepirida 4 mg,caixa com 30 comprimidos	Cifarma	R\$ 2,7240	R\$ 272,40
36	170.000	Comp.	Nifedipino retard 20 mg	Laboris	R\$ 0,0573	R\$ 9.741,00
44	40.000	Comp.	Salbutamol 2 mg	Glaxosmithkline	R\$ 0,1930	R\$ 7.720,00



49	800	Amp.	Succinil colin 100mg injetável (01-02-1180)	Ariston	R\$ 19,1500	R\$ 15.320,00
VALOR TOTAL R\$ 34.889,40						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º042/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º042/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
7	800.000	Comp.	Amitriptilina 25 mg	Cristália	R\$ 0,1170	R\$ 93.600,00
VALOR TOTAL R\$ 93.600,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º043/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º043/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
35	12	cx	Mimpara 30mg c/30cp	Cinacalcete Patheon	R\$ 544,60	R\$ 425,50
VALOR TOTAL R\$ 5.093,16						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º044/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º044/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
14	60.000	Comp.	Carbonato de cálcio vitamina D 500mg 200UI	Natulab	R\$ 0,1480	R\$ 8.880,00
18	800.000	Comp.	Clonazepan 2 mg	Hypermarcas	R\$ 0,0750	R\$ 60.000,00
45	600.000	Comp.	Sinvastatina 10 mg	Sanval	R\$ 0,0390	R\$ 23.400,00
46	900.000	Comp.	Sinvastatina 20 mg	Laboris	R\$ 0,0590	R\$ 53.100,00
VALOR TOTAL R\$ 145.380,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º045/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º045/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
1	3	Frasco	Aclasta 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa	Aclasta Novartis	R\$ 945,5600	R\$ 2.863,68
5	100	cx	Alenia 12/400mcg, caixa com 60 caps	Alenia Biosintetica	R\$ 40,4600	R\$ 4.046,00



8	50	cx	Anafranil SR 75mg, caixa caica com 20 comp.	Anafranil Novartis	R\$ 30,9900	R\$ 1.549,50
10	100	cx	Apresolina 25mg, caixa com 20 comp.	Apresolina Novartis	R\$ 2,6000	R\$ 260,00
11	80	cx	Apresolina 50mg, caixa com 20 comp.	Apresolina Novartis	R\$ 3,5000	R\$ 280,00
13	100	cx	Artrolive (cx c/90cp) (01-02-1327)	Artrovile Aché	R\$ 96,5100	R\$ 9.651,00
21	100	tb	Furoato de mometasona pomada 20g (01-02-1516)	Genérico Biosintética	R\$ 6,1100	R\$ 611,00
26	200.000	Comp.	Isossorbida, monitrato 20 mg	Genérico Biosintética	R\$ 0,0830	R\$ 16.600,00
32	40	cx	Lotar 5/100mg c/30cp	Lotar Biosintética	R\$ 58,5700	R\$ 2.342,80
53	30	Frasco	Verotina gotas 20 mg/mL (01-02-1330)	Verotina Libbs	R\$ 22,2700	R\$ 668,10
VALOR TOTAL R\$ 38.872,08						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º046/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º046/2012 – Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELI LILLY DO BRASIL LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
20	12	Un	Forteo 5 mg/100ml - solução para infusão intravenosa	Forteo/Lilly	R\$ 1.548,62	R\$ 18.583,44
VALOR TOTAL R\$ 18.583,44						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º047/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º047/2012 – Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GENÉSIO A MENDES & CIA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
4	5.000	amp.	Água destilada 20 ml injetável (01-02-1102)	Isofarma	R\$ 0,1688	R\$ 844,00
16	130	cx	Cellcept 500 mg c/50 cp (01-02-0928)	Roche	R\$ 426,00	R\$ 55.380,00
Valor Total R\$ 56.224,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º048/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º048/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E O COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
15	500.000	Comp.	Carvedilol 6,25 mg	Baldacci	R\$ 0,0649	R\$ 32.450,00
27	150.000	Comp.	Isossorbida, monitrato 40 mg	Baldacci	R\$ 0,1180	R\$ 17.700,00
37	30	Cx	Olanzapina 5 mg, caixa com 28 comprimidos	Sandoz	R\$ 35,8826	R\$ 1.076,48
39	30	cx	Pradaxa 150 mg c/ 60 cp.	Boehringer	R\$ 73,4422	R\$ 2.203,27



42	200.000	Comp.	Propatilnitrato 10 mg	Farmoquimica	R\$ 0,2011	R\$ 40.220,00
56	30.000	Comp.	Alopurinol 300mg	Baldacci	R\$ 0,0830	R\$ 2.490,00
Valor Total: R\$ 96.139,75						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º049/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º049/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
34	30	cx	Meloxicam 10mg/mL -1,5mL c/ 5 ampolas (01-02-1335)	Eurofarma	R\$ 10,7000	R\$ 321,00
55	60	CX	Zolpidem 10 mg	Sandoz	R\$ 1,1200	R\$ 67,20
VALOR TOTAL R\$ 328,20						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º050/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º050/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRATI DONADUZZI & CIA LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
40	150.000	Comp.	Prednisona 5 mg	Prednisona 5/Prati	R\$ 0,0280	R\$ 4.200,00
41	200.000	Comp.	Prednisona 20 mg	Prednisona 20/Prati	R\$ 0,530	R\$ 10.600,00
Valor Total: R\$ 14.800,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º051/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º051/2012 - Pregão Presencial 031/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais e para distribuição nas Farmácias Básicas. DATA: 21/05/2012 a 21/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
17	1.200.000	Comp.	Cloridrato de Fluoxeti- na 20 mg	EMS	R\$ 0,1150	R\$ 138.000,00
Valor Total: R\$ 138.000,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º052/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º052/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
------	--------	-------	--------------	------------------	------------------	----------------------------

19	2.000	RL	Algodão Hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo- Aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca (mínimo 80% de brancura), rolo com 500g. (01.05.0741)	Farol	R\$ 7,3600	R\$ 14.720,00
94	400	CX	Fio de nylon 5-0, com agulha, monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades. (01-05-0592)	Procare	R\$ 13,8600	R\$ 5.544,00
100	500	CX	Fio de sutura nylon 4-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env. (01-05-0305)	Procare	R\$ 13,9800	R\$ 6.990,00
106	200	UNI	Fita métrica de 1,5m para avaliação de medidas. Em plástico, flexível e graduada nos dois lados. (01-05-0748)	Corrent	R\$ 1,9400	R\$ 388,00
161	1.000	UNI	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho adulto. (01-05-0613)	Daru	R\$ 4,8700	R\$ 4.870,00
162	400	UNI	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho infantil. (01-05-0611)	Daru	R\$ 4,8700	R\$ 1.948,00
203	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 14 com balão 5cc (01-05-0622)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
204	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 16 com balão 5cc (01-05-0623)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
205	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 18 com balão 5cc (01-05-0624)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
206	1.000	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 22 com balão 5cc (01-05-0625)	Solidor	R\$ 0,8900	R\$ 890,00
208	200	UNI	Sonda gástrica levine n.º. 10 (01-05-0754)	Biosani	R\$ 0,4100	R\$ 82,00
Valor Total R\$ 38.102,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º053/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º053/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
23	200	FRS	Almotolia transparente, frasco com 100ml.	JProlab	R\$ 0,8700	R\$ 174,00
33	10.000	UNI	Avental descartável frontal manga longa, punho látex, confeccionado em TNT, fabricada em 100% polipropileno (tecido não tecido), tiras de ajuste internas e externas para amarrar no dorso e na cintura, gramatura 30 gr, tamanho único.	Farmaclean	R\$ 0,8700	R\$ 8.700,00
34	300	EMB.	Barbeador descartável de 2 lâminas paralelas de aço inox, para tricotomia, embalagem com 2 unidades.	Bic	R\$ 0,3000	R\$ 90,00
35	50	UNI	Bateria de 9 V para detector fetal.	Vinnic	R\$ 19,7900	R\$ 989,50
41	5	unid.	Cabos para eletrodos para o aparelho eletrocardiografo da marca Cardio Touch.	Cardio Touch	R\$ 720,000	R\$ 3.600,00



43	50	CX	Caixa porta Lâminas em plástico resistente, branco, tampa é fixada na caixa através de 2 dobradiças, com capacidade p/ aprox. 50 lâminas.	JProLab	R\$ 6,8400	R\$ 342,00
66	15	UNI	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Extra pequeno.	Marimar	R\$ 14,8800	R\$ 223,20
67	20	UNI	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Grande.	Marimar	R\$ 14,8800	R\$ 297,60
68	1.000	PCT	Coletor de urina infantil (Unisex), estéril, pct com 10 unidades.	Medsonda	R\$ 2,2100	R\$ 2.210,00
81	10	unid.	Eletrodos de membro tipo cliques reutilizáveis, adulto, periférico, para o aparelho eletrocardiógrafo da marca Cardio Touch.	Cardio Touch	R\$ 78,0000	R\$ 780,00
87	700	PCT	Escova Cervical, pacote com 100 unidades.	Kolplast	R\$ 11,4700	R\$ 8.029,00
115	800	UNI	Garrote com tubo látex nº 200 em pequena base de PVC branco.	Lemgruber	R\$ 4,4000	R\$ 3.520,00
117	2.000	FRS	Gel para sonar frasco com 100 ml. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso do equipamento, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em frasco de 100ml.	Maxicor	R\$ 0,9900	R\$ 1.980,00
121	100	CX	Haste em polipropileno flexível, com algodão hidrófilo tratado com carboximetil celulose e bactericida em suas pontas, caixa com aprox. 75 unidades.	Higie Topp	R\$ 0,6500	R\$ 65,00
124	700	UNI	Intermediários para aspiração 204.	Auriflex	R\$ 2,2100	R\$ 1.547,00
134	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 50 unidades.	Maxicor	R\$ 5,9000	R\$ 1.180,00
137	50	UNI	Lâmpada fria de 16 w, para foco clínico.	Philips	R\$ 64,9500	R\$ 3.247,50
141	100	UNI	Lanterna clínica de bolso, confeccionada em duro alumínio, com lâmpada de 2,2 volts de alta luminosidade. Acionamento: através do contato do clip no corpo da caneta. Funcionamento com duas pilhas palito. Garantia de 01 ano.	Press Control	R\$ 14,6200	R\$ 1.462,00

143	300	ROLO	Lençol descartável de papel para maca, com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 50mx50cm.	Plumax	R\$ 10,9800	R\$ 3.294,00
148	6.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 7.	Embramac	R\$ 0,9400	R\$ 5.640,00
149	5.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,0.	Embramac	R\$ 0,9400	R\$ 4.700,00
156	7.000	PAR	Luva ginecológica estéril para toque .	Descarluvas	R\$ 0,0790	R\$ 553,00
163	400	UNI	Óculos de proteção, com lente incolor de policarbonato, para proteção dos olhos contra partículas volantes, produtos químicos e fluidos corpóreos e contra raios UVA/UVB. Lentes com tratamento antiembaçante nos lados interno e externo. Ponte nasal de policarbonato injetada na mesma peça da lente, com escudo lateral de policarbonato, angulo das lentes ajustável e com cordão de segurança. Embalados individualmente em saco plástico. Produto registrado no Ministério da Saúde.	3 M	R\$ 17,0000	R\$ 6.800,00
166	150	RL	Papel para eletrocardiograma 48mmx30mt. (rolo) .	Biomed	R\$ 1,8600	R\$ 279,00
168	1.000	RL	Papel para eletrocardiograma, rolo com 58mmx30m.	Biomed	R\$ 2,4400	R\$ 2.440,00
187	500	FRS	Solução spray para fixação de esfregaços vaginais (fixador citológico) frasco com 100 ml.	Adlin	R\$ 3,8900	R\$ 1.945,00
202	800	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 12 com balão 5cc.	Solidor	R\$ 0,9400	R\$ 752,00
225	1.500	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 16.	Medsonda	R\$ 0,6400	R\$ 960,00
244	30.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 250 ml.	Lbs	R\$ 0,9200	R\$ 27.600,00
246	20.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 100 ml.	Equiplex	R\$ 1,2400	R\$ 24.800,00
247	5.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 1000 ml.	Equiplex	R\$ 2,3700	R\$ 11.850,00
249	30.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 250 ml.	Equiplex	R\$ 1,2600	R\$ 37.800,00
250	20.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 500 ml.	Equiplex	R\$ 1,5500	R\$ 31.000,00

251	500	FRS	Soro Glicofisiológico 1000ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	Equiplex	R\$ 2,900	R\$ 1.450,00
252	500	FRS	Soro Glicofisiológico 500ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	Equiplex	R\$ 1,7200	R\$ 860,00
253	10.000	FRS	Soro glicosado 5% 250 ml, sistema fechado.	Equiplex	R\$ 1,4300	R\$ 14.300,00
254	2.000	FRS	Soro glicosado 5% 500 ml, sistema fechado.	Equiplex	R\$ 1,6500	R\$ 3.300,00
255	300	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho grande, medindo aproximadamente 60x10 cm.	Marimar	R\$ 23,6600	R\$ 7.098,00
256	800	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho médio, medindo aproximadamente 45x10 cm.	Marimar	R\$ 22,5000	R\$ 18.000,00
257	800	UNI	Tala de papelão e E.V.A para imobilização provisória, tamanho pequena, medindo aproximadamente 30x10 cm.	Marimar	R\$ 18,4000	R\$ 14.720,00
275	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 10,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3900	R\$ 417,00
277	100	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 2,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3000	R\$ 130,00

278	1.950	UNI	Tubo endotraqueal sem balão 4,5mm, Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,2800	R\$ 2.496,00
282	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 9,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3900	R\$ 417,00
Valor Total: R\$ 262.037,80						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º054/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º054/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ASLI COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
112	7.000	UNI	Frasco-diet para dieta enteral, transparente, capacidade 500ml, graduado nos dois lados a cada 50ml crescente e decrescente, atóxico, de uso único, embalado individualmente em saco plástico, constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, nr. do lote, registro no MS, identificação do fabricante e do farmacêutico responsável.	Nutri/Biobase	R\$ 0,6500	R\$ 4.480,00
170	4.000	UNI	Preservativo não lubrificado masculino 52mm .	Microtex/Hiper-marca	R\$ 0,1700	R\$ 680,00

Valor Total: R\$ 5.160,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º055/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º055/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
------	--------	-------	--------------	------------------	------------------	-------------------------

1	1.000	PCT	Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura; 0,5 mm de espessura, embalado em pacote com 100 unidades.	Theoto	R\$ 1,8500	R\$ 1.850,00
39	1.100	PCT	Bolsa de colostomia de 30 mm descartável em PVC estéril com adesivo hipoalérgico, pacote com 10 unidades.	Mark Med	R\$ 2,5000	R\$ 2.750,00
40	600	PCT	Bolsa de colostomia de 50mm descartável em PVC estéril com adesivo hipoalérgico, pacote com 10 unidades.	Mark Med	R\$ 3,0000	R\$ 1.800,00
89	800	PCT	Espátula de ayres de madeira, resistente, pontas arredondadas, descartável, utilizada para coleta de exames ginecológicos, embalagem contendo 100 unidades.	Theoto	R\$ 3,8900	R\$ 3.112,00
157	200	UNI	Manta cobertor térmica alumizada, confeccionada em poliéster, metalizada, com aprox. 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, produto inflamável, tam. aprox. 0,78 x 0,45cm. Neonatal.	Marimar	R\$ 10,0000	R\$ 2.000,00
199	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal nº. 14.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 640,00
240	80.000	UNI	Sonda uretral nº 12.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 23.200,00
241	30.000	UNI	Sonda uretral nº 14.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 9.600,00
242	1.000	UNI	Sonda uretral nº 16.	Mark Med	R\$ 0,3500	R\$ 350,00
Valor Total: R\$ 45.302,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º056/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º056/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fabrica	Preço com o CAP 24,38 %
11	3.000	CX	Agulha hipodérmica desc. 40x12, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med man Gold-	R\$ 3,2900	R\$ 9.870,00
12	4.000	CX	Agulha hipodérmica desc. 13x4,5, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med man Gold-	R\$ 2,8700	R\$ 11.480,00
60	1.200	FRS	Clorexidina gliconato, dosagem 0,5%, aplicação solução alcoólica	Rioquímica	R\$ 5,6900	R\$ 6.828,00



269	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 4,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
270	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 5,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
271	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 6,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
272	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 6,5 mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
273	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 7,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00
274	200	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 7,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/Med	R\$ 1,7800	R\$ 356,00

280	200	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 8,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/Med	R\$ 1,3700	R\$ 274,00
281	300	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 8,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Med Traqueal/Med	R\$ 1,3700	R\$ 411,00
Valor Total: R\$ 30.999,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º057/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º057/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COSMODERMA INDÚSTRIA E COMÉRCIL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
78	1.000	FRS	Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, frasco com 05 litros.	Cosmoderma	R\$ 50,0000	R\$ 50.000,00
79	1.500	FRS	Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, frasco com 1000 ml.	Cosmoderma	R\$ 10,8000	R\$ 16.200,00

Valor Total: R\$ 66.200,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º058/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º058/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRIVITTA DIAGNOSTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
80	350.000	UNID.	Dispositivo perfuro cortante para punção de sangue (lance-ta), mantido com a agulha protegida e estéril, acoplada a lancetador descartável, de uso único, agulha com profundidade de penetração de no mínimo dois tamanhos, retraindo automaticamente após o uso. O fornecedor das lancetas deverá disponibilizar 1.500 lancetadores, em regime de comodato.	G-Tech	R\$ 0,1300	R\$ 45.500,00

Valor Total: R\$ 45.500,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º059/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º059/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INDÚSTRIA FARMACEUTICA RIOQUIMICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.



Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
15	500	FRS	Álcool 70% em gel, glicerinado. Gel anti-séptico a base de álcool etílico 70%, com agentes umectantes e emolientes; frs com 5000 ml.	Rioquímica	R\$ 24,9000	R\$ 12.450,00
16	1.200	FRS	Álcool Iodado 1%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 5,5000	R\$ 6.600,00
17	8.000	FRS	Álcool líquido 70%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 2,6000	R\$ 20.800,00
18	7.000	FRS	Álcool líquido 96%, frs com 1000 ml.	Rioquímica	R\$ 3,4500	R\$ 24.150,00
118	300	FRS	Glicerina líquida, PA, frasco com 1.000 ml.	Rioquímica	R\$ 10,000	R\$ 3.000,00
122	10.000	FRS	Hipoclorito de sódio 1%, altamente bactericida, frasco com 1 litro.	Rioquímica	R\$ 1,8500	R\$18.500,00
125	800	FRS	Iodopovidona 10% (PVP-I Tópico), à base de iodopovidona em solução aquosa, anti-séptico hospitalar indicado para curativos em geral, queimaduras, traumatismos, ferimentos superficiais da pele e na anti-sepsia complementar do campo operatório, frasco com 1.000 ml.	Rioquímica	R\$ 8,5000	R\$ 6.800,00
Valor Total: R\$ 92.300,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º060/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º060/2012 - Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem - CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
25	500	PCT	Atadura de crepon com 13 fios, com 30cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 14,9100	R\$ 7.455,00
70	12.000	UNI	Coletor para perfurocortantes 13 litros, com alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853. Fácil montagem, possuir bocal aberto para facilitar o descarte dos materiais, sem necessidade de abrir e fechar tampa. Acompanhar saco plástico para o transporte do coletor antes da montagem e para revestimento interno do coletor. O saco plástico junto com o fundo rígido, a cinta e a bandeja, devem formar um espesso conjunto de revestimento interno, evitando perfurações e vazamentos. A trava e a contra-trava de segurança devem garantir que, após o fechamento do coletor, a tampa não se abra durante o transporte.	Cartoon Box	R\$ 2,0900	R\$ 25.080,00
131	100	CX	Lâmina para bisturi nº. 10, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 594,00
132	300	CX	Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 1.782,00
133	100	CX	Lâmina para bisturi nº. 12, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	R\$ 594,00
135	200	CX	Lâmina para bisturi nº. 21, cx com 50 unidades.	Solidor	R\$ 5,9400	1.188,00
136	30	UNI	Lâmpada de emissão de infra-vermelho de 150W/127V.	Philipis	R\$ 99,0900	R\$ 2.972,70
138	30	UNI	Lâmpada halógena 2,5v para laringoscópio.	Mikatos	R\$ 32,0000	R\$ 960,00
201	800	UNI	Sonda de foley 2 vias n.º 10 com balão 5cc.	Solidor	R\$ 1,5100	R\$ 1.208,00
 						
245	25.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 500 ml.	Arboreto	R\$ 1,1400	R\$ 28.500,00

276	100	UNI	Tubo Endotraqueal sem Balão 2,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 0,9900	R\$ 99,00
Valor Total: R\$ 70.432,70						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º061/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º061/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
7	1.500	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Embramac	R\$ 2,8700	R\$ 4.305,00
9	1.200	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x8, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Embramac	R\$ 2,8700	R\$ 3.444,00
10	765	CX	Agulha hipodérmica desc. 30x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 2,8700	R\$ 2,195,55
26	7.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 10cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 4,9700	R\$ 34.790,00
27	7.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 12cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 5,9700	R\$ 41.790,00
32	7.600	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 8cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House/Bru	R\$ 3,9900	R\$ 30.324,00
36	150	UNI	Bateria para termômetro digital .	Bells	R\$ 1,8500	R\$ 277,50
44	400	UNI	Camisola/Avental em tergal para preventivo, cor branco, tamanho único.	LD	R\$ 16,0000	R\$ 6.400,00

47	10	unid.	Cânula de Guedel calibre 00, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 1,9800	R\$ 19,80
48	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 01, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 1,9800	R\$ 19,80
49	15	UNI	Cânula de Guedel calibre 02, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 2,4000	R\$ 36,00
50	15	UNI	Cânula de Guedel calibre 03, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 38,55
51	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 04, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 25,70

52	10	UNI	Cânula de Guedel calibre 05, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Protec	R\$ 2,5700	R\$ 25,70
62	20	UNI	Cobertor Microfibra, 100% poliéster, Medindo aproximadamente 150x220cm, cores claras.	Etruria	R\$ 22,0000	R\$ 440,00
69	1.000	Unid.	Coletor de urina sistema aberto 1200ml, com as especificações mínimas: de forma cilíndrica, de polietileno de alta densidade, com 200mm de altura e 9 cm de diâmetro, escala de volume com marcações em traços horizontais. O tubo extensor com 1200mm de extensão.	Medsonda	R\$ 1,9700	R\$ 1.970,00
73	15.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 11 fios/cm² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	Medi House	R\$ 12,5600	R\$ 188.400,00
83	50.000	UNID.	Equipo Macrogotas, câmara flexível, estéril, com injetor lateral e válvula de ar.	Med Equipo	R\$ 0,4900	R\$ 24.500,00
95	300	CX	Fio de nylon 6-0, com agulha monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades.	Procare	R\$ 13,1000	R\$ 3.930,00
108	8.000	PCT	Fralda descartável infantil tamanho "G", 10 a 14 kg. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes (para garantir maior absorção e retenção de líquidos) e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 10 unidades.	DRY	R\$ 3,2300	R\$ 25.840,00
110	30.000	PCT	Fralda Geriátrica tamanho "M". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Medifral	R\$ 6,5400	R\$ 196,200,00
111	10.000	PCT	Fralda Geriátrica tamanho "P". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes, que garantem maior absorção e retenção de líquidos, difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Masterfral	R\$ 5,6600	R\$ 56.600,00
113	100	UNI	Fronha hospitalar, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,50 x 0,70m, na cor branco.	LD	R\$ 7,8300	R\$ 783,000
120	100	PCT	Gorro para cirurgia com elástico, descartável. Deve moldar-se confortavelmente à cabeça e cabelo. Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utilização. Cor branca. Pacote com 100 unidades.	Olimed	R\$ 4,7500	R\$ 475,00
123	500	UNI	Intermediários de silicone 204 de 6 x 12mm.	H2M Rubber	R\$ 7,0100	R\$ 3.505,00

127	60	kit	Kit Cateter venoso central Adulto mono, com as seguintes especificações mínimas: 1 Cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado; 1 Dilatador; 1 Fio guia em J; 1 Agulha; 1 Seringa descartável; 1 Bisturi descartável; 1 Fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres Hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter: Cateter em Poliuretano Hidrofílico Centimetrado, Dilatador, Fio Guia em "J" e Adiantador do Fio Guia, Agulha de Punção, Seringa descartável, Bisturi descartável com cabo, Fixador de Cateter tipo Borboleta com trava e Tampa protetora auto selante. Ponta Soft, flexível. Válvula Luer Lock com Câmara de Látex.	Biomedical	R\$32,0000	R\$ 1.920,00
128	40	kit	Kit Cateter venoso central Infantil mono, com as seguintes especificações mínimas: 1 Cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado; 1 Dilatador; 1 Fio guia em J; 1 Agulha; 1 Seringa descartável; 1 Bisturi descartável; 1 Fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres Hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter: Cateter em Poliuretano Hidrofílico Centimetrado, Dilatador, Fio Guia em "J" e Adiantador do Fio Guia, Agulha de Punção, Seringa descartável, Bisturi descartável com cabo, Fixador de Cateter tipo Borboleta com trava e Tampa protetora auto selante. Ponta Soft, flexível. Válvula Luer Lock com Câmara de Látex.	Biomedical	R\$ 37,0000	R\$ 1.480,00
140	100	UNI	Lâmpada para otoscópio.	Mikatos	R\$ 22,0000	R\$ 2.200,00
142	10.000	PCT	Lençol com elástico descartável, fabricado em 100% polipropileno (TNT) em material 30grs/m², na cor branca, medidas aprox. 2,10 x 0,90 cm, pcte c/ 10 unid.	Anadona	R\$ 6,3500	R\$ 63.500,00
145	220	UNI	Lençol para maca ou leito, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,90x2,00m, com elástico, na cor branco.	LD	R\$ 14,8500	R\$ 3.267,00
152	1.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável, para uso hospitalar, tam. G, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$ 11.000,00
153	3.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável, para uso hospitalar, tam. M, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$ 33.000,00
154	3.000	CX	Luva de procedimento látex, descartável, para uso hospitalar, tam. P, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$ 33.000,00
155	1.500	CX	Luva de procedimento látex, descartável, para uso hospitalar, tam. PP, caixa com 100 unidades cada.	Nugard	R\$ 11,0000	R\$ 16.500,00
160	1.000	CX	Máscara descartável simples confeccionada em TNT, tecido não-tecido 100% de polipropileno do tipo agulhado com 40 gr/m2. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. No centro da máscara existem três pregas que se ajustam ao aumento ou diminuição do tamanho. Caixa com 50 unidades.	Olimed	R\$ 3,2000	R\$ 3.200,00
164	400	CX	Papel crepado 30x30 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades.	Polar Fix	R\$ 46,9000	R\$ 18.760,00

165	600	CX	Papel crepado 50x50 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material, crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades.	Polar Fix	R\$ 139,0000	R\$ 83.400,00
179	300	CX	Seringa desc. 1 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 7,7000	R\$ 2.310,00
180	1.100	CX	Seringa desc. 3 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 6,4200	R\$ 7.062,00
181	1.200	CX	Seringa desc. 5 ml, sem agulha, cx. c/ 100 unid.	SR	R\$ 7,0500	R\$ 8.460,00
182	1.300	CX	Seringa desc.10 ml, sem agulha cx c/ 100 unid.	SR	R\$ 12,1100	R\$ 15.743,00
186	1.000	CX	Seringa descartável 20ml sem agulha, caixa com 100 unidades.	SR	R\$ 18,2300	R\$ 18.230,00
227	300	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 08	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 2.685,00
228	300	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 10	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 2.685,00
229	50	UNI	Sonda Nutrição enteral com guia nº 12	Solumed	R\$ 8,9500	R\$ 447,50
258	150	UNI	Tecido em brim para campo cirúrgico tam. 50X50 cm, fechado, cor caqui.	LD	R\$ 4,4500	R\$ 667,50
259	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico Tam. aprox. 40x40, Fenestrado, cor caqui.	LD	R\$ 4,7500	R\$ 712,50
260	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico Tam. aprox. 60x60, fechado, cor caqui	LD	R\$ 5,8500	R\$ 877,50
261	50	UNI	Tecido em brim para campo cirúrgico, tam. 50X50 cm, fenestrado, com diâmetro de 8 cm, cor caqui.	LD	R\$ 5,8500	R\$ 292,50
262	150	UNI	Tecido em Brim para campo cirúrgico, tamanho aprox. 40x40 cm, fechado, cor caqui.	LD	R\$ 3,8500	R\$ 577,50
266	40	CJ	Travesseiros 100% fibra siliconizada, revestido em tecido 100% algodão, percal com aprox. 235 fios, deve acompanhar capa impermeável, confeccionada em plástico com reforço em malha de poliéster, é totalmente impermeável, lavável e antialérgica, podendo ser utilizado produtos de limpeza inclusive álcool, com zíper para fácil colocação. Medindo aprox. 50 x 70 cm.	Altemburg	R\$ 27,5000	R\$ 1.100,00
267	300	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 3,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 2,0100	R\$ 603,00
268	300	UNI	Tubo Endotraqueal com Balão 3,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 2,0100	R\$ 603,00
279	1.950	UNI	Tubo endotraqueal sem balão 5,0mm, Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.	Solidor	R\$ 1,3000	R\$ 2.535,00

Valor Total: R\$ 963.152,60

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º062/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º062/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
2	200	FRS	Ácido acético solução a 3%, frs. c/ 1000 ml .	Myako	R\$ 8,0000	R\$ 1.600,00
3	2.500	FRS	Ácidos Graxos Essenciais, tratamento oleoso para curativo, para uso em pele lesionada, restaurador do epitélio, composto de óleos vegetais polisaturados, ácido linoleico, ácidos cáprico, caprílico, láurico, lecitina de soja, vitamina A, vitamina E, para uso em qualquer tipo de ferida limpa, embalagem com identificação do produto, marca, lote de fabricação, procedência e registro no MS, conteúdo 200ml.	Agederm	R\$ 6,1000	R\$ 15.250,00
5	4.000	FRS	Água Oxigenada Volume 10, frasco com 100 ml.	Rioquímica	R\$ 0,9000	R\$ 3.600,00
6	3000	unid.	Agulha estéril 30 x 0,7 mm, para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança em plástico, esterilização por radiação gama.	BD	R\$ 0,6300	R\$ 1.890,00
20	500	PCT	Algodão multiuso retangular, medindo aproximadamente 60x40mm. Macio e absorvente, confeccionados em fibras de 100% algodão alvejadas. Pacote com aproximadamente 100 gr.	Cremer	R\$ 2,2800	R\$ 1.140,00
28	10.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 15cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 7,4400	R\$ 74.400,00
31	2.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 6cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	Medi House	R\$ 2,9760	R\$ 5.952,00
37	150	FRS	Benzina retificada, frs c/1000 ml.	Ricie	R\$ 10,2000	R\$ 1.530,00
46	800	CX	Campo operatório, compressa de gases hidrófila 100% algodão medindo 45 x 50cm, com cadarço, tecido alvejados (isentos de impurezas, alvejante óptico e resíduo de amido), com 4 camadas de gaze tipo tela, fixadas entre si, com as bordas embainhadas tipo "overlock", com dispositivo para fixação, na forma de alça, firmemente unido ao seu corpo, pacote com 50 unidades.	Polar Fix	R\$ 38,5000	R\$ 30.800,00
53	5.000	UNI	Cateter intravenoso nº 14 G.	Solidor	R\$ 0,3600	R\$ 1.800,00
55	12.000	UNI	Cateter intravenoso nº 18 G.	Solidor	R\$ 0,3400	R\$ 4.080,00
58	15.000	UNI	Cateter intravenoso nº 24 G.	Solidor	R\$ 0,3600	R\$ 5.400,00



61	1.200	FRS	Clorexidina gliconato, dosagem 2%, aplicação degermante.	Vic Pharma	R\$ 7,9000	R\$ 9.480,00
74	15.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm ² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	Medi House	R\$ 14,6000	R\$ 219.000,00
76	1.000	UNI	Compressa gaze hidrófila, tipo queijo, 91m x 91cm, 13 fios, com 4 dobras, 8 camadas, confeccionadas em tecido 100% algodão, tipo tela, com alto poder de absorção, macio, neutro, branqueadas, isentas de amido, de dextrina, de alvejante óptico, de impurezas e possuir PH de 5,0 a 8,0, dobras confeccionadas todas para dentro, não apresentando fios soltos e fiapos, embaladas individualmente em pacotes com 01 unidade.	MDA	R\$ 29,0000	R\$ 29.000,00
85	8.000	UNID.	Equipo utilizado para nutrição enteral. Ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança em qualquer tipo de frasco/ampola/bolsa, contendo protetor; Câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da alimentação a ser administrada; Tubo flexível em P.V.C. de no mínimo 1,2m de comprimento. Regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança, conector escalonado para diferentes diâmetros de sonda, contendo protetor. Embalado individualmente em Papel Grau Cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	Compojet	R\$ 0,7800	R\$ 6.420,00
86	500	PCT	Escova cervical estéril descartável. Eixo de sustentação em aço inoxidável, cabo em poliestireno (PS), atóxico; Cerdas de nylon macias em formato cônico. Pacote estéril (embalado individualmente) com 100 unidades.	Kolplast	R\$ 16,0000	R\$ 8.000,00
90	5.000	UNI	Especulo descartável, tam. G, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,9900	R\$ 4.950,00
91	15.000	UNI	Especulo descartável, tam. M, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,7600	R\$ 11.400,00
92	12.000	UNI	Especulo descartável, tam. P, esterilizado, embalado individualmente.	Kolplast	R\$ 0,6600	R\$ 7.920,00
96	20	CX	Fio de Sutura Catgut modelo 2.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 912,00
97	15	CX	Fio de Sutura Catgut, modelo 0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 684,00
98	15	CX	Fio de Sutura Catgut, modelo 1.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante, caixa com 24 unidades.	Shalon	R\$ 45,6000	R\$ 684,00
102	10.000	RL	Fita cirúrgica (tipo micropore) 2,5x 4,50 cm. A fita deve ser hipoalergênica e indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, deve permitir que a pele respire livremente.	Missner	R\$ 1,1500	R\$ 11.500,00

105	5.000	RL	Fita hipoalergenica corte reto transparente 100 mm x 4,5 m.	Riasa	R\$ 7,5900	R\$ 37.950,00
109	30.000	PCT	Fralda Geriatrica tamanho "G". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 8 unidades.	Med Fral	R\$ 7,0000	R\$ 210.000,00
119	3.000	FRS	Glutaraldeido 2%, com duração de 14 dias, esterilizante e desinfetante, frs. c/ 1000 ml.	Rioquimica	R\$ 4,5000	R\$ 13.500,00
126	300	FRS	Iodopovidona degermante antisepsia da pele, mãos e ante-braços, solução degermante contendo 1% de iodo ativo, frasco com 1.000 ml.	Rioquimica	R\$ 9,1900	R\$ 2.757,00
130	400	CX	Lâmina fosca para coleta de preventivo 26x76cm, cx c/50 unid.	Med Glass	R\$ 1,5000	R\$ 600,00
147	3.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 6,5	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 2.850,00
150	7.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,5	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 6.650,00
151	5.000	PAR	Luva cirúrgica látex estéril, nº 7,5.	New Hand	R\$ 0,9500	R\$ 4.750,00
167	2.500	RL	Papel para eletrocardiograma compatível com modelo Cardiotouch 3.000, tamanho A4.. 210 mm ou 8,5 polegadas, comprimento 300 mm ou 11 polegadas, largura de 204 mm, resolução de 8./mm, horizontal de 16./mm, papel térmico, rolo de papel com capacidade mínima de 100 exames.	Tecnoprint	R\$ 25,0000	R\$ 62.500,00
171	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 100 litros, nas medidas aproximadas 75 x 105 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 28,0000	R\$ 11.200,00
172	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 30 litros, nas medidas aproximadas 59 x 62 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 16,0000	R\$ 6.400,00

173	400	PCT	Saco para lixo hospitalares/infectantes, 50 litros, nas medidas aproximadas 63 x 80 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: " RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde", impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	Araken	R\$ 19,0000	R\$ 7.600,00
184	100.000	UNI	Seringas descartáveis de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças, adolescentes e adultos magros.	Injex	R\$ 0,3200	R\$ 32.000,00
185	30.000	UNI	Seringas descartáveis de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 12,7mm de comprimento e 0,33mm de calibre. Para adultos obesos.	Injex	R\$ 0,3000	R\$ 9.000,00
243	14.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 100 ml.	Arboreto	R\$ 0,7300	R\$ 10.220,00
263	1.000	UNI	Termômetro digital clínico, ponta flexível emborrachada, resistente a água, indicador de bateria, bateria de longa duração, com alarme sonoro.	Incoterm	R\$ 7,9000	R\$ 7.900,00
285	100	FRS	Vaselina líquida, uso hospitalar, frs c/ 1000 ml.	Ricie	R\$ 9,9000	R\$ 990,00
Valor Total: R\$ 884.079,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º063/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º063/2012 – Pregão Presencial 029/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPT. LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, SAMU e Centro de Triagem – CENTRI, CEAP e para atendimento das ações judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 23/05/2012 a 23/05/2013.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Marca/Fabricante	Preço de Fábrica	Preço com o CAP 24,38 %
8	800	CX	Agulha hipodérmica desc. 25x6, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 2,800	R\$ 2.240,00
13	1.000	CX	Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	Med Needle	R\$ 3,2900	R\$ 3.290,00



14	50	cx	Agulha para coleta múltipla de sangue a vácuo para análise clínica, canhão de cor preta com bisel trifacetado, siliconizado, esterilizada a óxido de etileno. Embalagem unitária em plástico com lacre de segurança em papel, contendo o calibre de agulha. Medidas 25x7mm. Caixa 100 unidades, com validade acima de 3 anos.	Med Multipla	R\$ 15,0000	R\$ 750,00
21	210	FRS	Almotolia cor marrom, frasco com 100ml.	J. Prolab	R\$ 0,8800	R\$ 184,80
22	200	FRS	Almotolia cor marrom, frasco com 250ml.	J. Prolab	R\$ 1,2400	R\$ 248,00
24	200	FRS	Almotolia transparente, frasco com 250ml.	J. Prolab	R\$ 1,2200	R\$ 244,00
29	5.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 20cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	MB Textil	R\$ 9,9400	R\$ 49.700,00
30	3.000	PCT	Atadura de Crepon com 13 fios, com 4cm x 1,8m em repouso, confeccionada com composição de fios 100% algodão ou mista, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez, resistente aos meios de esterilização, pacote com 12 unidades.	MB Textil	R\$ 2,2000	R\$ 6.600,00
38	3.000	UNI	Bolsa Coletora de urina, sistema fechado com capacidade para 2000 ml e escala graduada a cada 100 ml. Características mínimas: Frente transparente com escala de volume impressa de forma legível; parte de trás leitosa; ponto de coleta; pinça ou Clamp no tubo extensor para vedação, e no tubo de saída para desmame; tubo extensor flexível permite a passagem da secreção; tira de deambulação; alça de sustentação rígida dupla "U" para fixação ao leito; válvula anti-refluxo, tipo membrana evita retorno de urina; bolsa coletora em PVC flexível.	Med Urine	R\$ 1,8600	R\$ 5.580,00
54	5.000	UNI	Cateter intravenoso nº 16 G.	Med Cateter	R\$ 0,3500	R\$ 1.750,00
56	15.000	UNI	Cateter intravenoso nº 20 G.	Med Cateter	R\$0,3200	R\$ 4.800,00
57	40.000	UNI	Cateter intravenoso nº 22 G.	Med Cateter	R\$ 0,3300	R\$ 13.200,00
59	30.000	UNI	Cateter para oxigênio nasal tipo óculos	Biosani	R\$ 0,5800	R\$ 17.400,00
63	10	UNI	Colar cervical específico para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Extra Grande.	Marimar	R\$ 14,9000	R\$ 149,00

64	20	UNI	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Médio.	Marimar	R\$ 14,9000	R\$ 298,00
65	15	UNI	Colar cervical específico para uso pré hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extra-grande para acesso à região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 5 (cinco) centímetros. confeccionada em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente, e dotada de apoio para a mandíbula. Tamanho.: Pequeno.	Marimar	R\$ 14,9000	R\$ 223,50
71	1.000	PCT	Coletor universal 60ML para coleta de exames, translúcido, com pá, em polipropileno com tampa de rosca, pacote com 100 unidades.	J. Prolab	R\$ 13,5000	R\$ 13.500,00
72	2.000	PCT	Coletor universal 60ML para coleta de exames, translúcido, graduado, sem pá, em polipropileno com tampa de rosca, pacote com 100 unidades.	J. Prolab	R\$ 13,5000	R\$ 27.000,00
75	1.000	PCT	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm ² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5cm, medindo 30x15 cm quando aberta, estéril, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, álcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 10 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	MB Textil	R\$ 0,3800	R\$ 380,00
84	20.000	UNID.	Equipo para soro 2 vias.	Biosani	R\$ 0,4200	R\$ 8.400,00
88	8.000	RL	Esparadrapo comum 10x4,5 cm, com alta aderência, de boa qualidade.	Missner	R\$ 3,5900	R\$ 28.720,00
99	600	CX	Fio de sutura nylon 3-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env.	Procure	R\$ 14,0000	R\$ 8.400,00
103	7.000	RL	Fita cirúrgica (tipo micropore) 5,0x 4,50 cm. A fita deve ser hipoalergênica e indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, deve permitir que a pele respire livremente.	Missner	R\$ 1,9900	R\$ 13.930,00
104	1.000	RL	Fita crepe hospitalar 19x50cm. Deve ser confeccionada com dorso de papel crepado tratado. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural e resina e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resinas acrílicas que proporcionam uma excelente adesividade. Deve aceitar bem, sem borrar, a escrita com lápis ou tinta, o que deve lhe conferir inúmeras utilidades de uso.	Masterfix	R\$ 1,6200	R\$ 1.620,00
107	5.000	UNI	Fita para autoclave 19mm x 30metros em papel crepe a base de fibras e celulose e tinta termotativa externa, resinas acrílicas e adesivas a base de borracha natural.	Masterfix	R\$ 1,9500	R\$ 9.750,00

116	200	GL	Gel condutor para uso em ultra-sonografia, eletrocardiograma, entre outros procedimentos que necessitam de gel como meio de contato. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso dos equipamentos, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em galão de 05 litros.	Gelitec	R\$ 11,5000	R\$ 2.300,00
129	15	Kit	Kit de parto de emergência, maleta com no mínimo: - 01 absorvente hospitalar; - 01 bisturi descartável n.º 21; - 01 campo cirúrgico, tam. aprox. 45x50cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 10x15cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 30x15cm; - 01 luva cirúrgica n.º 7,5; - 01 luva cirúrgica n.º 8,5; - 02 prendedores umbilicais; - 02 pulseiras identificadoras; - 01 saco de expurgo hospitalar; - 02 compressas estéril 7,5x7,5cm, pcte c/ 05 unid.; - 01 avental descartável de TNT; - 01 fralda descartável infantil, tam. P; - 01 álcool gel, frs. c/ 100 ml; - 01 máscara cirúrgica.	Resgate	R\$ 45,0000	R\$ 675,00
158	200	UNI	Manta cobertor térmica alumizada, confeccionada em poliéster, metalizada, com aprox. 23 à 27 microns, indicada para resgate de emergência, produto inflamável, tam. aprox. 2,10x1,40cm. Adulto.	Marimar	R\$ 7,5000	R\$ 1.500,00
174	10.000	UNI	Scalp n° 19.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 900,00
175	10.000	UNI	Scalp n° 21.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 900,00
176	2.000	UNI	Scalp n° 27.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 180,00
177	15.000	UNI	Scalp n° 23.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 1.350,00
178	15.000	UNI	Scalp n° 25.	Lamedid	R\$ 0,0900	R\$ 1.350,00
183	30.000	UNI	Seringas descartáveis de 0,5ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 50 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças e adolescentes.	Med Inject	R\$ 0,2300	R\$ 6.900,00
188	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 04.	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 56,00
189	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 06	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 60,00
190	300	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 08	Biosani	R\$ 0,3100	R\$ 93,00
191	300	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 10	Biosani	R\$ 0,3100	R\$ 93,00
192	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 12	Biosani	R\$ 0,3400	R\$ 68,00
193	200	UNI	Sonda cateter nasal para oxigênio n°. 14	Biosani	R\$ 0,3800	R\$ 76,00
194	200	UNI	Sonda de Aspiração traqueal n°. 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 54,00
195	200	UNI	Sonda de Aspiração traqueal n°. 06.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 58,00
196	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 08	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 560,00
197	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 10	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 600,00
198	3.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 12	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 900,00
200	2.000	UNI	Sonda de aspiração traqueal n°. 16	Biosani	R\$ 0,3400	R\$ 680,00
207	300	UNI	Sonda gástrica levine n°. 08	Biosani	R\$ 0,4300	R\$ 129,00
209	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 12	Biosani	R\$ 0,4700	R\$ 235,00
210	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 14	Biosani	R\$ 0,5500	R\$ 275,00
211	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 16	Biosani	R\$ 0,6500	R\$ 325,00
212	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 18	Biosani	R\$ 0,7000	R\$ 350,00
213	500	UNI	Sonda gástrica levine n°. 20	Biosani	R\$ 0,7800	R\$ 390,00
214	200	UNI	Sonda nasogastrica curta n° 04	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 54,00

215	200	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 06	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 56,00
216	250	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 08	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 72,50
217	250	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 10	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 75,00
218	200	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 12	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 64,00
219	200	UNI	Sonda nasogastrica curta nº 14	Biosani	R\$ 0,3600	R\$ 72,00
220	300	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 06	Biosani	R\$ 0,3800	R\$ 114,00
221	200	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 08	Biosani	R\$ 0,4300	R\$ 86,00
222	200	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 10	Biosani	R\$ 0,4500	R\$ 90,00
223	1.200	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 12	Biosani	R\$ 0,4700	R\$ 564,00
224	1.300	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 14	Biosani	R\$ 0,5500	R\$ 715,00
226	1.500	UNI	Sonda nasogástrica longa nº 18	Biosani	R\$ 0,7000	R\$ 1.050,00
230	50	UNI	Sonda retal nº 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 13,50
231	50	UNI	Sonda retal nº 08.	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 15,00
232	50	UNI	Sonda retal nº 12.	Biosani	R\$ 0,3200	R\$ 16,00
236	50	UNI	Sonda uretral nº 04.	Biosani	R\$ 0,2700	R\$ 13,50
237	200	UNI	Sonda Uretral nº 06.	Biosani	R\$ 0,2900	R\$ 58,00
238	7.000	UNI	Sonda uretral nº 08.	Biosani	R\$ 0,2800	R\$ 1.960,00
239	50.000	UNI	Sonda uretral nº 10.	Biosani	R\$ 0,3000	R\$ 15.000,00
284	100	cx	Tubo para coleta de sangue a vácuo em plástico, transparente, incolor, siliconizado, estéril, com gel, separador inerte, para soro ativador de coágulo, volume de aspiração de 5ml com tampa plástica protetora hemogard. Medindo aprox. 13 x 100mm. Caixa com 100 unidades. Com validade acima de 3 anos.	Vacuplast	R\$ 36,5000	R\$ 3.650,00

Valor Total: R\$ 263.152,80

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º064/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º064/2012 – Pregão Presencial 028/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRADE MEDICAL COM. DE MAT. HOSPT. LTDA. OBJETO: Confecção e instalação de móveis sob medidas para as unidades de saúde e demais setores da Secretaria de saúde. DATA: 25/05/2012 a 25/05/2013.

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO	Marca Fabricante	Valor Unitário	Valor total
01	20	m2	Armário arquivo para fichário (ficha pequena) fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Gavetas com corredeiras telescópicas. Divisão nas gavetas em acrílico 04 mm de espessura. Acabamentos pos forming. Profundidade 50 cm.	Akon	R\$ 609,7335	R\$ 12.194,67
02	22	m2	Armário arquivo para pasta suspensa em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming. Profundidade 50 cm.	Akon	R\$ 601,3817	R\$ 13.230,40
03	27	m2	Armário fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Prateleiras, Portas com dobradiça modelo caneco. Acabamentos pos forming. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 13.531,09
04	7	m2	Armário guarda volume fabricado em MDF de 18mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Portas com chaves individuais com aproximadamente 35x40. Acabamento pos forming. Profundidade 40 cm.	Akon	R\$ 584,6767	R\$ 4.092,74
05	10	m2	Armário tipo gaveteiro fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Fundo em MDF de 15mm Manta térmica para isolamento contra umidade no fundo. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming. medida das gavetas: 6cm, largura 45cm, Profundidade 55 cm.	Akon	R\$ 576,3242	R\$ 5.763,24

06	16,00	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito cinza andorinha. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 8.018,42
07	45	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito, cinza andorinha com uma cuba. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 22.551,82
08	20	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Tampo em granito cinza andorinha com duas cubas. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$ 501,1515	R\$ 10.023,03
09	13,50	m2	Balcão fabricado em MDF de 18 mm, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm. Prateleiras em MDF de 18mm. Portas com dobradiça modelo caneco. Gavetas com corredeiras telescópicas. Acabamentos pos forming nas portas e gavetas. Profundidade 58 cm.	Akon	R\$501,1515	R\$ 6.765,55
10	10	m2	Bancada em MDF 18 m, revestido em laminado melamínico de alta pressão de 0,6 mm interno e externamente, na cor branca texturizada. Acabamento pos forming.	Akon	R\$ 250,5757	R\$ 2.505,76
11	29	m2	Estante sob medido para farmácia, em MDF, revestido interno e externamente em laminado melamínico de alta pressão de 18 mm, na cor branca texturizada. Com estantes na parte superior e prateleiras e portas na parte inferior.	Akon	R\$ 459,3888	R\$ 13.322,28
VALOR TOTAL R\$ 111.999,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º073/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º073/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 28/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	190	CX	Curativo redondo branco/bege para punção (composto por fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva, papel siliconado e poliéster), caixa com 500 unidades.	Laborimport	R\$ 9,6500	R\$ 1.833,50
13	20	rolo	Lençol descartável de papel para maca, com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 70cmx50cm.	Plumax	R\$ 11,4000	R\$ 228,00
15	400	UNI	Máscara de Oxigênio, material atóxico, descartável, alta qualidade, pedia-adulto.	Nevoni	R\$ 2,7500	R\$ 1.100,00
23	50	UNI	Sonda retal nº 24.	Medsonda	R\$ 0,7100	R\$ 35,50
24	50	UNI	Sonda retal nº 26.	Medsonda	R\$ 0,8000	R\$ 40,00
25	50	UNI	Sonda retal nº 30.	Medsonda	R\$ 0,7400	R\$ 37,00



26	7.000	FRS	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 150 ml.	JP	R\$ 1,5771	R\$ 11.039,70
30	300	UNI	<p>Tubo Endotraqueal sem Balão 9,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.</p>	Lemedid	R\$ 1,5500	R\$ 465,00
VALOR TOTAL R\$ 14.778,70						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º074/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º074/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BIOEASY DIAGNÓSTICA S/A. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 28/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
28	10.000	cx	Tiras para dosagem de glicemia sanguínea, em amostra de sangue total capilar fresco, neonatal, por metodologia de aspiração capilar. Faixa de medição entre 10 a 600 MG/DL, que utilize a tecnologia de amperometria. Caixa com 50 unidades. O fornecedor das tiras deverá disponibilizar em comodato, 1.500 aparelhos glicosímetros por amperometria, compatível com as tiras.	Bioeasy	R\$ 15,3100	R\$ 153.100,00
VALOR TOTAL R\$ 153.100,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º075/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º075/2012 - Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRIVITA DIAGNÓSTICA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem - CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 28/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	10	kit	Sistema de imunoensaio de fluorescência para determinação simultânea em um único teste quantitativo, de troponina I, mioglobina e CK-MB massa, BNP e D-dímero em amostras de sangue total ou plasma em EDTA, volume de 200 ul, em até 20 minutos. O kit deve conter 25 testes embalados individualmente, 25 pisetas descartáveis e 01 rolo de papel térmico para impressão dos testes pelo equipamento chip de codificação do lote dos testes. O fornecedor dos kits deverá disponibilizar em comodato, 2 (dois) aparelhos para leitura dos testes.	Alere Sandiego	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
VALOR TOTAL R\$ 14.000,00						



Extrato de Ata de Registro de Preços N.º076/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º076/2012 - Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem - CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 28/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
19	90.000	unid.	Preservativo lubrificado masculino 52mm, latex de borracha natural.	Eros	R\$ 0,1300	R\$ 11.700,00
20	500	unid.	Respirador dobrável (mascara bico de pato), Recomendado para proteção das vias respiratórias e redução da exposição contra certos aerodispersóides em uma faixa de tamanho de partículas de 0,1 a 10micra (diâmetroaerodinâmico médio) ou maiores, incluindo as geradas por eletrocautério, cirurgia a laser, e outros instrumentos médicos elétricos. Recomendado também pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention) dos EUA para controle da exposição ocupacional à Tuberculose TB** (Mycobacterium tuberculosis). Filtro para particulados: classe PFF-2, Eficiência mínima de filtragem de aproximadamente 94%, BFE > 99% aproximadamente(Eficiência de Filtração Bacteriológica), Cor branca, tamanho regular, Formato dobrável, Fabricado, testado e aprovado no Brasil, Aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego- Certificado de Aprovação (CA): 17611, Registro do Ministério da Saúde:(ANVISA).	3m	R\$ 1,9000	R\$ 950,00
VALOR TOTAL R\$ 12.650,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º077/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º077/2012 - Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOMINUM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem - CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 28/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	15.000	unid.	Gel lubrificante a base de água, para utilização conjunta do preservativo masculino, sachê com 05 gramas.	Lubrigel	R\$ 0,3600	R\$ 5.400,00
VALOR TOTAL R\$ 5.400,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º078/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º078/2012 – Pregão Presencial 045/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de consumo de enfermagem para utilização nas Unidades Básicas de Saúde Municipais, DST, Centro de Triagem – CENTRI e para atender o Programa Hiperdia. DATA: 28/08/2012 a 28/08/2013.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	------	----	-------------------------	-------	-------------	-------------



2	10	rolo	Cadargo Sarjado 100% Algodão Cru 15mm Rolo c/ 50mts.	Soni/ tecenil	R\$ 9,0400	R\$ 90,40
10	20	UNI	Garrote com faixa elástica e trava plástica, para realizar punção sanguínea.	Premum/ Accume	R\$ 3,6200	R\$ 72,40
18	50	UM	Porta agulha Mayo Hegar 12cm; Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420, Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade, Garantia: 10 anos, Certificações: Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT.	Abc /Maio/ 1048	R\$ 13,3400	R\$ 667,00
27	15	PÇ	Tesoura Cirúrgica Romba Fina Reta, confeccionada em aço inox de 1a. qualidade, medindo 17cm de comprimento, embalada individualmente em plástico, constando externamente os dados de identificação e procedência.	Abc/ RR/ 0311	R\$ 17,0900	R\$ 256,35
29	50	UNI	Torniquete em borracha sintética, sem látex, descartável, para estase venosa, livre de proteínas que causam alergia, não estéril.	L. import	R\$ 1,5200	R\$ 76,00
VALOR TOTAL R\$ 1.162,15						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º079/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º079/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 29/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
9	3500	unid.	Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Embalagem com 01 (uma) unidade.	Superpro Betta	R\$ 0,3900	R\$ 1.365,00
13	150	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca.	Jundiai	R\$ 12,0000	R\$ 1.800,00
23	100	PCT	Prendedor de plástico para roupas, pacote com 01 dúzia	Zavaski	R\$ 1,0500	R\$ 105,00
28	40	unid.	Saboneteira em plástico especial, com reservatório, com alta resistência ao impacto para sabonete líquido, com reservatório na cor branca.	Trilha	R\$ 11,200	R\$ 444,00
34	80	unid.	Suporte dispenser para papel higiênico rolo de 300 metros, em plástico ABS de alta resistência, medindo aprox. 28 cm de altura, 27cm de largura e 14 cm de prof., possuir fechadura de segurança com chave, com kit de fixação na parede (buchas e parafusos).	Trilha	R\$ 12,7200	R\$ 1.017,60

2- Generos alimentícios



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

36	3000	un	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 01 Kg. Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Secretaria Municipal de Saúde. Prazo de validade: de no mínimo 06 (seis) meses.	Alto Alegre	R\$ 2,0300	R\$ 6.090,00
----	------	----	---	-------------	------------	--------------

3 – Copa e cozinha

39	200	pct	Fósforo caixa com 40 palitos, pacote com 10 caixas	Gaboardi	R\$ 1,2000	R\$ 240,00
41	6000	pct	Guardanapo de papel, cor branca, macio, com 30x33cm.c/ 50 un	Plazapel	R\$ 0,7700	R\$ 4.620,00
42	70	un	Porta copo de água de 200 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,85mmx76cm	Trilha	R\$ 7,4100	R\$ 518,70
43	70	un	Porta copo para copo de café de 50 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,55mmx76cm	Trilha	R\$ 6,1800	R\$ 432,60

4 – Utensílios domésticos

48	3	uni	Chaleira e tampa de alumínio reforçado, com alça de baquelite ou madeira, bico de alumínio soldado, capacidade aproximadamente 5,5 litros.	Alunfur	R\$ 33,3300	R\$ 99,99
51	40	uni	Colher de sopa toda em aço inoxidável, medindo aproximadamente 16 cm de comprimento.	Di Solle	R\$ 1,6700	R\$ 66,80
55	40	uni	Garfo de mesa todo em aço inoxidável	Di Solle	R\$ 1,9100	R\$ 76,40
VALOR TOTAL R\$ 16.876,89						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º080/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º080/2012 - Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 29/08/2013.

1 - Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	VALOR UNITÁRIO	Valor total
------	-------	-------	---------------------	-------	----------------	-------------



11	5000	FRS	Limpador multiuso, indicado para limpeza de superfícies laváveis, unidade, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Worker	R\$ 1,1000	R\$ 5.500,00
VALOR TOTAL R\$ 5.500,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º081/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º081/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 29/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
7	300	unid.	Escova para limpeza vaso sanitário, tipo bola, cerda e cabo longo em polipropileno.	Saniprin	R\$ 1,9200	R\$ 576,00
22	3000	PCT	Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, formato de aproximadamente 22x26cm, pct com 1250 folhas.	Imdail	R\$ 12.6000	R\$ 37.800,00
26	600	unid.	Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Belga	R\$ 0,7800	R\$ 468,00
31	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Brioville	R\$ 1,0000	R\$ 4.000,00
VALOR TOTAL R\$ 42.844,00						

ITENS TRANSFERIDOS DA ATA QUIMICOS E PAPEIS VERIFICAR SALDO

1 – Material de Limpeza**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
2	2000	unid.	Álcool líquido 70%, frasco com 1000ml.	Do sul	R\$ 3,0300	R\$6.060,00
3	150	unid.	Balde plástico c/ alça ferro galvanizado, material resistente, com capacidade para 15 à 17 litros.	Arqplast	R\$ 2,9000	R\$ 435,00
6	250	unid.	Escova multiuso para limpeza média e pesada, com cerdas onduladas de aproximadamente 30mm e 80 tufos, com/sem empunhadura para proteger a mão, composição: matéria sintética, metal e pigmentos.	Goulart	R\$ 1,1600	R\$ 290,00
12	50	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.	Belosch	R\$ 90,0000	R\$ 4.500,00
18	150	unid.	Pá coletora lixo, com coletor medindo aproximadamente 26cm e cabo 15cm, ambos de plástico resistente.	Goulart	R\$ 1,7500	R\$ 262,50
19	60	unid.	Pá de lixo automática, plástico resistente, cabo longo (cata-cata)	Bettanin	R\$ 15,0000	R\$ 900,00
21	12000	unid.	Papel higiênico branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.	Nobre	R\$ 3,6000	R\$ 43.200,00
30	1000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 1.400,00
32	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 5.600,00

4 – Utensílios domésticos

46	2	uni	Caçarola reta de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 15 litros	Patrolux	R\$ 41,2000	R\$ 82,44
47	2	uni	Caldeirão reto de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 30 litros	Patrolux	R\$ 95,0000	R\$ 190,00
56	5	uni	Jarra confeccionada em plástico resistente	Plasvale	R\$ 7,7300	R\$ 38,65
VALOR TOTAL R\$ 62.958,59						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º082/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º082/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GEORGEA FILÉTI STEDILE DE OLIVEIRA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 29/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
15	300	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 480,00
16	400	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 640,00
17	400	PAR	Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393	Dany	R\$ 1,6000	R\$ 640,00
29	1500	unid.	Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade.	MArtins	R\$ 1,8000	R\$ 2.700,00
33	500	unid.	Saponáceo em pó, embalagem com 300 gr, com aplicador econômico, embalados em caixa com 24 unidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Sany Bril	R\$ 0,8800	R\$ 440,00

3 – Copa e cozinha

37	10.000	tira	Copo plástico descartável para água em tiras c/100 un, cor branca, capacidade para 200ml.	Kerocopo	R\$ 1,7800	R\$ 17.800
38	7500	tira	Copo plástico descartável para cafézinho em tiras c/100 un, cor branca, capacidade para 50 ml	Kerocopo	R\$ 0,7000	R\$ 5.250,00
VALOR TOTAL R\$ 27.950,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º083/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º083/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012



a 29/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
8	700	PCT	Esponja de lã de aço, formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, medindo, no mínimo, 100x75. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades.	Mega brilho	R\$ 0,6400	R\$ 448,00
10	600	unid.	Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Worker	R\$ 1,1500	R\$ 690,00
14	300	unid.	Lustra móveis cremoso, embalagem plástica 200 ml, cx com 20 unidades	Worker	R\$ 1,0400	R\$ 312,00
35	400	unid.	Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufos justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufos aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	Noviça	R\$ 6,0700	R\$ 2.428,00

3 – Copa e cozinha

44	1300	un	Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha.	Martinspano	R\$ 1,6200	R\$ 2.106,00
----	------	----	---	-------------	------------	--------------

VALOR TOTAL R\$ 5.984,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º084/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º084/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUÍMICOS & PAPEIS LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 29/08/2013.

1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
2	2000	unid.	Álcool líquido 70%, frasco com 1000ml.	Do sul	R\$ 3,0300	R\$6.060,00
3	150	unid.	Balde plástico c/ alça ferro galvanizado, material resistente, com capacidade para 15 à 17 litros.	Arqplast	R\$ 2,9000	R\$ 435,00
6	250	unid.	Escova multiuso para limpeza média e pesada, com cerdas onduladas de aproximadamente 30mm e 80 tufos, com/ sem empunhadura para proteger a mão, composição: matéria sintética, metal e pigmentos.	Goulart	R\$ 1,1600	R\$ 290,00
12	50	unid.	Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.	Belosch	R\$ 90,0000	R\$ 4.500,00



18	150	unid.	Pá coletora lixo, com coletor medindo aproximadamente 26cm e cabo 15cm, ambos de plástico resistente.	Goulart	R\$ 1,7500	R\$ 262,50
19	60	unid.	Pá de lixo automática, plástico resistente, cabo longo (cata-cata)	Bettanin	R\$ 15,0000	R\$ 900,00
21	12000	unid.	Papel higiênico branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.	Nobre	R\$ 3,6000	R\$ 43.200,00
30	1000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 1.400,00
32	4000	PCT	Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.	Q & P	R\$ 1,4000	R\$ 5.600,00

4 – Utensílios domésticos

46	2	uni	Caçarola reta de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 15 litros	Patrolux	R\$ 41,2000	R\$ 82,44
47	2	uni	Caldeirão reto de alumínio reforçado, com tampa de alumínio, com pegador. Capacidade 30 litros	Patrolux	R\$ 95,0000	R\$ 190,00
56	5	uni	Jarra confeccionada em plástico resistente	Plasvale	R\$ 7,7300	R\$ 38,65

VALOR TOTAL R\$ 62.958,59

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º085/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º085/2012 - Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA ME. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 29/08/2013.

1 - Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	VALOR UNITÁRIO	Valor total
1	5000	FRS	Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco resistente que impeça a ação da luz solar, com 01 litro, com bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 0,9000	R\$ 4.500,00



4	1400	FRS	Desinfetante com ação bactericida, desinfetante e germicida, para limpeza de sanitários, pias ralos, frasco com 5000 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 4,4800	R\$ 6.272,00
5	5000	FRS	Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	Raridade	R\$ 0,7800	R\$ 3.900,00
25	1300	unid.	Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr.	Q. Lar Tripla Ação	R\$ 2,7000	R\$ 3.510,00

VALOR TOTAL R\$ 18.182,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º086/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º086/2012 – Pregão Presencial 044/2012 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA. OBJETO: aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa e cozinha, gêneros alimentícios e utensílios domésticos, para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 29/08/2012 a 29/08/2013.

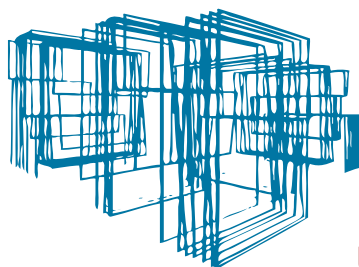
1 – Material de Limpeza

Item	Quant	Unid.	Descrição dos itens	Marca	Valor Unitário	Valor total
20	10000	PCT	Papel higiênico branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha dupla, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, de primeira qualidade, 100% celulose virgem, rolo c/ no mínimo 30mx10cm, pct c/ 04 rolos.	Dueto	R\$ 3,0600	R\$ 3.060,00

3 – Copa e cozinha

40	100	un	Garrafa térmica, com alça tipo serve a jato capacidade de 01 litro.	Aladin	R\$ 30,1900	R\$ 3.019,00
----	-----	----	---	--------	-------------	--------------

VALOR TOTAL R\$ 6.079,00



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.c i g a . s c . g o v . b r

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Projeto de Lei Complementar Nº 07/2013**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2013.

ESTATUTO DOS SERVIDORES. Altera e Acrescenta dispositivos a Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Acrescenta o art. 314-A na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 314-A. Aos servidores efetivos previstos na presente Lei nº 3.002, 01 de abril de 2009 e Lei Complementar nº 116, de 14 de dezembro de 2011, que estiverem em exercício pleno do seu cargo, será assegurado os direitos e deveres constantes do Regime Jurídico Único desta Lei Complementar, respeitados os direitos adquiridos da Lei específica de criou cada cargo.”

Parágrafo único. Os agentes Comunitários de Saúde passam a ser integrantes da Estratégia de Saúde da Família, com todos os direitos a estes inerentes.

Art. 2º Acrescenta o art. 134-A na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 134-A. O adicional de insalubridade será devido aos profissionais da Estratégia da Saúde da Família (ESF) e demais de que trata a Lei 3.002, de 01 de abril de 2009, nos percentuais de 10 % (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) do valor inicial de cada carreira, exclusivamente, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo de insalubridade, nos termos da avaliação pericial técnica, especialmente realizada para definir os percentuais.

Parágrafo Único. Os profissionais de que trata esta Lei Complementar nº 116, de 14 de dezembro de 2011, referente ao NASF, farão jus à percepção de adicional de insalubridade de grau médio, equivalente até 20% (vinte por cento) e poderão habilitar-se a percepção de gratificação de produtividade limitando-se em até 40% (quarenta por cento) do salário base, conforme critérios definidos pela S.M.S., de acordo com laudo pericial.”

Art. 3º Acrescenta o art. 122-A na Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, com a seguinte redação:

“Art. 122-A. Os servidores previstos na Lei 3.002, de 01 de abril de 2009 e suas alterações posteriores, bem como aqueles previsto na Lei Complementar nº 116, de 14 de dezembro de 2011, poderão habilitar-se a percepção de gratificação de produtividade, limitando-se aos seguintes percentuais:

I - Médicos até 80% (oitenta por cento) do salário base;

II - Demais servidores até 30% (trinta por cento).

§ 1º Faz jus ao percentual de produtividade previsto no caput deste artigo, o profissional que cumprir integralmente a carga horária estabelecida para cada cargo de que trata a Lei nº 3.002, de 01 de abril de 2009 e suas alterações posteriores, bem como da Lei Complementar nº 116, de 14 de dezembro de 2011 e suas

alterações, como condição sine qua non à percepção da gratificação.”

Art. 4º Da nova redação para as atribuições do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, previsto no Anexo I, item VI (VI - ANF/a - Ensino Fundamental Completo - carga horária 40 horas) da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Auxiliar de Serviços Gerais - Executar trabalhos braçais, zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos. Efetuar limpeza nas dependências, executar serviços de copa e vigilância das unidades administrativas e dos estabelecimentos de saúde.”

Art. 5º Fica acrescentado ao Anexo III da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, o anexo único da presente Lei, em sua Tabela-A, todos com carga semanal de 40 (quarenta) horas e referidos vencimentos.

Art. 6º Os recursos para a execução da presente Lei estão previstos no orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Complementar Nº 12/2013

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2013.

PEDÁGIO. Fica autorizado a aquisição de tickets de pedágio da Empresa Autopista Litoral Sul S/A e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir tickets de pedágio, com base na tarifa em vigor, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais.

§ 1º O quantitativo de tickets será convertido em crédito on line perante a Concessionária, a qual utilizará na isenção dos veículos automotores emplacados no Município de Palhoça, conforme traqueio diário na praça de pedágio localizada no KM 221.

§ 2º A aquisição de tickets de que trata esta Lei vigorará até a transferência efetiva da Praça de Pedágio ou até a construção de um acesso alternativo.

§ 3º A gratuidade do valor a título de pedágio concedida aos munícipes, proprietários e/ou condutores de veículos automotores emplacados no Município de Palhoça, enquadrados os carros, caminhonetes, caminhões, motocicletas, motonetas, etc.

Art. 2º Os quantitativos superiores ao valor mensal de R\$ 50.000,00 serão de obrigação da Concessionária.

Art. 3º A aquisição dos tickets dar-se-á mensalmente mediante a apresentação do cupom fiscal emitida pela concessionária, informando o montante de tickets e a conversão do mesmo em crédito on line.

Art. 4º A isenção do pedágio terá início a partir de 01 de março do corrente ano.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar dispositivo desta Lei que se fizer necessário para a sua melhor execução.

Art. 6º As despesas de que trata esta Lei correrão por conta do projeto atividade 2064 - Funcionamento e manutenção da Secretaria da Receita - Reduzido 43, elemento 33.90, fonte de recurso 1000.

Art. 7º Fica revogada a Lei Complementar nº 089, de 03 de maio de 2010, e suas alterações posteriores.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2013
FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 05/2013

PROJETO DE LEI Nº 005/2013.

CONVÊNIO. Autoriza o Executivo Municipal e Legislativo Municipal a firmar convênio de parceria e cooperação funcional mútua.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal e o Poder Legislativo Municipal ficam autorizados a celebrar convênio entre si, mediante parceria e cooperação funcional mútua, com a finalidade de efetuar cedência de servidores, por disposição, onerosa ou não, cujo objetivo é o aprimoramento dos serviços públicos.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, 05 de março de 2013
FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 13/2013

PROJETO DE LEI Nº 013/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Jardim Eldorado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Jardim Eldorado, inscrito no CNPJ/MF nº 76.277.003/0001-39, com sede Rua Victor Meirelles, s/nº, bairro Jardim Eldorado, Palhoça (SC), no valor de R\$ 200.277,00 (duzentos mil, duzentos e setenta e sete reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO,

correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013
FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 14/2013

PROJETO DE LEI Nº 014/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Furadinho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Furadinho, inscrito no CNPJ/MF nº 79.655.379/0001-28, com sede Rua Domingos de Souza Filho, nº 1.683, bairro Furadinho, CEP 88138-100, Palhoça (SC), no valor de R\$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias próprias para atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro a) Atender os alunos matriculados na Educação Infantil - primeiro nível da Educação Básica, conforme especificado no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013
FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 15/2013

PROJETO DE LEI Nº 015/2013.

CONVÊNIO. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrito no CNPJ/MF nº 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalício Vidal s/nº, bairro Centro, neste Município, no valor de R\$ 653.202,00 (seiscentos e cinquenta e três mil duzentos e dois reais), referentes ao repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 16/2013

PROJETO DE LEI Nº 016/2013.

CONVÊNIO. Associação de Moradores da Comunidade de Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Moradores da Comunidade de Pachecos, inscrita no CNPJ/MF nº 80.485.220/0001-91, com sede Rua Nelson Dantas, s/nº, bairro Pachecos, CEP 88135-380, Palhoça (SC), no valor de R\$ 210.375,00 (duzentos e dez mil trezentos e setenta e cinco reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a

Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 17/2013

PROJETO DE LEI Nº 017/2013.

CONVÊNIO. Associação João Paulo II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação João Paulo II, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.500/0001-12, com sede Rua João Gonçalves, n. 128, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88130-330, Palhoça (SC), no valor de R\$ 267.597,00 (duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete reais), referente ao repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 19/2013

PROJETO DE LEI Nº 019/2013.

CONVÊNIO. Fundação Fé e Alegria do Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, inscrita no CNPJ/MF nº 46.250.411/0008-02, com sede Rua Américo Vespúcio, s/nº, neste Município, no valor de R\$ 139.297,00 (cento e trinta e nove mil duzentos e noventa e sete reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 20/2013

PROJETO DE LEI Nº 020/2013.

CONVÊNIO. Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social, inscrita no CNPJ/MF nº 83.932.608/0004-24, com sede na Rua Ricardo Schlemper s/nº, bairro Brejaru, neste Município, no valor de R\$ 138.006,00 (cento e trinta e oito mil e seis reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 21/2013

PROJETO DE LEI Nº 021/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Alto Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa

Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Alto Aririú, inscrito no CNPJ/MF nº 76.276.591/0001-96, com sede Rua Cesar Rene Wagner, s/nº, bairro Alto Aririú, no valor de R\$ 419.067,00 (quatrocentos e dezenove mil e sessenta reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUN-DEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 22/2013

PROJETO DE LEI Nº 022/2013.

CONVÊNIO. Associação Pró-Brejarú de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Pró-Brejarú de Palhoça, inscrita no CNPJ/MF nº 07.104.903/0001-61, com sede Rua Pascoal Mazili nº 10, neste Município, no valor de R\$ 195.228,00 (cento e noventa e cinco mil, duzentos e vinte e oito reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICÍPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 23/2013

PROJETO DE LEI Nº 023/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário São Sebastião.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário São Sebastião, inscrito no CNPJ/MF nº 76.554.989/0001-47, com sede Rua David José dos Santos, s/nº, bairro São Sebastião, CEP 88136-260, Palhoça (SC), no valor de R\$ 151.470,00 (cento e cinquenta e um mil quatrocentos e setenta reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 24/2013

PROJETO DE LEI Nº 024/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Bela Vista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Bela Vista, inscrito no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Duílio José Pizani, s/nº, bairro Bela Vista, CEP 88132-720, Palhoça (SC), no valor de R\$ 269.280,00 (duzentos e sessenta e nove mil duzentos e oitenta reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 25/2013

PROJETO DE LEI Nº 025/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú da Formiga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú da Formiga, inscrito no CNPJ/MF nº 78.531.985/0001-79, com sede Rua Antonio da Silva, s/nº, bairro Aririú da Formiga, CEP 88132-770, Palhoça (SC), no valor de R\$ 144.738,00 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e trinta e oito reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 26/2013

PROJETO DE LEI Nº 026/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú, inscrito no CNPJ/MF nº 78.883.618/0001-34, com sede Rua São Francisco, n. 468, bairro Aririú, CEP 88135-160, Palhoça (SC), no valor de R\$ 294.525,00 (duzentos e noventa e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do

MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 27/2013

PROJETO DE LEI Nº 027/2013.

CONVÊNIO. Ação Social Paroquial de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social Paroquial de Palhoça, inscrita no CNPJ nº 85.319.333/0001-30, com sede a Avenida Barão do Rio Branco, nº 203, Centro, neste Município, no valor de R\$ 49.012,69 (quarenta e nove mil e doze reais e sessenta e nove centavos), visando a execução do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional para pessoas Idosas, sendo o repasse de recurso Estadual, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta do Projeto - Atividade 2004 - Contribuição a Entidades não Governamentais - 3.3.50. 00.00.00.00.00.03.0067 - Aplicações Diretas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 28/2013

PROJETO DE LEI Nº 028/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Padre Réus.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Padre Réus, inscrito no CNPJ/MF nº 76.875.764/0001-92, com sede Rua Itanoir Abelardo

de Freitas, s/nº, bairro Caminho Novo, CEP 88132-400, Palhoça (SC), no valor de R\$329.868,00 (trezentos e vinte e nove mil oitocentos e sessenta e oito reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 29/2013

PROJETO DE LEI Nº. 029/2013.

CONVÊNIO. Subvenção Social. Associação Vida Nueva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Vida Nueva, inscrita no CNPJ nº. 07.636.629/0001-71, com sede a Servidão Mariano José de Fraga Júnior, n. 233, Enseada de Brito, no valor de R\$ 49.012,69 (quarenta e nove mil e doze reais e sessenta e nove centavos), visando a execução do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional para Pessoas em Situação de Rua, sendo o repasse de recurso Estadual, devendo 100% do valor, ser utilizado para materiais de custeio, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta do Projeto - Atividade 2004 -Contribuição a Entidades não Governamentais - 3.3.50. 00.00.00.00.00.03.0067.0 - Aplicações Diretas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 30/2013

PROJETO DE LEI Nº 030/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Santa Clara.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Santa Clara, inscrito no CNPJ/MF nº 80.152.317/0001-82, com sede Rua Salézio Beltrame, s/nº, bairro Caminho Novo, CEP 88132-400, Palhoça (SC), no valor de R\$ 210.375,00 (duzentos e dez mil trezentos e setenta e cinco reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 31/2013

PROJETO DE LEI Nº 031/2013.

SUBVENÇÃO SOCIAL. Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Guarani.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Subvenção Social à Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Guarani, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.725.838/0001-70, com sede a Avenida Barão do Rio Branco, s/nº, Centro, Palhoça/SC, no valor de até R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), a ser aplicado na melhoria de infra-estrutura para a realização do Campeonato Catarinense de Futebol, na Divisão Principal de 2013.

Art. 2º A entidade beneficiária deverá prestar contas da utilização do valor recebido no prazo legal.

Art. 3º As despesas desta Lei correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente:

Órgão: 24 Secretaria Reg. Ponte Imaruim Esporte e Lazer.

Unidade: 24.01 Secretaria Reg. Ponte Imaruim Esporte e Lazer.

Projeto/Atividade 7.114 - Subvenção Social

313 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.01.0000.0 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Projeto de Lei Nº 32/2013

PROJETO DE LEI Nº 032/2013.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, inscrito no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Trinta e Um de Março, s/nº, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88130-350, Palhoça (SC), no valor de R\$ 277.450,00 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e cinquenta reais), referente a repasse financeiro da contrapartida do MUNICIPIO, correndo a despesa a conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11.00 - SECRET. DE EDUCAÇÃO - Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO - Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

158- 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0001.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

160 - 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0072.000000 - Transferência a Instituições Privadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto Legislativo Nº 250/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 250/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, PARA CEDÊNCIA DE SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Câmara Municipal de Palhoça, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de março de 2013

FÁBIO COELHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/2013

Decreto Legislativo Nº 251/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 251/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO VIDA NUEVA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência social e a Associação Vida Nueva, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2013

Decreto Legislativo Nº 252/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 252/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL - AEBAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2013

Decreto Legislativo Nº 253/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 253/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO ASSOCIAÇÃO JOÃO PAULO II.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Associação João Paulo II, cujo

objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2013

Decreto Legislativo Nº 254/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 254/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Fundação Fé e Alegria do Brasil, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2013

Decreto Legislativo Nº 255/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 255/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO DO ALTO ARIRIÚ.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário do Alto Aririú, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2013.

Decreto Legislativo Nº 256/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 256/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A ASSOCIAÇÃO PRÓ-BREJARÚ DE PALHOÇA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação Pró-Brejarú de Palhoça, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/2013

Decreto Legislativo Nº 257/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 257/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIÚ.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Aririú, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 010/2013

Decreto Legislativo Nº 258/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 258/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIÚ DA FORMIGA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Aririú

da Formiga, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 011/2013

Decreto Legislativo Nº 259/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 259/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO BELA VISTA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Bela Vista, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/2013

Decreto Legislativo Nº 260/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 260/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2013

Decreto Legislativo Nº 261/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 261/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO PADRE RÉUS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Padre Réus, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 015/2013

Decreto Legislativo Nº 262/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 262/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O CONSELHO COMUNITÁRIO JARDIM ELDORADO.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e o Conselho Comunitário Jardim Eldorado, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/2013

Decreto Legislativo Nº 263/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 263/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO SANTA CLARA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Santa

Clara, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/2013

Decreto Legislativo Nº 264/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 264/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO DO FURADINHO.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário do Furadinho, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 018/2013

Decreto Legislativo Nº 265/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 265/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 019/2013

Decreto Legislativo Nº 266/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 266/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL GUARANI.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Guarani, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 020/2013

Decreto Legislativo Nº 267/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 267/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE PALHOÇA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Ação Social Paroquial de Palhoça, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 021/2013

Decreto Legislativo Nº 268/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº 268/2013.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE PACHECOS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Associação de Moradores da Comunidade

de Pachecos, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de março de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 022/2013

Paulo Lopes**PREFEITURA****Homologa Resultado Final do Processo Seletivo Nº 004/2013.**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

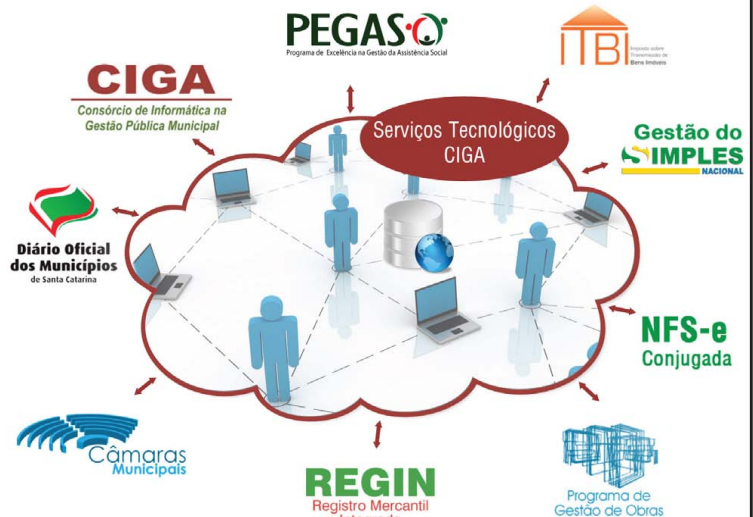
SEC. MUN. DE SAÚDE E ASSIS. SOCIAL

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2013. O Município de Paulo Lopes torna Público que o Prefeito Municipal de Paulo Lopes, EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, HOMOLOGOU O resultado FINAL do processo seletivo nº 004/2013, que visa a contratação temporária emergencial para os cargos de médico 20h, médico ESF, agente comunitária de saúde e enfermeiro (a). A LISTA COMPLETA COM O NOME DOS CLASSIFICADOS encontra-se à disposição na Secretaria de Saúde e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0211.

Paulo Lopes, 12 de março de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



Editais de Multas 194 a 207/10

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE MULTAS 194 A 207-10

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000194/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHK9065 54743895C 10/11/2009 69200 233
MIE2620 54743868C 02/12/2009 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000195/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CFR4328 54743870C 08/12/2009 55250 181 * XV
GZA0090 55328218C 03/12/2009 55250 181 * XV
MGA3130 54743941C 24/12/2009 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000196/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALN8647 54743872C 07/01/2010 51851 167
LZQ0493 55328224C 15/12/2009 65300 228
MER6484 55328229C 08/01/2010 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000197/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWW9859 55328228C 08/01/2010 69120 232
LWW9859 55328228C 08/01/2010 50100 162 * I
LWW9859 55328228C 08/01/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000198/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAB3210 55328227C 02/01/2010 51851 167
MER3881 55328226C 02/01/2010 70483 244 * II
MFX5121 54743946C 06/01/2010 50610 163 c/c 162 * I
MFX5121 54743945C 06/01/2010 50100 162 * I
MGM3880 54743897C 23/12/2009 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000199/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CLM1039	55328235C	29/01/2010	51851	167
CTM1010	55328234C	29/01/2010	51851	167
MGU3755	54743898C	29/01/2010	51851	167
MGU3755	54743947C	02/02/2010	51851	167
MGU3755	54743947C	02/02/2010	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000200/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACF2319 55328232C 08/01/2010 55500 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000201/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGA2981	55328217C	27/11/2009	52151	170	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000202/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IHC4425 55328233C 29/01/2010 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000203/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBU5375	55328243C	12/03/2010	50100	162 * I
MBU5375	55328244C	12/03/2010	50610	163 c/c 162 * I
MBU5375	55328245C	12/03/2010	65992	230 * V
MDI9773	55328247C	15/03/2010	65561	230 * I
MDI9773	55328247C	15/03/2010	65564	230 * I
MDI9773	55328248C	15/03/2010	50100	162 * I
MDI9773	55328248C	15/03/2010	50610	163 c/c 162 * I
MDI9773	55328249C	15/03/2010	69120	232
MDZ1212	55328239C	17/02/2010	65300	228
MDZ1212	55328240C	17/02/2010	65300	228
MGT8816	54743950C	11/02/2010	52742	175
MGU3755	55328237C	10/02/2010	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000204/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABY2243	55328276C	06/03/2010	69200	233
HPA6570	55328328C	18/03/2010	51851	167
KIA1998	55328279C	18/03/2010	69200	233
LZF8932	55328339C	05/04/2010	65561	230 * I
LZF8932	55328339C	05/04/2010	73400	252 * IV
LZF8932	55328337C	05/04/2010	70301	244 * I
LZF8932	55328337C	05/04/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000205/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIZ7086	54743935C	24/12/2009	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000206/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEW1149	54743900C	19/01/2010	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000207/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDG9304 55328334C 03/04/2010 50100 162 * I
MDG9304 55328334C 03/04/2010 70481 244 * II
MDG9304 55328335C 03/04/2010 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 11 DE MARÇO DE 2013.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Edital 11/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, sendo o processamento e julgamento na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 07/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 11/2013 - Pregão Presencial 07/2013, julgamento Menor Preço Por Item.

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, súmulas e julgamentos dos jogos do campeonato municipal de futebol de salão.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 25 de Março de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 12 de Março de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 12/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Lote, sendo o processamento e julgamento na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial 08/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 12/2013 - Pregão Presencial 08/2013, julgamento Menor Preço Por Lote.

Objeto:

Aquisição de material para construção de barracão de 454,51m².

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 13h45min do dia 25 de Março de 2013, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 14h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 12 de Março de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Resumo de Edital 13/2013

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação para registro de preços, na modalidade CHAMADA PÚBLICA, do tipo REGISTRO DE PREÇO, sendo o processamento e julgamento na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Chamada Pública 01/2013.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 13/2013 - Chamada Pública 01/2013, julgamento Registro de Preços.

Objeto:

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para Merenda Escolar.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 10 horas do dia 25 de Março de 2013.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 12 de Março de 2013.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.092/2013

LEI Nº 4.092, de 06 de março de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar com a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e repassar à Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, a título de cooperação técnica e financeira, no decorrer do exercício de 2013 a contar da data de sua assinatura, o valor de R\$ 14.866,60 (Quatorze mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), divididos em 10 (dez) parcelas mensais e

consecutivas de R\$ 1.486,66 (Mil quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos), para auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º O objeto do convênio é o repasse de recursos financeiros à mencionada Associação, para operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUCESC, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE e SEBRAE, na busca de geração de emprego e renda.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0211	SEC.MUN.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
ATIVIDADE	2023	Manutenção Secretaria Indústria, Comércio e Turismo
MODALIDADE	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos (135)

Art. 4º A Associação Empresarial de Porto União - ACIPU obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será até 31 de dezembro de 2013, contados da data de sua assinatura.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.093/2013

LEI Nº 4.093, de 06 de março de 2013.

Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA, órgão normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Porto União, nos assuntos referentes à proteção e à preservação ambiental no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Conselho de que trata este artigo integra a estrutura organizacional da Prefeitura como órgão vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente.

Art. 2º São competências do Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMDEMA:

- I- cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas relativas ao meio ambiente no âmbito das respectivas atribuições;
- II- apresentar projetos, por iniciativa própria ou atendendo iniciativa do Poder Executivo, sobre assuntos referentes ao meio ambiente que venham a ser atribuídos ao Conselho;
- III- estudar e propor a política ambiental do Município, colaborando nos programas intersetoriais e interinstitucionais de proteção

e recuperação do meio ambiente, observada a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente;

IV- propor normas e padrões para a conservação e a melhoria do meio ambiente no Município, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais à elevação da qualidade de vida de seus habitantes, de acordo com a legislação pertinente no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

V- propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes, inclusive quando se tratar de RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural);

VI- colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à proteção ambiental;

VII- propor e participar da elaboração de campanhas educativas relativas aos problemas de saneamento básico, despoluição das águas, do ar e do solo, proteção da fauna e da flora e elaborar minuta, em caráter sugestivo, para que constem nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino da Rede Municipal, as noções e conhecimentos relativos à preservação do meio ambiente;

VIII- propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas, de pesquisas e atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

IX- incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados, para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;

X- opinar, quando solicitado, sobre estudos técnicos e sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, tendo em vista o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XI- opinar, quando solicitado, nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano do município, visando à proteção do meio ambiente;

XII- responder a consulta sobre matéria de sua competência;

XIII- decidir, juntamente com o órgão executivo de meio ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XIV- decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão municipal competente; e

XV- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno nos termos da legislação ambiental em vigor, bem como propor alterações quando necessárias.

Art. 3º O COMDEMA manterá com os demais órgãos congêneres, Federais, Estaduais e Municipais, estreito intercâmbio, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa e à recuperação do meio ambiente.

Art. 4º Constatadas infrações ambientais, o COMDEMA tentará junto ao responsável, a solução dos problemas e, caso necessário, comunicará a ocorrência à Fundação do Meio Ambiente - FATMA e à Polícia Ambiental.

Art. 5º O COMDEMA compor-se-á de 12 (doze) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representação paritária de membros do Poder Público e sociedade civil, organizada, sendo representado pelos seguintes órgãos e entidades:

- I- Secretaria Municipal de Planejamento;
- II- Secretaria Municipal de Educação;
- III- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente;
- IV- Secretaria Municipal de Agricultura;
- V- Defesa Civil;
- VI- União das Associações de Moradores de Porto União (UNICOM);
- VII- Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV);
- VIII- CEBREP - Centro Brasileiro de Educação Técnica e Profissional;
- IX- Associação Comercial e Industrial de Porto União (ACIPU);
- X- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Porto

União;
XI- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina;
XII- CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

§ 1º Os membros do COMDEMA serão nomeados pelo Prefeito Municipal e terão mandato de 02 (dois) anos, permitindo uma única recondução sucessiva.

§ 2º Os membros suplentes serão convocados para participar das sessões do Conselho na impossibilidade do respectivo titular.

§ 3º Dentre os membros titulares será nomeado pelo Prefeito Municipal um Presidente, cujo mandato coincidirá com o de conselheiro, permitida uma única recondução do cargo.

§ 4º O Conselho será dirigido pelo Presidente, mediante o auxílio e apoio dos demais membros, conforme organização própria definida no regimento interno.

Art. 6º O exercício das funções de conselheiros não poderão ser remuneradas sob hipótese alguma, sendo consideradas funções honoríficas de relevância social e comunitária.

Parágrafo único. Os membros do COMDEMA, quando em viagem a serviço do Conselho, receberão diárias no valor dos limites estabelecidos na tabela de diárias para o Chefe da Divisão de Meio Ambiente e Florestas, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, quando não forem servidores do Município, podendo se deslocar com veículos oficiais acompanhando servidores do quadro de funcionários do Município.

Art. 7º As reuniões do Conselho serão públicas, salvo quando a critério do mesmo, houver justo motivo que determine trabalho reservado.

Parágrafo único. As deliberações e as decisões se darão por maioria simples, cabendo ao Presidente somente o voto de minerva, quando for o caso.

Art. 8º O não comparecimento do conselheiro a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas durante um período de seis meses implicará na sua exclusão como membro do COMDEMA.

Art. 9º O prazo para a instalação do Conselho Municipal de Meio Ambiente será de 45 (quarenta e cinco dias) dias a partir da publicação da presente LEI.

Art. 10. O funcionamento do Conselho será disciplinado pelo respectivo Regimento Interno.

Art. 11. No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após sua instalação, o Conselho Municipal de Meio Ambiente elaborará e aprovará o seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. Ficará sob responsabilidade do Conselho Municipal de Meio Ambiente, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, a coordenação dos trabalhos da Associação dos Agentes Recicladores de Porto União - ASSARPU.

Parágrafo único. A contratação e demissão dos agentes recicladores só ocorrerão com o parecer da Chefia de Divisão de Meio Ambiente e Florestas.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 06 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Lei Nº 4.094/2013

LEI Nº 4.094, de 06 de março de 2013.

Disciplina a nomeação para cargos que especifica na Administração Direta ou Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, instituindo a "ficha limpa" no âmbito do Município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Visando proteger a probidade administrativa e a moralidade, fica vedada a nomeação ou admissão na Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal, de pessoas que incidam nas hipóteses de inelegibilidade previstas na legislação federal - Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, quais sejam:

I- os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 anos;

II- os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) contra a economia popular, a fé pública, a Administração Pública e o patrimônio público;
- b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- h) de redução à condição análoga a de escravo;
- i) contra a vida e a dignidade sexual; e
- j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

III- os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 anos;

IV- os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrevogável do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 anos;

V- os detentores de cargo na Administração Pública Direta ou Indireta que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada

em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 anos;

VI- os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 anos;

VII- os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena;

VIII- os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

IX- os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.

Art. 2º Aplica-se o disposto no art. 1º para todo e qualquer cargo, função ou emprego público, para os cargos efetivos, cargos de provimento em comissão, contratos temporários, para o exercício da função de conselheiro do Conselho Tutelar, para os Secretários Municipais e para as pessoas que vierem a substituir os Secretários Municipais em seus afastamentos temporários e para os dirigentes de entidades sem fins lucrativos que mantiverem contratos ou receberem verbas públicas.

Art. 3º A vedação prevista no art. 1º não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 4º A fiscalização da obediência aos requisitos de nomeação estabelecidos nesta lei caberá às autoridades responsáveis pela admissão, nomeação ou contratação, podendo os órgãos incumbidos da fiscalização da presente lei requerer quaisquer informações e documentos que entenderem necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 5º Para fins da aplicação das disposições contidas nesta Lei, serão observadas as peculiaridades e a forma constitutiva das entidades da Administração Pública Indireta.

Art. 6º Obrigatoriamente antes da posse, o nomeado terá ciência das restrições e declarará por escrito não se encontrar inserido nas vedações desta Lei, estando em condições de exercício do cargo.

Art. 7º Dentro do prazo de 90 dias, contado da publicação desta lei, deverão ser adotadas as providências para o afastamento daqueles que porventura se encontrem em qualquer situação vedada por esta lei, sob pena de responsabilidade.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 06 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 133/2013

DECRETO Nº 133, de 08 de março de 2013.

Dispõe sobre nomeação da Junta de Recursos Fiscais do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e consoante o Art. 321 do Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 005/99,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Junta de Recursos Fiscais do Município, para fins do disposto no Artigo 321 do Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 005/99, os seguintes membros:

Membros:

- I- Sofia Sydol - Presidente;
- II- Jucélia Abel da Cruz - Relatora;
- III- Cássia Nalon Conte - Membro.

Suplentes:

- I- Cláudio Michaliszyn;
- II- Vanessa Nalon dos Santos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 3º Revogam-se o Decreto nº 659, de 13 de outubro de 2011, e as demais disposições em contrário.

Porto União (SC), 08 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 283/2013 - RH

PORTARIA Nº 283 de 18 de fevereiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 18 de fevereiro a 14 de março de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Denise Maria Soares dos Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Luciane Cristina Kaminski Vaudan que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comezinho da Vida, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de fevereiro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 284/2013 - RH

PORTARIA Nº 307, de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Rodrigo Bonin Leão, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 307/2013 - RH

PORTARIA Nº 307, de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, de 30% (trinta por cento), ao servidor efetivo Rodrigo Bonin Leão, conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 309/2013 - RH

PORTARIA Nº 309, de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014 ou até que a realização de Concurso Público Municipal, sob o Regime Jurídico Especial, conforme

estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Eliel Aroldo Crema, para exercer as funções do cargo de Médico - Plan-tonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 310/2013 - RH

PORTARIA Nº 310, de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de fevereiro a 12 de abril de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Mis-leine Wolf, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Tânia Aparecida Fuck Lenartowicz que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Car-reira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Iris, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagin-do seus efeitos a 19 de fevereiro de 2013.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 311/2013 - RH

PORTARIA Nº 311, de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Misleine

Wolf, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 21 de fevereiro a 05 de março de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Elizabet Carmen Pannen que está afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Albertina Brauchner, deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2013.

Porto União, SC em 01 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 312/2013 - RH

PORTARIA Nº 312, de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de fevereiro a 03 de abril de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Clenir Aparecida Rodrigues, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Elisabet Carmen Pannen que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 25 de fevereiro de 2013.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 313/2013 - RH

PORTARIA Nº 313, de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 19 de fevereiro a 14 de março de 2013, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cibele Cristina Ferreira, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora efetiva Luciane Cristina Kaminski Vaudan que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2013.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 314/2013 - RH

PORTARIA Nº 314 de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 004/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 30/04/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2013, referente ao período aquisitivo de julho de 2006 a julho de 2011, da servidora Viviane Aparecida Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 315/2013 - RH

PORTARIA Nº 315 de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2013, referente ao período aquisitivo de julho de 2003 a julho de 2008, da servidora Rosana Alves do Prado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 316/2013 - RH

PORTARIA Nº 316 de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago

na folha de pagamento de Fevereiro/2013, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2003 a fevereiro de 2008, da servidora Ivonete Vezaro Nazykowski, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado à servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 317/2013 - RH

PORTARIA Nº 317 de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 005/2012 de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento até dia 31/05/2012;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Premio, pago na folha de pagamento de Fevereiro/2013, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, do servidor João Maria dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guardião, pertencente ao Grupo Ocupacional Isolado em Extinção - GIE, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de março de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 318/2013 - RH

PORTARIA Nº 318, de 01 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:



Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Cibele Cristina Ferreira, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 05 a 14 de março de 2013, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Denise Maria Soares dos Santos que passou a atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho, que estava substituindo a servidora efetiva Luciane Cristina Kaminski Vaudan que está afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2013.

Porto União, SC em 01 de março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Edital de Pregão Presencial 025/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 031/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 025/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de equipamentos de informática, para manutenção da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, Secretaria de Educação, Funrebom, Fundo de Assistência Social, Fundação de Cultura. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 28 de Março de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Este processo deu origem ao processo de mesmo número para a EDUCAÇÃO, FAS, FUNREBOM, CULTURA, por tratar-se de processo CARONA. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 003/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 003/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e empresa Jackiw & Jackiw Ltda
Objeto: fornecimento de 800 (oitocentos) pacotes de leite em pó, que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Valor total R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos) cada pacote de leite, totalizando R\$ 4.240,00 (quatro mil duzentos e quarenta reais).

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 31 de maio de 2013 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 001/2013 FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

JACKIW & JACKIW LTDA

Contratada

Extrato de Contrato 004/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 004/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa Reunidas S.A. Transportes Coletivos.

Objeto: fornecimento de passagens para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede Municipal de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação do município de Porto União para o ano de 2013.

Valor total R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Vigência: será até 31 de dezembro de 2013.

Base legal: Inexigibilidade 002/2013 EDUCAÇÃO e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 20 de Fevereiro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

REUNIDAS S.A. TRANSPORTES COLETIVOS.

Contratada

Extrato de Contrato 004/2013 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 004/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e empresa LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Objeto: fornecimento de 800 (oitocentas) cestas básicas completas, que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Valor total R\$ 61,54 (sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos) cada cesta básica, totalizando R\$ 49.232,00 (quarenta e nove mil duzentos e trinta e dois reais).

Vigência: será da data de assinatura do presente instrumento até 31 de maio de 2013 ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 001/2013 FAS, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Contratada

Extrato de Contrato 008/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 008/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda

Objeto: execução do serviço de desinsetização das escolas da rede municipal de ensino de Porto União e da Secretaria Municipal de Educação, conforme relação contida no anexo "I" deste contrato.

Valor total R\$ 7.101,75 (sete mil cento e um reais e setenta e cinco

centavos).

Vigência: será até 30 de junho de 2013

Base legal: Pregão Presencial 002/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Orbenk Administração e Serviços Ltda

Contratada

Extrato de Contrato 009/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 009/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Objeto: aquisição de óleo lubrificante, para manutenção da frota do município, referente aos itens 07, 09 e 10 do Edital, que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Educação.

Valor total R\$ 6.069,90 (seis mil sessenta e nove reais e noventa centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, se conveniente para as partes.

Base legal: Pregão Presencial 009/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Contratada

Extrato de Contrato 010/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 010/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Objeto: aquisição de óleo lubrificante para manutenção da frota do município, referente ao item 01 do Edital, que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Educação.

Valor total R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, se conveniente para as partes.

Base legal: Pregão Presencial 009/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Contratada

Extrato de Contrato 011/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 011/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa Comercial JDC Materiais de Construção Ltda EPP.

Objeto: aquisição de 200 (duzentas) sacas de cimento, que serão fornecidos conforme a requisição da Prefeitura Municipal.

Valor total R\$ 19,95 (dezenove reais e noventa e cinco centavos) a saca, totalizando R\$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 014/2013 EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 08 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Comercial JDC Materiais de Construção Ltda EPP.

Contratada

Extrato de Contrato 020/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 020/2013

Partes: Município de Porto União e empresa Decisão Propaganda Ltda EPP.

Objeto: Prestação de Serviços de: estudo, planejamento, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digital e offline, elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual, planejamento e execução de pesquisas, produção."

Valor total R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)

Vigência: se inicia na data da assinatura e tem o seu termo final previsto para 12 meses;

Base legal: Tomada de Preços 029/2012 e Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Decisão Propaganda Ltda EPP.

Contratada

Extrato de Contrato 021/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 021/2013

Partes: Município de Porto União e empresa Projeto Cultural Ltda ME

Objeto: fornecimento de material esportivo para utilização nos treinamentos das escolinhas e projetos esportivos, bem como nas competições organizadas ou apoiadas pelo DME, referente aos itens 02, 03, e 06 do Edital.

Valor total R\$ 2.946,50 (dois mil novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Base legal: Pregão Presencial 004/2013, Lei 8.666/93 e Lei

10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Projeto Cultural Ltda ME
Contratada

Extrato de Contrato 022/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 022/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Regis Comércio de Brinquedos Ltda ME.

Objeto: fornecimento de material esportivo para utilização nos treinamentos das escolinhas e projetos esportivos, bem como nas competições organizadas ou apoiadas pelo DME, referente aos itens 01, 05, 08, 09, 10, 11, 12 e 13 do Edital.

Valor total R\$ 8.528,50 (oito mil quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Base legal: Pregão Presencial 004/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Regis Comércio de Brinquedos Ltda ME.
Contratada

Extrato de Contrato 023/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 023/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Foot Comércio e Distribuição de Artigos Esportivos Ltda ME.

Objeto: fornecimento de material esportivo para utilização nos treinamentos das escolinhas e projetos esportivos, bem como nas competições organizadas ou apoiadas pelo DME, referente ao item 04 do Edital.

Valor total R\$ 594,00 (quinhentos e noventa e quatro reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Base legal: Pregão Presencial 004/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Foot Comércio e Distribuição de Artigos Esportivos Ltda ME.
Contratada

Extrato de Contrato 024/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 024/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Objeto: aquisição de óleo lubrificante, para manutenção da frota do município, referente aos itens 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 do Edital, que serão fornecidos conforme a requisição da Prefeitura Municipal.

Valor total R\$ 135.777,60 (cento e trinta e cinco mil setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, se conveniente para as partes.

Base legal: Pregão Presencial 009/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.
Contratada

Extrato de Contrato 025/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 025/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Objeto: aquisição de óleo lubrificante para manutenção da frota do município, referente aos itens 01 e 04 do Edital, que serão fornecidos conforme a requisição da Prefeitura Municipal.

Valor total R\$ 52.130,00 (cinquenta e dois mil cento e trinta reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, se conveniente para as partes.

Base legal: Pregão Presencial 009/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.
Contratada

Extrato de Contrato 026/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 026/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Lubrifil Ltda EPP.

Objeto: aquisição de óleo lubrificante para manutenção da frota do município, referente aos itens 11, 12 e 15 do edital, que serão fornecidos conforme a requisição da Prefeitura Municipal.

Valor total R\$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, se conveniente para as partes.

Base legal: Pregão Presencial 009/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Lubrifil Ltda EPP.
Contratada

Extrato de Contrato 027/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 027/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Servhital Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.

Objeto: fornecimento de peças e contratação de mão de obra para a reforma da máquina Retro Escavadeira Caterpillar 416 D 4X4
Valor total R\$ 52.900,00 (cinquenta e dois mil e novecentos reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 010/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Servhital Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.
Contratada

Extrato de Contrato 028/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 028/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Servhital Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.

Objeto: contratação de mão de obra para a reforma da máquina Pá Carregadeira Michigan 55 C
Valor total R\$ 31.900,00 (trinta e um mil novecentos reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 011/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Servhital Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.
Contratada

Extrato de Contrato 029/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 029/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Servhital Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.

Objeto: fornecimento de peças e contratação de mão de obra para a reforma da máquina Pá Carregadeira Caterpillar modelo 9 30
Valor total R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 012/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 08 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Servhital Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.
Contratada

Extrato de Contrato 030/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 030/2013
Partes: Município de Porto União e empresa Comercial JDC Materiais de Construção Ltda EPP.

Objeto: aquisição de 1.500 (hum mil e quinhentas) sacas de cimento, que serão fornecidos conforme a requisição da Prefeitura Municipal.

Valor total R\$ 19,95 (dezenove reais e noventa e cinco centavos) a saca, totalizando R\$ 29.925,00 (vinte e nove mil novecentos e vinte e cinco reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato ou até a retirada total do quantitativo licitado.

Base legal: Pregão Presencial 030/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002.

Porto União SC, 08 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Comercial JDC Materiais de Construção Ltda EPP.
Contratada

Convênio Nº 001/2013

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTO UNIÃO - ACIPU

CONVÊNIO Nº 001/13

Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, visando a operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUCESC, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE e SEBRAE.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, Porto União - SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323-SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, com sede à Rua Joaquim Nabuco, 244, Bairro Cidade Nova, Porto União, denominada ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. SOLIMAR HAIDUK, brasileiro, residente e domiciliado na Rua General Eduardo Moreira - Nº 48, Porto União - SC, portador do RG nº 18ª R 1.594.649 SSP/SC e do CPF nº 498.418.319-53, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.092, de 06 de março de 2013, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, a título de subvenção, destinados a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

I- Operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUCESC, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE e SEBRAE.

II- Geração de Emprego e Renda - Suporte às micro e pequenas empresas para serem os principais instrumentos para inclusão econômica e social por conta da sua significativa capacidade de geração de emprego e renda; e

III- A entidade beneficia hoje aproximadamente 120 empresas associadas que são beneficiadas através de serviços como Projeto Empreender (empresas do mesmo setor que se unem para promover seu desenvolvimento) Nota Fiscal Eletrônica, Cartão Útil Card, Consulta SERASA, Treinamentos Empresariais, convênio com SEBRAE, Convênio Print (Registro de Marcas, Patentes), realização de missões a Feiras e Eventos, que geram muitos empregos e estágios.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 14.866,60 (Quatorze mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), desembolsáveis em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, no valor de R\$ 1.486,66 (Mil quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0211 SEC.MUN.DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

ATIVIDADE 2023 Manutenção Secretaria Indústria, Comércio e Turismo

MODALIDADE 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos (135)

CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à operacionalização e manutenção das seguintes entidades: ACIPU - Desenvolvimento do Projeto Empreender, SINE, JUCESC, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE e SEBRAE.

CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações**I - Do CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

II - Da ASSOCIAÇÃO CONVENIADA:

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE,

dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência

O período de vigência do Convênio será da data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2013, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto do presente Termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Da restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

I- quando da não execução do objeto do convênio;

II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;

III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;

IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e

V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 06 de março de 2013.

Prefeito Municipal

Presidente da Associação Empresarial de Porto União- ACIPU

TESTEMUNHAS:

1.Nome: Paulo Rubens Buch
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni
CPF nº 420.445.539-53

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação 002/2013

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 004/2013 - EDUCAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2013

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir passagens para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede Municipal de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação do município de Porto União para o ano de 2013.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de passagens para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede Municipal de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação do município de Porto União para o ano de 2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Reunidas S.A Transportes |Coletivos, inscrita no CNPJ 83.054.395/0001-32 uma vez que a mesma é detentora da concessão estadual de linhas rodoviárias.

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:
Unidade 1701 - Fundo Municipal de Educação
Atividade 2014 - Manutenção Ensino fundamental
Modalidade 3390-104 - Aplicações diretas
Cod. 18

Complemento 33903972 - Vale transporte

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput e inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 08 de fevereiro de 2013.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 092/2013

Termo de Homologação da Tomada de Preços 029/2012

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 1352012
Tomada de Preços 029/2012
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Decisão Propaganda Ltda EPP.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 001/2013 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 002/2013 - FAS
Pregão Presencial 001/2013 - FAS
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Jackiw & Jackiw Ltda;
LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 002/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 003/2013 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 002/2013 - EDUCAÇÃO
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Orbenk Administração e Serviços Ltda.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 004/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 0062013
Pregão Presencial 004/2013
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Foot Comércio e Distr. De Artigos Esportivos Ltda;
Projeto Cultural Ltda - ME;
Regis Comércio de Brinquedos Ltda - ME.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 009/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 011/2013
Pregão Presencial 009/2013
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda;
Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda;
Lubrifil Ltda EPP.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 009/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 011/2013 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 009/2013 - EDUCAÇÃO
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda;
Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 010/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 012/2013

Pregão Presencial 010/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 011/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 013/2013

Pregão Presencial 011/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.

Porto União SC, 07 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 012/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 014/2013

Pregão Presencial 012/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda - EPP.

Porto União SC, 08 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 013/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 016/2013

Pregão Presencial 013/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Construtora JDC Ltda;

Úrsula Waldruff - EPP;

Vitor H. Woehl Junior Materiais para Construção Ltda - ME.

Porto União SC, 08 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 014/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 017/2013

Pregão Presencial 014/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Construtora JDC Ltda.

Porto União SC, 08 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 014/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 017/2013 - EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 014/2013 - EDUCAÇÃO

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Construtora JDC Ltda.

Porto União SC, 08 de Março de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 001/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2013

Aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de 2013, autoriza-se junto ao Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Vitor H Woehl Junior Materiais para Construção Ltda EPP, inscrito no CNPJ/MF nº 04.121.615/0001-27, neste ato representado por sua sócia Sra. Vera Lúcia Bauer Woehl (ou representante legal).

Registro de Preços para aquisição de ferro para manutenção da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme segue:

Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total 12 meses R\$
01	300	Barra	Barra de ferro 3/4	90,30	27.090,00
04	100	Barra	Barra de ferro 5/8	59,00	5.900,00
08	100	Barra	Barra de ferro 5mm	5,40	540,00

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, juntamente com seus anexos e a proposta vencedora.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no

Edital de Pregão Presencial 013/2013.

1.5 As condições de entrega do material é o estabelecido no item 9.1 do Edital de Pregão Presencial 013/2013, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização de Fornecimento da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, nas quantidades por ela determinada.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devera estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

1.7 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

1.8 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

1.9 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2013

2.0 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 013/2013.

2.3 – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.4 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Vera Lúcia Bauer Woehl (ou representante legal) qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Prefeito Municipal

Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

Ata de Registro de Preços 002/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2013

Aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de 2013, autorizado junto ao Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Comercial JDC Materiais de Construção Ltda ME, inscrito no CNPJ/MF nº 06.990.079/0001-21, neste ato representado por seu sócio Sr. César Javorski (ou representante legal).

Registro de Preços para aquisição de ferro para manutenção da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme segue:

Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total 12 meses R\$
02	200	Barra	Barra de ferro ½	34,80	6.960,00
03	200	Barra	Barra de ferro 3/8	23,30	4.660,00
05	200	Barra	Barra de ferro 5/16	15,90	3.180,00
06	50	Barra	Barra de ferro 6.3	10,10	505,00
07	200	Barra	Barra de ferro 4/2	3,85	770,00

1.2 Integram e completam a presente Ata de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, juntamente com seus anexos e a proposta vencedora.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 013/2013.

1.5 As condições de entrega do material é o estabelecido no item 9.1 do Edital de Pregão Presencial 013/2013, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização de Fornecimento da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, nas quantidades por ela determinada.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devera estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

1.7 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

1.8 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

1.9 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive,

facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2013

2.0 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 013/2013.

2.3 – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.4 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Sr. César Javorski qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Prefeito Municipal

Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

Ata de Registro de Preços 003/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2013

Aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de 2013, autorizado junto ao Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n.º 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, Município de Porto União neste ato representado pelo Sr. Anízio de Souza, Prefeito Municipal e o DETENTOR DA ATA.

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Ursula Waldruff - EPP, inscrito no CNPJ/MF n.º 05.004.931/0001-81, neste ato representada por sua sócia Sra. Ursula Waldruff (ou representante legal).

Registro de Preços para aquisição de ferro para manutenção da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme segue:

Descrição do Item:

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total 12 meses R\$
------	------------------------------	---------	---------------	--------------------	--------------------------

09	230	KG	Arame recozido 14,4,40 16,18	1.012,00
----	-----	----	------------------------------	----------

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital do Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, juntamente com seus anexos e a proposta vencedora.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4. O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de Autorização de Fornecimento, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 013/2013.

1.5 As condições de entrega do material é o estabelecido no item 9.1 do Edital de Pregão Presencial 013/2013, e sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses, com entregas conforme a necessidade e Autorização de Fornecimento da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, nas quantidades por ela determinada.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos no mês subsequente a entrega dos materiais, conforme Nota Fiscal/Fatura na forma eletrônica, conforme determina a obrigatoriedade prevista em 30.12.2011, onde devesse estar mencionada o número do Processo licitatório e a Ata que a deu origem.

1.7 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

1.8 As despesas decorrentes do fornecimento dos materiais relativo a presente Ata de Registro de Preços correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta da entrega dos materiais.

1.9 Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo, inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2013

2.0 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 013/2013.

2.3 – Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do Processo Licitatório 016/2013, Pregão Presencial 013/2013, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.4 – As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 – Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Ursula Waldruff (ou representante legal) qualificado preambulamente, representando a detentora e testemunhas.

Prefeito Municipal

Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

Rio do Sul

PREFEITURA

Pregão Presencial 010/2013-FMS

Prefeitura de Rio do Sul

Secretaria Municipal de Saúde

Divisão de Suprimentos - Setor de Compras

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013 FMS

OBJETO: Aquisição de veículo novo para uso na Vigilância Epidemiológica desta secretaria.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 09:30 horas do dia 25/03/2013.

CREDENCIAMENTO e SESSÃO DE LANCES: As 09:30 horas do dia 25/03/2013, na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, Rua Tuiuti, 154, centro, Setor de Compras, fone (47) 3531 1437, pelo e-mail sau.compras@riodosul.sc.gov.br ou no no site www.riodosul.sc.gov.br, no link Licitações - Editais Secretaria da Saúde.

Rio do Sul (SC), 11 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Nº 1.472

LEI 1.472, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e diante da determinação contida no art. 3º-A da Portaria MPS/GM n. 519/2011, acrescido pela Portaria MPS n. 170/2012, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado, diante da determinação contida no art. 3º-A

da Portaria MPS/GM nº 519/2011, acrescido pela Portaria MPS nº 170/2012, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - IPRESVEL, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, cujas decisões serão registradas em ata.

Art. 2º O Comitê de Investimentos, criado nos termos do art. 1º desta Lei, integra a estrutura organizacional do IPRESVEL e terá em sua composição os seguintes membros:

I - o Diretor-Executivo do IPRESVEL, na condição de membro nato;
II - 01 (um) servidor efetivo ativo indicado pelo Conselho Administrativo, dentre os segurados do IPRESVEL, na condição de membro indicado.

III - 01 (um) servidor efetivo ativo indicado pelo Conselho Fiscal, dentre os segurados do IPRESVEL, na condição de membro indicado.

§1º. Os membros do Comitê de Investimentos não perceberão remuneração de qualquer espécie.

§2º. O mandato dos membros do Comitê de Investimentos:

I - será de 3 (três) anos para o membro indicado, nos termos dos incisos II e III do caput deste artigo;

II - será pelo período em que estiver nomeado, para o membro nato.

§ 3º. Os membros indicados ao Comitê de Investimentos não poderão ser reconduzidos ao cargo.

Art. 3º. O Comitê de Investimentos reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, com a presença da maioria absoluta dos membros e, deliberará por maioria simples dos presentes.

Art. 4º O Comitê de Investimentos poderá ser convocado, extraordinariamente, por seu Presidente.

Parágrafo único. As convocações extraordinárias, juntamente com a ordem do dia, devem ser comunicadas com antecedência mínima de 02 (dois) dias, ressalvada a ocorrência de fato relevante e emergencial.

Art. 5º Compete ao Comitê de Investimentos:

I - acompanhar o desempenho da carteira de investimentos do IPRESVEL, em conformidade com os objetivos estabelecidos pela política de investimentos;

II - analisar, avaliar e emitir recomendações sobre proposições de investimentos;

III - propor a atualização da política de investimentos de acordo com a evolução da conjuntura econômica;

IV - participar da reunião anual de aprovação da política de investimentos, com a participação dos membros do Conselho Administrativo do IPRESVEL;

V - assegurar a prudência dos investimentos do IPRESVEL;

VI - analisar os resultados da carteira de investimentos do RPPS municipal;

VII - buscar o reenquadramento do plano, quando ocorrer alguma alteração ao longo do ano ou ocorrer alguma alteração na legislação.

Parágrafo único. Qualquer alteração na política de investimentos somente poderá ocorrer após aprovação do Conselho Administrativo e Fiscal, ouvido o Comitê de Investimentos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 1.473

LEI N. 1473, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSE FINANCEIRO À ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Associação de Pais e Amigos do Excepcional de Salto Veloso - APAE para repasse de recursos financeiros destinados a manutenção e melhoria das atividades prestadas em prol das pessoas com deficiência, no importe de R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais), em 11 (onze) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 700,00 (setecentos reais), durante o exercício de 2013.

Art. 2º. A Diretoria da Associação deverá prestar contas, seguindo as diretrizes da Lei Federal nº 4.320/64, dos valores que receber a título de repasse do Convênio a ser firmado nos termos desta LEI.

Art. 3º. Os valores a serem repassados pelo Município deverão ser empregados na manutenção das atividades da entidade, autorizada a remuneração de serviços correlatos à atividade prevista no artigo 1º.

Parágrafo único. Para fins de recebimento dos valores, deverá a Associação promover a abertura de conta bancária em instituição financeira oficial, destinada exclusivamente à movimentação dos recursos, que serão debitados através de cheques nominais aos fornecedores/prestadores de serviço, mediante nota fiscal específica.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º. A conveniente, por intermédio de seu representante terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento de cada parcela, para prestar contas ao erário público nos moldes do formulário TC-28.

Parágrafo Único. Não serão repassados recursos quando houver parcela pendente de prestação de contas.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. Dp0147/2013

PORTARIA Nº. DP0147/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 15 de Fevereiro de 2013 a 16 de Março de 2013, totalizando 30 dias de férias a Servidora ELOISA DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 24/05/2010 a 24/05/2011,

correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 15/02/2013, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 04 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0148/2013

PORTARIA Nº. DP0148/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerado a pedido, a partir desta data, o Sr. MÁRIO CESAR DONADELLI, do cargo de ALMOXARIFE.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 11 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Edital de Carta Convite Nº 0008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 0008/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE CARTA CONVITE 0007/2013, que se realizará nos termos das Leis Federais n.º 10.520/02, n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: aquisição de lubrificantes para prefeitura e fundo municipal de saúde no exercício de 2013

Abertura: 22/03/2013, às 14:15 horas

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 11 de Março de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 0007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2013

O Município de Salto Veloso/SC, através de seu prefeito municipal torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0007/2013, que se realizará nos termos das Leis Federais n.º 10.520/02, n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO DOMICILIAR URBANO NO EXERCÍCIO DE 2013

Abertura: 02/04/2013, às 14:15 horas

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura

Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Traves-
sa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49)
3536-0146.

Salto Veloso (SC), 11 de março de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto Nº 133/2013

DECRETO Nº 133/2013
DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere
a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto efetivado no serviço público
municipal o Sr. DALCI AFONSO DALBOSCO, matrícula nº801/0,
ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Escolar,
aprovado no estágio probatório referente ao concurso público nº
001/2008.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso -
SC, 11 de Março de 2013.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 136/8

Decreto Nº 134/2013

DECRETO Nº 134/2013
DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere
a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto efetivado no serviço público
municipal o Sr. ANTONIO RIMOLDI, matrícula nº807/9, ocupante
do cargo de provimento efetivo de Operador de Trator de Esteira,
aprovado no estágio probatório referente ao concurso público nº
001/2008.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso -
SC, 11 de Março de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 136/8

Decreto Nº 132/2013

DECRETO Nº 132/2013
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE
EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere
o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto
na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei
Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

1 - Considerando a necessidade urgente de preenchimento de va-
gas pelo afastamento a pedido de funcionários do setor;

2 - Considerando a necessidade de dar continuidade aos serviços
prestados, afeito a área da saúde para atender a população em
geral;

3 - Considerando o perigo eminente de o município perder recur-
sos para suprimento do Programa Estratégia de Saúde da Família
- ESF por indispor funcionários suficientes para o bom desenvolvi-
mento do Programa em âmbito municipal;

4 - Considerando que a candidata ao cargo possui escolaridade
compatível com a necessidade do cargo;

5 - Considerando que a mesma é conhecedora na sua área de
atuação e por fim;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de Emprego Público a Sra. ADE-
LINA TEREZINHA PRIEBER, portadora do RG: 4.524.037 e CPF:
021.638.529.62, para desempenhar a função de AGENTE COMU-
NITÁRIO DE SAÚDE, carga horária 40 horas semanais, código
0063, do cargo específico de pessoal, conforme anexo I da Lei
709 de 17 de Dezembro de 2007, lotada na Secretaria Municipal
de Saúde Pública.

Art. 2º. A contratação a que se refere o artigo anterior terá prazo
máximo de 01 (um) ano, podendo ser rescindido a qualquer mo-
mento a critério da administração municipal;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso -
SC, 11 de Fevereiro de 2013.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 136/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0829/2013

PORTARIA Nº 0829, DE 01 DE MARÇO DE 2013
DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

DEMITE:

A pedido, a partir de 12 de fevereiro de 2013, JOANITA KOB-CZINSKI LEITHOLD, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 01 de março de 2013.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Resumido Retificação do Edital de Pregão Presencial Nº 3/2013 Emhab - Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL-EMHAB

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2013.

PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS EMERGENCIAIS-DRENAGEM PLUVIAL E MELHORIAS NA REDE DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA BERTHA DOBENICK LOTEAMENTO BOA ESPERANÇA CONFORME LISTA DE MATERIAIS ANEXA. No Edital acima referenciado, DESCONSIDERAR a exigência de apresentação da documentação relacionada no Anexo II, itens: 1.1.1 e itens: 1.1.5.1; 1.1.5.2; 1.1.5.3. ENTENDA-SE PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME A LEI, PERMANECE A ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2013, PARA O DIA 15/03/2013 ÀS 10:00 HORAS COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES ATÉ AS 9:30 HORAS.

São Bento do Sul, 13 de março de 2013.
LUIZ CARLOS PEDROSO
DIRETOR PRESIDENTE DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1605/2013 e 1606/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1605/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACK6361	54075282D	5010/0	08/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
ACK6361	54075283D	5118/0	08/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ACK6361	54075284D	6726/1	08/12/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
ADQ7116	55723102D	6610/2	12/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ADQ7116	55723103D	6769/1	12/12/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
AFZ7817	55727205D	6548/2	04/11/2012	R\$ 85,12	229
ALA9509	55723057D	6912/0	12/12/2012	R\$ 53,20	232
ALA9509	55723058D	6408/0	12/12/2012	R\$ 85,12	221
AMI8540	55727396D	6548/2	11/12/2012	R\$ 85,12	229
ARS5030	55727391D	6548/2	11/12/2012	R\$ 85,12	229
CAS9340	55727676D	6920/0	27/11/2012	R\$ 127,69	233
HVV0549	55727413D	6599/2	06/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
JEY0935	55722969D	6548/2	25/12/2012	R\$ 85,12	229
JNO1163	55728416D	5010/0	22/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LJI6172	55727672D	6920/0	26/11/2012	R\$ 127,69	233
LWS0727	55440736C	5169/1	10/12/2012	R\$ 957,69	165
LWZ1420	55727641D	6599/2	21/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXE8658	55727368D	6548/2	02/12/2012	R\$ 85,12	229
LYC3054	55727551D	6599/2	10/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYW3699	55727552D	6599/2	10/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZD5163	55728219D	5045/0	03/11/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAE8880	55727616D	6548/2	02/12/2012	R\$ 85,12	229
MAG5109	55728460D	6599/2	12/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAJ2568	55727664D	6920/0	23/11/2012	R\$ 127,69	233
MAS4466	55727003D	6912/0	07/12/2012	R\$ 53,20	232
MBI8230	55727520D	6920/0	10/12/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBK3610	55727688D	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
MBU8839	55727518D	6920/0	10/12/2012	R\$ 127,69	233
MCC7079	55727622D	6599/2	10/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCX8568	55727651D	6920/0	22/11/2012	R\$ 127,69	233
MCY2878	55727390D	6599/2	11/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDK3407	55728299D	5010/0	27/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDK3407	55728300D	5118/0	27/11/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDK3407	55728374D	6599/2	27/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDK3407	55728375D	6726/1	27/11/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDX7097	55727890D	6548/2	27/10/2012	R\$ 85,12	229
MFM5531	55728458D	6912/0	09/12/2012	R\$ 53,20	232
MFM5531	55728459D	6599/2	09/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFS1332	55727360D	5010/0	28/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGI0965	55727529D	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
MGV7300	55727526D	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
MGW3160	54857400C	6912/0	24/10/2012	R\$ 53,20	232
MHN4790	55727322D	6920/0	09/11/2012	R\$ 127,69	233
MIG5523	55727408D	6599/2	28/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIG5523	55727410D	5045/0	28/11/2012	R\$ 191,53	162 * V
MJB1129	55727246D	6700/1	12/12/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MKJ2866	55727377D	6548/2	05/12/2012	R\$ 85,12	229
MLH9119	55727399D	6700/1	12/12/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MYC6068	55725854D	6920/0	05/10/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE MARÇO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1606/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACB6486	54853194C	5215/2	21/10/2012	R\$ 191,53	170
JEY0935	55722980D	5185/1	31/12/2012	R\$ 127,69	167
LZG2728	55728230D	5185/1	26/11/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE MARÇO DE 2013

ANTONIO MARCOS JANTSCH

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 763/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 763/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY8090	8492045446	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
AFG6557	8492047109	6050/3	30/11/2012	R\$ 191,53	208
AFX3207	8492046753	7455/0	21/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
AJT6432	8492046975	7455/0	23/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
ALA2454	8492045149	5673/2	09/10/2012	R\$ 85,12	183
AML6468	8492046868	7455/0	26/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
AXQ6666	8492046472	7455/0	17/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
BFD8436	8492045208	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
CBD7822	8492045609	7455/0	17/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
DIG8507	8492046830	7455/0	28/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
DMA0967	8492045480	7455/0	11/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
DRS5834	8492046865	7455/0	25/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
IJQ9199	8492047657	7455/0	18/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
JML4922	8492047528	7455/0	15/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXW4743	8492047310	6050/3	07/12/2012	R\$ 191,53	208
LYK8898	8492045718	7455/0	23/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYK8898	8492047094	7455/0	01/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYT0664	8492045638	6050/3	21/10/2012	R\$ 191,53	208
MAL9967	8492045645	5673/2	24/10/2012	R\$ 85,12	183
MAN5660	8492045478	6050/3	14/10/2012	R\$ 191,53	208
MCD1115	8492047963	7455/0	21/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCD9009	8492046935	7455/0	25/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCG0864	8492047939	7455/0	20/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDG6091	8492047521	7455/0	17/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDP1526	8492045242	7455/0	07/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEG3694	8492045522	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEZ6166	8492046438	7455/0	11/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFC6750	8492045728	6050/3	20/10/2012	R\$ 191,53	208
MFI8011	8492047651	7455/0	16/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGC3599	8492047150	7455/0	03/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ2461	8492046795	5673/2	28/11/2012	R\$ 85,12	183
MGJ2461	8492046796	6050/3	28/11/2012	R\$ 191,53	208
MGO0646	8492046942	7471/0	25/11/2012	R\$ 574,61	218 * III
MGZ4602	8492046821	7455/0	26/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHQ0031	8492046944	7455/0	26/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHU3454	8492045959	7455/0	29/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHU7982	8492045748	7455/0	24/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHY1168	8492046404	7455/0	08/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIL2389	8492045939	6050/3	28/10/2012	R\$ 191,53	208
MIN9150	8492047103	6050/3	01/12/2012	R\$ 191,53	208
MIT1974	8492045760	7455/0	22/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIU5468	8492045395	7455/0	13/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIU5468	8492045398	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIX5082	8492046806	7455/0	23/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJT7749	8492045616	7463/0	19/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MKF3077	8492047084	7455/0	02/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKI9469	8492045809	7455/0	18/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MMH6668	8492047965	7455/0	22/12/2012	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE MARÇO DE 2013

ANTONIO MARCOS JANTSCH

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1603/2013 e 1604/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1603/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAM1009	55723194D	6920/0	16/01/2013	233
ADA9718	55726343D	5045/0	09/01/2013	162 * V
AHA3970	55723288D	6912/0	11/01/2013	232
AHM0045	54074070D	5282/0	26/01/2013	176 * I
AHM0045	54074072D	5320/0	26/01/2013	176 * V
AOW9940	55440742C	5010/0	20/01/2013	162 * I
AOW9940	55440743C	5118/0	20/01/2013	164 c/c 162 * I
ARW6698	55723184D	6920/0	15/01/2013	233
ASA0122	55723195D	6920/0	16/01/2013	233
CAL1799	55440745C	5045/0	09/02/2013	162 * V
CAL1799	55440749C	5169/1	09/02/2013	165
COJ5710	55723287D	6599/2	11/01/2013	230 * V
IMJ1805	55723389D	6700/0	04/02/2013	230 * XVI
LXF4988	55723387D	6939/1	04/02/2013	234
LXF4988	55723388D	5010/0	04/02/2013	162 * I
LXL8952	55727558D	6700/1	15/01/2013	230 * XVI
LXL8952	55727559D	6408/0	15/01/2013	221
LXM8492	55727463D	5010/0	16/01/2013	162 * I
LYY5957	55728476D	6599/2	06/02/2013	230 * V
LZC1417	54077524D	5010/0	16/01/2013	162 * I
LZD3759	55723163D	6920/0	07/01/2013	233
MAE9970	55723452D	6599/2	31/01/2013	230 * V
MBZ7620	55723294D	5010/0	15/01/2013	162 * I
MBZ7620	55723295D	5118/0	15/01/2013	164 c/c 162 * I
MDD4410	55722664D	6599/2	11/01/2013	230 * V
MDI2166	55723456D	6599/2	31/01/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDI2166	55723457D	6726/1	31/01/2013	230 * XVIII
MDI2166	55723458D	6556/1	31/01/2013	230 * I
MDI2166	55723459D	6556/4	31/01/2013	230 * I
MEA4283	55722681D	6556/1	19/01/2013	230 * I
MEA4283	55722682D	6912/0	19/01/2013	232
MEN7508	54074287D	6599/2	01/02/2013	230 * V
MFP4445	55728475D	6599/2	19/01/2013	230 * V
MGA9596	55727561D	6599/2	17/01/2013	230 * V
MGA9596	55727562D	6653/2	17/01/2013	230 * XI
MGS9258	55722862D	6548/2	17/01/2013	229
MGW7185	55727563D	6653/2	17/01/2013	230 * XI
MIK7706	55722899D	6912/0	31/01/2013	232
MIK7706	55723430D	6599/2	31/01/2013	230 * V
MIK7706	55723431D	6726/1	31/01/2013	230 * XVIII
MIK7706	55723432D	5029/1	31/01/2013	162 * II
MIK7706	55723434D	5126/1	31/01/2013	164 c/c 162 * II
MIN2923	55725580D	6912/0	04/02/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE MARÇO DE 2013

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1604/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK8379	54044104D	5541/2	23/01/2013	181 * XVII
AET8497	54044114D	5452/1	09/02/2013	181 * VIII
AHM0045	54074069D	5207/0	26/01/2013	169
AHM0045	54074071D	6378/0	26/01/2013	220 * XII
ANR2109	55722753D	5185/1	12/01/2013	167
AOR4040	54045870D	5541/2	08/01/2013	181 * XVII
CAL1799	55440747C	5835/0	09/02/2013	195
INB9890	54045984D	6122/0	04/02/2013	214 * I
JYE5511	55722718D	7366/2	01/02/2013	252 * VI
LXM8492	55727460D	5738/0	16/01/2013	186 * II
LXM8492	55727461D	5185/1	16/01/2013	167
MAY0585	55722797D	5185/1	05/02/2013	167
MDN2289	54043789D	5185/1	08/02/2013	167
MEW1307	54043784D	5541/2	19/01/2013	181 * XVII
MGR0091	54045996D	5185/1	07/02/2013	167
MGT2317	54043787D	5541/2	21/01/2013	181 * XVII
MHE8562	54043779D	5541/2	25/01/2013	181 * XVII
MHE8562	54044105D	5541/2	23/01/2013	181 * XVII
MHE8562	54045884D	5541/2	17/01/2013	181 * XVII
MHE8562	54045890D	5541/2	21/01/2013	181 * XVII
MIG5523	54043790D	5541/2	30/01/2013	181 * XVII
MIG5523	54045899D	5541/2	31/01/2013	181 * XVII
MIK7706	55722900D	7030/2	31/01/2013	244 * I
MJI9188	55722831D	7366/2	18/01/2013	252 * VI
MJN1383	55722706D	7366/2	16/01/2013	252 * VI
MKC8429	55722721D	7366/2	01/02/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKG4081	55722871D	7048/2	19/01/2013	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE MARÇO DE 2013

ANTONIO MARCOS JANTSCH

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 762/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 762/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAI0883	8492049180	7463/0	08/02/2013	218 * II
ACH0583	8492048749	7455/0	26/01/2013	218 * I
ADM3586	8492048899	7455/0	02/02/2013	218 * I
AEG7995	8492048527	7455/0	12/01/2013	218 * I
AEJ4998	8492049124	7455/0	10/02/2013	218 * I
AEJ4998	8492049132	7455/0	10/02/2013	218 * I
AEX7355	8492048895	7455/0	01/02/2013	218 * I
AGH6625	8492049021	7455/0	03/02/2013	218 * I
AJG1650	8492049036	7455/0	02/02/2013	218 * I
AMR2261	8492048099	7455/0	01/01/2013	218 * I
ANR2109	8492048131	7455/0	02/01/2013	218 * I
AQA2003	8492049091	7455/0	05/02/2013	218 * I
ARX0400	8492048950	7455/0	02/02/2013	218 * I
AUY0054	8492048397	6050/3	15/01/2013	208
BAR3373	8492048180	7455/0	04/01/2013	218 * I
BCJ2700	8492048224	6050/3	09/01/2013	208
BCR2801	8492049125	7455/0	10/02/2013	218 * I
CXM5498	8492048971	7455/0	02/02/2013	218 * I
DVS1969	8492049168	7455/0	09/02/2013	218 * I
HIK7582	8492048149	7455/0	05/01/2013	218 * I
IHH9936	8492048983	5673/2	03/02/2013	183
JYE5511	8492049057	7455/0	31/01/2013	218 * I
LXG6490	8492049191	7455/0	10/02/2013	218 * I
LXH7000	8492049074	7455/0	04/02/2013	218 * I
LYK8898	8492048197	7455/0	04/01/2013	218 * I
LYL1433	8492048386	7463/0	13/01/2013	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYP7668	8492048451	7455/0	10/01/2013	218 * I
LYY5957	8492049084	7455/0	03/02/2013	218 * I
LZB4522	8492049042	7455/0	03/02/2013	218 * I
LZD8515	8492049127	7455/0	10/02/2013	218 * I
LZX3223	8492048588	7455/0	12/01/2013	218 * I
MAB5093	8492048538	7455/0	13/01/2013	218 * I
MAJ9284	8492048900	6050/3	02/02/2013	208
MAK6613	8492048427	7463/0	15/01/2013	218 * II
MBM8498	8492049001	7455/0	02/02/2013	218 * I
MCR4322	8492049025	7455/0	31/01/2013	218 * I
MCY9146	8492048172	7455/0	09/01/2013	218 * I
MDB9120	8492048226	7455/0	01/01/2013	218 * I
MDE2318	8492048972	7455/0	02/02/2013	218 * I
MDH1761	8492049063	7455/0	31/01/2013	218 * I
MEA1303	8492048978	6050/3	02/02/2013	208
MEE3862	8492048891	7455/0	31/01/2013	218 * I
MEE8444	8492048996	6050/3	05/02/2013	208
MEQ3378	8492048208	6050/3	03/01/2013	208
MET9657	8492049048	7455/0	31/01/2013	218 * I
MEU5006	8492049067	7455/0	02/02/2013	218 * I
MEZ8749	8492048925	7455/0	03/02/2013	218 * I
MFQ1420	8492048508	7455/0	14/01/2013	218 * I
MFQ6697	8492049034	7455/0	05/02/2013	218 * I
MFY2080	8492049066	7455/0	04/02/2013	218 * I
MGB5334	8492048285	7455/0	03/01/2013	218 * I
MGK1861	8492048352	7455/0	11/01/2013	218 * I
MGN1438	8492048233	7455/0	02/01/2013	218 * I
MGV7831	8492048638	7455/0	19/01/2013	218 * I
MGZ2747	8492048959	7455/0	03/02/2013	218 * I
MHE7082	8492048935	7455/0	06/02/2013	218 * I
MHG5289	8492049174	7455/0	10/02/2013	218 * I
MHJ5247	8492048859	7455/0	30/01/2013	218 * I
MHR5278	8492048461	7455/0	16/01/2013	218 * I
MHU7982	8492048314	7455/0	09/01/2013	218 * I
MHU9834	8492048276	7455/0	09/01/2013	218 * I
MIC2707	8492048869	7455/0	29/01/2013	218 * I
MIG8692	8492048905	6050/3	03/02/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIJ7886	8492048644	7455/0	23/01/2013	218 * I
MIN3175	8492049071	7455/0	01/02/2013	218 * I
MIR1966	8492049194	7455/0	10/02/2013	218 * I
MIW1272	8492048468	7455/0	11/01/2013	218 * I
MJE4351	8492048286	7455/0	04/01/2013	218 * I
MJJ6471	8492049114	7455/0	10/02/2013	218 * I
MJU2250	8492048458	7455/0	16/01/2013	218 * I
MJU2268	8492048503	7455/0	11/01/2013	218 * I
MKM5505	8492048469	7455/0	12/01/2013	218 * I
MKQ4548	8492048165	7455/0	05/01/2013	218 * I
MLV2219	8492048371	7455/0	17/01/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE MARÇO DE 2013

ANTONIO MARCOS JANTSCH

AUTORIDADE DE TRANSITO

FUNDAÇÕES**Portaria Fc Nº 010, de 07 de Março de 2013.**

PORTARIA Nº 010 DE 07 DE MARÇO DE 2013.

"Autoria dirigir veículos oficiais"

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por LEI, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionário Cezar Luiz Celeski, lotado na Fundação Cultural de São Bento do Sul, a dirigir eventualmente e quando necessário, o veículo abaixo especificado:

Renault/Sandero MJY 1988

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de março de 2013.

BRAULIO HANTSCHERL

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

FUNDAÇÕES**Extrato do Contrato Nº 008/2013**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Arbitragem, entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa AM EVENTOS ESPORTIVOS LTDA.

DO OBJETO: Prestação de Serviços de Arbitragem, para os Campeonatos realizados pela Fundação Municipal de Desportos, conforme Pregão Presencial nº 004/2013 de 19 de fevereiro de 2013. DO VALOR: R\$ 88.450,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses e 30 (trinta) dias, a contar de 01 de março de 2013 e com término em 31 de dezembro de 2013.

São Bento do Sul, 01 de março de 2013.

ASS: HÉLCIO CARLOS LIEBL, pela Fundação.

ALEXANDRE MARCHIORI, pela Empresa Contratada.

São João do Sul**PREFEITURA****Decreto Nº. 027 de 28 de Fevereiro de 2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

DECRETO Nº. 027 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 22.707,15 (vinte e dois mil, setecentos e sete reais e quinze centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme seguem:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.3044 - Aplicações Diretas R\$ 13.173,56

3.3.90.00.00.00.00.00.3087 - Aplicações Diretas R\$ 9.533,59

TOTAL R\$ 22.707,15

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados, verificados no exercício anterior, conforme seguem:

I - SUS/Farmácia Básica, no valor de R\$ 13.173,56 (treze mil, cento e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos);

II - SUS Estado/Farmácia Básica, no valor de R\$ 9.533,59 (nove mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos);

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 28 de fevereiro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 028 de 28 de Fevereiro de 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

DECRETO Nº. 028 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 21.817,34 (vinte e um mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0002 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3.3.90.00.00.00.00.00.3024 - Aplicações Diretas R\$ 21.817,34

TOTAL R\$ 21.817,34

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro verificado no exercício anterior, oriundo do convênio celebrado entre o Município de São João do Sul e o Ministério do Turismo - Programa Finalidade Turística - Contrato nº 0243926-13/2007/CAIXA - Urbanização de Orla Fluvial, Reconstrução de Pontes e Sinalização Turística (Barrinha).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 28 de fevereiro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Licitação Nº 023/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 023/2013

Modalidade - Pregão Presencial nº 006/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA, NOVA, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, EQUIPADA COM MOTOR COM NO MÍNIMO 140 HP DE POTENCIA LÍQUIDA NO VOLANTE, 6 CILINDROS, DIESEL 4 TEMPOS, INJEÇÃO DIRETA, TURBOALIMENTADO. PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 14.500 KG. TRANSMISSÃO COM CONTROLE ELETRÔNICO DE VELOCIDADE COM NO MÍNIMO 6 VELOCIDADES A FRENTE E03 A RÉ, FREIOS EFICIENTES E PRECISO EM BANHO DE ÓLEO, PNEUS COM CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS 14.00X24, DIREÇÃO HIDROSTÁTICA, CABINE ABERTA, LÂMINAS COM DESLOCAMENTO LATERAL E A INCLINAÇÃO DA LÂMINA ACIONADOS HIDRAULICAMENTE.

Fica prorrogado para às 09:30 horas do dia 25/03/2013 o prazo máximo para protocolo das Propostas e Habilitação, ficando a sessão de abertura dos mesmos marcada para às 10:00 do mesmo dia.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, no setor de Licitações, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30, ou pelo Fone: (0**48) 3539-0113 e ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br.

São João do Sul - SC, em 13 de Março de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Licitação Nº. 022/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº. 022/2013

MODALIDADE - DISPENSA Nº. 011/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso XXVI, da lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

OBJETO: PUBLICAÇÃO LEGAL E DIVULGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO, TAIS COMO: LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, COMUNICADOS E AFINS, VEICULADO NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.DIARIOMUNICIPAL.SC.GOV.BR, NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET.

CANTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

VIGÊNCIA: 01/03/2013 À 31/12/2013

VALORES DO OBJETO: R\$ 2.600,00 - TOTAL

São João do Sul - SC, em 28 de Fevereiro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.584, de 11 de Março de 2013**

DECRETO Nº 4.584, DE 11 DE MARÇO DE 2013.

Abre crédito especial no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.064, de 21/02/2013 e inciso II, § 1º, art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito especial, alterando na LOA de 2013 a seguinte ação e fontes de recursos para seu financiamento, criando as dotações e fontes de recursos, adicionando-se o valor de até R\$ 507.208,25 (quinhentos e sete mil, duzentos e oito reais e vinte e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

Ação 1.026 - Construção do Centro de Eventos

15.451.4511.1.026 - Aplicações Diretas - 4.4.9.0. - Fonte 3.0024 - R\$ 507.208,25

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, na fonte 0.3.0024, de acordo com o estabelecido no inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Municipal nº 2.064, de 21/02/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de março de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Retificação ao Processo 28/2013 (Sessão de Abertura)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA DATA DA ABERTURA PARA SESSÃO DE LICITAÇÃO, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013 (PUBLICADO NO DOM DIA 12/03/2013 - PAG 238), OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, leia-se: SESSÃO DE LICITAÇÃO DIA 25/03/2013 ABERTURA 09:00HS.. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.sao-lourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Nº 001/2013 - IcsI - Divulga o Resultado

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013

DIVULGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, EDITAL Nº 001/2013, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013.

A COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013, nomeada pela Portaria nº 02/2013, em conformidade com o item 5, do Edital de Processo Seletivo nº 001/2013, divulga o resultado do Processo Seletivo nº 001/2013, para contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, conforme classificação constante dos quadros a seguir:

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTESANATO

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
07	Magda Regina Dal Vesco Tecchio	615 Pontos	1º
05	Marli Simonetti Wallerius	299 Pontos	2º
04	Ivone Conci Fiorese	120 Pontos	3º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA – 01 Instrumento - Bateria

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
21	Rafael Lazzaretti	665 Pontos	1º
20	Rodinei Linhares Vieira	246 Pontos	2º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA 02 Instrumentos – Teclado e Gaita

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
18	Gilvani Alves Ferreira	795 Pontos	1º
10	Tamara Boss	150 Pontos	2º
25	Julian Teixeira	133 Pontos	3º
23	Kelvin Ricardo Possamai	33 Pontos	4º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA – 02 Instrumentos – Violão e Contrabaixo

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
13	Josue Alexandro Garcias	664 Pontos	1º
17	Claudir Batista Rodrigues	276 Pontos	2º
03	Jose Sergio Farias	143 Pontos	3º
15	Daniel Marcos Salvaterra Ribeiro	124 Pontos	4º
19	Rodinei Linhares Vieira	61 Pontos	5º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA – 02 Instrumentos – Violino e Violoncelo

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
02	Rafael Silvestre de Vargas	253 Pontos	1º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE MÚSICA – 02 Instrumentos – Guitarra e Viola Caipira

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
16	Alexandro Stocco	572 Pontos	1º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II – DANÇAS - Hip-Hop, Dança de Rua, Jazz, Dança Contemporânea, Dança Clássica e Popular

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
09	Luana Pandolfi Lima	137 Pontos	1º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II – Dança Étnica Alemã

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
11	Marcia Luiza Schltz	76 Pontos	1º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II – Dança Étnica Italiana

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
12	Rozana Echer	30 Pontos	1º
06	Ediane Ecker	10 Pontos	2º

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II – Ballet

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
14	Serlei de Fatima Camello Cunico	230 Pontos	1º

FUNÇÃO: MAESTRO DE CANTO E CORAL

Nº INSCRIÇÃO	CAN-DIDATO	NÚMERO DE PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
24	Julian Teixeira	344 Pontos	1º
01	Rafael Silvestre Vargas	318 Pontos	2º
08	Juliane Baseggio	239 Pontos	3º

Somente haverá revisão dos pontos atribuídos ao candidato, mediante requerimento fundamentado, com protocolo na sede do ICsL, sito na Via Parque, s/nº, Pavimento Inferior, Bairro Cruzeiro, anexo ao Centro de Eventos, neste Município, dirigido à Comissão de Processo Seletivo Público, que após análise das justificativas deliberará.

O prazo de interposição de recurso será de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de divulgação do resultado, tendo como termo inicial o primeiro dia útil subsequente.

No pedido de recurso deverá constar o nome do candidato, número de inscrição, endereço e a alegação fundamentada do recurso. Não será aceito recurso via postal, via fax e/ou via correio eletrônico.

Se dos exames de recursos resultarem em alteração de classificação, será publicada nova lista classificatória.

Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo. Após a análise de eventuais recursos, será homologado o resultado final do Processo Seletivo.

O ato de homologação será divulgado no mural da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste (sito a rua Duque de Caxias,

789), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariodosmunicipios.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de março de 2013.
REGIANE MARIA DOS SANTOS
Presidente da Comissão Coordenadora

Retificação ao Edital de Processo Seletivo Nº 002/2013 - Homologa As Inscrições e Divulga a Classificação

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 002/2013, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013, E TORNA PÚBLICA A CLASSIFICAÇÃO.

A COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013, nomeada pela Portaria nº 327/2013, em conformidade com os itens 2.e7.do Edital de Processo Seletivo nº 002/2013, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital nº 002/2013, de HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES e DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO do referido Processo Seletivo, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 11/03/2013, edição nº 1.194, da página 246 até a página 249, no Item 3, da Classificação, que passa a vigorar com a seguinte redação:

3. DA CLASSIFICAÇÃO

CARGO: EDUCADOR SOCIAL II:

CLASS.	Nº INSC.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESPECIALIZ.	PONTOS CURSO ESP. MESTRADO	PONTOS APERF. ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	01	ERITANIN BECK	100	-	46,3	38	184,3
002	36	SAIARA DE OLIVEIRA	100	-	3,0	66	169,0

CARGO: EDUCADOR SOCIAL IV:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESPECIALIZ.	PONTOS APERF. ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	32	FÁTIMA LAZARINI SCHEFFER		0,5	153,0	153,5

CARGO: EDUCADOR SOCIAL V:

CLASS.	Nº INSC.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESPECIALIZ.	PONTOS CURSO ESP. MESTRADO	PONTOS APERF. ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	08	VALDIRENE NUNES		-	30,0	14,0	44,0

002	39	LEONARDO ROSSETI MELLO		-		32,0	32,0
003	14	JULIANA MEIRA LAZARIN		-	14,4	8,0	22,4
004	05	CRISTIANE DA SILVA		-	9,7	0,0	9,7
005	04	EDILEUSA NETTO		-	0,0	0,0	0,0

CARGO: EDUCADOR SOCIAL VI:

CLASS.	Nº INSC.	CANDIDATO	PONTOS CURSO ESP.	PONTOS CURSO ESP. MESTRADO	PONTOS APERF. ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	28	MARIANA GOMES	100,0	-	66,3	32,0	198,3
002	41	LEONARDO DA SILVA COIMBRA	100,0	-	15,9	23,0	138,9
003	49	MARIZABEL CATANEO		-	133,2	0,0	133,2
004	03	RONIVAN FRANZOSI		-	19,2	40,0	59,2
005	38	GESICA RIZZI		-	0,0	43,0	43,0
006	51	DAVI ALMEIDA PEIXOTO		-	8,15	0,0	8,15

CARGO: INSTRUTOR SOCIAL I:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS DA PROVA PRÁTICA	PONTOS APERF. ÁREA	TOTAL DE PONTOS
001	26	ROSA MARIA VALMORBIDA ROTINI	316	0,0	316
002	30	IVONE CONCIFIORESE	298	9,0	307
003	12	SIRLENE MEZZOMO CORREIA DOS SANTOS	276	1,2	277,2
004	43	MARLENE GONSALVES PADILHA JUNG	274	0,0	274
005	23	IOLENE BRONDANI	256	8,0	264

CARGO: INSTRUTOR SOCIAL II:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS APERF. ÀREA	TOTAL DE PONTOS
001	47	LUIZ GUSTAVO MENEGAS DE OLIVEIRA	118,35	118,35
002	09	DANIEL DALCIN	95,5	95,5
003	18	DAVI KUNZLER DO PRADO	83,15	83,15
004	02	ANDREIA TACCA GRANDO	74,2	74,2
005	48	ANA CAROLINA MAFEOLLETTI	45,0	45,0
006	21	FABIANA CUNICO	39,4	39,4
007	42	CAROLINA HOFMANN VARELI	37,6	37,6
008	40	TAIS KARINE PAGNONCELLI	37,2	37,2
009	19	RODRIGO SUZIN	9,5	9,5
010	17	SILVANA FURLANETTO	8,0	8,0
011	49	DANIELA ROVARIS	7,5	7,5
012	16	MARTA DOS SANTOS SAQUET	6,5	6,5
013	25	VIVIANE DEON	5,7	5,7
014	24	CARINE APARECIDA CABRAL CORREIA	5,5	5,5
015	31	SOLANGE NATALINA BOESING	4,45	4,45
016	22	YAN CARLOS PIETA	1,75	1,75
017	33	LEONARDO LIVI	1,6	1,6
018	13	NEULA GOMES DA SILVA	0,0	0,0
019	27	REGINA ECKER NEGRETO	0,0	0,0

CARGO: INSTRUTOR SOCIAL III:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS APERF. ÀREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	20	FRANCIELI PALMA ANGINONI GOULART DOS SANTOS	54,75	31,0	85,75
002	11	MARIA GORETTI MANDES	0,0	66,0	66,0

003	35	SOLANGE MARIA DEON DA SILVA	0,0	63,0	63,0
004	10	JULIANA VEDANA BONETTI	36,0	25,0	61,0

CARGO: INSTRUTOR SOCIAL IV:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDIDATO	PONTOS APERF. ÀREA	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
001	50	NEUSA TERESINHA POGERE LAZZAROTTO	1,5	13,0	14,5
002	29	ANTONIA GUARNIERI	11,5		11,5
003	06	ANALICE CASA-GRANDE CECHINEL	0,3	11,0	11,3

O candidato terá o dia 14 de março de 2013, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão de Processo Seletivo, através de requerimento, cuja resposta será dada no dia 15 de março de 2013, através de comunicação oficial.

Após o período de reconsideração, o Chefe do Poder Executivo homologará a classificação final do Processo Seletivo, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, site oficial do Município e no mural do Centro Administrativo.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos profissionais, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de março de 2013.
NÍVO EDE MALLMANN
Presidente da Comissão Coordenadora

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais 08/03/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 08/03/2013 até 08/03/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		307.492,47
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	384.365,58
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	384.365,58
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	384.365,58
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	230.619,34
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	96.091,40
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	57.654,84
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-76.873,11
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-76.873,11
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-76.873,11

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/03/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Schroeder

PREFEITURA

Portaria Nº 5.025/2013, de 12 de Março de 2013. PORTARIA Nº 5.025/2013, de 12 de março de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido efetuado pela funcionária Sra. Fabiana do Rosário, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da funcionária Sra. Fabiana do Rosário, de 30 (trinta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de março de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.026/2013, de 12 de Março de 2013. PORTARIA Nº 5.026/2013, de 12 de março de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido efetuado pela funcionária Sra. Tami Elise Michalak, à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da funcionária Sra. Tami Elise Michalak, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de março de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.027/2013, de 12 de Março de 2013. PORTARIA Nº 5.027/2013, de 12 de março de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Ieda Bauer Wehrmeister em 15 de fevereiro de 2013;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2012/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 22.597/2012, de 31/12/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Daniele Fernanda Lange Maffezzolli, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2012/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de março de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.028/2013, de 12 de Março de 2013. PORTARIA Nº 5.028/2013, de 12 de março de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº

1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Maristela de Freitas em 04 de fevereiro de 2013;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2012/SE-CEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 22.597/2012, de 31/12/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Sháilly Katleem Piske, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2012/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de março de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 5/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 5/2013-PMS

PROCESSO Nº. 09/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 05/2013-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de agrotóxicos para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/

SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2-Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 27 de março de 2013

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 27 de março de 2013 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

Schroeder, 12 de Março de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Edital de Notificação 002 _2013 - Divisul Divisórias e Forros

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER - PROCON
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 002/2013

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da sua Diretora, Nadiete Albino Marcilio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 011/2013, tendo como Juliano Ambrosio Pelicoli, inscrito CPF sob o nº 003.347.329-30 e MAIK LUIZ RIBEIRO - ME (DIVISUL DIVISORIAS E FORROS), inscrito (a) no CNPJ sob o nº 14.319.791/0001-21. Nos termos do artigo 29, § 2º do Decreto Municipal 2139/10, por este Edital fica INTIMADA a reclamada MAIK LUIZ RIBEIRO - ME para: no dia 01/04/2013, às 8h30min, comparecer na Audiência de Conciliação na Sede do PROCON onde, frustrada a conciliação e sendo do interesse da reclamada, apresentar defesa na forma do artigo 44 do Decreto Federal 8.078/90 e artigo 33 do Decreto Municipal 2139/10. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Tiago Rafael Muchalski Petry, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente.

Schroeder, 11 de março de 2013.

NADIETE ALBINO MARCILIO
PROCON - Schroeder/SC

Siderópolis

PREFEITURA

Lei Nº 2025

LEI Nº 2.025, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

ALTERA OS ARTIGOS 20, 38 E 39 DA LEI MUNICIPAL Nº1.479 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2003

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Art. 20 da Lei Municipal nº1.479/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 20 - A progressão por nova habilitação ocorrerá, a qualquer tempo, em nível inicial e sequencial de habilitação de acordo com os anexos IX à XI desta Lei, por comprovação de nova habilitação profissional que não implique em mudanças de área de ensino, disciplina, atuação e cargo, conforme critério abaixo:

- a) Ter concluído o estágio probatório;
- b) do nível 4 para 5, somente após conquistar o nível/referência 4E;
- c) do nível 5 para o nível 6, somente após conquistar o nível/referência 5E.

Art. 2º - O Art. 38 da Lei Municipal nº1.479/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 38 - O membro do magistério afastado da ministração de aulas para exercer o cargo de Diretor de escola fará JUS à gratificação de 50% da remuneração do nível 4, referência A, e será automaticamente suspenso quando findar o afastamento para a execução dos cargos mencionados no "Caput" deste artigo.

Art. 3º - O Art. 39 da Lei Municipal nº1.479/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 39 - O membro magistério afastado da ministração de aulas para exercer o cargo de Secretário da Escola fará JUS à gratificação de 30% da remuneração do nível 4, referência A, e será automaticamente suspenso quando findar o afastamento para a execução dos cargos mencionados no "Caput" deste artigo.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Fevereiro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 26 de Fevereiro de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Lei Nº 2026

LEI Nº 2.026, DE 05 DE MARÇO DE 2013

ALTERA O §1º, ART.48 DA LEI MUNICIPAL Nº2.005 DE 13 DE JUNHO DE 2012

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O §1º, Art. 48 da Lei Municipal nº2.005/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 48 - ()

§1º - Ficam obrigados a emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, a partir de 01 de janeiro de 2013, os contribuintes cujo o porte empresarial enquadra-se como Microempresa - ME, salvo as empresas que tem atividade econômica preponderante com o fato gerador do ISS no local da prestação de serviço, desta forma ficando obrigada a emissão de NFS-e, a partir de 01 de Setembro de 2013.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 05 de Março de 2013

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin".

WILSON SCAINI

Secretário de Finanças

Decreto Nº 29

DECRETO N.º 29 DE 28 DE JANEIRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 90.000,00 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, PREFEITO MUNICIPAL de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.021/12 de 03 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 90.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(7)4.4.90.00.00.00.00.1.051-0094-Aplicações Diretas

90.000,00

Total Suplementação: 90.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(9)4.4.90.00.00.00.00.1.051-0696-Aplicações Diretas

90.000,00

Total Suplementação: 90.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 28 de Janeiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

LUANA RAMOS BEZ
Secretária de Saúde

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de Janeiro de 2013.

Decreto N° 30

DECRETO N.º 30 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013
NOMEIA ROSANGELA SOARES LEVATI PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada ROSANGELA SOARES LEVATI, brasileira, CPF/MF sob nº 764.808.959-91, para ocupar o cargo de Chefe de Setor II - C4, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 01 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Fevereiro de 2013.

Decreto N° 31

DECRETO N.º 31 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013
CONSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 51, VIII, da Lei Orgânica do Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis do Patrimônio Municipal:

Presidente: ROBERTO KESTERING;

Membros: JORGE LUIZ OLIVO;

PAULO ROBERTO BETTIOL;

Art. 2º - A Comissão emitirá laudos de avaliação de bens móveis e imóveis do Patrimônio Público Municipal, precedendo a alienação de bens.

Art. 3º - A Comissão poderá, quando necessário, requisitar a terceiros a avaliação técnica de credenciados em CRECI, quando bens imóveis ou de revendedoras, quando bens móveis ou equipamentos, tendo por base o preço do mercado.

Art. 4º - Mesmo com avaliação técnica descrita no artigo anterior é obrigatória a emissão de laudo avaliatório, assinado por todos os membros mencionados no art. 1º, quando da alienação de bens.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial o Decreto nº53/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 01 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de Fevereiro de 2013.

Decreto N° 32

DECRETO N.º 32 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013
NOMEIA MARCOS ROBERTO FELISBERTO PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado MARCOS ROBERTO FELISBERTO, brasileiro, CPF/MF sob nº 025.659.219-50, para ocupar o cargo de Assessor I - C2, na Procuradoria Geral, a contar desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 06 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de Fevereiro de 2013.

Decreto N° 33

DECRETO N.º 33 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 5.000,00 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, PREFEITO MUNICIPAL de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.021/12 de 03 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:
04- SECRETARIA DE FINANÇAS

04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS

(13)3.1.71.00.00.00.00.00.2.006-0080-Transferências a Consórcios Públicos 1.000,00

(17)4.4.71.00.00.00.00.00.2.006-0080-Transferências a Consórcios Públicos 1.000,00

(15)3.3.71.00.00.00.00.00.2.006-0080-Transferências a Consórcios Públicos 3.000,00

Total Suplementação: 5.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

04- SECRETARIA DE FINANÇAS

04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS

(14)3.1.90.00.00.00.00.00.2.006-0080-Transferências a Consórcios Públicos 5.000,00

Total Suplementação: 5.000,00

0

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 06 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Finanças
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 06 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº34

DECRETO N.º 34 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013
NOMEIA VALDIR PEDRO BITENCOURT PARA CARGO EM COMISSÃO
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA
Art. 1º - Fica nomeado VALDIR PEDRO BITENCOURT, brasileiro, CPF/MF sob nº377.001.039-68, para ocupar o cargo de Chefe de Setor II - C4, na Secretaria de Educação, a contar desta data.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº35

DECRETO N.º 35 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013
NOMEIA NAZARET MARIA FELTRIN PARA CARGO EM COMISSÃO
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA
Art. 1º - Fica nomeado(a) NAZARET MARIA FELTRIN, brasileiro(a), CPF/MF sob nº646.114.269-04, para ocupar o cargo de Assessor - C5, na Secretaria de Educação, a contar de 01/02/2013.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº36

DECRETO N.º 36 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013
NOMEIA MARGARET DE LOURDES FELTRIN PARA CARGO EM COMISSÃO
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas

atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado(a) MARGARET DE LOURDES FELTRIN, brasileiro(a), CPF/MF sob nº560.243.399-68, para ocupar o cargo de Assessor - C5, na Secretaria de Educação, a contar de 01/02/2013.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº37

DECRETO N.º 37 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013
NOMEIA GIOVANI ROSSA PARA CARGO EM COMISSÃO
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA
Art. 1º - Fica nomeado(a) GIOVANI ROSSA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº687.842.529-87, para ocupar o cargo de Chefe de Setor II - C4, na Secretaria de Educação, a contar de 14/02/2013.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº38

DECRETO N.º 38 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013
NOMEIA ADILES LIMA PARA CARGO EM COMISSÃO
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA
Art. 1º - Fica nomeado(a) ADILES LIMA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº587.471.099-04, para ocupar o cargo de Assessor Especial - C1, na Secretaria de Educação, a contar de 04/02/2013.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº 39

DECRETO N.º 39 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

NOMEIA ANGELICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado(a) ANGELICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº868.704.919-08, para ocupar o cargo de Chefe de Setor I - C3, na Secretaria de Educação, a contar de 07/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 14 de Fevereiro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº 40

DECRETO N.º 40 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 20.000,00 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, PREFEITO MUNICIPAL de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.021/12 de 03 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(8)4.4.90.00.00.00.00.00.1.051-0095-Aplicações Diretas

20.000,00

Total Suplementação: 20.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta das anulações parciais dos elementos de despesas a seguir especificados:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(9)4.4.90.00.00.00.00.00.1.051-0696-Aplicações Diretas

10.000,00

(6)4.4.90.00.00.00.00.00.1.051-0091-Aplicações Diretas

10.000,00

Total Anulação: 20.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 14 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

LUANA RAMOS BEZ

Secretária de Saúde

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº 41

DECRETO N.º 41 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

NOMEIA VANESSA FERNANDA CARDOSO PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado(a) VANESSA FERNANDA CARDOSO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº028.671.029-36, para ocupar o cargo de Chefe de Setor II - C4, na Secretaria de Educação, a contar de 07/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 14 de Fevereiro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº 42

DECRETO N.º 42 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

NOMEIA BEATRIZ DE BONA PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado(a) BEATRIZ DE BONA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº049.892.809-89, para ocupar o cargo de Assessor II - C3, na Secretaria de Educação, a contar de 07/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 14 de Fevereiro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº 43

DECRETO N.º 43 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013

NOMEIA NALZOIR NEOTTI PARA CARGO EM COMISSÃO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado(a) NALZOIR NEOTTI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº077.565.009-97, para ocupar o cargo de Chefe de Departamento - C2, na Secretaria de Educação, a contar de 04/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 14 de Fevereiro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº44

DECRETO N.º 44 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013
NOMEIA BRAZ JOÃO ELIAS PARA CARGO EM COMISSÃO
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado(a) BRAZ JOÃO ELIAS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº245.002.089-68, para ocupar o cargo de Assessor II - C3, na Secretaria de Educação, a contar de 07/02/2013.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº45

DECRETO N.º 45 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a art.8º, da Lei nº1178/97 de 13/05/97

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída, sem ônus para os cofres públicos, a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, com os membros relacionados abaixo:

Presidente: PAULO ROGÉRIO BETTIOL;
Secretário: MARCOS ROBERTO FELISBERTO;
Conselho Técnico: WILSON SCAINI;

DIONI LUIZ BURNAGUI;
Conselho Comunitário: MARCIO HUMBERTO MORETTI;
RONALDO REMOR.

Art. 2º - A comissão acima constituída, terá sua operacionalização de acordo com a Lei Municipal nº1178 de 23 de Maio de 1997 e seu regimento interno.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 14 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração
Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 14 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº47

DECRETO N.º 47 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR DE R\$ 250.000,00 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, PREFEITO MUNICIPAL de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.021/12 de 03 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00, para atender a insuficiência orçamentária dos elementos de despesa dos programas de trabalho a seguir especificados:

07- SECRETARIA DE OBRAS

07.01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS CIVIS

(103)4.4.90.00.00.00.00.1.014-0095-Aplicações Diretas

250.000,00

Total Suplementação: 250.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta dos recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, conforme determina Art.12, da Lei Municipal nº2.021/2012.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 21 de Fevereiro de 2013.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 21 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº48

DECRETO N.º 48 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013
REVOGA O DECRETO Nº038/2009 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VII, da Lei Orgânica do Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº038/2009, que "REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº1.658 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006".

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02/01/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 25 de Fevereiro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2013.

Decreto Nº49

DECRETO N.º 49 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2013
REVOGA O DECRETO Nº54/2012 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, VII, da Lei Orgânica do Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº54/2010, que "REGULAMENTA § 5º. DO ARTIGO nº90 DA LEI COMPLEMENTAR nº.5/2009".

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02/01/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 25 de Fevereiro de 2013.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 100

PORTARIA Nº 100, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA JANDIARA SALVARO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora JANDIARA SALVARO, CPF Nº041.749.239-14, Dentista, do Quadro Permanente do Município, para 40h semanais, a contar de 01/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 101

PORTARIA Nº 101, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA TATIANA RODRIGUES DE SOUZA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora TATIANA RODRIGUES DE SOUZA, CPF Nº032.420.369-13, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 40h semanais, a contar de 14/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 102

PORTARIA Nº 102, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE FG AO SERVIDOR VALMIR CARDOSO PACHECO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor VALMIR CARDOSO PACHECO, CPF/MF sob nº 065.469.579-22, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$ 150,00, Responsabilidade pelo auxílio na manutenção da rede de água e esgoto municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 103

PORTARIA Nº 103, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA MARIA DE LOURDES PAZZETTO MARCELINO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora MARIA DE LOURDES PAZZETTO MARCELINO, CPF Nº518.009.349-04, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 40h semanais, a contar de 14/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº104

PORTARIA Nº 104, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA MARIA SALETE ROSO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora MARIA SALETE ROSO, CPF Nº833.383.909-63, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 40h semanais, a contar de 01/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº105

PORTARIA Nº 105, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA GISELE FONTANELLA ROSSO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora GISELE FONTANELLA ROSSO, CPF Nº670.827.269-53, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 30h semanais, a contar de 01/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº106

PORTARIA Nº 106, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA RITA DE CASSIA ROSSA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora RITA DE CASSIA ROSSA, CPF Nº518.007.059-72, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 40h semanais, a contar de 14/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº107

PORTARIA Nº 107, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA ELIANE ELIZABETH FRASSETO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora ELIANE ELIZABETH FRASSETO, CPF Nº378.818.689-53, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 40h semanais, a contar de 14/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº108

PORTARIA Nº 108, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA ANGELA MARIA CAMBRUZZI BURNAGUI

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora ANGELA MARIA CAMBRUZZI BURNAGUI, CPF Nº609.835.749-87, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 30h semanais, a contar de 14/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria N° 109

PORTARIA Nº 109, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA SANDRA REGINA BIZ ALFREDO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora SANDRA REGINA BIZ ALFREDO, CPF Nº854.924.269-15, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 40h semanais, a contar de 01/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria N° 110

PORTARIA Nº 110, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

ALTERA A CARGA HORARIA DA SERVIDORA DALVANI BAESSO NOLA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora DALVANI BAESSO NOLA, CPF Nº522.175.079-15, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, para 40h semanais, a contar de 01/02/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria N° 111

PORTARIA Nº 111, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

CONCEDE FG A SERVIDORA DALVANI BAESSO NOLA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada à servidora DALVANI BAESSO NOLA, CPF/MF sob nº 522.175.079-15, Professora MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$ 700,00, Responsabilidade pela organização do Departamento de Cultura do

Município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria N° 112

PORTARIA Nº 112, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

CONCEDE FG AO SERVIDOR IVO BETTIOL

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor IVO BETTIOL, CPF/MF sob nº 144.835.059-04, Operador de Maquinas, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$ 250,00, Responsabilidade pelo plantão dos serviços de urgência na Secretaria de Obras, nos feriados e finais de semana.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria N° 113

PORTARIA Nº 113, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

CONCEDE FG AO SERVIDOR JOÃO BATISTA PIACENTINI

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor JOÃO BATISTA PIACENTINI, CPF/MF sob nº 461.213.159-20, Chapeador, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$ 250,00, Responsabilidade pelo auxílio na manutenção dos veículos pertencente a frota municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº114

PORTARIA Nº 114, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE FG AO SERVIDOR VILMAR SALÉSIO DONADEL

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor VILMAR SALÉSIO DONADEL, CPF/MF sob nº 506.946.009-97, Ajudante de Mecânico, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$ 250,00, Responsabilidade pelo auxílio na manutenção dos veículos pertencente a frota municipal, nos finais de semana.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº115

PORTARIA Nº 115, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE FG AO SERVIDOR JORGE LUIZ OLIVO

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor JORGE LUIZ OLIVO, CPF/MF sob nº 022.272.139-14, Escriturário, do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$ 700,00, Responsabilidade pela organização, controle e emissão das notas de produtor rural, junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº116

PORTARIA Nº 116, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE FG AO SERVIDOR JOSE ROSSI

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica

do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor JOSE ROSSI, CPF/MF sob nº 556.504.739-00, Encarregado de Obras, do Quadro Permanente do Município, FG 02, Valor R\$ 500,00, Responsabilidade pelo encaminhamento das solicitações referente à manutenção da Iluminação Pública.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº117

PORTARIA Nº 117, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE FG AO SERVIDOR LUIZ CAETANO GHISLANDI

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor LUIZ CAETANO GHISLANDI, CPF/MF sob nº 769.231.429-20, Operário Braçal, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$ 250,00, Responsabilidade pela lavação dos ônibus e caminhões pertencentes a frota municipal, nos finais de semana.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº118

PORTARIA Nº 118, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE FG AO SERVIDOR PEDRO ANTONIO DE SOUZA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor PEDRO ANTONIO DE SOUZA, CPF/MF sob nº 579.828.569-34, Operário de Retroescavadeira, do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$ 700,00, Responsabilidade pelo plantão dos serviços de urgência na Secretaria de Agricultura, nos feriados e finais de semana.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 119

PORTARIA Nº 119, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

CONCEDE FG AO SERVIDOR ROBSON BENTO MARTINS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor ROBSON BENTO MARTINS, CPF/MF sob nº 592.067.729-53, Almoxarife, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$ 150,00, Responsabilidade pela organização da documentação administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 120

PORTARIA Nº 120, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

CONCEDE FG AO SERVIDOR RONAN ANTUNES LAUFER

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor RONAN ANTUNES LAUFER, CPF/MF sob nº 047.828.679-13, Operador de Máquinas, do Quadro Permanente do Município, FG 02, Valor R\$ 500,00, Responsabilidade pelo carregamento e controle de caminhões que transportam taguá para manutenção das estradas vicinais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 121

PORTARIA Nº 121, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

CONCEDE FG AO SERVIDOR SERGIO BETTIOL

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor SERGIO BETTIOL, CPF/MF sob nº 415.484.349-49, Lubrificador, do Quadro Permanente do Município, FG 05, Valor R\$ 150,00, Responsabilidade pela lubrificação dos ônibus e caminhões pertencentes a frota municipal nos finais de semana.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 122

PORTARIA Nº 122, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

CONCEDE FG AO SERVIDOR VANDERLEI MARCOS MACHRY

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada ao servidor VANDERLEI MARCOS MACHRY, CPF/MF sob nº 548.957.829-72, Mecânico, do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$ 700,00, Responsabilidade pela organização do setor mecânico de toda a frota municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 19 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 123

PORTARIA Nº 123, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA MARILENE MACHADO DE SOUZA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA CIDADÃ

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, MARILENE MACHADO DE SOUZA, CPF/MF sob nº548.497.219-15, Professora MAG/ST, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 01/02/2013, ocupar o cargo de Secretária do Centro de Educação Infantil Criança Cidadã, por 20h, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 30% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº124

PORTARIA Nº 124, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA ALESSANDRA RAMIRO PARA O CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL AURORA PÉTERLE

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, ALESSANDRA RAMIRO, CPF/MF sob nº899.223.959-91, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 01/02/2013, ocupar o cargo de Diretora da Escola de Educação Básica Municipal Aurora Péterle, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 50% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº125

PORTARIA Nº 125, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA ROSANGELA ROUSSENQ CARDOSO PARA O CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL JORGE BIF

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, ROSANGELA ROUSSENQ CARDOSO, CPF/MF sob nº016.448.389-66, Professora MAG/LP, do Quadro

Permanente do Município, para a contar de 01/02/2013, ocupar o cargo de Diretora da Escola de Educação Básica Municipal Jorge Bif, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 50% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº126

PORTARIA Nº 126, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA CLEONIR TEREZINHA MORETTO URBANO PARA O CARGO DE DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL OLIVIO CESA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, CLEONIR TEREZINHA MORETTO URBANO, CPF/MF sob nº753.503.199-49, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 01/02/2013, ocupar o cargo de Diretora do Centro de Educação Infantil Municipal Olivio Cesa, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 50% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº127

PORTARIA Nº 127, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA RITA DE CASSIA SIPRIANO SILVA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL OLIVIO CESA

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, RITA DE CASSIA SIPRIANO SILVA, CPF/MF sob nº769.251.109-87, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 01/02/2013, ocupar o cargo de Secretária do Centro de Educação Infantil Municipal Olivio

Cesa, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 30% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria N°128

PORTARIA Nº 128, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA LOIVA BORTOLUZZI DA SILVA PARA O CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MIGUEL LAZZARIN

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, LOIVA BORTOLUZZI DA SILVA, CPF/MF sob nº833.384.119-87, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 01/02/2013, ocupar o cargo de Diretora da Escola de Educação Básica Municipal Miguel Lazzarin, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 50% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria N°129

PORTARIA Nº 129, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA JUCINÉIA NUNES PARA O CARGO DE DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA CIDADÃ

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, JUCINÉIA NUNES, CPF/MF sob nº021.943.659-23, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 01/02/2013, ocupar o cargo de Diretora do Centro de Educação Infantil Criança Cidadã, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 50% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria N°130

PORTARIA Nº 130, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA CARMEM ALBERTINA POSSOLI DE BONA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRIANÇA CIDADÃ

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, CARMEM ALBERTINA POSSOLI DE BONA, CPF/MF sob nº579.831.519-34, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 01/02/2013, ocupar o cargo de Secretária do Centro de Educação Infantil Criança Cidadã, por 20h, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 30% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria N°131

PORTARIA Nº 131, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

DESIGNA A SERVIDORA FABIOLA PADILHA CAETANO BEZ PARA O CARGO DE SECRETÁRIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL AURORA PÉTERLE

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, FABIOLA PADILHA CAETANO BEZ, CPF/MF sob nº025.765.849-18, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 18/02/2013, ocupar o cargo de Secretária da Escola de Educação Básica Municipal Aurora Péterle, por 20h, concedendo-se a gratificação de 30% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 18/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 132

PORTARIA Nº 132, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
DESIGNA A SERVIDORA LUCILENE VITALI PEREIRA MAZZORANA PARA O CARGO DE SECRETÁRIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL AURORA PÉTERLE

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, LUCILENE VITALI PEREIRA MAZZORANA, CPF/MF sob nº000.122.219-88, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 18/02/2013, ocupar o cargo de Secretária da Escola de Educação Básica Municipal Aurora Péterle, por 20h, concedendo-se a gratificação de 30% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 18/02/2013.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 133

PORTARIA Nº 133, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR ORACIDIO PEREIRA JUNIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento, para tratar de assuntos particulares ao servidor ORACIDIO PEREIRA JUNIOR, CPF/MF nº045.445.479-11, Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 4 (quatro) anos, a partir de 15/03/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 134

PORTARIA Nº 134, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONTRATA ELAINE POSSENTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;
RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ELAINE POSSENTI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº041.648.249-05, inscrição nº16 do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº01/2013, para ocupar a função de Professora de Ciências - 10h, nas Escolas de Educação Básica Municipal Jorge Bif, Aurora Peterle e Miguel Lazzarin, em vaga transitória, a contar de 14/02/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 135

PORTARIA Nº 135, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONTRATA DENISE OLIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;
RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente DENISE OLIVO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº037.139.169-50, inscrição nº05 do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº01/2013, para ocupar a função de Professora de Inglês - 10h, na Escola de Educação Básica Municipal Aurora Peterle e CEM, em vaga transitória, a contar de 14/02/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 136

PORTARIA Nº 136, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONTRATA GISNARA COSTA GONÇALVES MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;
RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente GISNARA COSTA GONÇALVES MARTINS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº037.943.659-09, inscrição nº60 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº01/2013,

para ocupar a função de Professora do Ensino Médio - 20h, na Escola de Educação Básica Municipal Jorge Bif, em vaga transitória, a contar de 18/02/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 137

PORTARIA Nº 137, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

CONTRATA REJANE MARIA COLOMBO PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente REJANE MARIA COLOMBO PEREIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº951.080.689-72, inscrição nº82 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº01/2013, para ocupar a função de Professora do Ensino Fundamental - 20h, na Escola de Educação Básica Municipal Miguel Lazzarin, em vaga vinculada da servidora Loiva Bortoluzzi da Silva, que encontra-se exercendo o cargo de Direção de Escola, a contar de 18/02/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 138

PORTARIA Nº 138, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

CONTRATA ANDRIUS ANTUNES VICENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANDRIUS ANTUNES VICENTE, brasileiro(a), CPF/MF sob nº027.307.539-07, inscrição nº70 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº01/2013, para ocupar a função de Professor de Geografia - 20h, na Escola de Educação Básica Municipal Jorge Bif, em vaga vinculada da servidora Claudete Raup Cesa, que encontra-se em licença para tratamento de saúde, a contar de 18/02/2013 até 20/12/2013 ou retorno da titular, o que ocorrer primeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 139

PORTARIA Nº 139, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

CONTRATA ANDREA ROSANE DE SOUZA GHIZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ANDREA ROSANE DE SOUZA GHIZI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº687.843.099-20, inscrição nº80 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº01/2013, para ocupar a função de Professor de Geografia - 10h, na Escola de Educação Básica Municipal Aurora Peterle, em vaga vinculada da servidora Fabiola Padilha Caetano Bez, que encontra-se ocupando o cargo de secretária de escola, a contar de 18/02/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 140

PORTARIA Nº 140, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

CONTRATA ZULENIR MAGALI PÉRICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ZULENIR MAGALI PÉRICO, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 998.679.909-00, inscrição nº27 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº03/2012, para ocupar a função de Professor de Educação Infantil - 20h, no Centro de Educação Infantil Municipal Olivio Cesa, em vaga vinculada da servidora Rejane Michele Betiol, que encontra-se em licença saúde/maternidade, a contar de 20/02/2013 até o retorno da titular.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº141

PORTARIA Nº 141, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONTRATA FABIANA BITTENCOURT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente FABIANA BITTENCOURT, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 854.919.779-34, inscrição nº02 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº02/2013, para ocupar a função de Professor de Italiano - 20h, nas Escolas de Educação Básica Municipal Jorge Bif e Aurora Péterle e no Centro de Educação Infantil Criança Cidadã, em vaga exedente, a contar de 18/02/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº142

PORTARIA Nº 142, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONTRATA ELIZANGELA VITORINO BRUNEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ELIZANGELA VITORINO BRUNEL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 032.438.289-88, inscrição nº04 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº02/2013, para ocupar a função de Professor de Italiano - 10h, nas Escolas de Educação Básica Municipal Jorge Bif e Aurora Péterle, em vaga exedente, a contar de 18/02/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº143

PORTARIA Nº 143, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONTRATA ROGERIO GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011; RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ROGERIO GASPAR, brasileiro(a),

CPF/MF sob nº 746.256.249-91, inscrição nº03 - do Processo Seletivo Simplificado de Pessoal nº02/2013, para ocupar a função de Professor de Física - 10h, CEM, em vaga exedente, a contar de 18/02/2013 até 20/12/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº144

PORTARIA Nº 144, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONTRATA SERGIO COSTA LEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente SERGIO COSTA LEAL, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 352.136.800-97, para ocupar a função de Médico Clínico Geral, no Plantão 24h São Lucas, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/02/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº145

PORTARIA Nº 145, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA ADRIANA NEVES LOPES CARDOSO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009, RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora ADRIANA NEVES LOPES CARDOSO, CPF/MF nº036.824.029-00, Técnico de Enfermagem, do Quadro Permanente do Município, a contar de 19/02/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº146

PORTARIA Nº 146, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONTRATA RAFAEL ROSWAG MADEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente RAFAEL ROSWAG MADEIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 034.511.169-93, para ocupar a função de Médico Psiquiatra, na Secretaria de Saúde, a contar de 21/02/2013 até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº147

PORTARIA Nº 147, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
ENQUADRA O SALARIO BASE DO SERVIDOR MÁRCIO HUMBERTO MORETTI AO VALOR DE 8,5 SALARIOS MINIMOS, CONFORME DECISÃO JUDICIAL DO PROCESSO 03655-2007-027-12-00-8

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

CONSIDERANDO, decisão judicial do Processo 03655-2007-027-12-00-8

RESOLVE:

Art. 1º - Enquadrar o salário base do servidor, MÁRCIO HUMBERTO MORETTI, CPF nº245.799.209-53, Engenheiro Agrimensor, do Quadro Permanente do Município, ao valor de 8,5 (oito e meio) salários mínimos, conforme sentença judicial do processo 03655-2007-027-12-00-8, a contar de 01/02/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº148

PORTARIA Nº 148, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
ENQUADRA O SALARIO BASE DO SERVIDOR CELITO FRITZEN AO VALOR DE 8,5 SALARIOS MINIMOS, CONFORME DECISÃO JUDICIAL DO PROCESSO 03655-2007-027-12-00-8

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

CONSIDERANDO, decisão judicial do Processo 03655-2007-027-12-00-8

RESOLVE:

Art. 1º - Enquadrar o salário base do servidor, CELITO FRITZEN, CPF nº341.471.449-34, Engenheiro Agrimensor, do Quadro Permanente do Município, ao valor de 8,5 (oito e meio) salários mínimos, conforme sentença judicial do processo 03655-2007-027-12-00-8, a contar de 01/02/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº149

PORTARIA Nº 149, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
ENQUADRA O SALARIO BASE DO SERVIDOR RONALDO REMOR AO VALOR DE 8,5 SALARIOS MINIMOS, CONFORME DECISÃO JUDICIAL DO PROCESSO 03655-2007-027-12-00-8

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

CONSIDERANDO, decisão judicial do Processo 03655-2007-027-12-00-8

RESOLVE:

Art. 1º - Enquadrar o salário base do servidor, RONALDO REMOR, CPF nº854.924.189-04, Engenheiro Agrônomo, do Quadro Permanente do Município, ao valor de 8,5 (oito e meio) salários mínimos, conforme sentença judicial do processo 03655-2007-027-12-00-8, a contar de 01/02/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN

Em, 27 de Fevereiro de 2013.

HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº150

PORTARIA Nº 150, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº232/2011

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº232/2011, considerando o retorno ao trabalho da servidora RAQUEL PRUDÊNCIO, CPF/MF 651.749.849-49, Gari, do Quadro Permanente do Município, a contar de 06/02/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 27 de Fevereiro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 151

PORTARIA Nº 151, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR VALBERTO BERKENBROCK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento, para tratar de assuntos particulares ao servidor VALBERTO BERKENBROCK, CPF/MF nº592.122.259-34, Contador, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 2 (dois) anos, prorrogáveis por mais 2(dois) anos, a partir de 01/03/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 27 de Fevereiro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de Fevereiro de 2013.

Portaria Nº 99

PORTARIA Nº 99, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013
CONCEDE FG A SERVIDORA SIMONE LUIZA GONÇALVES CARMINATTI

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal nº1.808/2009 combinada com a nº1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada à servidora SIMONE LUIZA GONÇALVES CARMINATTI, CPF/MF sob nº 578.407.179-34, Auxiliar Contábil, do Quadro Permanente do Município, FG 01, Valor R\$ 700,00, Responsabilidade pela organização das agendas dos Médicos Especialistas na Unidade de Saúde São Lucas.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 19 de Fevereiro de 2013.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

CLOIR DA SOLLER
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de Fevereiro de 2013.

Timbé do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato 03/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL/SC
CONTRATO N.º 03/2013.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul/SC.

Contratada: Empresa NEWSYSTEM COMÉRCIO DE RELÓGIO PONTO LTDA. Objeto: locação de 01 (um) relógio ponto com leitura biométrica de impressão digital e suporte técnico especializado, para controle do ponto dos servidores públicos da Câmara de Vereadores do Município de Timbé do Sul/SC. Valor: R\$ 1.870,00 (hum mil e oitocentos e setenta reais). Data da Assinatura: 01/03/2013. Vigência: até 31/12/2013.

Timbó

PREFEITURA

Portaria Nº SEMFA-D0042, de 11 de Fevereiro de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0042, de 11 de fevereiro de 2013
Concede Licença sem vencimentos à servidora Maria Tereza Longo Lenzi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS, à servidora, MARIA TEREZA LONGO LENZI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria de Educação, por dois anos, a contar de 01 de fevereiro de 2013 (período 01/02/2013 à 31/01/2015), conforme processo RH13-0011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGELICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0043, de 11 de Fevereiro de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0043, de 11 de fevereiro de 2013
Concede Licença sem vencimentos ao servidor Júlio Hilário Arpini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar

nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS, ao servidor, JÚLIO HILÁRIO ARPINI, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria de Educação, por dois anos, a contar de 01 de fevereiro de 2013 (período 01/02/2013 à 31/01/2015), conforme processo RH13-0012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0044, de 14 de Fevereiro de 2013

PORTARIA Nº SEMFA-D0044, de 14 de fevereiro de 2013

Concede Licença sem vencimentos ao servidor Elton Giovani Gretter.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS, ao servidor, ELTON GIOVANI GRETTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serv. Administrativos, lotado na Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, por dois anos, a contar de 21 de fevereiro de 2013 (período 21/02/2013 à 20/02/2015), conforme processo RH13-0013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 14 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria No 123, de 04 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 123, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto

3031, de 02 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor C10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Fabiane Aline Ewald (Subst.Oliva Cristofolini-afast.do exerc.do cargo)	26/08/82	005.374.239.79	20h	04/02/2013 a 28/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 166, de 21 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 166, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor C10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Carla Klaunder Meier (Aumento do número de alunos)	25/02/66	458.247.119/68	20h	22/02/2013 a 28/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 21 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 121, de 1º de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 121, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art. 2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
EDERSON JOSÉ GIRELLI (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	25/10/92	055.031.149/14	44h	07/02/2013 a 29/03/2013
ROSE MELI STOLF EVARISTO (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	17/08/69	613.425.789.49	44h	01/02/2013 a 28/03/2013

Cargo: Fisioterapeuta (GP-65)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
PRISCILA LENZI ODEBRECHT (Atendimento de Programas-NASF (Núcleo de Apoio a Saúde da Família))	04/07/81	050.755.189-31	20h	01/02/2013 a 28/03/2013

Cargo: Médico (GP-75)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA (Aumento do número de pacientes na especialidade)	12/09/69	960.765.770-53	20h	01/02/2013 a 28/03/2013

Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público/Proc. Seletivo)	21/03/71	953.596.800-91	30h	11/02/2013 a 29/03/2013
MAIRA PASQUALINI (Aumento do número de pacientes)	03/03/86	043.218.979-39	30h	01/02/2013 a 28/03/2013

Cargo: Auxiliar de Enfermagem (SP-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MARIA GIROLA FELIPPI (Aumento do número de pacientes)	19/02/66	545.394.399-87	30h	07/02/2013 a 29/03/2013

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
EDISON JOSE GRAUPE (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	17/11/69	598.374.890.49	40h	01/02/2013 a 28/03/2013
ELIANE MARGRIT DOS A. VOLKMANN (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	05/10/72	666.005.459-68	40h	01/02/2013 a 28/03/2013
ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	22/02/80	798.426.239.04	40h	04/02/2013 a 28/03/2013

JOCIMARA ODETE PASQUALINI PESSATI (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	25/04/81	003.884.869-45	40h	01/02/2013 a 28/03/2013
JULIANA PEREIRA (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	20/07/83	036.868.109-21	40h	08/02/2013 a 29/03/2013
ROBERTA NELCI PELIM (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	09/02/81	004.166.899-57	40h	01/02/2013 a 28/03/2013
ROSANGELA FERREIRA DA SILVA PRIMO (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	05/07/72	107.160.388/46	40h	18/02/2013 a 29/03/2013
SONGELA DOS SANTOS (Ausência de candidatos aprovados em Concurso Público)	06/04/84	041.004.049-56	40h	11/02/2013 A 29/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 122, de 1º de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 122, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Michele Lays Bendotti (Subst.Carla T.R.Geiler-ocupando cargo em comissão)	29/07/83	055.890.659-17	35h	01/02/2013 a 28/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 124 de 04 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 124 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Fabricia Micheli Begalke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal FABRICIA MICHELI BEGALKE contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 056, de 21 de janeiro de 2013, a contar de 1º de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 04 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 125, de 04 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 125, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Motorista (SG-29)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Pedro Thiago Pereira (Aumento do número de alunos no transporte escolar)	07/02/87	009.700.259-39	44h	13/02/2013 a 28/03/2013

Cargo: Secretária de Escola (GA-45)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Cristiana Salvador (Subst. Claracy Butzke, que se encontra em afast. do exerc. do cargo)	01/02/75	902.383.979-04	40h	06/02/2013 a 28/03/2013
Edna da Silveira Cardoso (Aumento do número de alunos)	06/12/83	038.949.259-06	40h	04/02/2013 a 28/03/2013

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Cristina Amarante Padilha (Aumento do número de alunos)	27/12/81	047.955.319-00	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Dilma Chequeto (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Públ.)	10/08/57	890.051.809-78	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Elisete de Borba Ferrari (Aumento do número de alunos)	08/12/64	523.128.529-34	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Graziela Aparecida de Souza (Subst. Diethlind Duwe, que se encontra em Lic. Para Trat. de Saúde)	24/04/85	735.180.296-30	44h	04/02/2013 a 28/03/2013

Jean Carlo da Silva (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Públ.)	09/06/75	750.728.589-87	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Juliana Aparecida de Oliveira Goetten (Aumento do número de alunos)	13/12/67	661.099.309-20	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Marcia do Rocio Lucas (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Públ.)	29/07/73	718.404.789-34	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Marcia Feltrin Muller (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Públ.)	03/08/79	004.906.269-71	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Marisa Beyer (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Públ.)	23/03/71	513.390.800-87	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Rolf Grauppe (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Públ.)	12/05/59	418.895.099-49	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Roseli Aparecida Monteiro da Silva (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Públ.)	23/11/65	811.588.409-00	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Roseli Maria Ropelato (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc. Públ.)	18/10/61	511.699.839-87	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Rubens Zibell (Aumento do número de alunos)	02/11/56	350.933.749-20	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Solange Felipe Kisner (Aumento do número de alunos)	27/05/82	008.072.929-07	44h	04/02/2013 a 28/03/2013

Vanessa Salvador da Silva (Aumento do número de alunos)	08/01/91	076.164.589.63	44h	04/02/2013 a 28/03/2013
Zenita Santa-na Clarinda (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc Públ)	10/07/56	523.135.579/87	44h	06/02/2013 a 28/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de fevereiro de 2013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 126, de 04 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 126, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Operador de Máquinas (SG-33)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ramides Erondi Butke (Vacância do cargo e ausência de cand.aprovados em Conc. Público/Proc. Seletivo)	17/05/77	016.020.379-14	44h	04/02/2013 a 01/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 04 de fevereiro de 2013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 127, de 04 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 127, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jusceli Aparecida de Oliveira (Subst.Fabiana S.Ludwig, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	15/08/74	004.801.179.77	30h	04/02/2013 a 28/03/2013
Vanusa Wolter Reiter (Aumento do número de alunos)	24/09/86	052.709.649/02	30h	11/02/2013 a 28/03/2013
Elis Regina Furlanetto Peroza (Subst.Deyse Londres, que se encontra em Lic.Maternidade)	16/03/87	059.923.829-17	30h	12/02/2013 a 28/03/2013
Jessica Popowicz (Aumento do número de alunos)	14/01/91	083.003.759-45	30h	13/02/2013 a 28/03/2013
Nelci Magalhães de Abreu (Aumento do número de alunos)	06/01/63	643.565.909-53	30h	18/02/2013 a 28/03/2013
Monica de Lima Miranda Silva (Subst.Miryam R.Pacher, afast.do exerc.do cargo)	30/07/73	170.945.278-10	30h	14/02/2013 a 28/03/2013

Josi Voltolini (Aumento do número de alunos)	19/03/81	031.687.819/75	30h	12/02/2013 a 28/03/2013
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Carmelita Maria Correia Roeder (Aumento do número de alunos)	17/12/63	340.442.052/72	40h	11/02/2013 a 28/03/2013
Simone Kuester Neves (Aumento do número de alunos)	01/10/87	067.891.039-10	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
Sonia Gonçalves Ribeiro (Aumento do número de alunos)	02/02/70	621.264.669/49	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
Ana Paula Lira (Aumento do número de alunos)	18/05/89	067.524.699-70	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
Sandra Maria Nichelatti (Aumento do número de alunos)	17/11/67	586.369.279/00	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
Cilmara Moretto Dalcanale (Aumento do número de alunos)	15/09/75	018.168.059/98	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
Sandra Regina Mattedi Nardelli (Aumento do número de alunos)	04/03/68	545.400.549-53	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
Maria da Glória Marcondes Martinson (Aumento do número de alunos)	01/05/57	535.545.827-00	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
Adriana Gonçalves de Andrade Baldo (Aumento do número de alunos)	11/06/76	015.489.629-29	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
Anna Paula Tamanini Schwanz (Aumento do número de alunos)	07/10/87	051.748.039-52	40h	14/02/2013 a 28/03/2013

Mayra Dayane Polastri (Aumento do número de alunos)	16/12/94	096.055.069-04	40h	14/02/2013 a 28/03/2013
--	----------	----------------	-----	-------------------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 129 de 06 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 129 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Zeni Correa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 05 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal ZENI CORREA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 075, de 23 de janeiro de 2013, a contar de 05 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 130, de 06 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 130, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Sonja Stupp Gonçalves, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 05 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal SONJA STUPP GONÇALVES, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 034, de 02 de janeiro de 2013, a contar de 05 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 131, de 06 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 131, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Elvis José Costa, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), a contar de 05 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal ELVIS JOSÉ COSTA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito) do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 037, de 07 de janeiro de 2013, a contar de 05 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 132, de 06 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 132, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Jocimar Rogério de Borba, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 1º de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal JOCIMAR ROGÉRIO DE BORBA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 049, de 16 de janeiro de 2013, a contar de 1º de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 134, de 07 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 134, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Ruy Brehmer, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 06 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal RUY BREHMER, contratado temporariamente para o cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 058, de 21 de janeiro de 2013, a contar de 06 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 136, de 08 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 136, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Luiza Maria Marques, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal LUIZA MARIA MARQUES, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 056, de 21 de janeiro de 2013, a contar de 07 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 137, de 11 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 137, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Carlos Eduardo Voltolini, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 05 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e

pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal CARLOS EDUARDO VOLTOLINI, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 034, de 02 de janeiro de 2013, a contar de 05 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 138, de 11 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 138, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Talita Mara dos Passos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal TALITA MARA DOS PASSOS, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 056, de 21 de janeiro de 2013, a contar de 13 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 139, de 11 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 139, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Maurilia Cardoso Maukewich, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Serviços-Nível I, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal MAURILIA CARDOSO MAUKEWICH, do cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Serviços-Nível I, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, do Quadro dos

Servidores Públicos do Município, nomeada pela Portaria nº 3091, de 08 de outubro de 2012, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 140, de 11 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 140, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Mircia Tajana Capestrini Peyerl, admitida para o cargo de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde(Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.5º, Inciso II, da Lei Complementar nº 339, de 30 de novembro de 2007,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal Mircia Tajana Campestrini Peyerl, admitida para o cargo de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde(Fundo Municipal de Saúde), do Quadro de Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 2590, de 07 de abril de 2008, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 141, de 11 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 141, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Assistência Social)

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos(GA-30)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Carla Cristina Durksen Souza Ohf (Subst. Eduardo Espindola-ocupando cargo em comissão)	24/12/79	003.381.519-40	35h	11/02/2013 a 29/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 143, de 12 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 143, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Josi Voltolini, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal JOSI VOLTOLINI, contratada temporariamente para o cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 056, de 21 de janeiro de 2013, a contar de 11 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 12 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 146, de 15 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 146, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Iris Lach Stahnke, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal IRIS LACH STAHNKE, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria

nº 075, de 23 de janeiro de 2013, a contar de 1º de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 147, de 15 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 147, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Adelita Helena Dalpiaz Moreira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 14 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal ADELITA HELENA DALPIAZ MOREIRA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 034, de 02 de janeiro de 2013, a contar de 14 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 148, de 18 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 148, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Priscilla Herweg Bertoldi, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 12 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal PRISCILLA HERWEG BERTOLDI, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 034, de 02 de janeiro de 2013, a contar de 12 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 149, de 18 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 149, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

Designa profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionadas:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Maira Pasqualini	Técnico em Enfermagem	01/02/2013
Maria Girola Felippi	Auxiliar de Enfermagem	07/02/2013
Eliane Aparecida de Oliveira	Técnica em Enfermagem	11/02/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 150, de 18 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 150, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispensa profissional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Programa Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR profissional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Ilsete Teresinha Campestre	Auxiliar de Enfermagem	01/02/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 151, de 19 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 151, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

(Fundo Municipal de Trânsito)

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Gerson Jair Kohls (Ausência de cand. aprov.em Conc.Público)	28/12/77	936.461.609-00	44h	19/02/2013 a 29/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 152, de 19 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 152, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza o Servidor Público Municipal Marco Antonio Longo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Marco Antonio Longo	Supervisor da Divisão de Apoio Administrativo	03426340740 / AC

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 19 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 162, de 20 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 162, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Zelir Mattiello, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 12 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal ZELIR MATTIELLO, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 075, de 23 de janeiro de 2013, a contar de 12 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 164, de 21 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 164, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Terezinha Spezia Baddaratz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal TEREZINHA SPEZIA BADDARATZ, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 042, de 15 de janeiro de 2013, a contar de 20 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 21 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 165, de 21 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 165, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educador Infantil B18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Heltrud Schutze Hennings (Subst.Sonia Vicente, que se encontra em afast. do exerc.do cargo)	15/04/51	902.394.589/15	30h	21/02/2013 a 22/03/2013
Jennifer Caetano Maschio Brucker (Subst.Gracielle Bell, que se encontra em Lic.Trat. de Saúde em Pessoa da Família)	11/10/89	075.180.859-84	30h	21/02/2013 a 22/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 167, de 22 de Fevereiro de 2013

PORTARIA No 167, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Rogério Carl, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 28 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal ROGÉRIO CARL, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 051, de 17 de janeiro de 2013, a contar de 28 de fevereiro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 22 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 172, de 1º de Março de 2013

PORTARIA No 172, DE 1º DE MARÇO DE 2013

Autoriza a Servidora Pública Municipal Rubia Graziela Tomazoni, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar

deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Rubia Graziela Tomazoni	Assistente Social	03015793178 / B

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 173, de 1º de Março de 2013

PORTARIA No 173, DE 1º DE MARÇO DE 2013

Autoriza a Servidora Pública Municipal Lourena Pinotti, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Lourena Pinotti	Técnica em Enfermagem	02750499134 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo

na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1º de março de 2013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 174, de 1º de Março de 2013

PORTARIA No 174, DE 1º DE MARÇO DE 2013

Autoriza a Servidora Pública Municipal Olivia Brait, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Olivia Brait	Fisioterapeuta	00686147408 / B

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1º de março de 2013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 175, de 1º de Março de 2013

PORTARIA No 175, DE 1º DE MARÇO DE 2013

Autoriza o Servidor Público Municipal Thiago Prange, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", RESOLVE: AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Thiago Prange	Fisioterapeuta	00961848658 / B

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em1º de março de 2013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 135, de 08 de Fevereiro de 2013

PORTARIA Nº 135, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do

período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adauto Martins de Oliveira	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Ademar Hahnebach	039, de 08/01/2013	29/03/2013
Ademir de Borba	049, de 16/01/2013	01/03/2013
Adriano Dallabona	039, de 08/01/2013	29/03/2013
Adriano Klemz	052, de 18/01/2013	29/03/2013
Amarildo Diogo Correia	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Audir Pasquali	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Augusto Vital Dognini	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Bruno Roedel	049, de 16/01/2013	01/03/2013
David da Silva	039, de 08/01/2013	29/03/2013
Ditmar Hackbarth	049, de 16/01/2013	01/03/2013
Domingo Pereira	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Edemilson Franz	046, de 15/01/2013	01/03/2013
Elirio Stolf	049, de 16/01/2013	01/03/2013
Emerson Roberto Sanches	039, de 08/01/2013	29/03/2013
Engelberto Franz	039, de 08/01/2013	29/03/2013
Ernstfried Withoeft	049, de 16/01/2013	01/03/2013
Ivanor José Diogo Correia	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Jairo Bartel	048, de 16/01/2013	29/03/2013
João Dutra Ribeiro	039, de 08/01/2013	29/03/2013
João Luis dos Santos	039, de 08/01/2013	29/03/2013
José Mauricio Alves Souza	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Lucas de Oliveira Borges	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Luis Carlos Miranda dos Santos	039, de 08/01/2013	29/03/2013
Marcelo Juliano da Silveira	039, de 08/01/2013	29/03/2013
Natal Ferreti	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Nilton de Oliveira	048, de 16/01/2013	29/03/2013
Nivaldo Luiz Bernardo	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Orival Tancon	051, de 17/01/2013	01/03/2013
Raul Kleinschmidt	039, de 08/01/2013	29/03/2013
Renato Lombardi	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Roberto Carlos Moreira Lisboa	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Rodrigo de Oliveira	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Rogério Carl	051, de 17/01/2013	01/03/2013
Valmor Helmbrecht	039, de 08/01/2013	01/03/2013
Walmor Valentim Theiss	049, de 16/01/2013	01/03/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 144, de 13 de Fevereiro de 2013

PORTARIA Nº 144, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera a Portaria nº 2905, de 25 de maio de 2012, que designa membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 2.011, de 12 de junho de 1998 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 2905, de 25 de maio de 2012, que designa membros para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com mandato até 25 de maio de 2014, designando:

I - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE:

Titular: Fabiano Martins Adriano, em substituição ao Nilton Theilacker

Suplente: Silvia Saul Museka, em substituição a Vera Lucia Castilho

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS:

Titular:

Suplente: Adilson Mesch, em substituição ao Marco Antonio Longo

IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Sandra Regina Cunha de Moura, em substituição ao Douglas Ropelato

Suplente:

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 163, de 21 de Fevereiro de 2013

PORTARIA Nº 163, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2013

Instaura Sindicância Administrativa nº 01/2013, para apurar fatos constantes no memorando expedido pela Secretária Municipal da Fazenda e Administração, em 07 de fevereiro do corrente e demais documentos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 01/2013, para apurar fatos constantes no memorando expedido pela Secretária Municipal da Fazenda e Administração, em 07 de fevereiro do corrente e demais documentos, referente a duplicidade no registro da sepultura nº 141, quadra 04 do Cemitério Municipal Jardim da Paz.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 089, de 1º de fevereiro do corrente, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 21 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 168, de 28 de Fevereiro de 2013

PORTARIA Nº 168, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Ramides Erondi Butke	126, de 04/02/2013	29/03/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº SEMFA-D0033 de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0033 de 11 de fevereiro de 2013.

Concede Licença à Gestante para a servidora Luize Amanda Salvador.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante para a servidora LUIZE AMANDA SALVADOR, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por cento e vinte (120) dias, a contar de 05 de fevereiro de 2013 (período 05/02 a 04/06/2013), conforme Processo RH13-0009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário da Fazenda e Administração.

Portaria Nº SEMFA-D0034 de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0034 de 11 de fevereiro de 2013.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Luize Amanda Salvador.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde		
Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Luize Amanda Salvador	SEMFA-D0033 de 11.01.2013	03.08.2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIGANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0040 de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0040 de 11 de Fevereiro de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sandra Regina Dallabona Schmitt.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sandra Regina Dallabona Schmitt, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por Meio (0,5) dia, a contar de 06 de fevereiro de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH09-0229.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0021, de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0021, de 01 de fevereiro de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Simone Soares e Silva.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SIMONE SOARES E SILVA, ocupante do cargo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 31.01.2013 a 01.02.2013, por dois (02) dias, conforme Processo RH12-0182;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0022, de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0022, de 01 de fevereiro de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dirlene Vicente Salvador.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DIRLENE VICENTE SALVADOR, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01.02.2013 à 10.05.2013, por noventa e nove (99) dias, conforme Processo RH04-0021;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0023 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0023 de 01 de Fevereiro de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Muller Rozza.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Muller Rozza, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação por Hum (01) dia, a contar de 13/12/2012, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH02-979.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de Fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0024, de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0024, de 01 de fevereiro de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Janete Freygang Mendes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora JANETE FREYGANG MENDES, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15.01.2013 à 31.01.2013, por dezessete (17) dias, conforme Processo RH08-0343;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 01 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0025 de 05 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0025 de 05 de fevereiro de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Kátia Regina Lazarini Vilvert.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora KÁTIA REGINA LAZARINI VILVERT, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme Processo RH13-0007;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 30/01 à 13/02/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 14/02 à 03/04/2013 (49 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0026, de 05 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0026, de 05 de fevereiro de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Airton Dalpiaz.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor AIRTON DALPIAZ, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 31.01.2013 à 05.03.2013, por trinta e quatro (34) dias, conforme Processo RH11-0364;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 05 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0027, de 06 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0027, de 06 de fevereiro de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Roland Reichel.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ROLAND REICHEL, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 06.02.2013 à 06.03.2013, por vinte e nove (29) dias, conforme Processo RH00-0179;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0028, de 06 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0028, de 06 de fevereiro de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Ademar Uecker.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ADEMAR UECKER, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Fundação Municipal de Esportes, a contar de 31.01.2013 à 07.03.2013, por trinta e seis (36) dias, conforme Processo RH11-0084;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 06 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0029, de 07 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0029, de 07 de fevereiro de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Osti Koehler.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor OSTO KOEHLER, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 06.02.2013 à 07.05.2013, por noventa e um (91) dias, conforme Processo RH12-0076;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0030 de 07 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0030 de 07 de Fevereiro de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Meike Marly Schubert.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Meike Marly Schubert, ocupante do cargo de Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por Três (03) dias, a contar de 06/02/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0372.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 07 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0031, de 08 de Fevereiro de 2013

PORTARIA NºSEMFA-D0031, de 08 de fevereiro de 2013

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço à servidora Ellen Márcia Milbratz Habeck.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço à servidora ELLEN MÁRCIA MILBRATZ HABECK, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Administrativos, lotada no Secretaria Municipal de Saúde, por vinte e oito (28) dias, a contar de 09/02 a 08/03/2013, conforme Processo RH12-0137;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0032 de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0032 de 11 de fevereiro de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Carmen Dolores Busarello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora CARMEN DOLORES BUSARELLO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH13-0008;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 04/02 à 18/02/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 19/02 à 11/04/2013 (52 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0035 de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0035 de 11 de fevereiro de 2013.

Concede Licença por Acidente em Serviço à servidora Rossana Koffke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO à servidora ROSSANA KOFFKE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por vinte e cinco (25) dias, a contar de 07/02/2013 à 03/03/2013, conforme Processo RH13-0010;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0036, de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0036, de 11 de fevereiro de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Zeferino Nodari.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor ZEFERINO NODARI, ocupante do cargo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 11.02.2013 à 04.03.2013, por vinte e dois (22) dias, conforme Processo RH12-0053;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0037 de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0037 de 11 de Fevereiro de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Débora Mariane Peyerl Florencio.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no

uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Débora Mariane Peyerl Florencio, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação por Hum (01) dia, a contar de 29/01/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0062.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0038 de 22 de Abril de 2012.

PORTARIA NºSEMFA-D0038 de 22 de abril de 2012.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Raquel Marisa Tomio Brassiani.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pela Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Raquel Marisa Tomio Brassiani, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria de Educação, por Dois (02) dias, a contar de 31/01/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0027.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0039 de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0039 de 11 de Fevereiro de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Muller Rozza .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Muller Rozza , ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação , por Hum (01) dia, a contar de 04/02/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH02-979.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0041, de 11 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0041, de 11 de fevereiro de 2013.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Fabiana de Fátima Santos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora FABIANA DE FÁTIMA SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 08.02.2013 à 14.02.2013, por sete (07) dias, conforme Processo RH09-0205;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em11 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0045, de 14 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0045, de 14 de fevereiro de 2013.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Fabiana de Fátima Santos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora FABIANA DE FÁTIMA SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 15.02.2013 à 28.02.2013, por quatorze (14) dias, conforme Processo RH09-0205;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em14 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0046 de 14 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0046 de 14 de fevereiro de 2013.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Geraldino Irineu Moser.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor GERALDINO IRINEU MOSER, ocupante do cargo de Instrutor Técnico de Modalidade, lotado na Fundação Municipal de Esportes, conforme Processo RH04-0076;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 21/12/2012 à 04/01/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 05/01 à 20/02/2013 (47 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em14 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0047, de 18 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0047, de 18 de fevereiro de 2013.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Fabiana Sasse Ludwig.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora FABIANA SASSE LUDWIG, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 19.02.2013 à 15.03.2013, por vinte e cinco (25) dias, conforme Processo RH05-0297;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0048 de 18 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0048 de 18 de Fevereiro de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz.

O SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por Três (03) dias, a contar de 23/01/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 18 de Fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0049 de 18 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0049 de 18 de Fevereiro de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz.

O SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por Três (03) dias, a contar de 30/01/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 18 de Fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0050 de 18 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0050 de 18 de Fevereiro de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz.

O SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Eliseth Bucher Franz, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por Hum (01) dia, a contar de 04/02/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH06-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 18 de Fevereiro de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Aviso de Abertura das Propostas Tomada de Preço N.º 01 2013 SAMAE - Reforma do Aterro Sanitário

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2013 SAMAE

AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2013, para Reforma do Aterro Sanitário, acontecerá no dia 18/03/2013 às 10h00min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

CARMELINDE BRANDT

Presidente da Comissão de Licitações

Aviso Pregão Presencial Nº. 11 2013 SAMAE - Eletro Eletrônica

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2013

OBJETO: contratação de mão-de-obra eletroeletrônica, manutenção e instalações elétrica predial e manutenção de bombas destinados a todos os setores da autarquia. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 27 de março de 2013. ABERTURA: dia 27 de março de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do

Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 11/03/2013.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

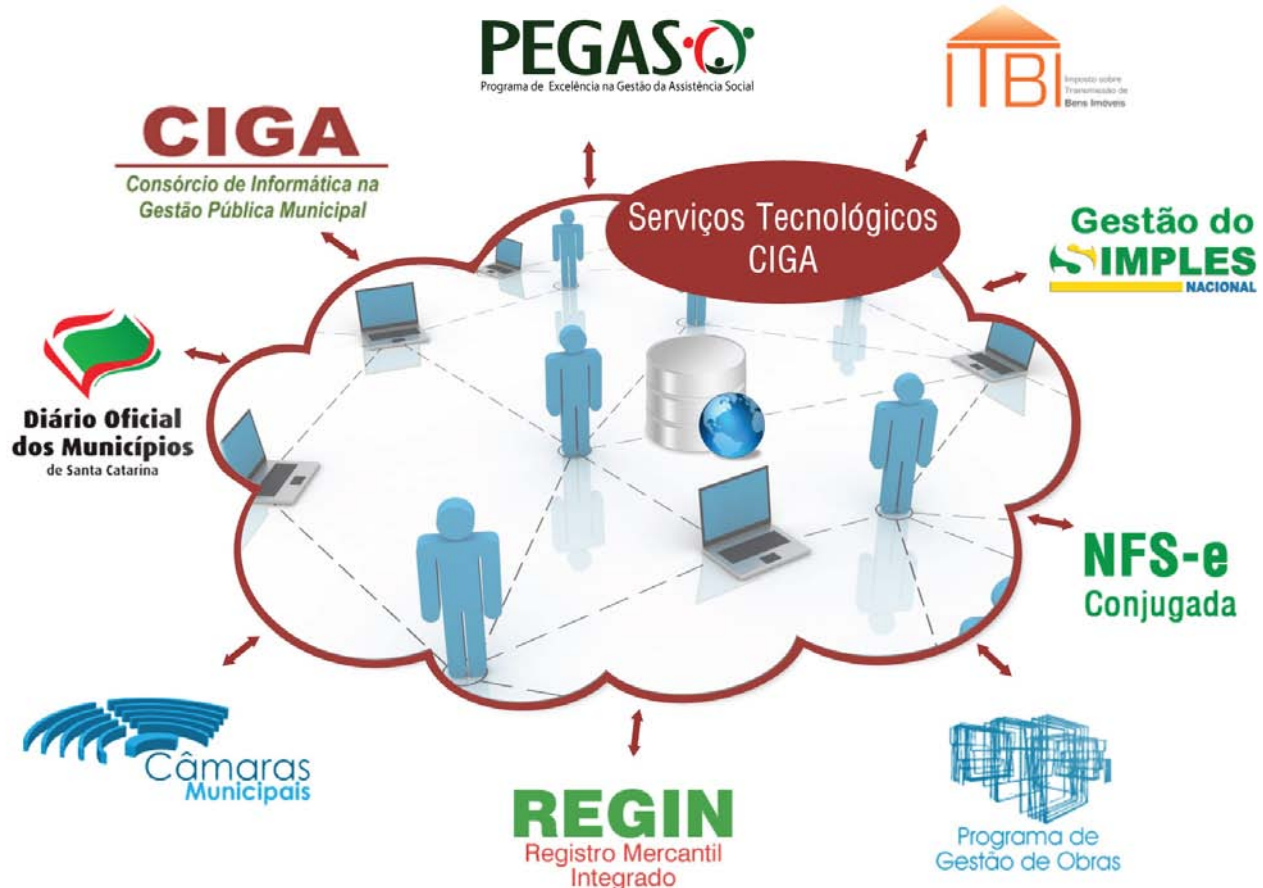
**Decisão - Edital Pregão Presencial N.º 03 2013
SAMAE - Coleta e Análise de Água**
DESPACHO

Interessado: Engetab Análise de Ambiente Ltda
Assunto: Recurso - Edital de Pregão Presencial n. 003/2013

Com fundamento nas razões do Parecer Jurídico nº 014/2013 elaborado pela Procuradoria Geral do Município que segue anexo, e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, DEFIRO o recurso administrativo interposto pela licitante Engetab Análise e Ambiente Ltda a fim de desclassificar a licitante FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP face à ausência do cumprimento do requisito "h" do item 6 do Edital de Pregão n. 003/2013.

Dê-se ciência aos licitantes.

Timbó, 06 de março de 2013.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Trânsito
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRÂNSITO

Nº 098 1434/2013
Nº 756 380/2013
Nº 756 382/2013
Nº 098 1433/2013
Nº 098 1436/2013
Nº 098 1437/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 380/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEO5700	8756025697	5673/2	15/11/2012	R\$ 85,12	183

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1433/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXU3755	55370863D	5185/2	13/11/2012	R\$ 127,69	167
MBH2171	55643095D	5185/1	20/12/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1436/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAM2937	54768577C	6599/2	25/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAM2937	54768578C	6912/0	25/12/2012	R\$ 53,20	232
MBN3987	55370564D	6599/2	19/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDL1685	55370612D	6599/2	29/11/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1437/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYQ2993	55370915D	5185/1	19/10/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 382/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA5209	8756025951	7463/0	14/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
AKC2101	8756025404	7455/0	03/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
AKQ5620	8756024794	7455/0	20/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
BZN2278	8756024635	6050/3	09/10/2012	R\$ 191,53	208
DSS7638	8756026138	7455/0	23/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
IRB5575	8756027141	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWS5007	8756026073	7455/0	22/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LWS7638	8756026376	7455/0	30/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXF7910	8756022420	7455/0	19/08/2012	R\$ 85,12	218 * I
LXW4865	8756025341	7463/0	28/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYD3953	8756025611	7463/0	09/11/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYG7589	8756024169	7455/0	26/09/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZM2915	8756024784	7455/0	14/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAR8125	8756027048	7455/0	19/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAR8125	8756027151	7455/0	20/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAT5270	8756026486	6050/3	30/11/2012	R\$ 191,53	208
MBN4743	8756025377	7455/0	31/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCC0743	8756025457	7455/0	29/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCF4086	8756025114	7463/0	21/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCI5931	8756026381	7455/0	25/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDE1119	8756025208	6050/3	27/10/2012	R\$ 191,53	208
MDQ6493	8756026898	6050/3	13/12/2012	R\$ 191,53	208
MDS7727	8756027182	6050/3	21/12/2012	R\$ 191,53	208
MDU0314	8756027170	7463/0	22/12/2012	R\$ 127,69	218 * II
MDW9428	8756026566	7455/0	06/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFV1699	8756026193	7463/0	22/11/2012	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGV3375	8756025211	7455/0	21/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHL2104	8756024780	7455/0	17/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHL8309	8756024933	7455/0	19/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB0763	8756027196	7455/0	16/12/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB2328	8756025078	7463/0	21/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJB7162	8756024520	7455/0	12/10/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJH4792	8756026390	7455/0	29/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJS4723	8756024791	7463/0	19/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MJU3554	8756026306	5673/2	29/11/2012	R\$ 85,12	183
MKA4393	8756026234	7455/0	18/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKP2636	8756024938	7463/0	19/10/2012	R\$ 127,69	218 * II
MKX3737	8756026205	7455/0	23/11/2012	R\$ 85,12	218 * I
MLD0179	8756026406	7463/0	25/11/2012	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO

Nº 756 381/2013
Nº 098 1432/2013
Nº 098 1434/2013
Nº 098 1435/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1432/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIH9716	55643300D	6122/0	29/01/2013	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 381/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEO8692	8756028822	7455/0	03/02/2013	218 * I
AMI0522	8756028522	7463/0	28/01/2013	218 * II
CME6013	8756028803	5673/2	05/02/2013	183
CVU8308	8756028560	7455/0	28/01/2013	218 * I
DKP2799	8756028207	6050/3	18/01/2013	208
DUC0360	8756028756	7455/0	02/02/2013	218 * I
DUV2788	8756028682	7455/0	31/01/2013	218 * I
GNN6586	8756028704	6050/3	28/01/2013	208
JYV1214	8756028621	7455/0	31/01/2013	218 * I
KCV0482	8756028526	7455/0	28/01/2013	218 * I
KOT7365	8756028652	7455/0	27/01/2013	218 * I
KRI1267	8756028905	6050/3	03/02/2013	208
LWW8275	8756028273	7455/0	24/01/2013	218 * I
LWY1816	8756028894	7455/0	03/02/2013	218 * I
LWY1816	8756028914	7455/0	06/02/2013	218 * I
LXI4965	8756028646	6050/3	28/01/2013	208
LXS8103	8756028503	7455/0	28/01/2013	218 * I
LXX0774	8756027819	7455/0	14/01/2013	218 * I
LYD3717	8756027754	6050/3	10/01/2013	208
LYL2029	8756027736	5673/2	12/01/2013	183
LYL7982	8756028580	5673/2	27/01/2013	183
LZG1280	8756028340	7455/0	24/01/2013	218 * I
LZH1872	8756028719	7455/0	27/01/2013	218 * I
LZM5611	8756027302	5673/2	24/12/2012	183
LZV2393	8756028807	7455/0	04/02/2013	218 * I
MAA9098	8756028541	7455/0	28/01/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAC9688	8756028536	7455/0	28/01/2013	218 * I
MAG1133	8756028705	6050/3	30/01/2013	208
MAX5135	8756027883	7455/0	07/01/2013	218 * I
MAY4425	8756028932	7455/0	09/02/2013	218 * I
MBA5469	8756028623	7471/0	30/01/2013	218 * III
MBA8983	8756028772	5673/2	09/02/2013	183
MBE5469	8756027779	7455/0	13/01/2013	218 * I
MBU0629	8756028816	6050/3	09/02/2013	208
MBU5228	8756028801	5673/2	09/02/2013	183
MBV9876	8756027712	7455/0	08/01/2013	218 * I
MCC3873	8756028852	7455/0	03/02/2013	218 * I
MCC3873	8756028865	7455/0	05/02/2013	218 * I
MCC3873	8756028880	7455/0	09/02/2013	218 * I
MCD7598	8756027775	6050/3	12/01/2013	208
MCM8357	8756028521	7455/0	28/01/2013	218 * I
MDL6652	8756027797	7455/0	09/01/2013	218 * I
MDN4880	8756028838	7463/0	07/02/2013	218 * II
MEF7872	8756027848	7455/0	12/01/2013	218 * I
MEH5857	8756028559	7455/0	28/01/2013	218 * I
MEJ1659	8756028888	6050/3	04/02/2013	208
MEL7263	8756028677	7455/0	31/01/2013	218 * I
MFB7648	8756028770	5673/2	09/02/2013	183
MFC9300	8756028569	7455/0	29/01/2013	218 * I
MFE8031	8756028735	6050/3	29/01/2013	208
MFK0351	8756028776	5673/2	05/02/2013	183
MFN9469	8756028491	7455/0	26/01/2013	218 * I
MFP6323	8756028831	7455/0	07/02/2013	218 * I
MFY7229	8756028724	7455/0	27/01/2013	218 * I
MGA4397	8756028737	7455/0	29/01/2013	218 * I
MGA9298	8756028796	5673/2	05/02/2013	183
MGC0564	8756028619	7455/0	30/01/2013	218 * I
MGI7280	8756028683	7455/0	31/01/2013	218 * I
MGJ0276	8756028818	7455/0	04/02/2013	218 * I
MGN3325	8756028609	7455/0	31/01/2013	218 * I
MGT2525	8756027916	6050/3	12/01/2013	208
MGW2226	8756028649	7455/0	27/01/2013	218 * I
MGW8927	8756028214	6050/3	18/01/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHA4056	8756028861	7455/0	05/02/2013	218 * I
MHB0713	8756026950	7455/0	14/12/2012	218 * I
MHC2359	8756028892	6050/3	08/02/2013	208
MHC3350	8756028846	7455/0	03/02/2013	218 * I
MHE1046	8756028853	7455/0	04/02/2013	218 * I
MHP6403	8756028854	7455/0	04/02/2013	218 * I
MHP6403	8756028859	7455/0	05/02/2013	218 * I
MHS2988	8756028887	6050/3	03/02/2013	208
MIO9779	8756027860	7455/0	13/01/2013	218 * I
MIS0313	8756028909	7455/0	04/02/2013	218 * I
MIW1231	8756028540	7463/0	28/01/2013	218 * II
MIX9017	8756028703	7455/0	27/01/2013	218 * I
MJC1470	8756028754	7455/0	01/02/2013	218 * I
MJM2476	8756028631	7455/0	01/02/2013	218 * I
MKE6462	8756028681	7455/0	31/01/2013	218 * I
MKZ6181	8756028639	7463/0	30/01/2013	218 * II
MLN6969	8756027709	7455/0	08/01/2013	218 * I
MUE1913	8756028745	7455/0	31/01/2013	218 * I
NCM5075	8756028669	7455/0	29/01/2013	218 * I
OBT1563	8756028199	7455/0	18/01/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1434/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGD3003	54762880C	5010/0	09/02/2013	162 * I
DGI6650	55370868D	5169/1	09/02/2013	165
DNE3700	55643141D	6548/2	14/01/2013	229
KNQ0125	55643275D	6548/2	28/01/2013	229
MIC6930	55371551D	6610/2	18/01/2013	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1435/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW1100	55643285D	5185/1	28/01/2013	167
DQT3497	55643190D	5967/0	18/01/2013	203 * V
HWX1972	55643188D	5185/1	17/01/2013	167
IEX4689	55643310D	5185/1	04/02/2013	167
IFU5072	55643164D	5185/1	15/01/2013	167
LXM8244	55643191D	5185/1	18/01/2013	167
LZB7244	55643165D	5967/0	15/01/2013	203 * V
MAX2672	55643305D	5185/1	04/02/2013	167
MBG7153	55643330D	5967/0	11/02/2013	203 * V
MCO2297	55643312D	5185/1	04/02/2013	167
MDA5103	55643319D	5967/0	05/02/2013	203 * V
MDU0457	55643324D	5967/0	05/02/2013	203 * V
MEH2511	55643151D	7030/2	15/01/2013	244 * I
MFD8776	55643323D	5967/0	05/02/2013	203 * V
MFG9056	55643163D	5967/0	15/01/2013	203 * V
MGO6037	55369813D	5185/1	18/01/2013	167
MHR8038	55643309D	5185/1	04/02/2013	167
MHS4141	55643328D	7366/2	08/02/2013	252 * VI
MII3329	55643325D	5550/0	06/02/2013	181 * XVIII
MJG9454	55643336D	5967/0	11/02/2013	203 * V
MLI0011	55643197D	5185/1	18/01/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 12 DE MARÇO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Três Barras

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 172 de 08 de Março de 2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 172 DE 08 DE MARÇO DE 2012

ALTERA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS; CRIA SECRETARIAS, CARGOS E VAGAS; ALTERA PADRÃO E A TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras em exercício, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Ficam extintos os cargos de provimento em comissão a seguir nominados, absorvidas suas atribuições pelos cargos correspondentes criados por esta Lei Complementar, nos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Prefeito:

- a) Secretário de Gabinete.

II - Secretaria de Administração e Planejamento:

- a) Controlador Interno.

Art. 2º. Fica extinta uma vaga de Diretor, junto à Secretaria de Administração e Planejamento.

Art. 3º. Fica extinta uma vaga de Secretária da Escola Básica Municipal João Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 4º. Ficam extintas as seguintes vagas de Assessor:

I - Uma vaga junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

II - Uma vaga junto à Intendência do Distrito do São Cristóvão;

III - Uma vaga junto à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 5º. Fica alterada a denominação da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, que passa a denominar-se Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Art. 6º. Ficam criadas:

I - Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública;

II - Secretaria de Habitação.

Art. 7º. Ficam criados no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - Gabinete do Prefeito:

a) Assessor de Comunicação, Padrão PC-03, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

b) Coordenador da Defesa Civil, Padrão PC-05, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e

quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

II - Secretaria de Administração e Planejamento:

a) Secretário Adjunto, Padrão PC-05, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

b) Sub-Diretor, Padrão PC-07, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 1.128,59 (hum mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

III - Secretaria de Urbanismo e Limpeza Pública:

a) Secretário, Padrão PC-01, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

b) Secretário Adjunto, Padrão PC-05, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

c) Assessor, Padrão PC-08, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 790,01 (setecentos e noventa reais e um centavo), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

IV - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Secretário Adjunto, Padrão PC-05, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

V - Secretaria de Viação e Obras:

a) Sub-Diretor, Padrão PC-07, 03 (três) vagas, com vencimento de R\$ 1.128,59 (hum mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VI - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

a) Secretário Adjunto, Padrão PC-05, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VII - Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda:

a) Secretário Adjunto, Padrão PC-05, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

VIII - Secretaria de Saúde:

a) Secretário Adjunto, Padrão PC-05, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

b) Sub-Diretor, Padrão PC-07, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 1.128,59 (hum mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

IX - Intendência do Distrito de São Cristóvão:

a) Sub-Diretor, Padrão PC-07, 03 (três) vagas, com vencimento de R\$ 1.128,59 (hum mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

X - Secretaria de Habitação:

a) Secretário, Padrão PC-01, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

b) Secretário Adjunto, Padrão PC-05, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

c) Assessor, Padrão PC-08, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 790,01 (setecentos e noventa reais e um centavo), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

IX - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:

a) Sub-Diretor, Padrão PC-07, 03 (três) vagas, com vencimento de R\$ 1.128,59 (hum mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

b) Assessor, Padrão PC-08, 01 (uma) vaga junto à Escola Básica Municipal Guita Federmann, com vencimento de R\$ 790,01 (setecentos e noventa reais e um centavo), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

c) Assessor, Padrão PC-08, 01 (uma) vaga junto à Escola Básica Municipal João Pacheco de Miranda Lima, com vencimento de R\$ 790,01 (setecentos e noventa reais e um centavo), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

d) Assessor, Padrão PC-08, 01 (uma) vaga junto à Escola Básica Municipal Francisco Rocha, com vencimento de R\$ 790,01 (setecentos e noventa reais e um centavo), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

e) Secretário CMEI Zilda Pacheco, Padrão PC-08, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 790,01 (setecentos e noventa reais e um centavo), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

f) Diretor CMEI Meu Cantinho, Padrão PC-07, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 1.128,59 (hum mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

g) Diretor CMEI Merhy Bechara Seleme, Padrão PC-07, 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 1.128,59 (hum mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 8º. Ficam alterados o padrão de vencimento dos seguintes cargos junto à SAMASA:

I - Diretor Administrativo e Financeiro, Padrão PC-05, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

II - Diretor de Operações, Padrão PC-05, com vencimento de R\$ 2.144,32 (dois mil, cento e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

III - Advogado, Padrão PC-04, com vencimento de R\$ 2.257,17 (dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 9º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder gratificação de R\$ 700,00 (setecentos reais), a servidores municipais, nas seguintes áreas:

I - Contabilidade;

II - Controle Interno;

III - Tesouraria.

Art. 10. Com as alterações dos artigos anteriores, a tabela de vencimentos dos cargos comissionados do Anexo III da Lei Complementar nº 139 de 08 de outubro de 2009, passará a vigorar na forma do Anexo da presente lei.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto, promoverá as necessárias adequações na estrutura do organograma do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários dos órgãos criados ou desmembrados por esta Lei, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesas constantes ao orçamento vigente.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 08 de março de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras
ANEXO I

CARGOS COMISSIONADOS

PADRÃO	VALOR (R\$)
PC 01	5.000,00
PC 02	3.611,48
PC 03	3.200,00
PC 04	2.257,17
PC 05	2.144,32
PC 06	1.580,02
PC 07	1.128,59
PC 08	790,01

Decreto Nº 4.206 de 18 de Fevereiro de 2013.

DECRETO Nº 4.206 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013.

CRIA O COMITÊ GESTOR PARA IMPLANTAÇÃO DA PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e da Lei nº 2.884/2010;

DECRETA:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto estabelece normas para execução do Plano



Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal no 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Art. 2º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com as diretrizes nacionais para o saneamento básico e com a Política Federal de Saneamento Básico, nos termos da Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, e com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999.

TÍTULO II

DO COMITÊ GESTOR DO PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 3º Fica instituído o Comitê Gestor do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com a finalidade de apoiar a estruturação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no âmbito do município de Três Barras, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305, de 2010 e neste Decreto, com um representante, titular e suplente, de cada órgão a seguir indicado:

I - Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Ambiental, que o coordenará;

II - Secretaria Municipal de Administração;

III - Secretaria Municipal de Ação Social;

IV - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

V - Secretaria Municipal da Saúde;

VI - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte;

VII - Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;

§ 1º Os membros do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares dos órgãos nele representados e designados pelo Diretor Executivo do SAMASA.

§ 2º O Comitê Gestor poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, para participar de suas reuniões.

§ 3º O Comitê Gestor poderá criar grupos técnicos compostos por representantes dos órgãos mencionados no caput, de outros órgãos públicos, bem como de entidades públicas ou privadas.

§ 4º O Comitê Gestor indicará o coordenador dos grupos técnicos referidos no § 3º.

§ 5º Caberá ao Diretor Executivo do SAMASA prestar apoio técnico-administrativo às atividades do Comitê Gestor.

§ 6º A participação no Comitê Gestor será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Compete ao Comitê Gestor:

I - instituir os procedimentos para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, observado o disposto nos art. 18 e 19 da Lei nº 12.305, de 2010;

II - elaborar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, observado o disposto nos art. 20, 21 e 22 da Lei nº 12.305, de 2010;

III - formular estratégia para a promoção e difusão de tecnologias limpas para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos;

IV - incentivar a pesquisa e o desenvolvimento nas atividades de reciclagem, reaproveitamento e tratamento dos resíduos sólidos;

V - propor medidas para a implementação dos instrumentos e efetivação dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

VI - definir e avaliar a implantação de mecanismos específicos voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs, nos termos do art. 41 da Lei nº 12.305, de 2010;

VII - implantar ações destinadas a apoiar a elaboração, implementação, execução e revisão dos planos de resíduos sólidos referidos no art. 14 da Lei nº 12.305, de 2010; e

VIII - contribuir, por meio de estudos específicos, com o estabelecimento de mecanismos de cobrança dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos pelos seus respectivos titulares.

TÍTULO III

DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS À GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 5º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Art. 6º. Os geradores de resíduos sólidos deverão adotar medidas que promovam a redução da geração dos resíduos, principalmente os resíduos perigosos, na forma prevista nos respectivos planos de resíduos sólidos e nas demais normas aplicáveis.

TÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E REUTILIZÁVEIS

Art. 7º. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e a logística reversa priorizarão a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 8º. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos definirá programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 9º. As ações desenvolvidas pelas cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos deverão estar descritas, quando couber, nos respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 10º. O município deverá criar dentro do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 11. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar:

I - a possibilidade de dispensa de licitação, nos termos do inciso XXVII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - o estímulo à capacitação, à incubação e ao fortalecimento institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e

III - a melhoria das condições de trabalho dos catadores.

Parágrafo único. Para o atendimento do disposto nos incisos II e III do caput, poderão ser celebrados contratos, convênios ou outros instrumentos de colaboração com pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, observada a legislação vigente.

TÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DO PODER PÚBLICO

Art. 12 Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada será implementada de forma individualizada e encadeada.

Art. 13 Os consumidores são obrigados, sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e a disponibilizar

adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único A obrigação referida no caput não isenta os consumidores de observar as regras de acondicionamento, segregação e destinação final dos resíduos previstas na legislação do titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Art. 14 O Poder Público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e neste Decreto.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá ser elaborado no prazo de 180 dias, a partir da publicação deste decreto.

Art. 16. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 18 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Portaria Nº. 071 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 071 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR: á pedido à senhora MARCELANE MUNHOZ ERHARDT, das funções que exercia no cargo de Professora 20hrs, Admitida através do Concurso Público Municipal 001/2008, regime Estatutário, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes. A contar da presente.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supracitada.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 072 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 072 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: ALISSON COSTA WALKOFF, para exercer suas funções no cargo de Assessor PC 08, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico & Turismo deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),
em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 073 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 073 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: JESSICA MONALIZA PEREIRA, para exercer suas funções no cargo de Assessora PC 08, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico & Turismo deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 074 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 074 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: CELSO DA CRUZ, para exercer suas funções no cargo de Intendente Adjunto PC 05, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na Intendência deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 075 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 075 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: BRAYAN DERECK PADILHA, para exercer suas funções no cargo de Assessor PC 08, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 076 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 076 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: EDIMARI S STALICZ DOS SANTOS, para exercer suas funções no cargo de Diretora de Escola PC 04 "Escola Guita Federmann", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 077 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 077 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: SILVANA CORNELSEN JARSCHER, para exercer suas funções no cargo de Diretora de Escola PC 04 "Escola João Pacheco Miranda de Lima - CAIC", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 078 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 078 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: TEREZA DOBROCHINSKI BUDANT, para exercer suas funções no cargo de Diretora de Escola Adjunta PC 06 "Escola João Pacheco Miranda de Lima - CAIC - Extensão II", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Portaria Nº. 079 de 01 de Fevereiro de 2013.

PORTARIA Nº. 079 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR: MARISA MIRIAN DE SOUZA CARLOS DE MARIA, para exercer suas funções no cargo de Diretora de Escola Adjunta PC 06 "Escola João Pacheco Miranda de Lima - CAIC", quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes deste município. A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de fevereiro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Ata Registro de Preço 021/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 21/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* INTENDENCIA DISTRITAL;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 04 dias do mês de março do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ATACADO OURO VERDE LTDA., CNPJ nº. 03.003.331/0001-73, com sede e foro na Cidade de Canoinhas, cito a Rua Roberto Ehlke, nº 120, Bairro Centro; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

ATACADO OURO VERDE LTDA.					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	750,000000	CAIX	100,0000	75.000,00	PAPEL A4 (CAIXA C/10 RES-MAS)

002	100,00000	RESM	15,0000	1.500,00	PAPEL SULFITE NAS CORES: ROSA, AMARELO E BRANCO
003	70,00000	RESM	7,0000	490,00	PAPEL VERGE - A4 - GRAMATAU-RA 180GR - CX COM APROX50 FOLHAS - CORES DIVERSAS.
004	300,00000	FOLH	0,3400	102,00	PAPEL DUPLA FACE
005	300,00000	FOLH	0,0900	27,00	PAPEL LUSTOSO (NAS CORES VERDE, VERMELHO E AZUL)
006	300,00000	FOLH	0,1800	54,00	CARTOLINA (DIVERSAS CORES)
009	50,00000	UNID	3,1500	157,50	TESOURA GRANDE
011	200,00000	UNID	0,7400	148,00	CANETA MARCA TEXTO (AMARELA)
012	800,00000	UNID	0,6800	544,00	PASTA COM GRAMPO TIPO TRI-LHO
014	100,00000	CAIX	3,9000	390,00	PAPEL PARA RECADO (CAIXINHA)
016	40,00000	UNID	19,8000	792,00	GRAMPEADOR DE METAL (FORTE)
017	100,00000	PACO	2,6000	260,00	POSTITE (TAMNHO MEDIO)
018	50,00000	PACO	1,6500	82,50	POSTITE - TAMANHO PEQUENO
021	200,00000	CAIX	5,4000	1.080,00	CLIPS No. 2/0 (CX C/ 500 G)
022	200,00000	CAIX	1,2500	250,00	CLIPS No.6/0
023	200,00000	CAIX	5,4000	1.080,00	CLIPS No.3/0 (CX C/ 500G)
024	200,00000	CAIX	1,9000	380,00	CLIPS 8/0 (CAIXA COM 25 CLIPS)
027	50,00000	CAIX	9,9000	495,00	COLCHETE Nº15 CAIXA COM 72 UNIDADES
028	400,00000	UNID	1,4500	580,00	PASTA POLIONDA 35 MM

029	500,00000	UNID	0,8000	400,00	PASTA COM ELASTICO
030	300,00000	CAIX	0,5500	165,00	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 26/6 (CX. COM 1.000 UNIDADES)
031	100,00000	FRAS	4,6000	460,00	COLA BRANCA 1Kg.
032	200,00000	UNID	1,3500	270,00	FITA ADESIVA MARRON 48MM X 50 M.
033	300,00000	UNID	1,3400	402,00	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (LARGA).
035	300,00000	UNID	0,5500	165,00	DUREX GRANDE
038	200,00000	FOLH	0,9000	180,00	SULFITAO BRANCO
040	2.000,00000	UNID	0,1000	200,00	ENVELOPE A4
041	1.000,00000	UNID	0,1300	130,00	ENVELOPE AMARELO GRANDE
042	300,00000	UNID	0,3300	99,00	PAPEL CAMURCA
043	300,00000	FOLH	0,3900	117,00	PAPEL CREPOM NAS CORES: BRANCO, AZUL, VERMELHO, AMARELO, LARANJA, PRETO E VERDE.
047	1.000,00000	METR	0,2300	230,00	ASPIRAL (17 MM - PRETO)
049	1.000,00000	UNID	0,6000	600,00	COLA EM BASTAO (TUBO 10 GR.)
050	100,00000	CAIX	5,1500	515,00	GRAMPO TIPO TRI-LHO 80 MM (COM 50 UNIDADES)
054	200,00000	CAIX	90,0000	18.000,00	FORMULARIO CONTINUO 3 VIAS, BRANCO 80 COLUNAS CAIXA COM 1000 JOGOS

055	200,00000	CAIX	55,0000	11.000,00	FORMU- LARIO CONTINUO BRANCO, 1 VIA, 80 CUNAS (CAIXA COM 3.000 UNIDADES)
056	200,00000	CAIX	88,0000	17.600,00	FORMU- LARIO CONTINUO, 02 VIAS, 80 CUNAS, BRANCO (CAIXA C/ APROX 3.000 UNI- DADES)
065	500,00000	UNID	0,3500	175,00	CANETA AZUL
066	200,00000	UNID	0,3500	70,00	CANETA PRETA
067	200,00000	UNID	0,3500	70,00	CANETA VERMELHA
068	500,00000	UNID	0,1600	80,00	LAPIS PRETO
Total ATACADO OURO VERDE LTDA. 134.340,00 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 18/2013 – Procedimento Administrativo nº. 21/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 04 de março de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	ATACADO OURO VERDE LTDA CNPJ nº. 03.003.331/0001-73
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 021/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 21/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* INTENDENCIA DISTRITAL;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 04 dias do mês de março do ano de 2013, na cidade de Três

Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ERICK ROBERTO SUDOSKI - ME, CNPJ nº. 06.342.234/0001-01, com sede e foro na Cidade de Três Barras, cito a Avenida Rigesa, nº 1194, Bairro Vila Nova; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

ERICK ROBERTO SUDOSKI - ME					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
020	15,00000	UNID	84,0000	1.260,00	CALCULADORA DE MESA COM BOBINA 12 DIGITOS
053	5,00000	UNID	269,0000	1.345,00	FRAGMENTADORA DE PAPEL, PARA ATÉ 8 FOLHAS DE UMA SO VEZ, CESTO PARA 14 LITROS, INDICADORES LUMINOSOS, SENSOR AUTOMATICO INICIO / PARADA / REVERSO, FRAGMENTA GRAMPÓS.
058	3,00000	EMBA	70,0000	210,00	CD VIRGEM EMBALAGEM COM 100
Total ERICK ROBERTO SUDOSKI - ME				2.815,00	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 18/2013 – Procedimento Administrativo nº. 21/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 04 de março de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	ERICK ROBERTO SUDOSKI – ME CNPJ nº. 06.342.234/0001-01
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 021/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 21/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
 * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
 * SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL;
 * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
 * SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
 * INTENDENCIA DISTRITAL;
 * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
 * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 04 dias do mês de março do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FABIO DOS SANTOS, CNPJ nº. 07.214.825/0001-58, com sede e foro na Cidade de Três Barras, cito a Avenida Rigesa, nº 1834, Bairro Km 02; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

FABIO DOS SANTOS

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
007	500,00000	FOLH	0,0600	30,00	PAPEL COM PAUTA
008	300,00000	FOLH	0,4000	120,00	CARTOPLEX CORES VARIADAS
010	5,00000	UNID	4,3000	21,50	TESOURA DE PICO-TAR
013	300,00000	UNID	2,7000	810,00	CAIXA ARQUIVO MORTO OFICIO POLIONDA
015	100,00000	UNID	4,7000	470,00	GRAMPEADOR 26/6
019	20,00000	UNID	5,6000	112,00	CALCULADORA DE MESA COM 12 DIGITOS - SOLAR/ BATERIA
025	50,00000	CAIX	1,7000	85,00	COLCHETES TAMANHO 5 CM
026	50,00000	CAIX	2,5000	125,00	COLCHETES - 8cm
034	300,00000	UNID	0,1500	45,00	FITA DUREX
036	300,00000	FOLH	1,3000	390,00	EVA EMBORRACHADA EM CORES DIVERSAS
037	500,00000	UNID	0,6500	325,00	PINCEL ATOMICO (CORES VARIADAS)
039	1.000,00000	UNID	0,0300	30,00	ENVELOPES OFICIO

044	50,00000	UNID	6,6000	330,00	PRANCHETA TRANSPARENTE COM PRENDEDOR
045	1.000,00000	METR	0,1000	100,00	ASPIRAL (12 MM - PRETO)
046	1.000,00000	METR	0,1300	130,00	ASPIRAL (14 MM - PRETO)
048	1.000,00000	METR	0,2800	280,00	ASPIRAL (25 MM - TRANSPARENTE)
051	100,00000	CAIX	0,8800	88,00	PERCEVEJO (CAIXA C/ APROX.100 UNIDADES)
052	30,00000	ROLO	49,0000	1.470,00	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE (ROLO COM APROX. 20 METROS)
057	10,00000	UNID	160,0000	1.600,00	QUADRO BRANCO (1,20 X 2,00)
059	500,00000	UNID	0,6700	335,00	DVD VIRGEM 8X
060	50,00000	UNID	4,3900	219,50	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS
061	50,00000	UNID	6,6400	332,00	LIVRO ATA COM 100 FOLHAS
062	50,00000	UNID	11,3400	567,00	LIVRO ATA COM 150 FOLHAS
063	50,00000	UNID	1,6900	84,50	MOLHA DEDO (EM PASTA)
064	300,00000	METR	0,8700	261,00	TNT CORES VARIADAS
069	500,00000	UNID	4,7900	2.395,00	PASTA AZ PRETA
070	100,00000	UNID	0,2200	22,00	BORRACHA ESCOLAR No.40
071	100,00000	UNID	0,1000	10,00	APONTADOR DE LAPIS
Total FABIO DOS SANTOS			10.787,50	Julgamento: MEN. PREÇO	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 18/2013 – Procedimento Administrativo nº. 21/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir

quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 04 de março de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	FABIO DOS SANTOS CNPJ nº. 07.214.825/0001-58
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata Registro de Preço 022/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 22/2013.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 19/2013.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL DO SÃO CRISTOVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Aos 04 dias do mês de março do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ERICK ROBERTO SUDOSKI - ME, CNPJ nº. 06.342.234/0001-01, com sede e foro na Cidade de Três Barras, SC cito a Avenida Rigesa, 1194 - Bairro Vila Nova, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ERICK ROBERTO SUDOSKI - ME					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	25,00000	UNID	3.200,0000	80.000,00	COMPUTADOR SENDO: PROCESSADOR INTEL® CORE™ I5-3570 BX80637I53570 (6M CACHE, 3.40 GHZ) OU SIMILAR EM QUALIDADE E DESEMPENHO, PLACA MÃE GIGABYTE GA-B75M-D3H (LGA 1155) (CHIPSET INTEL SÉRIE 7 - B75) OU SIMILAR EM QUALIDADE E DESEMPENHO, 2 PENTES DE MEMÓRIA HYPER X KINGSTON KHX1600C9D3/4G GENESIS 4GB DDR3 1600MHZ CL9 240-PIN DIMM OU SIMILAR EM QUALIDADE E DESEMPENHO, HDD DRIVE SEAGATE 500GB 3.5 7.200RPM 16MB SATA3 E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL

002	30,00000	UNID	1.700,0000	51.000,00	COMPUTADOR SENDO: PROCESSADOR INTEL® PENTIUM® BX80623G645 G645 2.90GHZ DMI 5GTS 3M CACHE GRAF INT LGA 1155 OU SIMILAR EM QUALIDADE E DESEMPENHO, PLACA MÃE GIGABYTE GA-B75M-D2V (LGA 1155) INTEL H61 OU SIMILAR EM QUALIDADE E DESEMPENHO, MEMÓRIA HYPER X KINGSTON KHX1600C9D3/4G GENESIS 4GB DDR3 1600MHZ CL9 240-PIN DIMM OU SIMILAR EM QUALIDADE E DESEMPENHO, HDD DRIVE SEAGATE 500GB 3.5 7.200RPM 16MB SATA3 6.0GB/S OU SIMILAR EM QUALIDADE E DESEMPENHO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL
003	8,00000	UNID	2.900,0000	23.200,00	NOTEBOOK (BASEADO NA CONFIGURAÇÃO DO NOTEBOOK ASUS X55U-SX037H) COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE: PROCESSADOR AMD® DUAL-CORE C-60 1.00GHZ, CHIPSET DO PROCESSADOR: AMD A68M, MEMÓRIA RAM: 4GB DDR3 1333 MHZ SDRAM, HD 320GB 5400RPM SATA, PLACA GRÁFICA DEDICADA: ATI RADEON® HD 6290, DRIVE ÓPTICO: DVD+RW DUAL LAYER, REDE: 10/100/1000 MPPS, WI-FI: 802.11 B/G/N, TELA: 15.6 16:9 HD (1366X768) LED BACKLIGHT, LEITOR DE CARTÃO 2 EM 1 (SD/MMC), WEBCAM: 0.3 CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL

					UM ULTRABOOK (BASEADO NA CONFIGURAÇÃO DO ULTRABOOK SONY VAIO SVT14115CBS) COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE: 3º GERAÇÃO DE PROCESSADORES INTEL® CORE™ I5 3317U 1.70 GHZ COM TURBO BOOST ATÉ 2.60 GHZ, CHIPSET DO PROCESSADOR: INTEL® HM77 EXPRESS CHIPSET, MEMÓRIA RAM: 4GB DDR3 SDRAM EXPANSÍVEL ATÉ 8GB, MEMÓRIA HÍBRIDA DE HDD 320GB 5400RPM COM HDD PROTECTION (PROTEÇÃO DE DISCO RÍGIDO) E HD SSD 32GB CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.
004	3,00000	UNID	3.900,0000	11.700,00	
Total ERICK ROBERTO SUDOSKI - ME				165.900,00	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 22/2013 – Procedimento Administrativo nº. 19/2013, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 04 de março de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	ERICK ROBERTO SUDOSKI – ME CNPJ nº. 06.342.234/0001-01
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 CLEUSA T. OLIVEIRA CORRÊA

Tunápolis

PREFEITURA

Portaria N.º 3.311/2013 de 11 de Março de 2013.

PORTARIA N.º 3.311/2013 de 11 de Março de 2013.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO, E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 111 da LEI COMPLEMENTAR Nº. 13/2006 de 17 de maio de 2006, criar a Comissão Disciplinar nº. 001/2013, e designar os servidores: Ervino Roque Bieger, Portaria nº. 334/1996, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Bruno Lengert, Portaria nº. 1.112/2002, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Controladoria Interna, nomeado para o cargo Comissionado de Diretor de Departamento de Cultura, pela Portaria nº. 3.260/2013, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo; e, Roselene Theisen, Portaria nº. 332/1996, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, como membros da Comissão, com a incumbência de apurar a denúncia formal contra a servidora efetiva, Sra. Cristiani Elisabeth Cupchinski, nomeado pela Portaria nº. 2.958/2012, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, 40 horas, haja vista ocorrência de diversos fatos, com registro formal, onde referida servidora apresentou conduta desrespeitosa, conforme anexo, tendo em vista que, a princípio, caracterizam transgressões disciplinares tipificadas no artigo 79, inciso III, IV e VIII; bem como Art. 85. da Lei Complementar Municipal nº. 13/2006, sem prejuízo de outra tipificação que no curso da apuração seja constatada.

Art. 2º No processo de apuração serão observados os procedimentos constantes na Lei Complementar nº. 13/2006, nos artigos 98 a 126.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de até 60 dias para a apresentação de relatório conclusivo sobre a responsabilidade ou não do Servidor, relativamente aos fatos investigados, podendo, a requerimento, ser prorrogado, conforme Art. 115.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 11 de Março de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado
na presente data.

JACKSON SCHERER
Chefe do Setor Administrativo

Portaria N.º 3.310/2013

PORTARIA N.º 3.310/2013

Em 08 de Março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar 025/2010 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 1.288/2010 que dispõe sobre a classificação do Concurso Público nº. 003/2009; e,

01. Considerando a urgência na contratação de Profissionais para não interromper ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, atividades de caráter inadiáveis, como o atendimento básico à população de Tunápolis/SC.

02. Considerando que o Concurso Público nº. 003/2009 está vigente e para que possamos reestruturar e regularizar o quadro de pessoal do município;

03. Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pelo Governo Federal na área da saúde através de programas especiais como a ESF - Estratégia Saúde da Família;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, DIANGELE LAZAROTTO, com cargo de BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, cargo este de provimento EFETIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Nível ANS 2 - A-04, baseado no Decreto nº 1.288/2010 de 26 de Março de 2010, referente à homologação da classificação do Concurso Público nº 03/2009, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeita ao Estágio Probatório.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC
Em 08 de Março de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

JACKSON SCHERER
Chefe do Setor Administrativo

Portaria Nº. 3.312/2013

PORTARIA Nº. 3.312/2013
DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PERMANENTE PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o art. 88, parágrafo 4º, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 25, parágrafo único da Lei Complementar nº 013 de 17 de maio de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão Central de Avaliação Permanente de Avaliação de Desempenho dos Servidores Públicos Municipais para o fim de concessão de efetivação e estabilidade de emprego, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro, em cada Secretaria Municipal:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
I - Janete Rempel Bieger - Contador
II - Sérgio Luís Eidt - Administrador
III - Cleverson Inácio Kerkhoff - Técnico em Controladoria Interna

SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
I - Ailson Wink - Motorista de Ambulância
II - Brunilde Maria Baumgratz Stulp - Técnica em Enfermagem
III - Vanderlei Stoffel - Fiscal Sanitário e Epidemiológico

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO E TURISMO
I - Vianeí Luis Lauschner - Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo
II - Neide Maria Scherer Bamberg - Agente Operacional
III - Bruno Lengert - Auxiliar de Controladoria Interna

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
I - Pedro Baumgratz - Engenheiro Agrônomo
II - Hugo Inácio Hippler - Técnico Agropecuário
III - Oscar Vito Berwanger - Auxiliar Veterinário

SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
I - Ruben Both - Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo
II - Otávio Herrschaft - Operador de Equipamento Pesado
III - Ivanor Luiz Agostini - Operador de Equipamento Pesado

§ 1º a Comissão terá ainda as seguintes funções:

I - analisar os pedidos de reconsideração e emitir pareceres que deverão ser encaminhados ao superior hierárquico competente.

§ 2º As atribuições e as tarefas de acompanhamento e avaliação dos servidores municipais têm prioridade sob quaisquer outros serviços públicos.

Art. 2º A Comissão produzirá semestralmente relatórios de avaliação individual, conforme modelo em anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 12 de Março de 2.013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

JACKSON SCHERER
Chefe do Setor Administrativo

Processo de Licitação Nº 11/2013 Edital de Pregão Presencial Nº 06/2013 Fmsaúde

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2013
Edital de Pregão Presencial nº 06/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, para a aquisição de Material Médico Cirúrgico e demais, utilizados na manutenção e desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal da Saúde. Entrega das propostas até às 8h30min do dia 26/03/2013. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 12 de março de 2013.
BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Processo de Licitação Nº 34/2013 Edital de Pregão Presencial Nº 30/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2013
Edital de Pregão Presencial nº 30/2013
Registro de Preços nº 11/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a contratação de empresas para a prestação de serviços de Transporte de Entidades Culturais, Grupos da 3ª Idade e Outros, em regime de execução parcelada. Entrega das propostas até às 9h do dia 27 de março de 2013. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Vidal Ramos**PREFEITURA****Presencial Para Registro de Preço Nº. 07/2013 - Aquisição Material Odontológico**

Prefeitura de Vidal Ramos

Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 07/2013

PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 07/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DA UNIDADE ODONTOLÓGICA PARA O DEPARTAMENTO DA SAÚDE DE VIDAL RAMOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2013. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 07/2013, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação, no Setor de Compras e Licitações na prefeitura municipal até às 16:30 horas do dia 20/03/2012.

A sessão pública para acolhimento dos lances verbais do pregão, será realizada a partir das 9:00 horas do dia 22/03/2012 com as propostas previamente classificadas, no setor de licitações da Prefeitura Municipal.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira**PREFEITURA****Decreto 10.352/13**

DECRETO Nº 10.352/13, DE 08 DE MARÇO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação

06 - Departamento de Esportes

1.006 - Construção/Ampliação/Reforma, ginásios, quadras e campos

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 15.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto 10.353/13

DECRETO Nº 10.353/13, DE 08 DE MARÇO DE 2013.

Cede Servidor Municipal à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, com fundamento no art. 227, da Lei Complementar nº 129/12, bem como, no disposto na Lei Municipal nº 2494/11,

RESOLVE

Ceder, em caráter precário, pelo prazo de 2 (dois) anos, o servidor JOSÉ COITO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, com ônus para a origem.

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a de 05 de março de 2013.

Videira, 11 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto 10.354/13

DECRETO Nº 10.354/13, DE 11 DE MARÇO DE 2013.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.832/12, de 12 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 490.000,00 (Quatrocentos e noventa mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
2.046 - Manutenção da Limpeza Pública
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.000000 - Aplicações Diretas
490.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 490.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0112/13

PORTARIA nº 0112/13
Revoga a Portaria nº 1440/10

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 1440/10, que colocou à disposição da Junta Comercial do Município de Videira, a servidora EZEQUIEL WEGNER, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0113/13

PORTARIA nº 0113/13
Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Licitações;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 04 de março de 2013 até 02 de abril de 2013, o gozo de férias da servidora AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 19 de março de 2011 até 02 de abril de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2013.

Videira, 11 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0114/13

PORTARIA nº 0114/13
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3160/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a CARMEN FABIAN, Agente Administrativo II, de 06 de maio de 2013 até 03 de agosto de 2013, referente ao quinquênio de 10 de maio de 2006 até 30 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 06 de maio de 2013.

Videira, 11 de março de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0115/13

PORTARIA nº 0115/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora LUANA BARAÚNA, Psicóloga, a partir do dia 05 de março de 2013 até 02 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2013.

Videira, 11 de março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de março de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N. 11/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/13 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/13 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

CONTRATADA: VIAN & CIA LTDA.

Valor R\$: 66.600,00 (sessenta e seis mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

Videira - SC, 11 de Março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

PR 20/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2013 - FMS

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 20/2013 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PRODUTOS PARA HIGIENE BUCAL PARA MONTAGEM DE KITS ODONTOLÓGICOS QUE SERÃO UTILIZADOS PELO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL

DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 04 de Abril de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 às 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 11 de Março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 19/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2013 - FMS

O Prefeito Municipal Interino de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 19/2013 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO AMBULÂNCIA DUCATO, PLACAS MFT-1319, FROTA 152, DE USO DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 03 de Abril de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 às 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 11 de Março de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato do Contrato N. 0017/2013

Extrato do Contrato n. 0017/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA REGINA DOS SANTOS

CPF: 765.784.539-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.133,73 (Um mil, cento e trinta e três e setenta e três centavos)

Extrato do Contrato N. 0020/2013

Extrato do Contrato n. 0020/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FERNANDA RUBINI

CPF: 080.371.229-48

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AGENTE ADMINISTRATIVO II

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.141,68 (Um mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos)

Extrato do Contrato N. 0033/2013

Extrato do Contrato n. 0033/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IRIA INES GOULARTE

CPF: 609.460.599-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 27 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0035/2013

Extrato do Contrato n. 0035/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE BAZEI FRANCISCATTO

CPF: 656.155.229-68

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 27 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0040/2013

Extrato do Contrato n. 0040/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLY ELENICE ZWIEREWICZ

CPF: 009.077.739-58

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SIRLEI LEONILDE TURCO VIECELLI NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0041/2013

Extrato do Contrato n. 0041/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIRLENE APARECIDA THIBES ALVES LAIDNES

CPF: 007.398.499-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0042/2013

Extrato do Contrato n. 0042/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE BONIATTI GRASSI

CPF: 057.256.549-66

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CRISTINA COELHO CASAGRANDE NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0043/2013

Extrato do Contrato n. 0043/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NOELI FÁTIMA BOTEGAL PERETTI

CPF: 590.318.759-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVETE DA SILVA NUNES PINTO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de fevereiro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0046/2013

Extrato do Contrato n. 0046/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EUNICE DA APARECIDA SALES DE QUADROS

CPF: 917.176.209-49

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA MARIELE RAMOS MESALIRA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0051/2013

Extrato do Contrato n. 0051/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LAIDE MOREIRA

CPF: 762.983.889-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA MARLENE CARMEN CAREGNATO MEZZAROBÀ

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0053/2013

Extrato do Contrato n. 0053/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VALDETE LUCIA FRAZOSI

CPF: 758.029.299-87

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA SELENIR SALETE PRATTO FRANCO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de fevereiro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0055/2013

Extrato do Contrato n. 0055/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JELLY ANA MUHLBRANDT

CPF: 030.271.069-88

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA KARINE CONCEIÇÃO PEREIRA DE SOUZA EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0061/2013

Extrato do Contrato n. 0061/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KALME APARECIDA CORDEIRO

CPF: 004.745.279-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0073/2013

Extrato do Contrato n. 0073/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDIANA DE OLIVEIRA PINTO

CPF: 016.388.179-01

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0074/2013

Extrato do Contrato n. 0074/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MICHELI CRISTINA POLLI

CPF: 092.135.179-80

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0078/2013

Extrato do Contrato n. 0078/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELITA DE FÁTIMA GODÓI GRIS

CPF: 732.709.209-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA ANA PAULA DOS SANTOS FUMAGALLI SILVA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0081/2013

Extrato do Contrato n. 0081/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALBERTINA DE MATOS

CPF: 707.522.229-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA ALBERTINA DE MATOS

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0084/2013

Extrato do Contrato n. 0084/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA RODRIGUES DA SILVA MULLER

CPF: 787.304.819-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JISLEI NEIVA TONETTA BORG NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0085/2013

Extrato do Contrato n. 0085/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCILENE MARIA FAVARIN

CPF: 916.013.639-15

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCIA APARECIDA NESI BALENA NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0087/2013

Extrato do Contrato n. 0087/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MICHELE KÓS
CPF: 040.288.269-50

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DAYSE VIVIANE FERREIRA TRENTA NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0088/2013

Extrato do Contrato n. 0088/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA BRESCIANI
CPF: 023.329.109-13

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EXONERADA JAQUELINE CRISTINA SCHNEID DA COSTA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de junho de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0091/2013

Extrato do Contrato n. 0091/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANI CRISTINI GOMES
CPF: 023.372.179-73

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA ELENI COMUNELLO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0093/2013

Extrato do Contrato n. 0093/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAM RIGO DEMORI
CPF: 008.789.459-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA MILDRE TEREZINHA LENHANI VANZ

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0097/2013

Extrato do Contrato n. 0097/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NOEMI LANZANA
CPF: 940.692.630-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0098/2013

Extrato do Contrato n. 0098/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KELLY ADRYANA GREEF DOS SANTOS BARBOSA
CPF: 056.019.069-71

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0105/2013

Extrato do Contrato n. 0105/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE
CPF: 066.260.919-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0107/2013

Extrato do Contrato n. 0107/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANIR MARIA SILVA EV
CPF: 384.815.109-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0110/2013

Extrato do Contrato n. 0110/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUANA CRISTINA MOREIRA

CPF: 088.626.819-25

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MIRIA ZANOTTI DI DOMENICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0116/2013

Extrato do Contrato n. 0116/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARISSA MARIA MEISTERLIN

CPF: 060.179.979-80

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ADELE LÚCIA BALDISSERA NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0118/2013

Extrato do Contrato n. 0118/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KÁTIA REGINA MASIERO

CPF: 497.147.839-68

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA FLÁVIA GONSALVES DE MENESES ARALDI EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 03 de março de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0119/2013

Extrato do Contrato n. 0119/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA APARECIDA DE MORAIS

CPF: 038.027.729-89

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA NEIVA NERCI MARTINS GHELLER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0121/2013

Extrato do Contrato n. 0121/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTINA MARIA CAON GRANDO

CPF: 066.304.839-79

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA GEMA CASTILHO SCHLICHTING EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0122/2013

Extrato do Contrato n. 0122/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILMARA FERREIRA

CPF: 072.664.529-02

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA KEYLA DALLAGO FABRICNEI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 25 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0124/2013

Extrato do Contrato n. 0124/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIANE APARECIDA GRANDO

CPF: 046.840.719-79

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA NOELETE MARIA PARMAGNANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 16 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0127/2013

Extrato do Contrato n. 0127/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISLAINE DE MATIAS

CPF: 094.863.529-09

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA DANI VICARI ZAGER EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0129/2013

Extrato do Contrato n. 0129/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI FERNANDA DOS SANTOS

CPF: 065.636.589-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA NANCY TE-
REZINHA BRESCHIANI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e
onze centavos)**Extrato do Contrato N. 0134/2013**

Extrato do Contrato n. 0134/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JIANE CRISTINA MUSSATTO

CPF: 045.893.249-38

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSEN-
TADA ANA MARIA KOPP VILABRUNA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e
onze centavos)**Extrato do Contrato N. 0135/2013**

Extrato do Contrato n. 0135/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LAURA SILVA MARTINEZ BELLO

CPF: 015.226.759-06

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARIL-
DA DO RÓCIO RODRIGUES EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 a 30 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e
onze centavos)**Extrato do Contrato N. 0141/2013**

Extrato do Contrato n. 0141/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA JOCELI PINTO DA LUZ DE ANDRADE

CPF: 753.563.849-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-
NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e
onze centavos)**Extrato do Contrato N. 0143/2013**

Extrato do Contrato n. 0143/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUVILDE SALETE LINS

CPF: 892.117.909-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-
NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e
onze centavos)**Extrato do Contrato N. 0146/2013**

Extrato do Contrato n. 0146/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA CLÁUDIA DA MOTTA

CPF: 007.370.919-08

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-
NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e
onze centavos)**Extrato do Contrato N. 0150/2013**

Extrato do Contrato n. 0150/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA PEREIRA DA SILVA

CPF: 074.427.809-03

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIO-
NAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e
onze centavos)**Extrato do Contrato N. 0202/2013**

Extrato do Contrato n. 0202/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CINTHIA APARECIDA RIBEIRO

CPF: 070.700.059-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SIBELE
APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA EM GOZO DE FÉRIAS

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 05 de março de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e
onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0206/2013

Extrato do Contrato n. 0206/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA SILVA DOMINGOS

CPF: 022.141.010-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE BALDO FANTINEL NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0208/2013

Extrato do Contrato n. 0208/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRICIA GONÇALVES DIAS

CPF: 053.793.379-45

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EDINÉIA LUDKE MANNES NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0210/2013

Extrato do Contrato n. 0210/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI ZAGO

CPF: 051.124.179-86

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVONETE APARECIDA LUZZI ZENERE NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0211/2013

Extrato do Contrato n. 0211/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LILIAN DENIZE BOGONI

CPF: 004.912.809-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA KÁTIA DENARDI GHELLER NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0212/2013

Extrato do Contrato n. 0212/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRACIELI MEZAROBIA GUERRA

CPF: 023.497.309-99

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0213/2013

Extrato do Contrato n. 0213/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCIONE APARECIDA JOSÉ PETRY

CPF: 893.387.909-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GEMANIR FELCKILCKER BETU NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0214/2013

Extrato do Contrato n. 0214/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TERESINHA LOURDES CERON

CPF: 770.575.709-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA KELI CRISTINA MEZAROBIA DAL PIZZOL NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0215/2013

Extrato do Contrato n. 0215/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CERES MIDDING

CPF: 048.082.619-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GEOVANA GEMELLI EGER NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0217/2013

Extrato do Contrato n. 0217/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULHANA CRISTINA DE MATTOS

CPF: 004.890.049-46

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 30 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0220/2013

Extrato do Contrato n. 0220/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA NUNES

CPF: 043.661.459-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRACEMA MARTINS FERREIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 08 de maio de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0221/2013

Extrato do Contrato n. 0221/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA

CPF: 825.030.369-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SALETE MARIA WITTI EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 a 03 de março de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0231/2013

Extrato do Contrato n. 0231/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JAQUELINE CRISTINA SCHNEIDER DA COSTA

CPF: 693.276.619-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0232/2013

Extrato do Contrato n. 0232/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA MEZAROBBA

CPF: 680.655.070-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0233/2013

Extrato do Contrato n. 0233/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JONASSA MEZAROBBA

CPF: 078.032.159-63

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0248/2013

Extrato do Contrato n. 0248/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAYARA MARIA ARIOTTI

CPF: 058.917.329-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A BEATRIZ SCAPINELLO PERIN NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0251/2013

Extrato do Contrato n. 0251/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDRÉIA GEMELLI SIMIONI

CPF: 005.342.899-40

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO MARISA ROSANE DELANI NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0300/2013

Extrato do Contrato n. 0300/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIENEFER MEDEIROS

CPF: 091.768.349-80

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCILA FÁTIMA POZZAN EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 21 de abril de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0302/2013

Extrato do Contrato n. 0302/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: HELENA DE FATIMA DA SILVA

CPF: 005.735.689-01

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA EDITE DA SILVA E SOUZA

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 30 de junho de 2013

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos)

Extrato do Contrato N. 0306/2013

Extrato do Contrato n. 0306/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANETE RISSARDI

CPF: 944.574.689-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CEDIDA RUBIA BORGES FONTANA FERRARI

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.281,72 (um mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos)

Extrato do Contrato N. 0308/2013

Extrato do Contrato n. 0308/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA CANDIDO BONEZ DE MELLO

CPF: 027.811.139-48

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VALDENICE MARIA SCHNEIDER NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.563,45 (dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos)

Extrato do Contrato N. 0310/2013

Extrato do Contrato n. 0310/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FERNANDA APARECIDA FERREIRA DE DEUS

CPF: 009.644.519-05

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA MARIA REGINA FABER PASQUALIN

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0312/2013

Extrato do Contrato n. 0312/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO

CPF: 025.724.409-38

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA APOSENTADA SANTINA ARIOTTI

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0321/2013

Extrato do Contrato n. 0321/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA LUIZA DELUQUE DE OLIVEIRA

CPF: 629.340.909-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013

FUNÇÃO: PROFESSOR DE ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Extrato do Contrato N. 0322/2013

Extrato do Contrato n. 0322/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI MARTINI

CPF: 048.221.199-71

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LINDAMAR TEREZINHA MATTANA LAUBE NOMEADA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 a 20 de dezembro de 2013
FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES FINAIS - Disciplina de Ciências

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.488,80 (dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei Nº 0839

LEI N. 0839 DE 08 DE MARÇO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO PREVISTO NO INCISO XXXIII, DO CAPUT, DO ART. 5º, NO INCISO II, DO § 3º, DO ART. 37 E NO § 2º, DO ART. 216, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos e as normas a serem adotados para garantir o acesso às informações da administração pública municipal, previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II, do § 3º, do art. 37 e no § 2º, do art. 216, da Constituição Federal, em conformidade com disposições da Lei Federal n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º. Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações do Poder Executivo assegurarão às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, que será efetivado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Ficam subordinadas ao regime desta Lei as entidades privadas, relativamente aos recursos que receberem do Poder Executivo Municipal, mediante subvenções, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 3º. O acesso à informação disciplinado nesta Lei não se aplica: I - às informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos;

II - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancária, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.

Art. 4º. Fica criado o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que ficará instalado junto à Secretaria da Administração e Finanças, na Sede do Município.

§ 1º. Cabe ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC:

I - disponibilizar atendimento presencial ao público;

II - receber, autuar e processar, para respostas, os pedidos de acesso às informações;

III - orientar o interessado, quanto ao seu pedido, o trâmite, o prazo da resposta e sobre as informações disponíveis no site eletrônico www.vitormeireles.sc.gov.br, onde será possível acessar os links direcionando às informações pertinentes;

IV - zelar pelo atendimento dos prazos assinalados para apresentação de respostas;

V - elaborar relatório mensal dos atendimentos.

§ 2º. À Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 5º. Qualquer interessado, devidamente identificado, poderá ter acesso às informações referentes aos órgãos e às entidades municipais, preferencialmente, no site www.vitormeireles.sc.gov.br e, na impossibilidade de utilização desse meio, apresentar o pedido no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, conforme Anexo I.

§ 1º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - nome do requerente;

II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da resposta requerida.

§ 2º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, que não sejam de competência do órgão ou entidade municipal.

§ 3º. Na hipótese do inciso III do § 2º, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 6º. As informações solicitadas serão prestadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, no prazo de, até, vinte dias.

§ 1º. O prazo referido no caput poderá ser prorrogado, por mais dez dias, mediante justificativa expressa do responsável pela prestação da informação, da qual será dada ciência ao requerente.

§ 2º. Não sendo possível o fornecimento da informação, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC deverá:

I - apresentar ao requerente as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

II - comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão, a entidade ou a organização, não pertencente à Administração Pública Municipal, que deve detê-la.

§ 3º. Quando não for autorizado o acesso, por se tratar de informação reservada ou sigilosa, o requerente será informado sobre a possibilidade de recurso, conforme anexo II.

§ 4º. Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, será informado ao requerente o lugar e a forma pela qual se poderá consultar e obter a referida informação, desonerando a Administração Municipal da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, tais procedimentos.

Art. 7º. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º. Fica isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal n. 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§ 2º. Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original.

Art. 8º. As informações de interesse público serão disponibilizadas no sítio eletrônico www.vitormeireles.gov.br, os quais serão atualizados, rotineiramente, e deverá atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter formulário para requerimento de acesso a informação;

II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso a informação, de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a impressão de relatórios, planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

IV - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

V - indicar local que permita ao interessado comunicar-se pessoalmente com o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC; e

VI - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos da legislação própria.

Parágrafo único. É dever dos órgãos e entidades municipais promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles

produzidas.

Art. 9º. Deverão ser disponibilizadas no endereço eletrônico www.vitormeiros.sc.gov.br, as seguintes informações de interesse público:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - receita orçamentária arrecadada;

IV - repasses ou transferências de recursos financeiros;

V - execução orçamentária e financeira detalhada em nível de grupo de despesa;

VI - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;

VII - remuneração e subsídio dos cargos, postos, graduação, função e emprego público;

VIII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e

IX - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40, da Lei n. 12.527/2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

Art. 10. As informações de que tratam esta Lei poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais ou institucionais.

Art. 11. No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão, no prazo de dez dias, a contar da sua ciência, conforme Anexo II.

§ 1º. O recurso será apresentado no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que o encaminhará à autoridade que exarou a decisão impugnada, devendo se manifestar no prazo de dez dias.

§ 2º. Mantida novamente a negativa, o recurso será encaminhado à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Art. 12. Fica criada a Comissão Mista de Reavaliação de Informações com a seguinte representação:

I - um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

II - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

III - um representante da Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º. A indicação e nomeação dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações é da responsabilidade do Prefeito Municipal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º. O membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá ser desligado da função nos casos de renúncia, falta injustificada a três reuniões consecutivas ou desligamento do órgão que representa.

§ 3º. A Presidência da Comissão Mista de Reavaliação de Informações será indicada pelo Prefeito Municipal dentre os seus membros, com mandato de um ano, podendo ser reconduzido.

Art. 13. Cabe à Comissão Mista de Reavaliação de Informações:

I - manter registro dos titulares de cada órgão e entidade do Poder Executivo Municipal, para decisão quanto ao acesso a informações e dados sigilosos ou reservados da respectiva área;

II - requisitar da autoridade que classificar informação como sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;

III - rever a classificação de informações sigilosas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observado o disposto na legislação federal sobre essa classificação;

IV - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação desta Lei;

V - manifestar-se sobre reclamação apresentada contra omissão ou recusa de autoridade municipal, quanto ao acesso a informações.

Art. 14. Ao Presidente da Comissão Mista de Reavaliação de Informações cabe:

I - presidir os trabalhos da Comissão;

II - aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;

III - dirigir, intermediar as discussões, de forma que todos participem e coordenar os debates, interferindo para esclarecimentos;

IV - designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;

V - convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões; e

VI - remeter ao Secretário de Administração a ata com as decisões tomadas pelo colegiado, para serem encaminhadas ao Prefeito Municipal.

§ 1º. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações reunir-se-á, sempre que convocada pelo presidente.

§ 2º. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações atuará junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 15. Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desenvolverá atividades para:

I - promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II - treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

III - monitoramento dos prazos e procedimentos de acesso à informação;

IV - definição do formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

Art. 17. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilização do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, infrações administrativas.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 18. Na aplicação desta Lei serão observadas as questões sobre classificação de informações secretas, sigilosas e reservadas, o acesso a informações pessoais, a responsabilidade sobre o acesso e divulgação de informações e as disposições do Decreto Federal n. 7.724, de 16 de maio de 2012.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 08 de março de 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
ESTADO DE SANTA CATARINA

DESCREVER PEDIDO:

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES
ESTADO DE SANTA CATARINA

FORMULÁRIO PARA RECURSO

AO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC
Referente: negativa de acesso à informação

Eu, _____, inscrito no CPF/CNPJ _____,
requerente do pedido de acesso à informação nº _____,
venho por meio deste, interpor recurso contra a decisão do Órgão: _____, conforme fundamentação abaixo:

Município/UF ____ de _____ de 20 ____

Portaria Nº 074/2013

P O R T A R I A Nº 074/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: HELENA DE SOUZA

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, nomeada pela Portaria nº 095/2010, de 19 de abril de 2010, tomando posse no dia 03 de maio de 2010, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 11 de março de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE MARÇO DE 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Aviso de Licitação Convite 11/2013

Processo de Licitação 11/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Convite

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Convite, objetivando a aquisição peças e serviços para recuperação de veículos e equipamentos da frota rodoviária municipal. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 09h00min horas, do dia 20 de março de 2013, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 13 de março de 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

2º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 11/2012 - FMS

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2012 - FMS

A o décimo segundo dia do mês de março do ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 2º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 11/2012 – FMS homologada em 21/12/2012, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 11/2012 – FMS.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 3,72% repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA						
Item	Unidade	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	PrçTot.
00001	LITRO	Oleo Diesel		20.000,00000	2,3600	47.200,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 12 de março de 2013.
IVANDRO ANZINI – Pregoeiro

Jair Wippel– Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Empresa

2º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 38/2012

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 38/2012

A o decimo segundo dia do mês de março do ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 2º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 38/2012 homologada em 21/12/2012, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 38/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 2,77% repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

6227.8 –AUTO POSTO FISTAROL LTDA						
Item	Unidade	Produto	Marca	Quantidade	Preço Unit.	PrçTot.
00001	LITRO	Oleo diesel		200.000,00000	2,3500	470.000,00
Total do Fornecedor: 470.000,00 (QUATROCENTOS E SETENTA MIL REAIS)						

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 12 de março de 2013.
IVANDRO ANZINI – Pregoeiro

Jair Wippel– Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

AUTO POSTO FISTAROL LTDA
Empresa

2º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 39/2012

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 39/2012

A o décimo segundo dia do mês de março do ano de 2013, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 2º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 39/2012 homologada em 21/12/2012, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de combustível, processado nos termos do processo administrativo nº 39/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 3,72% repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme

especificações abaixo;

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	LITRO	Oleo diesel		100.000,00000	2,3600	236.000,00

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 12 de março de 2013.
IVANDRO ANZINI - Pregoeiro

Jair Wippel - Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Empresa

Xavantina

PREFEITURA

Aviso de Licitação Carta Convite 03-2013 Pmxv PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Prestação de serviços de assessoria e treinamento no âmbito do movimento econômico.

Tipo: Menor Preço Mensal.

Recebimento dos envelopes: até às 08:00 do dia 20/03/2013.

Abertura: dia 20/03/2013, às 08:15.

As empresas não convidadas pelo Município deverão protocolar convocação e solicitar a participação na licitação até o dia 19/03/2013, às 08:00, no Departamento de Compras, através de documento assinado, conforme item 3.1 do edital.

Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina, SC, 11 de março de 2013.

MAURO JUNES POLETTI
Prefeito

Associações

EGEM

Aditivo ao Edital 64/2012 _Siconv _amai

ADITIVO AO EDITAL Nº 64/2012 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS - SICONV

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração do local de realização do Curso, a realizar-se em Xanxerê de acordo com o edital nº 64/2012 publicado em 11/12/2012.

Cidade/Local	Xanxerê - SC Unoesc - Auditório do bloco E - Campus 1 Rua Dirceu Giordani, 696 Bairro Jardim Tarumã
Período das inscrições	11/12/2012 à 06/03/2013
Vencimento do boleto de cobrança	08/03/2013
Homologação das inscrições	11/03/2013
Período de realização	13 à 15 de março de 2013
Carga horária total	30 horas/aula
Quantidade de vagas	100

Florianópolis, 11 de março de 2013.

Edital 26/2013 - Abrigo Institucional - AMMOC

EDITAL Nº 26/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPACITAÇÃO SOBRE ABRIGO INSTITUCIONAL NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. OBJETIVO DO CURSO

Aprofundar a operacionalização do serviço de acolhimento institucional na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, com ênfase para a convivência familiar e comunitária.

Discutir a possibilidade da constituição dos consórcios intermunicipais do serviço de acolhimento institucional na modalidade de abrigo institucional.

2. PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores dos abrigos institucionais – assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, gestores e trabalhadores do SUAS responsáveis pelos serviços de alta complexidade nos municípios, conselheiros tutelares e de direitos, conselheiros de Assistência Social, técnicos do judiciário, demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Joaçaba – SC Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC Rua Roberto Trompowski, 68 Bairro: Centro
Período das inscrições	13/03/2013 a 06/05/2013
Vencimento do boleto de cobrança	06/05/2013
Homologação das inscrições	09/05/2013
Período de realização	20 e 21 de maio de 2013
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3



deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

20/05/2013

Docente: Janice Merigo, Assistente Social

8h30 às 12h

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
EXCEPCIONALIDADE E PROVISORIEDADE DO AFASTAMENTO DO CONVÍVIO

FAMILIAR

PRESERVAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS

OFERTA DE ATENDIMENT

O PERSONALIZADO E INDIVIDUALIZADO

RESPEITO A AUTONOMIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RELACIONAMENTO INTERSETORIAL COM AS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

ABRIGO INSTITUCIONAL

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Estudo Diagnóstico

Acompanhamento da Família de Origem

Serviço de Acolhimento Institucional

13h30 às 17h30

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A chegada da criança no abrigo: momento da atitude receptiva e acolhedora

Manutenção do grupo de irmãos para o fortalecimento do vínculo afetivo

Organização dos registros da história de vida

As atribuições dos educadores/cuidadores

Relação do serviço com a família de origem

Preservação da convivência comunitária

Desligamento gradativo

Definição de fluxo de atendimento

21/05/2013

Docente: Solange, Pedagoga e Ellana, Psicóloga

08h30 às 12h

PLANO DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL E FAMILIAR – PIA

Oficina de elaboração/construção do Plano

13h30 às 17h30

HISTÓRIA DE VIDA DA CRIANÇA E OU ADOLESCENTE

Motivo do acolhimento

Vínculos Familiares

Documentação Pessoal

Desenvolvimento físico, psicológico e intelectual

Condições de saúde

Vida escolar

Lembranças de cada fase da vida

7. PALESTRANTES

JANICE MERIGO

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios – FECAM. Conselheira Estadual de Assistência Social. Trabalhou como Assistente Social no município de Dionízio Cerqueira e da Palhoça/SC e da Palhoça/SC, na proteção social especial no atendimento das famílias envolvidas com situações de violência intrafamiliar. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Docente do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Ministrou capacitações sobre a inscrição das entidades socioassistenciais, sobre metodologia de trabalho com famílias e sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

SOLANGE TAMARA MONTIBELER SILVEIRA

Pedagoga. Formada pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Atuou como professora e coordenadora pedagógica de 2000 à 2009. Pós-graduada em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar pela ICPG – Instituto Catarinense de Pós Graduação. Atua como Pedagoga no Abrigo Institucional de Gaspar desde 2009.

ELLANA RUTZEN FORMENTO

Psicóloga formada pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Formação em Psicologia Existencialista. Integrante da Comissão do Plano Individual (PIA) do CEJA. Integrante da Diretoria do Grupo de Estudos e Apoio a Adoção de Gaspar e Ilhota – GE-AAGI- Atos de Amor. Atuou na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Secretaria de Saúde e Assistência Social, como Psicóloga no Programa de Atenção Integral à Família, 2004/2005, também na Prefeitura Municipal de Blumenau. Secretária da Assistência Social da Criança e do Adolescente - SEMASCR

Atuando como Psicóloga no Programa de Atenção às Crianças Vítimas de Violência Física e Sexual – SENTINELA, 2005/2006 e no Abrigo Casa Lar Sementes do Amanhã, do município de Gaspar, desde 2008, atuando como psicóloga.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

ARIS

Aviso de Licitação

Aviso de Licitação
Convite nº 01/2013
Processo Licitatório nº 11/2013

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 20 de março de 2013, o recebimento dos envelopes para licitação na modalidade CONVITE, com a finalidade de contratação de sociedade de advogados, devidamente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil para prestação dos serviços de Assessoria Jurídica à ARIS, compreendendo as atividades descritas no Anexo I (Especificação do Objeto) e as condições constantes do Anexo III (Minuta de Contrato).

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

- DATA: 20 de março de 2013
- HORA: das 08h30m às 09h30m.
- LOCAL: Sede ARIS - Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis, Santa Catarina

Poderão participar da licitação interessados que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3248.0263
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 12/03/2013.
ADIR FACCIO
Diretor Geral da ARIS

Termo Aditivo

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 03/2011

CONTRATANTE: Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

CONTRATADA: Adservig Vigilância LTDA.

OBJETO: Altera o valor de repasse mensal em função de convenção coletiva de trabalho, passando a pagar o valor mensal de R\$ 7.824,66 (sete mil oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos), a partir do mês de fevereiro de 2013.

FLORIANÓPOLIS, 11 DE MARÇO DE 2013.

Edital de Convocação do Conselho de Regulação Nº 02/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2013

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 22 de março de 2013, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 22 de março de 2013

Horário: Início às 13h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Apresentação do atual Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio;
- 2) Relatório de Ouvidoria;
- 3) Relatório da Coordenadoria de Fiscalização;
- 4) Andamento das ações nos Municípios de Bombinhas e Porto Belo;
- 5) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 11 de março de 2013.

AFONSO VEIGA FILHO

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIGA**Extrato Contrato 091 - Rateio - Vitor Meireles**

Extrato de Contrato nº 091/2013

Contrato de Rateio - Vitor Meireles

CONTRATANTE: Município de Vitor Meireles

CNPJ: 79.372.520/0001-85

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 007/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Vitor Meireles e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 007/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 092 - PGT - Vitor Meireles

Extrato de Contrato nº 092/2013

Programa de Gestão Tributária - Vitor Meireles

CONTRATANTE: Município de Vitor Meireles

CNPJ: 79.372.520/0001-85

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 008/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 093 - PGC - Catanduvas

Extrato de Contrato nº 093/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Catanduvas

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Catanduvas

CNPJ: 73.240.236/0001-79

CONTRATO Nº: 001/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet;

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) por ano.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 094 - PGC - Treze Tílias

Extrato de Contrato nº 094/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Treze Tílias

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Treze Tílias

CNPJ: 03.539.865/0001-19

CONTRATO Nº: 03/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.300,00 (um mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 01 de março de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 095 - Rateio - Morro da Fumaça

Extrato de Contrato nº 095/2013

Contrato de Rateio - Morro da Fumaça

CONTRATANTE: Município de Morro da Fumaça

CNPJ: 83.000.323/0001-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 011/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Morro da Fumaça e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 092/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato Nº 096/2013

Extrato de Contrato nº 096/2013

Contrato de Prestação do Serviço Móvel Pessoal

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADO: Claro S.A.

CNPJ: 40.432.544/0001-47

OBJETO: Contratação de empresa para prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP para a prestação de serviços de telefonia móvel, com fornecimento de 02 tablets como venda no valor total de R\$ 2.218,00 (dois mil e duzentos e dezoito reais).

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

VALOR: A CONTRATANTE pagará mensalmente à CONTRATADA o valor de R\$ 461,80 (quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta centavos), sendo o valor global contratado pelo período de 12 (doze) meses de R\$ 5.541,60 (cinco mil e quinhentos e quarenta e um reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado por tratar-se de dispensa de licitação por valor (art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93).

Florianópolis, 12 de março de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato do Termo Aditivo Nº 02 ao Contrato Nº 110/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2012

TERMO ADITIVO Nº 02, DE 11 DE JANEIRO DE 2013

Termo aditivo celebrado ao contrato administrativo nº 110/2012 com o objetivo de alterar a cláusula que trata do pagamento.

Pelo presente instrumento, o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, nº 1546, bairro Estreito, Florianópolis/SC, CNPJ n. 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DAIAN HENZ E CIA. LTDA. ME., estabelecida na Rua Mal. Candido Rondon, 1818, Sala 12, Cascavel/PR, CNPJ nº 13.749.157/0001-66, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Sr. Daian Henz, CPF nº 005.744.369-60, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2012, mediante sujeição às seguintes cláusulas contratuais:

DO PAGAMENTO

Cláusula primeira. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância mensal equivalente a multiplicação do valor definido por faixa, conforme a Proposta de Preço anexa, pelo número de Municípios da respectiva faixa que tenham contratado com a CONTRATANTE o Sistema, nos termos definidos na Tomada de Preços 01/2012. E, também, pagará à CONTRATADA a importância mensal equivalente a multiplicação do valor definido na faixa

5 (coeficiente FPM), conforme a Proposta de Preço anexa, pelo número de Associações de Municípios que tenham contratado com a CONTRATANTE o Sistema.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula segunda. Aplicam-se ao presente termo aditivo as demais cláusulas previstas no Contrato Administrativo nº 110/2012.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

DAIAN HENZ

Daian Henz e Cia. Ltda. ME

Extrato do Termo Aditivo Nº 03 ao Contrato Nº 110/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2012

TERMO ADITIVO Nº 03, DE 08 DE MARÇO DE 2013

Termo aditivo celebrado ao contrato administrativo nº 110/2012 com o objetivo de alterar a cláusula que trata das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA.

Pelo presente instrumento, o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, nº 1546, bairro Estreito, Florianópolis/SC, CNPJ n. 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DAIAN HENZ E CIA. LTDA. ME., estabelecida na Rua Mal. Candido Rondon, 1818, Sala 12, Cascavel/PR, CNPJ nº 13.749.157/0001-66, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, Sr. Daian Henz, CPF nº 005.744.369-60, doravante denominada CONTRATADA, considerando a necessidade do CONTRATANTE de analisar as adaptações realizadas pela CONTRATADA no Sistema e de dispor de treinamentos prévios no respectivo Sistema, visto que tais eventos demandam a presença do desenvolvedor, ou seja da CONTRATADA, ambas as partes resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2012, mediante sujeição às seguintes cláusulas contratuais:

DO PAGAMENTO

Cláusula primeira. Fica adicionada à cláusula oitava do contrato nº 110/2012, que trata das obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, a seguinte redação:

XII - deslocar-se ao local determinado pelo CONTRATANTE, desde que seja de comum acordo, para auxiliá-lo nas análises das adaptações realizadas no Sistema e para fornecer os treinamentos demandados, sendo os custos do deslocamento reembolsados pelo CONTRATANTE a ordem de R\$ 0,60 por quilômetro percorrido pela CONTRATADA.

Parágrafo primeiro. Quanto ao previsto no item XII da cláusula oitava do presente contrato, fica acordado que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA a contratação de seguros e o pagamento das demais despesas incorridas no respectivo percurso. Parágrafo segundo. A CONTRATANTE reembolsará a CONTRATADA, nos termos definidos no item XII da cláusula oitava do presente contrato, somente mediante a apresentação de formulário específico devidamente preenchido, o qual detalhará o percurso da CONTRATADA e terá a aprovação do CONTRATANTE.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula segunda. Aplicam-se ao presente termo aditivo as demais cláusulas previstas no Contrato Administrativo nº 110/2012.

Florianópolis, 08 de março de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

DAIAN HENZ

Daian Henz e Cia. Ltda. ME

QUIRIRI**Convocação Assembleia Geral II**

São Bento do Sul,

Ofício Circular nº. 003/13

CONVOCAÇÃO FAZ

Prezado Prefeito,

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri, no uso de suas atribuições, convoca VS a. para reunião de Assembleia Geral, no dia 25/03/2013, tendo por local o Gabinete do Prefeito de SBS, às 10:00 horas, visando validar:

1. Histórico, linhas de ação e análise do processo de transição do CIQ;
2. Apresentação do resumo financeiro e adequação do procedimento administrativo de contratos de rateio com valores pendentes;
3. Adequação do sistema contábil às normas de contabilidade pública;
4. Apreciação de Eventuais Moções de Sensura.

Certos de seu apoio, acompanhamento, envolvimento e contribuições, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,
LEONI FUERST
Secretária Executiva

LUIZ CARLOS TAMANINI
Presidente do CAQ

Convocação de Assembleia Geral

São Bento do Sul,

Ofício Circular nº. 002/13

CONVOCAÇÃO FAZ

Prezado Prefeito,

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri, Prefeito de Corupá, Sr Luiz Carlos Tamanini, no uso de suas atribuições, convoca VS a. para reunião de Assembleia Geral Ordinária, dia 25/03/2013, tendo por local o Gabinete do Prefeito de SBS, às 8:30 horas, visando:

1. Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Assembleia Geral do Consórcio Quiriri;
2. Nomeação do Secretário Executivo do CIQ;
3. Aprovação do Modelo Administrativo a ser utilizado para Nomeação e efetivação do Conselho Fiscal e do Conselho da Sociedade Civil do CIQ.
4. Apreciação de Eventuais Moções de Sensura.

Atenciosamente,
LEONI FUERST
Secretária Executiva

LUIZ CARLOS TAMANINI
Presidente do CIQ

9.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado.

9.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

9.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

9.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

9.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

9.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que nomeie o Secretário Executivo ou o confirme na função.

9.7.1 - Uma vez nomeado, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se o indicado aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

9.7.2 - Caso haja recusa do nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova nomeação.

9.7.3 - Estabelecida nomeação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 3/5 (três quintos) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados



Programa de Gestão Tributária



www.ciqa.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br